

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – PSICOLOGIA SOCIAL E DO  
TRABALHO**

**SOLANGE STRUWKA**

**A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra**

**São Paulo**

**2019**

**SOLANGE STRUWKA**

**A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social e do Trabalho no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

**Orientador:** Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

**São Paulo**

**2019**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E  
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Struwka, Solange

A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra / Solange Struwka; orientador Bernardo Parodi Svartman . -- São Paulo, 2019.

245 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Personalidade. 2. Camponeses faxinalenses. 3. Psicologia Histórico Cultural.

4. Psicologia Social. 5. Uso comum da terra. I. Svartman , Bernardo Parodi , orient. II. Título.

Nome: Struwka, Solange

Título: A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da  
Universidade de São Paulo para obtenção do  
título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof. Dr.

Instituição:

Assinatura

*Eso es lo que tenemos que formarnos todos los días, en la reflexión, en el debate, en el examen en profundidad de las cosas, en las circunstancias...*

*Lo que se está preparando en el planeta que vivimos es sencillamente un mundo para los ricos. El mundo será para disfrute de los ricos.*

*No tenemos poder, no estamos en el gobierno, no tenemos multinacionales, no dominamos las finanzas especulativas. No tenemos nada de eso. ¿Qué es lo que tenemos entonces para oponernos? Nada más que la conciencia.*

*La conciencia de los hechos. La conciencia de mis propios derechos. La conciencia de que soy un ser humano, sencillamente un ser humano y que no quiero ser más que eso. La conciencia de que lo que está en el mundo me pertenece, no en el sentido de propiedad, sino que me pertenece como responsabilidad. Me pertenece con derecho a saber, con derecho a intervenir, con derecho a cambiar. Eso se llama la conciencia.*

*Y eso no se gana en un día para quedarse con la conciencia hasta el final de los días. Se gana, se pierde y se renueva todos los días.*

*(José Saramago. Fragmentos de un discurso pronunciado el 23 de febrero de 1999).*

## RESUMO

Struwka, S. **A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra.** Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

**Resumo:** Esta pesquisa teve como objetivo investigar a formação da personalidade em camponeses que fazem uso comum do território. O estudo foi apoiado no referencial teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural. Fundamentalmente, utilizou as contribuições de Lev S. Vygotski para compreender o desenvolvimento do psiquismo humano. Para isso, partimos do pressuposto de que o cerne do processo de formação das características pessoais está na organização da vida real e concreta, nas relações estabelecidas com a atividade e nos sentidos a elas atribuídos, tendo a vivência como categoria funcional de análise. As estratégias metodológicas empregadas foram a realização de observações participantes e de entrevistas semiestruturadas com quatro camponeses faxinalenses de duas comunidades localizadas no Estado do Paraná e duas lideranças de movimentos populares que contribuíram na reorganização das comunidades pesquisadas. Acompanhamos as famílias no decorrer de dois anos e seis meses, período em que realizamos seis imersões em campo com permanência de duas semanas cada. Buscamos compreender quais nexos e determinações atuam na maneira pela qual os participantes se apropriam da natureza e organizam as relações de produção e reprodução da vida comunitária; os princípios orientadores de sua concepção de ser humano, sociedade e natureza, que garantem a continuidade da apropriação coletiva do território; e como aprendem e ensinam sobre a materialidade e imaterialidade da vida a partir das relações cotidianas. A análise dos dados obtidos revelou que o avanço da propriedade privada sobre os territórios de uso comum reconfigurou drasticamente a relação das famílias com a atividade produtiva até então desenvolvida. Desse processo, através da mediação de pessoas ligadas a pastorais, movimentos populares e partido político, os camponeses faxinalenses passaram a atribuir novos sentidos às experiências relacionadas à terra e a sua perda. Gradativamente, influenciados por atividades políticas e educativas, os sujeitos foram desenvolvendo novas formas de se relacionar com o seu contexto e lugar social, mudanças atreladas, fundamentalmente, à necessidade de realizar ações coletivas para defender seu território, elementos que não faziam parte dos conteúdos, práticas e ações presentes nos costumes e tradições vivenciados até então. Assim, evidenciamos como as inter-relações, as ações, os processos de formação política, unidos aos costumes de uso comum, produziram mudanças na concepção pessoal de mundo e na forma de se relacionar e agir diante das situações enfrentadas. Dos princípios ou regularidades fundamentais, identificados na concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses e que orientam a organização da atividade desenvolvida no território, destacamos: a centralidade da produção de bens de uso realizada a partir de dois pressupostos: se adaptar às exigências da natureza e suprir as demandas básicas da família e das demais pessoas que vivem na comunidade. Fundamentalmente, através dos princípios e regularidades orientadores de sua concepção pessoal de mundo, os camponeses faxinalenses consideram e respeitam o complexo sistema formado pela natureza e pelo ser humano (coletivo), assim como, têm as necessidades das famílias e da comunidade como centro de suas preocupações. Estas concepções e ideias incidem na forma pela qual organizam as relações sociais e a atividade produtiva no faxinal. Verificamos, ainda, que a aprendizagem e o desenvolvimento dos princípios orientadores da personalidade têm sua base nas relações interpessoais (família e comunidade), caracterizadas pelos sujeitos como próximas e de confiança. Estas relações, unidas à realização das práticas sociais (atividade), produzem vivências positivas e agradáveis nos entrevistados e mobilizam sua vontade, seu desejo e a busca por repeti-las e recriá-las. Apesar de não serem explicadas verbalmente pelos

camponeses, esse fazer media a internalização dos objetivos, sentidos e motivos presentes nos costumes e tradições faxinalenses e transforma-os em constitutivos do intrapessoal. Assim, a partir das análises e indícios explicativos da presente pesquisa apontamos que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, o domínio cultural da conduta e a formação da concepção pessoal de mundo, em última instância, formam a personalidade.

**Palavras-chave:** Personalidade; camponeses; faxinalenses; uso comum da terra; Psicologia Histórico-Cultural; Psicologia Social

**Abstract:** This research aimed to investigate the formation of personality in peasants who make common use of the territory. The study was supported by the theoretical-methodological framework of Historical-Cultural Psychology. Fundamentally, it used the contributions of Lev S. Vygotski to understand the development of the human psyche. For this, we assume that the core of the process of formation of personal characteristics is the organization of real and concrete life, the relationships that participants establish with their activity and the senses attributed to this, having the experience as a functional category of analysis. The methodological strategies employed were participant observations and semi-structured interviews with four Faxinalense peasants from two communities located in the state of Paraná and two leaders of popular movements that contributed to the reorganization of the surveyed communities. We accompanied the families over two years and six months, during which we performed six field immersions lasting two weeks each. We seek to understand: which connections and determinations act in the manner in which participants appropriate nature and organize the relations of production and reproduction of community life; the guiding principles of his human being, society and nature conceptions, which guarantee the continuity of the collective appropriation of the territory; and how they learn and teach about the materiality and immateriality of life from everyday relationships. The analysis revealed that the advance of private property over the territories of common use, drastically reconfigured the families relationships with the productive activity developed until then. From this process, through the mediation of people linked to pastoral, popular movements and political party, the faxinalense peasants began to attribute new senses to the experiences related to the land and its loss. Gradually, influenced by political and educational activities, the subjects were developing new ways of relating to their context and social place. Changes linked, fundamentally, to the need to perform collective actions in order to defend their territory, elements that were not part of the content, practices and actions present in the customs and traditions lived until then. Thus, we highlight how the interrelations, actions, processes of political formation, together with the customs of common use, produced changes in the personal conception of the world and in the way of relating and acting in face of the situations faced. From the fundamental principles or regularities, identified in the peasants' personal worldview and which guide the organization of the activity developed in the territory, we highlight: the centrality of the production of use goods made from two assumptions: the need to adapt to the demands of the nature and need to meet the basic demands of the family and other people living in the community. Fundamentally, through the guiding principles and regularities of their personal conception of the world, the faxinalense peasants consider and respect the complex system formed by nature and the (collective) human being, as well as having the needs of families and the community as the center of their concerns. These conceptions and ideas focus on the way in which they organize social relations and productive activity in the faxinal. We also verified that the learning and the development of the personality guiding principles are based on interpersonal relationships (family and community), characterized by the subjects as close and trustworthy. These relationships, together with the realization of social practices (activity), produce positive and pleasant experiences in the subjects and mobilize their will, their desire and the search to repeat and recreate them. Although not explained verbally by peasants, this mediate the internalization of the objectives, senses and motives present in faxinalenses customs and traditions and turns them into constituents of the intrapersonal. Thus, from the analysis and explanatory evidence of this research we point out that the development of higher psychic functions, the cultural domain of conduct and the formation of personal conception of the world, in the last instance, form the personality.

**Keywords:** Personality; peasants; faxinalenses; common land use; Historical-Cultural Psychology; Social Psychology



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 CULTURA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS APONTAMENTOS.....</b>	<b>18</b>
2.1 Formação da personalidade a partir da Teoria Historico Cultural .....	30
2.2 Lei Geral do Desenvolvimento das Funções Psicológicas superiores ou Culturais ....	35
2.3 As diferentes formas de mediações e mediadores .....	42
2.4 A situação Social do Desenvolvimento .....	48
2.5 Vivências e a relação com o pensamento por conceitos, consciência de si e concepção de mundo .....	52
<b>3 DIFERENTES FORMAS DE SE RELACIONAR COM A TERRA .....</b>	<b>63</b>
3.1 <i>Nhandereko</i> ou <i>Bem Vier</i> e os Povos Guaranis .....	68
<b>4 TRANSFORMAÇÃO NA RELAÇÃO COM A TERRA A PARTIR DO CAPITAL.....</b>	<b>74</b>
4.1 A concepção Moderna de civilização e a produção da desigualdade social .....	74
4.2 O capital e as relações não capitalistas: a constituição do campesinato como classe social .....	80
4.3 Formas de expansão do capital e a apropriação das terras camponesas: transformações no território.....	85
4.4 Formação do território capitalista no Brasil: história e estratégias de transformação da terra em renda capitalizada.....	89
4.5 Gênese e organização dos faxinais .....	93

<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>97</b>
5.1	Inserção nas comunidades e participantes .....	99
<b>6</b>	<b>A GÊNESE DAS PRÁTICAS DE USO COMUM DO TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA SOBRE A NECESSIDADE DE RESISTÊNCIA E LUTA COLETIVA .....</b>	<b>114</b>
6.1	Gênese do uso comum dos territórios faxinalenses .....	116
6.2	O desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistência e luta pela terra .....	137
6.3	A transformação das relações com o território de uso comum em instrumento de luta .....	165
6.4	Natureza e ser humano: unidade e interdependência .....	191
6.5	Terra, território, natureza e ser humano: unidade e interdependência .....	195
6.6	Solidariedade em busca da igualdade e em contraposição à exploração e à pobreza .....	208
6.7	Síntese e apontamentos .....	225
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>231</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>237</b>

## 1. Introdução

Nem a opressão dos de baixo, nem a crise dos de cima, são suficientes para produzir a revolução – a única coisa que produzirão será a putrefação do país – é preciso uma classe revolucionária capaz de transformar o estado passivo de opressão em estado ativo de cólera e de insurreição (LÊNIN, 1913).

Este é um trabalho gestado e desenvolvido na paixão e na indignação de quem, nascida e formada nas terras de uso comum, no Sul do Brasil, aprendeu o amor e o respeito à natureza e ao ser humano como sentido maior da existência. Princípio ininterruptamente desrespeitado, sem dó nem piedade, pela imposição presunçosa da hegemonia do capital.

A transformação da *Mãe Terra*, nosso bem comum, em mercadoria, acessada por poucos e a serviço da produção de *commodities*, foi e tem sido o pano de fundo desta tese e da minha (nossa) história. Mata no chão, rios soterrados, monoculturas, agrotóxicos na terra, na água e nos alimentos, financeirização, dívidas e expulsão de famílias do campo. Destruição da natureza e superexploração da força de trabalho da nossa gente. Foi experienciando e atribuindo sentido a essas contradições, vividas no campo brasileiro, que me constituí mulher camponesa. A partir das aprendizagens e desafios enfrentados, assumi a necessidade de compreender a história dos povos e grupos que nos formaram – e que seguem relegados do “saber acadêmico” – como necessidade histórica, e assim, me assumi pesquisadora. Como herdeira da saga dos camponeses e camponesas, mais do que uma pesquisa, essa é parte de um compromisso ético/político. Dívida a muitos que produziram e acumularam conhecimentos, práticas e lutas que aprendi nas relações cotidianas. O dever de quem teve a possibilidade de acessar a educação formal em um país que segue negando o direito à terra, trabalho, saúde e educação àqueles que produzem os alimentos e protegem nosso bem maior: a biodiversidade e o saber conviver com ela.

Desse modo, esta pesquisa apresentará histórias e contextos de uma gente que não se rende e nem se dobra diante da mercadorização imposta pelo “deus” capital. Uma gente que nunca se calou e que não considera a possibilidade de fazê-lo. Em outros termos, grupos que pelem, resistem, lutam e gritam que outras formas de organizar a produção e a reprodução da vida comunitária sempre existiram e existirão (e resistirão). Acreditemos ou neguemos, considerados ou invisibilizados, estão aí, sendo a mais forte expressão da existência real e concreta de que outras formas de organizar as relações de apropriação da natureza, para suprir as necessidades da comunidade, são possíveis. Além disso, denunciam e anunciam que essa forma de produção material de vida – hegemonicamente apresentada

como única e onipotente –, subsumida como apropriação privada da natureza e do trabalho, não é destino, nem fim último da humanidade. Mas, sim, é limite civilizatório da continuidade da nossa existência, pois está assentada sob a égide da irracional utilização do trabalho e da terra como recursos ilimitados.

A longa e constante luta, iniciada em 1492, foi e é realizada de diferentes formas pelos diversos povos e grupos presentes em nosso país e continente. Como marcas em comum, possuem a violência colonial e “pós-colonial” dos invasores europeus – que se constituíram do saque dos povos americanos, africanos, asiáticos e de seu próprio povo (europeu) – e a permanente e viva peleja pelos seus territórios. Disputas que são motivadas por diversos sentidos e significados dados à natureza e ao trabalho, que têm como núcleo em comum e central a consciência de que a natureza é a origem de toda a vida. Concepção que se contrapõe à estrutural e estruturante organização construída, objetiva e subjetivamente, sobre os corpos, mentes e territórios dos sujeitos que vivem condicionados à desigual forma de produção e acumulação capitalista de riqueza.

A busca onipotente de consolidação estrutural do capitalismo sobre o mundo – imposta por alguns poderosos europeus e norte-americanos – foi acompanhada pela negação dos povos originários e de outros grupos sociais que resistem à transformação da terra em mercadoria. Estas culturas e grupos são, ainda hoje, desconhecidos e desconsiderados como parte da população brasileira e latino-americana. São indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pastos, geraizeiros, faxinalenses, dentre muitos outros intencionalmente esquecidos na história antiga e atual.

Assim, aqui, na América Latina, temos um duplo trabalho a ser feito. Lutar contra o capitalismo e imperialismo e superar o colonialismo/eurocentrismo. Entendemos que enquanto o modo dominante for o capitalista e o pensamento dominante for o de matriz grega (o ser é, o não-ser não-é), a apropriação da natureza e a existência da mesma será sempre conflitiva e predatória. Em contrapartida, estes povos e grupos podem nos ensinar como reconstruir a utopia, definida por Hinkelammert e Mora (2014) como a recuperação do direito e da possibilidade do ser humano viver dignamente em uma sociedade que assegure, a longo prazo, alimentação, casa, trabalho, educação e saúde para todos, sem que precise destruir a sua própria natureza.

Nessa perspectiva, também queremos ressaltar que o embate e disputas entre as diferentes formas de organizar a produção e a reprodução da vida persistem. Assim como nas disputas com o capitalismo central os trabalhadores europeus constituíram a proposta do socialismo/comunismo, aqui, no capitalismo periférico e dependente, também podemos nos

inspirar nos princípios dos povos originários e outros grupos sociais, apropriá-los criticamente e unir aos conhecimentos e culturas acumuladas, para orientar nossas lutas e a construção de outra sociedade. Caminho que para ser trilhado demanda a reconstrução de nossa história, a partir das particularidades da cultura e costumes produzidos. Tarefa imprescindível para rompermos com a identidade colonial e com o racismo. Para superarmos o isolamento do Brasil em relação aos países da América Latina e trilharmos as vias possíveis para a construção de um conceito de identidade, integração e desenvolvimento alicerçado em outro modo de viver, nesta *Abya Yala*<sup>1</sup>. Organização na qual a dominação, a opressão e a exploração não serão os determinantes de nossas vidas.

Enquanto psicóloga social, a parte que me coube neste latifúndio foi compreender, a partir da materialidade da vida, como estes grupos enfrentam as relações de dominação impostas pela sociedade capitalista em seu cotidiano, em seus territórios. Quais nexos e determinações atuam na forma de se apropriar da natureza e organizar as relações de produção e reprodução da vida comunitária, organizadas para suprir as necessidades das famílias que nela vivem; quais são os princípios orientadores de sua concepção de ser humano, sociedade e natureza que garantem a continuidade da apropriação coletiva do território; e como aprenderam e ensinam sobre a imaterialidade da vida a partir das relações concretas, reais e cotidianas.

Estas questões balizaram o desenvolvimento da pesquisa e tiveram como pressupostos a teoria histórico-cultural. Dela destacamos como premissa que o contexto social e cultural é determinante na constituição do sujeito, porém não como cópia direta, mecânica ou linear. Essa constituição se forma a partir das experiências atribuídas de sentido, que se relacionam com os conteúdos psíquicos (cognitivo e afetivo) já formados no próprio sujeito. Assim, partimos do princípio da dialética entre o social, o cultural e o individual – isso é indiscutível –, e entendemos que a chave da transformação do que é propriamente humano, do único e irrepetível em cada pessoa, está na complexa e dialética dinâmica da possibilidade de acesso, internalização e transformação da cultura por cada sujeito (VYGOTSKI, 1991; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005).

Neste interim, nossa pesquisa é um esforço de nos aproximarmos dos indícios explicativos sobre a formação da personalidade de sujeitos que fazem o uso comum do território, partindo da compreensão dos processos educativos realizados especialmente na

---

<sup>11</sup> *Abya Yala* na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América Latina (PORTO-GONÇALVES). Retirado de enciclopédia latina. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

família e na comunidade, do desenvolvimento de suas diferentes concepções de mundo, da consciência e do domínio da sua própria conduta. Para isso, nos propusemos a estudar e conhecer os homens e mulheres reais, que vivem o drama humano e produzem a vida concreta através de suas histórias individuais e coletivas.

A partir destes objetivos, organizamos a tese da seguinte forma: no primeiro capítulo *Cultura, sociedade e desenvolvimento humano: alguns apontamentos*, apresentamos, a partir do Enfoque Histórico Cultural, os elementos que consideramos centrais na complexa relação entre o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento social e cultural. Para tanto, abordamos a formação da personalidade a partir da Teoria Histórico Cultural, por meio da qual discutimos o que consideramos ser os princípios fundamentais da gênese e formação do propriamente humano. Nela destacamos a lei geral do desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou culturais, a mediação, a dinâmica interna ou a situação social do desenvolvimento e, por fim, a vivência como categoria funcional de análise e unidade básica do desenvolvimento do psiquismo.

No segundo capítulo, *Diferentes formas de se relacionar com a terra e com a comunidade*, buscamos compreender as diferentes relações que os povos originários e camponeses estabelecem com a terra, a produção e a comunidade; as estratégias utilizadas para a apropriação deste bem comum e os processos que transformaram suas relações com o território e modos de vida. Assim, iniciamos o texto com as análises de Rosa Luxemburgo e José Carlos Mariátegui. Dentre os pontos analisados, destacamos a identificação, a partir de elementos antropológicos, da presença de comunidades com relações baseadas na cooperação e uso coletivo da terra em todos os continentes, compreendida como parte da história humana, e não como uma “particularidade étnica” de uma raça ou de um continente, ou seja, uma forma geral da sociedade humana, em certo momento do desenvolvimento histórico (LUXEMBURGO, 1985). Assim, inserção da questão da terra, dos indígenas e camponeses é central para pensarmos a superação do modo de produção capitalista, ciente de que em um projeto emancipatório, os saberes do passado são uma raiz imprescindível para nos apoiarmos, ao mesmo tempo em que devem ser dialeticamente confrontados com os aspectos realmente emancipatórios e progressistas do conhecimento contemporâneo (MAREÁTEGUI, 2009).

Evidenciamos a cultura do Bem Viver desenvolvida pelos povos Originários Latino Americanos. Concepção que, alicerçada nas experiências individuais e coletivas, constituem uma forma de se relacionar com a natureza, trabalho e comunidade a partir da

complementaridade e da solidariedade. Optamos por apresentar esta cultura devido à hipótese de que ela influenciou a gênese das comunidades pesquisadas.

No terceiro capítulo, *As transformações na apropriação da terra a partir das relações com capital*, apresentamos a construção ideológica sobre a propriedade privada com caráter “universal”, “imutável” e “sagrado”, assim como algumas pesquisas e autores/as que contribuíram na desmistificação do que compreenderam ser os fundamentos da desigualdade social e as diferenças entre as classes sociais. Em seguida, discutimos a combinação entre relações capitalistas e relações não capitalistas de produção como componentes contraditórios do capital, sendo as relações não capitalistas parte do processo de acumulação e forma própria de reprodução que compõe o desenvolvimento desigual e combinado do capital na América Latina.

No segundo item deste capítulo, *Formas de expansão do capital e apropriação da terra de vida: transformações no território*, apresentamos diferentes dimensões do conceito de território. Formados a partir das relações estabelecidas pelos grupos que dele se apropriam, configurando diferentes maneiras de se organizar cultural, econômica, política e geograficamente em suas comunidades. Desses conceitos, salientamos dois: o território capitalista formado pelo latifúndio grilado e que produz para o mercado externo, e o território camponês com seus modos de vida e formas não capitalistas de se relacionar com a terra e com a sua produção.

No item três, *Formação do Território capitalista no Brasil: história e estratégias de transformação da terra em renda capitalizada*, abordamos a história e as estratégias de transformação da terra, bem comum, em renda capitalizada. Processo que tem como principais características a passagem das áreas públicas para o domínio privado, mediado pelas articulações entre os proprietários de terra e o Estado, nomeado como capitalismo rentista. Para finalizar este capítulo, no último item, *Gênese e organização dos Faxinais*, apresentamos os elementos considerados pelos pesquisadores como fundamentais para tratar de tal temática.

No quarto capítulo, *A gênese das práticas de uso comum do território e o desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistência e luta coletiva*, evidenciaremos os indícios explicativos sobre os elementos constitutivos do modo de vida faxinalense. Ressaltamos que sua gênese está relacionada à história e à cultura dos Povos Originários, contudo, foi apropriado e desenvolvido ativamente por diferentes grupos étnico raciais. Assim, consideramos que esta maneira de organizar a apropriação da natureza, em benefício da comunidade, é uma forma de adaptação ativa às condições disponibilizadas pela natureza e ao acumulado social e cultural destes grupos. Depois, expomos a transformação dos

bens naturais em propriedade para exploração e acumulação individual, processo imposto por meio de relações violentas e desiguais mediadas por instituições privadas e públicas. Em seguida, abordamos como as mudanças estruturais, comunitárias e pessoais, a partir da imposição da apropriação privada, mobilizaram a atuação com movimentos e organizações populares, produzindo as condições para diferentes formas de resistência e luta contra a privatização da natureza, realizada pelos camponeses faxinalenses. De mais a mais, por meio da análise deste processo histórico explicitamos as influências, nexos e determinantes da constituição de processos de consciência mediada pelas tradições e costumes e pelas novas relações, desafios, situações e contextos vividos pelos sujeitos pesquisados.

No quinto e último capítulo, *Natureza e ser humano: unidade e interdependência*, buscamos identificar o sistema de princípios orientadores da concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses relacionados às práticas e costumes de uso comum. Estes princípios ou regularidades orientam essa tradicional forma de organizar a vida individual e coletiva e nos possibilitaram compreender os vínculos, relações, nexos, sistemas, interpretações, conteúdos e estruturas formadas pela vivência do uso comum. Caminho pelo qual nos aproximamos das características centrais, singulares e de maior atuação na personalidade destes sujeitos.

Por fim, ressaltamos que este trabalho busca contribuir com a construção de uma Psicologia Crítica, alicerçada nas vivências históricas dos Povos que compõe o Brasil e a América Latina. Interessa-nos compreender as experiências e saberes destas comunidades, para que possamos acumular força e conhecimento na construção de outra sociedade, como as comunidades faxinalenses provam ser possível, onde as necessidades do “Nós” seja mais importante do que a de poucos “Eus”. Além disso, o esforço consiste em colocar a psicologia a serviço da explicação sobre organização social orientada para produzir desenvolvimento cultural e da consciência, ou, das funções psicológicas superiores, personalidade. Visto que, como já afirmava Ignacio Martín Baró “a Psicologia social pode ajudar a desentranhar com espírito crítico, em que o senso comum será substituído por uma ‘nova consciência’ que seja a base de uma convivência mais equitativa e humanizante.” (BARÓ, 1982, p. 248).

## **1. CULTURA, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS APONTAMENTOS**

Neste capítulo, apresentaremos, a partir do Enfoque Histórico Cultural, alguns elementos que consideramos centrais sobre a complexa e enigmática relação entre o desenvolvimento das diferentes sociedades e culturas e as formas com que os diversos grupos, comunidades e sujeitos se apropriam, mantêm e recriam a sociedade, a cultura e a si mesmos. Neste sentido, a afirmação de que ao desenvolver a sociedade e a cultura o homem fez-se a si mesmo, premissa defendida por diferentes teóricos (Marx, Engels, Lenin, Vygotski, Luria), é um dos fundamentos que orientaram a busca que travamos nesta seção.

A relação entre o desenvolvimento humano e a organização das diferentes sociedades e culturas, que são formadas pelo ser humano, é uma das questões mais investigadas desde que o homem começou a dedicar-se, intencionalmente, à pesquisa e à ciência como forma de explicar os seus feitos históricos. As teorias e métodos se alteraram no decorrer de cada sociedade e de seus períodos históricos, determinados pelos interesses e necessidades dos diferentes grupos que conduziram estes processos (ANDERY, 2012). Um dos saltos qualitativos neste caminho foi, a partir do acumulado pelas diferentes sociedades e áreas do conhecimento, a sistematização crítica e desenvolvimento de um método que assume a complexidade, a dinâmica e a integralidade do objeto estudado. Esse método toma como essencial assumir como “ponto de partida” e como “ponto de chegada”, ou ainda como “critério da verdade”, as condições históricas e culturais que formam o real, o concreto vivido pelas pessoas, as relações estabelecidas com a natureza e com as sociedades, formadas pelos próprios homens e mulheres (MARX, 1983; 2011; MARX; ENGELS, 2007). Desse modo, será a partir deste princípio que orientaremos as discussões sobre cultura, sociedade e formação pessoal que desenvolveremos neste capítulo.

Com base no Enfoque Histórico Cultural, consideramos cultura tudo o que foi desenvolvido pelo ser humano desde a construção e a reconstrução de significados que dão sentido ao mundo do qual o sujeito faz parte. Em outras palavras, tudo o que não seria encontrado na natureza sem a intervenção humana e que existe devido às ações ou como desdobramento das mesmas, todas as mudanças, alterações e transformações produzidas por homens e mulheres como estratégia de adaptação ativa ao meio e as possibilidades encontradas no tempo e espaço que viveram e vivem, como forma de superar os limites, necessidades e desafios encontrados neste meio, tornam o ser humano eminentemente um ser cultural.

Neste sentido, compreende-se que, inicialmente, esse processo não foi realizado de forma planejada, intencional ou consciente. A relação com a natureza e a adaptação ativa do Ser Humano foi ocorrendo a partir da busca por solucionar os problemas, as dificuldades e as possibilidades que se colocaram em sua vida real e concreta. Assim, explica-se desde o uso de paus e pedras, como os instrumentos de caça e de trabalho, até o domínio do fogo, a criação e desenvolvimento da agricultura, a linguagem verbal, pictografias, escrita, os números etc. Logo, todas estas descobertas, sistematizações e criações ocorreram a partir de ações práticas do ser humano em relação com a natureza, com outros seres humanos e com o acumulado e sistematizado cultural e historicamente (LURIA; VYGOTSKI, 1989; BEATÓN, 2005; 2013).

Desta forma, entende-se que o homem e a mulher não são apenas uma obra de evolução do universo e da vida, mas são parte da sociedade humana e da cultura que eles mesmos produziram, acumularam e seguem produzindo, transformando e se transformando (MARX; ENGELS, 2007). Em se tratando do desenvolvimento e transformação das características propriamente humanas, podemos encontrar alguns indícios explicativos sobre este processo nas análises críticas sobre os estudos antropológicos realizados por Vygotski e Luria (1996; 2007) nos anos trinta, em especial, nas pesquisas sobre a história da transformação do comportamento do macaco, do homem primevo e da criança, em conjunto com a história da gênese e desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Assim, entendemos por características propriamente humanas todas as qualidades que diferenciam o homem e a mulher de outros animais, tais como: o domínio cultural de seu próprio comportamento, as funções psicológicas superiores, as emoções, a consciência, a consciência de si, sua concepção pessoal de mundo, entre outros. Em resumo, tudo o que forma o que nomeamos por personalidade, e que contribui, significativamente, para o processo de formação cultural.

A história do desenvolvimento e domínio do comportamento humano, nesta perspectiva, é abordada a partir de sua gênese e desenvolvimento na filogênese, em que as mudanças e características comportamentais se transformaram a partir da relação ativa estabelecida com a natureza e com os outros seres humanos, tendo como diferenciador o momento em que se mantêm os instrumentos, possibilitando o uso posterior, novas criações, recriações e acúmulos. Como essencial nesta explicação, estão os indícios de que foi a partir das condições e desafios práticos, encontrados pelos homens e mulheres, que foi possível a transformação da reação física, condicionada pelos instintos, para os reflexos condicionados até alcançarem o domínio de suas ações para o uso dos instrumentos que, posteriormente, além de serem utilizados são conservados, produzidos e recriados. Este processo de usar e manter os instrumentos, recriar

sua função natural, foi determinante na diferenciação do ser humano de outros animais, sendo um dos elementos essenciais em sua adaptação ativa a partir da relação com a natureza.

Essas alterações na relação com o meio possibilitaram o uso dos instrumentos como mediadores, criando as condições para o controle do comportamento humano e de tentativas de controle da natureza, tanto concretamente quanto por meio de ritos, cerimônias místicas e religiosas, o que contribuiu para a produção de símbolos, signos e seus significados (VYGOTSKI, 1996; 1987; 1995; 1991; VYGOTSKI; LURIA, 1990, 2007).

Como já apontado, a capacidade desenvolvida pelo ser humano de manter e repassar de geração em geração os instrumentos, símbolos e signos produzidos na relação com a natureza, com os outros homens e mulheres e consigo mesmo, é um dos pontos essenciais na análise sobre a gênese e desenvolvimento das qualidades propriamente humanas. Esse feito foi possível graças à capacidade culturalmente desenvolvida de fixar em sua memória e utilizar as recordações, formadas e que formaram novas necessidades, experiências e vivências que permitiram ao ser humano um relacionar-se de diferentes formas com a natureza, com seu grupo social e consigo mesmo. Esses avanços foram possíveis devido à complexa dialética entre o aumento da memorização, graças à possibilidade do cérebro humano conseguir estabelecer novos nexos e conexões neuronais, e a produção de novas conexões como produtos da estimulação recebida e realizada no próprio contexto. Dessa forma, compreende-se que o ser humano aprendeu a fazer seus instrumentos no mesmo processo de fazê-los, sem um planejamento ou imaginação anterior à ação.

Isto posto, eram feitos – os instrumentos - a partir da necessidade concreta de resolver seus problemas, necessidade e desafios encontrados, impostos, (re)criados na relação com a natureza. Apenas posteriormente, o homem e a mulher desenvolveram uma metodologia para investigar e realizar as suas práticas, atividade ou trabalho, de maneira mais planejada e consciente. Ou seja, somente depois de fazê-lo foi possível explicar seus próprios feitos. Neste sentido, o ser humano, na história que compõe parte da filogênese, caminhou do concreto com o uso e produção de instrumentos para o simbólico e mitológico. Sendo assim, foi a partir da utilização, organização e criação de sinais externos que as possibilidades de desenvolver uma melhor adaptação na relação com a natureza foram sendo criadas. A partir do acúmulo destas experiências, produziram-se novas necessidades e condições para o desenvolvimento de outros mediadores, capazes de superar a relação visual-direta com o meio, tais como os desenhos, símbolos, signos e significados. Estas mudanças ocorreram gradativamente, no decorrer de muito tempo, e sempre relacionadas com as práticas sociais, o trabalho ou atividade e a linguagem/comunicação. Logo, os acúmulos e sistematizações que tornaram possíveis o

pensamento abstrato, a generalização e a formação do pensamento por conceitos (LURIA; VIGOTSKI, 1996; BEATÓN, 2006).

A escrita é um bom exemplo deste processo, pois por meio da história de sua formação podemos visualizar a importância da organização e acúmulo dos símbolos e signos que possibilitaram o alcance deste refinamento cultural. Processo fundamentalmente determinado pela necessidade prática de escrever para gravar, manter, memorizar informações e/ou para exercer poder e dominação sobre outras pessoas. Assim, destaca-se que anterior à sistematização da escrita, houveram inúmeras mudanças que a tornaram possível, acúmulos realizados pelo homem e pela mulher que aportaram um grande desenvolvimento tecnológico e simbólico. Como exemplo, podemos citar desde o uso da pictografia e hieróglifo, depois, o uso de signos mais abstratos e generalizáveis e que levaram aproximadamente mil anos para serem organizados e sintetizados (LURIA; VIGOTSKI, 1996).

Nos apoiaremos das discussões realizadas por Beatón (2006) sobre inteligência e educação para aportar elementos importantes sobre o desenvolvimento da escrita e as transformações quantitativas e qualitativas que ela mediou no ser humano, nas sociedades e culturas. O autor ressalta que antes de escrever, os homens e mulheres já haviam dominado a linguagem oral e a usavam, essencialmente, para a comunicação. Também já utilizavam o desenho para representar as diferentes formas da sua realidade. Ademais, já haviam criado símbolos religiosos, ritos funerários, sendo estas as primeiras manifestações no uso de símbolos e na construção de significados, para além do conteúdo concreto da realidade em que viviam.

Assim, durante um longo período, o ser humano criou tecnologias a partir do conhecimento prático e concreto da natureza e da realidade que o cercou, obtendo-os por meio da observação direta da natureza. Esse período em que o conteúdo concreto situacional e fenomenológico dominou o conhecimento foi antes da integração das populações nas grandes cidades, em que a distância entre as pessoas, grupos e comunidades gerou a necessidade de criar um instrumento de comunicação para alcançar, de forma mais eficaz, outros grupos que formavam as populações. A linguagem oral, por sua vez, não resolvia esse problema e, por conseguinte, a necessidade de um instrumento que o solucionasse se apresentava concretamente (BEATÓN, 2006).

Como já supracitado, antes da escrita, o ser humano já havia desenvolvido formas indiretas para representar a realidade que lhe cercava como desenhos e símbolos. Esse desenvolvimento teve períodos intermediários, fases em que utilizou representantes esquemáticos, como o hieróglifo, depois o cuneiforme, até a construção de sinais indiretos. Estes não representavam diretamente os objetos e as condições concretas que possuíam, mas se

referiam a eles, os conceituaram. Esse uso exigiu que os representados fossem definidos e identificados com um sistema de signos que passaram a se relacionar simbolicamente e de maneira generalizada (BEATÓN, 2006).

Isso nos indica o que o enfoque Histórico Cultural insiste sobre o desenvolvimento como parte de um processo histórico, de acúmulos gradativamente assimilados pelo ser humano até determinados momentos em que se produzem os saltos, ou seja, as transformações qualitativas. Ainda para Beatón (2006) a escrita não só permite comunicar uma ideia, sem a presença do autor, mas possibilita ao interlocutor ficar frente a frente com quem escreve, pelo tempo que lhe é necessário ou convém. Além disso, possibilita não apenas receber a informação, mas permite analisar e comparar com outros escritos, imaginar, pensar e repensar o conteúdo. Estas mudanças criaram as condições para a construção de sínteses no processo de análise e, com ela, a possibilidade de abstrações e, posteriormente, generalizações cada vez mais abrangentes. Neste sentido, a escrita permitiu que o sujeito retornasse ao que foi pensado e analisado e produzisse novos trabalhos de análises e sínteses. Essa atividade era realizada por meio da linguagem oral, porém em um grau menor, já que era necessária a presença do outro para a informação ser comunicada, dado que não existiam as atuais tecnologias. Ainda para o autor, a prática secundária atrelada às causas de sua origem, ser instrumento de comunicação, foi um dos principais determinantes em criar as condições da formação e desenvolvimento psicológico, permitindo a ocorrência de um pensamento abstrato e generalizador.

Beatón (2006), aponta que se a linguagem oral diferenciou qualitativamente o ser humano do resto dos animais, a escrita o diferenciou qualitativamente ao viabilizar a união e deslocamento do pensamento e da linguagem. Avanços que possibilitaram a formação da consciência baseada em signos e significados, o uso de sinais e símbolos mais abstratos e generalizáveis na forma de pensamentos mais complexos, tanto no plano individual quanto cultural. Assim, pode-se relacionar o desenvolvimento do psiquismo humano com o conteúdo acumulado pelas diferentes culturas nesta longa, complexa e gradativa jornada que ocorreu em toda a história da sociedade humana. Nesta perspectiva, entende-se a importância da aquisição das produções culturais (como a escrita) como potencializador no desenvolvimento dos sistemas e conteúdo do psiquismo humano, haja vista, a compreensão da escrita como um instrumento que possibilita a transformação do pensamento e a prática humana (BEATÓN, 2006).

Neste contexto, é importante ressaltar que entendemos que as produções, descobertas, criações e acúmulos produzidos e recriados pelo ser humano se materializam entrelaçados no

interior das relações sociais<sup>2</sup>. São elas que medeiam a formação das características pessoais de cada sujeito, sua subjetividade, concepção pessoal de mundo, personalidade. Assim, o próprio conteúdo subjetivo, que por sua vez, produz os mitos, crenças, tradições, teorias ou explicações, obras de arte, ciência, objetos e imaginação no interior do sujeito, é formado pelo que denominamos de cultura. Esta, por sua vez, é produto de toda história da vida social e do trabalho do ser humano que é apropriado pelo sujeito e passa a ser um domínio essencial ou próprio em si mesmo, na formação dos conteúdos da subjetividade.

Essa é das mais complexas dinâmicas relacionais, pois falar apenas sobre a transmissão do conteúdo cultural não explica como ocorre a constante apropriação, construção e reconstrução cultural (BEATÓN, 2002; 2006; 2012; 2017). Vale destacar que o ser humano é o único ser vivo, que não apenas reproduz o legado e o conteúdo histórico de sua espécie, mas também o (re)constrói, no tempo e no contexto de seu desenvolvimento e formação individual. É nesta perspectiva que assumimos que os conteúdos da cultura são os que, em última instância, produzem as diferenças entre as pessoas, grupos, comunidades, povos, tradições e sociedades.

Em essência, pode-se considerar que nos diferentes momentos históricos do desenvolvimento das sociedades, o homem e a mulher estabeleceram diferentes formas de se relacionar com a natureza e com os outros a partir do que foi sendo produzido e acumulado; o que foi sendo produzido e acumulado foi transformando a forma com que o homem e a mulher se relacionaram com a natureza, com os outros e consigo mesmos. Este é o complexo e dinâmico processo que assenta os alicerces para nossa compreensão sobre a gênese e o desenvolvimento de diferentes funções, sistemas e conteúdos psicológicos que integram os comportamentos, crenças e emoções de cada ser humano. Como já apontado por Marx (1857; 1858; 2011) nos *Grundrisse* ao discutir “o desenvolvimento mais rico dos indivíduos” (p. 722) e “a universalidade de suas relações reais e ideais” (p. 724),

(...) no próprio ato da reprodução não se alteram apenas as condições objetivas, por exemplo, a vila se torna cidade, o agreste, campo desmatado etc., mas os produtores se modificam, extraindo de si mesmos novas qualidades, desenvolvendo a si mesmos por meio da produção, se remodelando, formando novas forças e novas concepções, novos meios de comunicação, novas necessidades e nova linguagem (MARX, 1857; 1858; 2011, p. 655-656).

---

<sup>2</sup> Esta discussão será desenvolvida no decorrer deste capítulo, pois entendemos que a afirmativa sobre as relações sociais, como essencial para o desenvolvimento humano, é verdadeira, contudo, não suficiente para uma explicação mais integral de como esta complexa dinâmica ocorre.

Na ontogênese, o processo ocorre de forma análoga, em que, inicialmente, a linguagem e os signos são utilizados pela criança na resolução de problemas práticos e, somente depois, gradativamente, são internalizados e se transformam em parte de sua psique. Assim, a ontogênese, ou a história particular de cada sujeito, também se constitui historicamente, a partir dos conteúdos culturais que são disponibilizados para o sujeito, determinados pelos grupos e classe social da qual faz parte. É importante destacar que os processos da filogênese e ontogênese não se repetem, apenas guardam semelhanças entre si. Um dos pontos de distinção entre eles está em que as diferentes sociedades e culturas produziram estratégias educativas para repassar, de forma condensada e sistematizada, o que foi acumulado historicamente. Dessa maneira, as diferentes formas de educação, compreendidas aqui da maneira mais ampla possível, desde as realizadas na família, comunidade, trabalho, sociedade, sintetizam o que foi acumulado na história da filogênese ou que o grupo, comunidade, sociedade acumulou, possibilitando aos seus integrantes se apropriarem ativamente destes conteúdos e formas, transformá-los e recriá-los (VYGOTSKI; LURIA, 1996; BEATÓN, 2005).

Destacamos que para o Enfoque Histórico Cultural, a cultura na relação com o psiquismo humano, não é apenas algo que se opõe ao natural, como se compreende na psicanálise e na sociogênese. Para o Histórico Cultural, a cultura é parte essencial que constitui o psíquico, de tal forma que não é possível compreendê-lo sem considerá-la. Estes pontos são (re)enfaturados de forma mais sistemática e categórica nas discussões sobre a *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores* (VYGOTSKY 1931;1987). Nesta obra se reafirma que o biológico, no ser humano, também é mediado pelo cultural, sendo que o cultural é tão natural quanto o orgânico. Essa compreensão complexa e dinâmica também é assumida em relação ao histórico que, por vezes, também se apresenta nas concepções da Psicologia, porém, é assumido apenas como uma maneira de inserir informações descritivas ou explicar alguns sintomas do sujeito. Diferentemente desta compreensão, para o Histórico Cultural, a cultura e a história são condições essenciais na formação e constituição das estruturas e do funcionamento das funções psíquicas superiores e que formam a unidade em conjunto com as emoções e o comportamento (VYGOTSKY, 1991; 1997).

Como apontamos, os processos educativos assumem uma função essencial na relação entre a cultura, a filogênese e a ontogênese, pois é por meio deles que o acúmulo histórico de cada sociedade é sintetizado e transmitido para cada sujeito e para cada nova geração. Farinas (2007) aponta que para o Histórico Cultural as explicações sobre o comportamento do homem e da mulher, como expressão da personalidade, devem ser buscadas na relação entre educação e o desenvolvimento humano. Explicita que diferentes culturas e sociedades possuem

conteúdos e formas diferentes de repassar seus conhecimentos, crenças, valores, tradições, seu modo de viver, se organizar e se relacionar com a natureza, com os outros e consigo mesmo. E, é por meio da educação, efetivada pela família, escola, comunidade, instituições, trabalho, e sociedade em geral, que o sujeito aprende as diferentes maneiras de lidar com o drama que é a vida humana (VYGOTSKI, 1988).

Neste sentido, a educação é um dos importantes elementos para compreendermos como ocorre a apropriação cultural do sujeito que nasce em um determinado contexto social e tempo histórico. Afinal, independe do grau de consciência e intencionalidade que as relações sociais, as atividades e a comunicação assumem ao viabilizar os processos educativos, como já demarcamos, entendemos a educação nas suas mais variadas formas, tais como a cotidiana, popular, informal e formal. Insistimos nisso por sabermos da fragmentação e redução quando se compreende que os processos educativos são apenas formais e escolares, pois se negligencia a importância da família, da comunidade e da sociedade de forma geral no desenvolvimento e formação das crianças, adolescentes e jovens. Assumir que o desenvolvimento de valores e princípios pessoais e sociais não ocorrem de forma espontânea ou natural, como se fossem dados aprioristicamente e que a escola não é o único lugar que eles são formados é uma postura necessária para compreendermos quais mudanças são necessárias para alcançarmos um adequado desenvolvimento humano, social, cultural e econômico (FARINAS, 2007).

É fato que a educação é disponibilizada e organizada de formas e com conteúdos diferentes, a depender da geração, sociedade e classe social que o sujeito está inserido. Sendo assim, para discutir a educação como mediadora entre a cultura e a história pessoal de cada sujeito, faz-se necessário explicitar as relações entre o nível micro e macro de cada sociedade e em cada momento histórico. Além disso, é significativo na formação histórica de cada sujeito identificar: as pessoas mais próximas, sejam familiares, amigos de escola, trabalho, vizinhos etc.; a história das gerações que o educam, como pais, professores, lideranças comunitárias; os que empregam o trabalhador; os administradores do Estado; os líderes de comunidades, instituições, entre outros. Ainda na dimensão das gerações, pode-se incluir os personagens da história nacional, científica, artística e técnica que têm significado relevante em determinados momentos históricos e assumem um lugar de modelo na forma de pensar e se comportar. Essas histórias estão interligadas e fazem com que cada ser humano ocupe uma posição única e irrepetível no espaço e no tempo em que vive. Entendemos assim que é a partir deste complexo enredo de relações humanas que se fundamenta a base material, enquanto classes sociais. É neste enredo que o sujeito se desenvolve e vive e pode assumir uma posição de apropriação

criativa e reprodutiva da cultura, dar continuidade de forma original ao desenvolvimento de sua personalidade e ao drama que constitui a vida humana (FARINAS, 2007).

Neste sentido, entende-se que as possibilidades de mudança no comportamento humano, que são expressões da personalidade e de suas transformações, passam necessariamente pelos processos e intervenções educativas. Com isso nos referimos às intervenções junto às famílias, comunidades, escola, trabalho, e não apenas aos espaços formais educativos. Em essência, este debate tem como centro a complexa e dinâmica relação entre a cultura, acumulada no decorrer da história da sociedade, a história de apropriação e desenvolvimento do sujeito individual e como esse sujeito se apropria e devolve à cultura suas experiências renovadas e transformadas por sua singularidade. A dinâmica de apropriação, subjetivação ou personalização do patrimônio cultural e constituição da cultura pelo sujeito é chamada por Farinas (2007) de enraizamento cultural. Estas questões carregam uma profunda complexidade, pois em essência envolve explicar como ocorre o desenvolvimento psíquico a partir da organização cultural de cada sociedade, de seus costumes e tradições, que são assumidos e (re)criados por cada sujeito, em particular, e coletivamente.

Uma das problemáticas levantadas sobre como ocorre a apropriação cultural passa pela diferenciação entre a socialização e o acesso ao que foi acumulado e sistematizado culturalmente. Esta questão também está relacionada a uma compreensão mais integral e explicativa sobre como ocorre a dinâmica da subjetivação da cultura pelo ser humano ou como ela é “personalizada”, transformada por cada sujeito. Estas explicações passam pelo debate sobre o desenvolvimento humano e seus diferentes processos de educação, materializados e entrelaçados às relações sociais, à comunicação e à atividade. A crítica realizada por Vygotski (1995) aponta que as descrições realizadas pela psicologia tradicional sobre o desenvolvimento da criança possuem equívocos baseados centralmente na discussão sobre a socialização. Estas pseudo explicações desconsideram que nascemos em mundo social e, portanto, a partir deste momento já somos seres sociais. Suas críticas se refeririam à negligência com as considerações de como no decorrer da trajetória pessoal de cada sujeito ocorre a apropriação dos conteúdos e meios culturais, como a cultura torna-se pessoal, de forma única e irrepetível, e como os conteúdos culturais são internalizados e assimilados pelos sujeitos a partir de sua vida real e concreta.

Este ponto é ressaltado por Farinas (2007) ao reafirmar que assumir a indiscutível dialética entre o social e o individual não resolve a questão relacionada à problemática por ela nomeada de enraizamento cultural. Assim, a questão posta para nós é entendermos como esse processo ocorre, como o cultural transforma-se em subjetivo e o subjetivo transforma o cultural.

A autora citada ressalta que um dos pontos de inflexão é o sujeito possuir ou não possuir as condições de acesso à cultura, sendo este um dos pontos centrais na discussão sobre o desenvolvimento humano, e não essencialmente se a pessoa é ou não socializada. Denuncia que muitas abordagens ideológicas ocultam as diferenças entre as teorias sobre o desenvolvimento humano e desviam a atenção do problema real, que é o enraizamento cultural. Com isso, se naturaliza as diferenças humanas, justificadas pelas características individuais e biológicas, e se nega as condições históricas de acesso e não acesso que os sujeitos estão submetidos, as quais definem como as relações sociais são organizadas e organizam a comunicação e a atividade, como os homens e mulheres as praticam, efetivam, constroem e recriam.

É neste sentido que o conceito de enraizamento cultural e de socialização, ou subjetivação da cultura, apropriação ou internalização do que foi acumulado historicamente, está intrinsecamente relacionado ao de classe social. São as classes sociais que possuem os recursos econômicos que garantem as possibilidades de acessar as sistematizações disponíveis e expressas nos diferentes espaços de formação. Está relacionado também às explicações de como ocorre o desenvolvimento humano e a organização, planejada ou não planejada, consciente ou não consciente, da educação e orientação dada pelas famílias, comunidades, instituições, escolas, trabalho e sociedade. É nestes contextos que, desde o nascimento, os sujeitos são formados e, efetivamente, realizam o complexo, dialético e dinâmico processo de apropriar-se do que é disponibilizado enquanto cultura, por meio da comunicação e da atividade, materializadas e organizadas por meio das relações sociais. Por isso, insistimos na necessidade de uma escolha intencional sobre como organizarmos a sociedade que vivemos, tendo como central a disponibilização das condições para um desenvolvimento humano integral. Ou, minimamente, compreendermos como esta forma de organizar as relações sociais, a comunicação e a atividade têm criado e/ou limitado as condições que possibilitam a convergência do cultural em subjetivo (FARINAS, 2007).

Outro elemento importante para o Enfoque Histórico Cultural é a compreensão de que quando uma mudança no conteúdo da cultura ocorre e, conseqüentemente nos processos educativos, o conteúdo e a forma das funções psíquicas superiores também podem mudar. Como já apontamos, a educação a partir do sentido expresso pelo Histórico Cultural não é apenas o que é produzido nos espaços formais e na escola, contudo, não se pode negar a importância dessas instituições. É nelas que, de forma planejada, as crianças, adolescentes e jovens adquirem os instrumentos culturais como leitura, escrita, numeração, o cálculo e outros conteúdos que possibilitam o sujeito desenvolver sistemas e funções psíquicas, emocionais e

comportamentais com uma qualidade diferente, pois estão relacionados ao uso destes signos e instrumentos culturais como mediadores (LURIA, 1990).

Nesta perspectiva, apresentaremos algumas informações e análises de pesquisas desenvolvidas nos anos trinta, com trabalhadores e camponeses, realizadas por Luria e Vygotski (1989; 1990). O propósito das investigações foi demonstrar a hipótese de que todos os processos psicológicos superiores são de origem social e resultaram das condições culturais que influenciam as pessoas durante todo o processo de formação e desenvolvimento. As investigações ocorreram em uma região distante na Ásia Central, onde um grupo de pessoas vivia em um contexto caracterizado pelo isolamento social e produtivo, além da necessidade de instrução. No entanto, naquela região também haviam pessoas que frequentavam escolas e receberam o primeiro grau de instrução, além de pessoas que participaram de diferentes formas de produção coletiva. O estudo buscou compreender como estes sujeitos, inseridos em diferentes contextos e com variáveis sócio-histórico-culturais realizavam ou não o processo de categorização e o uso de conceitos, forma de organizar o pensamento e a linguagem que são eminentemente mediadas pelos conteúdos específicos da cultura (LURIA, 1990).

O que nos importa destacar deste estudo são as diferenças apresentadas entre os grupos, especialmente em relação ao uso do pensamento prático e concreto, o uso das operações lógicas e o uso de categorias abstratas e simbólicas. Notou-se que os grupos que realizavam um processo de pensamento abstrato e operações teóricas eram formados por pessoas com determinado grau de escolaridade e/ou usavam instrumentos com mais técnicas, além de terem passado por mudanças substanciais em seu modo de vida coletivo. Estas pessoas também assumiam posições menos dogmáticas em relação aos temas propostos e com menos explicações de origem mística religiosa do desconhecido (LURIA, 1990).

Fundamentalmente os resultados da pesquisa mostraram que o pensamento conceitual não tem uma natureza universal ou geral como se pensava anteriormente. Ele depende das práticas sociais e culturais desenvolvidas e do grau de instrução que os sujeitos possuem, dentre eles, a escrita, leitura, matemática etc. Assim, percebeu-se que as condições sociais, econômicas e culturais das pessoas são determinantes para o desenvolvimento de certas estruturas psíquicas internas, comprovando que elas não possuem uma evolução natural ou espontânea. Da mesma forma, observou-se que os sujeitos investigados que estavam recebendo instruções e/ou estavam vivenciando mudanças sociais já apresentavam reconstruções na formação de conceitos.

É importante destacar que estas explicações assumem uma postura crítica diante das diferentes culturas e diferenças individuais, pois não inferioriza alguns indivíduos, grupos ou

sociedades diante de outros. Pelo contrário, aponta os processos históricos, sociais e culturais como mediadores na produção de suas particularidades, bem como denuncia as consequências no desenvolvimento humano para aquelas pessoas - e grupos - às quais tem sido negado o direito de acesso ao acúmulo cultural realizado pela humanidade. Assim, reafirmamos o que consideramos a essência do Histórico Cultural, e que já fora defendido por diferentes pensadores e lutadores latino-americanos e brasileiros como Paulo Freire, Simón Rodríguez, e Darcy Ribeiro, subscrito no princípio de que “o desenvolvimento humano é alavancado pela aprendizagem” (VYGOTSKI, 1991). Logo, não é de natureza biológica ou inerente, mas sim um complexo, dinâmico e dialético produto da educação e da aprendizagem, mediados pelas relações sociais, pela comunicação e pela atividade. São estes processos que permitem a apropriação dos conteúdos e meios da cultura que conformam e desenvolvem as estruturas e funções, da atividade nervosa superior e do desenvolvimento psíquico humano, que implica a consciência, emoções, domínio do próprio comportamento, concepção de mundo, tudo em uma unidade indivisível (VIGOTSKI, 1987).

Esta explicação também inclui que os conteúdos e meios da cultura estão presentes no interpessoal, nas relações de uns com os outros e, em essência, mediam as experiências vivenciadas pelos sujeitos que estão em formação e em desenvolvimento. Cada ser humano particular, único e irrepitível, constitui-se com a ajuda e a participação de outros seres humanos, em cada momento histórico, na geração que vive e em que estabelece as relações com a natureza, com os objetos, com a cultura, com os outros e consigo mesmo (FARINAS, 2007; BEATÓN 2002). Estas condições permitem e constituem a fonte para as transformações dos conteúdos subjetivos e psicológicos para o sujeito poder seguir adaptando-se ativamente à natureza e à sociedade, continuar produzindo cultura. Isto, por vezes, de forma consciente, porém, na maioria dos casos não o é, sendo próprio ou automático da vida cotidiana e que ocorre por meio de atos e ações realizadas de forma automática e alheia à nossa própria vontade. Neste ponto, ressaltamos ser tarefa da ciência compreender as leis da natureza e da psicologia humana para entendermos como se produz este desenvolvimento e como deve ser planejado, de forma mais intencional e consciente, a organização da sociedade para que as necessidades e interesses do ser humano, em relação com a natureza, possam assumir a centralidade dos interesses econômicos, políticos, sociais e culturais.

## 2.1 Formação da personalidade a partir da Teoria Histórico Cultural.

Nuestra ciencia no podía ni puede desarrollarse en la vieja sociedad. Ser dueños de la verdad sobre la persona humana y de la propia persona es imposible mientras la humanidad no sea dueña de la verdad sobre la sociedad y de la propia sociedad (VYGOTSKI, 1991, 1997 p. 406).

Nesta subseção, apontaremos o que consideramos, até o momento, serem os princípios fundamentais para compreendermos a complexa e dinâmica formação da personalidade, a partir da Teoria Histórico Cultural. Esta é uma tarefa exigente, longa e espinhosa, pois os conceitos e explicações possuem diferentes apropriações e interpretações. Além disso, um dos princípios mais importantes deste enfoque é compreender o desenvolvimento humano a partir da inter-relação ou concatenação entre o biológico, o social, o cultural e o propriamente humano. Síntese que ainda não foi realizada de forma integral pela psicologia enquanto ciência particular.

Nesse sentido, temos consciência de que nossa problemática de pesquisa se propõe a trabalhar com uma das grandes questões da humanidade e do processo de produção de conhecimento. Voltamo-nos para o enigma da transformação do objetivo em subjetivo, do material em ideal. Problemática historicamente perseguida pela filosofia como ciência geral e pela Psicologia como ciência particular (MARX; ENGELS, 1986; VYGOTSKI, 1987; 1991; 1996; POLITZER, 1928). Sendo assim, a problemática de uma explicação mais integral, que tome os processos históricos e culturais como condição para a gênese e desenvolvimento das qualidades especificamente humanas, o psicológico, o domínio cultural do comportamento, a subjetividade, a consciência, o não consciente, a consciência de si, a concepção pessoal de mundo, segue presente nesta ciência e profissão, como a tarefa a ser realizada coletivamente.

Neste contexto, ressaltamos que uma das marcas das pesquisas e sistematizações realizadas pelo Histórico Cultural, especialmente feita por Lev S. Vygotski (1896-1934) e seus colaboradores, foi a busca em manter a complexidade de seu objeto de estudo. Para isso, usou de forma consequente o materialismo histórico dialético para compreender as problemáticas relacionadas à Psicologia. Orientou-se pela necessidade posta de superar as fragmentações e abstrações realizadas pela Psicologia Tradicional e desenvolver uma psicologia geral. Esta deveria trilhar o caminho de seu próprio objeto, como aponta em *“El significado histórico de la crisis de la Psicología”* (1927), no qual enfatiza que a busca teórica e metodológica para as explicações das ciências particulares não deve partir das formulações gerais de uma determinada filosofia. Pelo contrário, aponta que o caminho ou trabalho essencial é explicar a natureza do objeto de estudo do ponto de vista da construção científica e, a partir destas

construções, tentar corroborar e contribuir com as abordagens filosóficas, transformá-las ou substituí-las (VYGOTSKI, 1927; 1991).

Nesta mesma perspectiva, outros pesquisadores buscaram avançar em explicações mais integrais sobre o desenvolvimento humano, expressas pelas investigações desenvolvidas a partir do materialismo histórico dialético e/ou tomando a vida histórica, real e concreta das pessoas como parte imprescindível de suas construções teóricas. Destacamos os pressupostos defendidos por Politzer (1928) sobre a necessidade de fazer uma nova psicologia, uma psicologia concreta, a partir da história do drama humano e da história; Henri Wallon (1933) e sua defesa por uma psicologia dialética; José Bleger (1984; 1988) e a compreensão do vínculo como uma relação com o real e, Ignacio Martín-Baró (1983;1986;1987) e sua busca incansável por fazer da psicologia um instrumento de conscientização e organização para e com as maiorias populares, a fim de que estas pudessem concretizar a tão almejada transformação social.

Pode-se considerar que o que aproxima estes diferentes pesquisadores é a tarefa da Psicologia em explicar os determinantes e nexos sobre o domínio do homem pelo próprio homem, a submissão do homem a si mesmo, o domínio da natureza interna e externa. Nas palavras de Vygotski “(...) Na sociedade do futuro, a psicologia realmente será a ciência do novo homem” (1927; 1991, p. 435). O novo homem alcançaria sua liberdade por conhecer a si e com base nesse conhecimento teria as condições de dominar-se. Desta forma, a liberdade do homem está relacionada com a possibilidade de explicar as leis que regem o salto qualitativamente superior dado no decorrer do desenvolvimento da história da humanidade. Explicações que nos proporcionariam as condições de planejar, de forma consciente, a sociedade a fim de desenvolvermos as inúmeras potencialidades especificamente humanas, ainda não desenvolvidas. Sociedade em que materializaria e orientaria as relações sociais, a comunicação, a atividade de forma consciente, melhor elaboradas, explicadas e compreendidas pelo próprio sujeito e em função de seu desenvolvimento (VYGOTSKI; LURIA, 1990).

Neste sentido, um dos pontos essenciais que nos une a estes pesquisadores, é tomar a vida real e concreta dos homens e mulheres, que forma o drama humano, como ponto de partida e chegada para as nossas investigações, tendo a realidade, as práticas sociais e a história como critério da verdade (MARX, 1867/2011).

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como produto do indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência, unicamente como a consciência destes indivíduos que têm uma atividade prática (MARX; ENGELS, 1847; 1979, p. 37-38).

Será nesta perspectiva que nos aproximaremos das sistematizações, análises e explicações realizadas por Lev. S. Vygotski para buscarmos apresentar o que consideramos ser essencial nas explicações sobre o desenvolvimento humano e que estão relacionadas à transformação das funções naturais ou elementares em funções psíquicas superiores ou culturais, no domínio do comportamento e desenvolvimento cultural da conduta, consciência, consciência de si, formação pessoal da concepção de mundo e outras formas e sistemas que constituem a personalidade. Tendo clareza que estas problemáticas, teóricas e práticas, seguem até os nossos dias sem explicações integrais e que devem ser enfrentadas na complexa e dialética dinâmica citada anteriormente, a partir da interrelação entre o biológico, o social, o cultural e o propriamente humano.

Neste contexto, reconhecemos as inúmeras discussões ao redor de como estes conceitos foram apropriados, fragmentados e distorcidos e as críticas e defesas ao redor da continuidade ou não continuidade que autores como Leontiev, Lúria e outros autores, realizaram em relação à obra de Vygotski. Por hora, não aprofundaremos nesta questão, contudo, entendemos que existem diferenças significativas nos desdobramentos teóricos explicativos entre os autores citados. Com isso, reconhecemos as críticas sobre as fragmentações da obra de Vygotski, o uso pragmático e hiperbolizado de conceitos, para pseudo explicar o desenvolvimento das características especificamente humanas. As críticas relacionadas aos continuadores diretos de Vygotski dizem respeito a três erros básicos, que o próprio autor tentou superar. Dentre as principais, destacamos:

1. Intentar explicar con un solo principio explicativo todo lo psicológico. La actividad, la orientación, las condiciones internas, el entorno, la comunicación, lo semiótico y el significado, son un ejemplo de ello, después de la muerte de Vygotski. A mi juicio son pasos atrás.
2. Enunciar lo social como un determinante absoluto de lo psicológico y reducir a ello, lo cultural o lo histórico. Cuando en la Psicología ya se utiliza lo social, pero de una forma ahistórica y acultural.
3. Llenar las explicaciones psicológicas de formulaciones marxistas y con ello reducir las explicaciones psicológicas a las hipótesis generales del materialismo dialéctico e histórico y no como lo concibió Vygotski, que las explicaciones de una Psicología Científica fortalecerían, las hipótesis generales de la Filosofía, en este caso la marxista, como integración crítica de lo mejor de la filosofía anterior (BEATÓN, 2005, p. 22-23).

Por outro lado, consideramos de profunda relevância o esforço que psicólogos e psicólogas, educadores e educadoras cubanos têm feito, desde os anos setenta, no trabalho de sistematização e análise crítica de suas práticas, estudos e discussões a partir do Histórico Cultural, nomeado como Enfoque Histórico Cultural. Caracterização que provém do reconhecimento do caráter aberto, hospitaleiro e integrador que a teoria e o método possuem diante de outras teorias (BEATÓN, 2005; FARINAS, 2007). Neste sentido, nos valeremos deste acúmulo para orientar as nossas discussões e nos aproximarmos de uma explicação mais integral e histórica do nosso objeto de estudo.

Nessa perspectiva, entende-se a personalidade como histórica e cultural, em que o social se sobrepõe ao natural e o transforma, formando qualidades novas e diferenciadas das quais possuía anteriormente e/ou daquelas que possuem os animais. Estas transformações só são possíveis de serem compreendidas, em sua gênese e desenvolvimento, a partir das três diferentes e integradas linhas históricas, sendo: a filogênese, a ontogênese e a cultura. É a partir delas que se torna possível compreender a riqueza e complexidade das transformações, produzidas ativamente pelo gênero humano e que possibilitaram o desenvolvimento da vontade, o domínio dos comportamentos, a consciência, consciência de si mesmo, a intencionalidade e a personalidade. Em essência, é a partir da história e da relação entre a ontogênese, a filogênese e a cultura que podemos compreender como foi e é possível a superação, pelo homem, do “reino da necessidade para o reino da liberdade” (VYGOTSKI, 1995; 1996; 1987).

Engels (1877; 2015) aponta Hegel como o primeiro a expor, de modo exato, as relações entre a liberdade e a necessidade, que nada mais seria que a convicção da necessidade. “A necessidade somente é cega enquanto não compreendida” (p.146). Neste sentido, a liberdade não reside em uma sonhada independência em relação às leis naturais, mas “na consciência dessas leis e na correspondente possibilidade de projetá-las racionalmente para determinados fins” (p.146). Compreensão que não se refere apenas às leis da natureza exterior, mas também às leis que governam a existência corporal e espiritual, ou melhor, ao psíquico próprio do ser humano. Assim, podem-se considerar duas espécies de leis, separadas apenas na análise científica e didática, pois, na realidade, estão definitivamente unidas. Uma são as leis da natureza e a outra são as leis dos sistemas e funções do que foi desenvolvido ativamente pelo ser humano, o que lhe é próprio e único, dentre eles a vontade, intencionalidade, domínio de si mesmo, consciência, consciência de si mesmo, a concepção pessoal de mundo e, em última instância, a personalidade.

Desse modo, entende-se que o “livre arbítrio” está alicerçado na capacidade de decidir com conhecimentos sobre as causas, determinações e nexos entre os fenômenos (MARX, 1867;

2017). Ou seja, quanto mais se compreende sobre o problema, mais claro será o caráter de necessidade determinado pelo conteúdo desse juízo. Por outro lado, a falta de conhecimento nas escolhas produz insegurança e falta de liberdade, indícios de que estamos dominados pelo objeto que se pretende dominar. “A liberdade, pois, é o domínio de nós próprios e da natureza exterior, baseado na consciência das necessidades naturais; como tal é, forçosamente, um produto da evolução histórica” (ENGELS, 2015, p.146). Diariamente, no lugar de “evolução histórica”, as transformações, tanto quantitativas quanto qualitativas, acumuladas historicamente e coletivamente pelo ser humano. Desta forma, reconhece-se que “os primeiros homens que se levantaram do reino animal eram, em todos os pontos tão pouco livres quanto os próprios animais; cada passo dado no caminho da cultura é um passo no caminho da liberdade” (ENGELS, 2015, p. 146).

Estas transformações, ou virada histórica, estão baseadas no domínio do comportamento do homem e da mulher, que subordinam suas reações à própria vontade. Fazer que se explica a partir da subordinação das forças externas da natureza por meio da organização dos estímulos externos e da internalização dos mediadores produzidos, mantidas e transformadas no decorrer da história, tanto coletiva quanto individual (VYGOTSKY; LURIA, 1990). A história coletiva nos dá os indícios e explicações de como o ser humano desenvolveu a capacidade única de primeiro pensar e depois agir, a liberdade para criar coisas e situações novas. Características completamente diferentes de outros animais que estão aprisionados aos seus reflexos e condicionados de forma instintiva e biológica.

Os seres humanos, por sua vez, ao dar o salto qualitativamente superior na relação com a natureza, com os outros, com a cultura e consigo mesmo, produziram sinais, símbolos, signos, significados e sentidos que criaram as condições para superar a relação imediata, ou seja, superar “o reino da necessidade” e caminhar em direção ao plano da liberdade. Condições que lhe possibilitaram agir e transformar seu contexto, a partir do conhecimento do seu funcionamento. Certamente, este conhecimento ainda está por ser construído, pois ainda não alcançamos o nível de compreensão sobre o funcionamento das leis da natureza, da sociedade e do próprio ser humano. Entendê-las é parte fundamental para conseguirmos organizar conscientemente as relações sociais, a comunicação e as atividades a partir do respeito a essas leis, a potencialização do desenvolvimento humano e o desenvolvimento das diferentes forças da natureza e das sociedades (VYGOTSKY; LURIA, 1989;1990).

Neste ínterin, entende-se que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores são uma das chaves na transformação destes processos. O pensamento por conceitos é a forma desenvolvida que melhor promove este salto qualitativamente superior para a liberdade, ou seja,

produz a superação das condições imediatas e imediatas para mediadas e que aportam o passado, presente e futuro. Segundo Vygotski (1984), “Sin la formación de conceptos no hay conocimiento de la necesidad y, por conseguinte, tampoco hay libertad. Unicamente en el concepto, y a través de él, adquiere el hombre una actitud libre frente al objeto y a sí mismo” (VYGOTSKI, 1984, p. 200). De acordo com essa compreensão, nosso livre arbítrio está relacionado, no nível pessoal, com o pensamento por conceitos, já que somente o conceito eleva o conhecimento da realidade e nos possibilita passar de um nível de experimentar e vivenciar sem compreender ou explicar as causas e processos a um nível de entendimento das leis que regem o livre arbítrio, a nos relacionar a partir do que é essencial. “La necesidad se convierte en libertad a través del concepto” (VYGOTSKI, 1984, p. 200).

Estes processos se caracterizam, como já assinalamos, pelo domínio de nossas próprias reações, comportamento e funções psíquicas superiores. A tarefa que nos caberá será apontar os elementos essenciais que possibilitam esses processos de transformação do natural em cultural, do direto para o mediado, do concreto e objetivo em subjetivo. Ressaltamos que este processo não é linear, tampouco natural, mas que está relacionado com a convivência na família, comunidade, escola, trabalho, instituições e está intimamente relacionado com a apropriação do que foi acumulado historicamente, em especial dos símbolos e signos, tais como a escrita, a leitura, a aritmética, pois são mediadores essenciais para o desenvolvimento humano. Sendo assim, entende-se que a apropriação ou internalização e assimilação deste acúmulo histórico e cultural reelabora profundamente as funções, sistemas e conteúdos psíquicos, emocionais e comportamentais, que em última instância formam a personalidade.

## **2.2 Lei Geral do Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores ou Culturais**

Para entendermos o desenvolvimento da personalidade, buscaremos elencar alguns princípios explicativos apontados por Vygotski no decorrer de sua obra e que consideramos mais essenciais neste complexo dialético e dinâmico processo de gênese e formação do propriamente humano. São eles: a lei geral do desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, a mediação, a dinâmica interna ou a situação social do desenvolvimento e, por fim, a vivência como categoria funcional de análise.

Vygotski (1991; 1993) aponta que os psicólogos, até aquele momento, estavam buscando deduzir as explicações do social no comportamento individual. Para isso, investigavam as reações do indivíduo, obtidas em laboratório, e depois estudavam as mudanças

na reação do sujeito no ambiente coletivo. Denunciou que este método não estava de acordo com a gênese e desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores e do domínio cultural da conduta, que, para ele, são formas essencialmente sociais, históricas e culturais. Ao fazer a crítica às explicações dadas por Piaget sobre o desenvolvimento infantil, Vygotski aponta:

(...) el desarrollo no se orienta a la socialización, sino a convertir las relaciones sociales en funciones psíquicas. Por ello, toda la psicología del colectivo en el desarrollo infantil se presenta ahora bajo una luz completamente nueva. Suele preguntarse cómo se porta uno u otro niño en el colectivo. La pregunta que hacemos nosotros es cómo crea el colectivo, en uno u otro niño, las funciones psíquicas superiores (VYGOTSKI, 1995, p. 104).

O autor aponta que até então acreditava-se que as funções psíquicas existiam no indivíduo em uma forma acabada, semi-acabada ou embrionária, e que se desenvolviam, complexificavam, enriqueciam no coletivo, ou se inibiam, comprimiam dele. A partir de suas pesquisas, afirmará o contrário. Explica que inicialmente as funções psíquicas se apresentam no ambiente coletivo, estão presentes na forma de relações sociais, entre as crianças e os adultos, e somente depois tornam-se funções psíquicas que formam parte da personalidade. Vygotski exemplifica este processo por meio de críticas feitas às crenças de que as crianças seriam capazes de primeiro raciocinar, argumentar, demonstrar, procurar razões para alguma ideia e que, a partir do embate de tais reflexões, surgiriam as discussões. Por meio de suas pesquisas comprovou que o processo ocorre no sentido contrário. Inicialmente as crianças discutem, conversam e depois são capazes de refletir sobre o discutido (VYGOTSKI, 1987; 1988; 1995; 1996).

Neste sentido, sistematiza a lei geral da gênese do desenvolvimento humano, que pode ser explicitada da seguinte forma: cada função no desenvolvimento cultural da criança aparece no palco duas vezes, em dois planos. Em um primeiro momento, no nível social, entre os homens, como categoria intersíquica e, depois, na criança, como categoria intrapsíquica. Este mesmo processo ocorre com todas as operações e sistemas psíquicos, tais como: a atenção voluntária, a memória lógica, a linguagem, a formação de conceitos e o desenvolvimento da vontade (VYGOTSKI, 1987; 1988; 1995; 1996).

Detrás de todas las funciones superiores y sus relaciones se encuentran genéticamente las relaciones sociales, las auténticas relaciones humanas. De aquí, uno de los principios básicos de nuestra voluntad es el principio de división de funciones entre los hombres, la partición en dos de aquello que ahora está fusionado en uno, el despliegue experimental del proceso psíquico superior en aquel drama que viven los seres humanos (VYGOTSKI, p. 103, 1993).

Aqui, destacamos que a amálgama entre a história do desenvolvimento da nossa personalidade e a história do desenvolvimento da sociedade são as relações sociais autênticas, solidárias e de colaboração que possibilitam o desenvolvimento das características e qualidades especificamente humanas. Como já indicado por Marx (1844; 2004) na sexta tese a Fevrebach “(...) a essência humana não é algo abstrato ou inerente a cada indivíduo. É, na realidade, o conjunto de relações sociais”. São elas que materializam a forma com a qual o ser humano organiza suas práticas para com a natureza, com os outros homens, com a cultura e consigo mesmo.

É neste sentido que Vygotski (1987) evidencia que podemos compreender a natureza psíquica do homem como um conjunto de relações sociais internalizadas e transformadas em formas da estrutura da personalidade. Adverte, todavia, que este não foi o significado pretendido por Marx na sua sexta tese, contudo ela é a expressão mais completa de todo o resultado da história do desenvolvimento cultural. Desta forma, entendemos que na vida real e concreta dos seres humanos as relações sociais assumem a essência pela qual se desenvolve a consciência, a consciência de si, a concepção pessoal de mundo e todos os outros sistemas e funções psíquicas e emocionais que formam a personalidade (VYGOTSKI, 1987; 1993; BARÓ, 1983; BLEGER, 1888; BEATÓN, 2005).

Assim, assume-se que a internalização das relações sociais é a base das transformações do ser humano. Processo que teve início desde a história da filogênese, por meio do desenvolvimento da inteligência prática, em que o domínio da natureza foi determinado e determinante para o domínio de si mesmo e que se concretiza na ontogênese. Como já dito anteriormente, estes processos ocorrem de formas e em tempos diferentes, porém guardam semelhanças entre si. Em relação à filogênese, podemos verificar no uso da vara, fogo, nó, fala, desenhos, signos e símbolos determinantes para os saltos qualitativos dados pelo ser humano. Mudanças alicerçadas na unidade entre as atividades práticas e a comunicação, ou seja, a união entre a ação e a fala. Desse modo, entende-se que qualquer separação entre a história do trabalho e a história da fala são incabíveis, pois inviabilizam a compreensão sobre a criação e desenvolvimento destes diferentes mediadores e, conseqüentemente, seu uso na relação com a natureza, com os outros seres humanos e consigo mesmo. Entende-se que estas mudanças na forma de se relacionar criaram as condições para o homem usar e organizar os estímulos externos, ativaram e regularam seu comportamento por meio da submissão às forças de sua própria vontade (LURIA; VYGOTSKI, 1996).

Ao analisar as pesquisas antropológicas de Bulher, Luria e Vygotski (1996) apontam as lacunas nas explicações dadas por aquele autor. Afirmam que ele se baseou em um falso suposto

ao assegurar que as relações primitivas entre cada uma das funções psicológicas estavam separadas e se mantiveram invariáveis ao longo do processo do desenvolvimento humano. Estes autores comprovam, por meio de suas investigações, que toda a história do desenvolvimento das funções psíquicas superiores consiste na transformação das relações sociais, atividade e da comunicação que sustentam, dialeticamente, as mudanças nas conexões interfuncionais primárias e o surgimento e desenvolvimento de novos sistemas psíquicos funcionais. Transformações intrinsecamente relacionadas com a interfuncionalidade entre a palavra e a ação que, por sua vez, estão unidas às relações sociais e práticas do ser humano.

Para exemplificarmos, tomamos as pesquisas apresentadas por Janet e citadas por Vygotski (1991), por meio das quais apresento que as formas iniciais da atividade humana estavam divididas entre a função executora e a função diretiva, orientadora ou de vigilância. A superação desta divisão, por meio da união entre a atividade do vigilante e do escravo, em uma só pessoa, possibilitou a formação da atenção voluntária. Assim, a função da palavra foi imprescindível para o desenvolvimento do trabalho e gerou a possibilidade de unir o que antes estava dividido e distribuído entre os homens e mulheres, logo, unida em uma mesma pessoa, tornou-se uma função da personalidade. É neste sentido que a fala segue a mesma lei geral do desenvolvimento psíquico, inicialmente externa, que faz parte das formas da conduta no coletivo. Ou seja, é um meio de influência sobre outros e apenas posteriormente passa a influenciar o próprio sujeito; inicialmente em si e, em seguida, para os outros.

No debemos olvidar que, al principio, como ya dijimos, eran formas de conducta mediante la comunicación inmediata. Así, pues, el medio social se convierte en el medio del comportamiento individual. Por ello el signo, al principio, es siempre un medio de influencia sobre otros y sólo después un medio de influencia sobre uno mismo. Nos convertimos en nosotros mismos a través de otros. De aquí se comprende el por qué todas las funciones superiores internas fueron antes obligatoriamente exteriores. Sin embargo, en el proceso del desarrollo cualquier función externa se interioriza, se convierte en interna. Al convertirse en forma individual de conducta pierde, durante su largo camino de desarrollo, los rasgos de operación externa y se convierte en operación interna (VYGOTSKI, 1991, p. 229).

Neste sentido, a transformação das funções psicológicas naturais em funções psicológicas superiores ou culturais ocorre a partir do acúmulo quantitativo e qualitativo no ser humano e que lhe possibilita o salto que transforma as características especificamente humanas, que em essência, se dá por meio da organização do externo e da internalização das relações sociais, da comunicação e da atividade - processos sobrepostos, inter-relacionados e interdeterminados (BEATÓN, 2005; 2017).

Nesta perspectiva, destaca-se o uso dos instrumentos e signos como mediadores que possibilitam o domínio das reações e do comportamento. Domínio possível quando o ser humano submete as reações à própria vontade e estabelece uma relação com o contexto social de um tipo essencialmente novo, em que utiliza de outra forma os elementos de seu entorno. Estes se tornam estímulos-signos, mediante os quais se apoia, guia e regula seu comportamento e produz as condições para o domínio de si mesmo. Ou seja, a partir de fora, o ser humano organiza seu contexto e obriga os estímulos-signo a estimular e influenciar o alcance de uma determinada resposta. Assim, a regulação interna da vontade, por exemplo, atividade dirigida a um fim (intencional) se origina na regulação externa, mudança alicerçada à relação entre a organização do externo e o uso de mediadores na obtenção de uma resposta (VYGOTSKI, 1987).

Para exemplificar este processo, tomaremos a história das mudanças ocorridas no gesto indicativo, haja vista que ela expressa a gênese da união entre a ação e a fala e o desenvolvimento da linguagem e das formas superiores de comportamento. Inicialmente o gesto indicativo é para a criança apenas um movimento fracassado, realizado e orientado para os objetos. A criança busca, por meio dele, pegar algum objeto que está longe, ou estende os braços para alguém, ou faz movimentos indicativos com os dedos. Esta é a primeira situação em que se apresenta a ação da criança de apontar objetivamente algo que pretende alcançar. Quando a mãe ou outro adulto vem em auxílio da criança e interpreta o movimento como uma indicação, a situação muda radicalmente. O gesto indicativo, fracassado, torna-se um gesto para os outros. Em resposta à tentativa mal-sucedida de apreender o objeto ocorre outra reação, esta não é realizada pelo objeto, mas por outra pessoa. São os outros que dão uma primeira direção e um sentido para a ação da criança e, apenas mais tarde, a criança tomará o seu movimento como uma indicação (VYGOTSKI, 1995; 1996).

Assim, a função do movimento realizado pela criança é modificada. Se inicialmente é dirigida para o objeto, depois passará a ser dirigida para outra pessoa. Transformação que torna o gesto, agora modificado em um meio de relacionamento entre a criança e o adulto, onde a captura do movimento se tornou uma indicação e ganhou relevância na relação sujeito-sujeito ou sujeito-objeto-sujeito. O movimento do gesto em si não muda, continua a ser como antes, uma indicação. Objetivamente tem como função a demonstração, o gesto está voltado para os outros, ou seja, para ser compreendido precisa ser levado em consideração pelas pessoas que estão ao redor da criança. Assim, o significado é construído pela situação objetiva e pelas pessoas ao redor que interpretam as suas reações e agem dando novos sentidos e significados aos atos realizados pela criança (VIGOTSKI, 1996).

A afirmativa: “nos convertimos en nosotros mismos a través de otros”, ou, “fue para otros lo que es para yo ahora” (VIGOTSKI, 1996, p. 149), é um princípio que se aplica tanto à personalidade integralmente, quanto para a história de cada função isolada. Aqui reside a essência do processo do desenvolvimento cultural da personalidade, em que nos tornamos nós a partir das relações, comunicação e atividade que realizamos na presença e mediadas por outros. Assim, qualquer função psíquica superior, inevitavelmente, envolve uma fase de desenvolvimento externa, pois em primeiro lugar é social, está contida e dividida entre as pessoas, e outra interna, no próprio sujeito.

Este processo também pode ser verificado nas primeiras palavras expressas pela criança, que são inicialmente um grito afetivo que manifesta uma ou outra necessidade. São os outros que atribuirão um determinado conteúdo social às palavras afetivas emitidas pela criança. Os significados ultrapassam a vontade dela. Ou seja, são as pessoas ao seu entorno que lhe conferem um sentido objetivo e, somente a partir disso, as palavras se convertem em linguagem para si e posteriormente são utilizadas de forma racional e consciente. Em síntese, e esse é um dos pontos essenciais deste enfoque, a ação, a linguagem e o pensamento da criança se cruzam objetivamente, à margem de sua intenção, em uma situação prática social. Neste contexto se produzem as conexões objetivas entre estas duas atividades, a ação e a fala, e mais tarde se converterão em uma única conexão que fará sentido para a criança e transformará a relação que ela possui com os outros, com o contexto e consigo mesma (VYGOTSKI, 1984).

La palabra debe poseer, ante todo, un sentido, es decir, debe relacionarse con el objeto; ha de existir un nexo objetivo entre la palabra y aquello lo que significa. Si no existe este nexo, la palabra no puede seguir desarrollándose. El nexo objetivo entre la palabra y el objeto debe ser utilizado funcionalmente por el adulto como medio de comunicación con el niño. Tan sólo después la palabra tendrá sentido para el propio niño. Por lo tanto, el significado de la palabra existe antes objetivamente para otros y tan sólo después comienza a existir para el propio niño (VYGOTSKI, 1991, p. 103).

A chave destas transformações está na importância assumida pelos instrumentos, signos e símbolos, pois inicialmente as palavras estão ligadas aos objetos concretos, em uma relação imediata, direta e, no presente, sem possibilidades de diferenciar o sentido das coisas. Somente após a organização do pensamento no plano da linguagem interior é que essa relação, que não ocorre naturalmente e não se dá desde a idade mais precoce, é modificada. Por isso, inicialmente, os objetos representados em palavras dificultam a organização do pensamento no plano da linguagem interior, pois as palavras estão interligadas, para a criança, unicamente com os objetos concretos a que se referem.

Assim, até a idade dos três anos a criança não tem consciência da palavra como tal, haja vista que atrás da palavra está apenas o objeto. (...) “El pensamiento viene a ser la reconstrucción práctica visual-direta de la situación, del campo que se percibe” (VYGOTSKI, 1984, p. 364). Neste período a criança fala e fala com ela a partir do que se vê. Ao encontrar-se diante das coisas ela denomina-as e, assim, aos poucos, vai se formando a relação entre as coisas e a atribuição objetal. A medida que o pensamento avança nas generalizações a percepção passa a estabelecer uma nova relação com o pensar e as representações deixam de estar apenas no plano afetivo-motor. Mudança que possibilita o recordar e generalizar. Estes avanços na relação da criança com seu entorno são tão significativos que a partir deles se torna possível dar passos em direção à superação da imediatez, cria-se as condições para deixar de ser “prisioneiro de las situaciones presentes” (VYGOTSKI, 1984, p. 362).

A importância da percepção generalizada do contexto está nas correções que ela introduz por meio da memória. Assim, novas conexões surgem em suas estruturas à medida que a atenção e a percepção se unem e possibilitam a atribuição de sentidos aos objetos e situações. Desta forma, a percepção passa de uma função isolada para converter-se em um sistema complexo e em constante mudança, que adquirirá seus traços constantes e relacionados a outras funções e sistemas que medeiam a relação com o contexto, possibilitando transcender a relação imediata, instável e presentificada com as coisas, transformações que aportam as bases para o desenvolvimento da consciência.

Nas palavras de Vygotsky “La estructura sistémica de la conciencia explica el surgimiento de la visión permanente del mundo” (VYGOTSKI, 1984, p. 365). O caráter categorial da percepção, a percepção do objeto como representante de um grupo de objetos é a segunda peculiaridade da generalização. E, neste processo, a linguagem é definidora, pois muda a estrutura da percepção, a partir da generalização. Esta, por sua vez, possibilita a análise do percebido e a categorização dos objetos e elementos. Esta reorganização cria as condições para a elaboração lógica que singulariza o objeto, a ação e as qualidades dos elementos, tendo como referência os traços gerais. “Lo que significa del niño son percepciones generalizadas. En su mundo interior, el niño mayor se da cuenta de su percepción.” (VYGOTSKI, 1984, p. 365).

Esta questão foi reiterada pelas pesquisas realizadas por Bozhovich e seus colaboradores (1976), que estudaram a formação da personalidade em estudantes. Parte dos resultados obtidos nos estudos indicaram que a formação de um comportamento estável em crianças e adolescentes está relacionado às relações positivas estabelecidas com os adultos, assim como apontou os prejuízos como, por exemplo, a sensação de instabilidade vivenciada pela criança, ligadas às experiências de relações que produzem coerção. “(...) La formación en los niños de una

conducta estable y el surgimiento, sobre esa base, de las correspondientes cualidades de la personalidad, se efectúa exitosamente solo cuando el ejercicio de determinadas formas de conducta se realiza por un motivo positivo y no como un medio de coacción” (BOZHOVICH, 1976, p. 175).

Em síntese, o que gostaríamos de demarcar é que o desenvolvimento das funções psíquicas superiores possui como uma de suas principais chaves de compreensão o fato de que seu desenvolvimento está alicerçado na transformação das relações sociais estabelecidas, ou seja, a criança, adolecente, jovem, adulto se relacionam consigo a partir da relação com os outros. Este processo orienta o desenvolvimento humano e podemos vê-lo, com clareza, no uso dos símbolos e signos, em que no início são um meio de relacionamento social, um meio de influência sobre os outros e só depois se tornam um meio de influência sobre si mesmo.

Com o risco de sermos demasiado repetitivos, insistiremos na reafirmação de que toda função psíquica superior foi, inicialmente externa, social, esteve materializada nas relações sociais, entre duas ou mais pessoas, e somente depois é internalizada, apropriada e assimilada ativamente pelo sujeito (VYGOTSKI, 1991). Esta é, para nós, a essência do drama da vida real e concreta dos seres humanos, a base que organiza e é organizada, sustenta e é sustentada, transforma e é transformada dialeticamente pela comunicação e pela atividade, como destacada por Politzer (1928), Bleger (1984;1988), Martín-Baró (1983; 1986; 1988) e Beatón (2005).

### **2.3 As diferentes formas de mediações e mediadores**

Apesar de já termos citado a importância da mediação, consideramos ser relevante destacá-la como um dos princípios do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, do domínio cultural do comportamento e da formação da concepção pessoal de mundo, estes que em unidade formam e, em última instância, constituem a personalidade. As mediações, realizadas por outras pessoas, instrumentos, símbolos e signos são as bases para a produção das qualidades especificamente humanas e para as transformações que possibilitam relacionar-se com o real e concreto de forma indireta, ou como indicado por Marx (1867; 2011), desenvolver a forma de analisar a realidade a partir do concreto pensado. Os mediadores ampliaram, aprofundaram, complexificaram e transformaram a relação do homem com a natureza, com os outros homens, com a cultura e consigo mesmo. Processo que tem na organização dos estímulos externos o fator determinante para a criação, internalização e uso dos signos.

**¿En qué consisten, pues, los cambios fundamentales?** Consisten en que el hombre, en la etapa superior de su desarrollo, llega a dominar su propia conducta, subordina a su poder las propias reacciones. Lo mismo que subordina las acciones de las fuerzas externas de la naturaleza, subordina también los procesos de su propia conducta en base de las leyes naturales de tal comportamiento. Como las leyes naturales del comportamiento se basan en las leyes del estímulo-reacción, resulta imposible dominar la reacción mientras no se domine el estímulo. El niño, por consiguiente, domina su conducta siempre que domine el sistema de los estímulos que es su llave. El niño domina la operación aritmética cuando domine el sistema de los estímulos aritméticos (VYGOTSKI, 1991, p.158, negrito do autor).

Para exemplificar este processo, tomaremos como exemplo a operação de memorizar com a ajuda de sinais. Neste se demonstra como o domínio dos estímulos externos transformam a relação da criança com os objetos, com seu entorno, com outras pessoas e com seus próprios processos internos. Nele se vê que a experiência de memorizar vai sendo assimilada e acumulada gradativamente pela criança. Destacamos, neste processo, a importância de a criança compreender e ter um nível de consciência sobre a relação entre os elementos externos, sejam sinais, desenhos e/ou símbolos que lhe possam ajudar na memorização de um determinado conteúdo.

A vinculação entre esses elementos ocorre de forma mais qualificada e efetiva quando se estabelecem relações solidárias, colaborativas e respeitadas entre a criança e o adulto que lhe instigue o interesse pela atividade e ofereça indícios e ajudas sutis e necessárias para que ela possa compreender os nexos entre os elementos externos e o uso deles na orientação de suas reações e comportamentos, o estabelecimento de relações solidárias e respeitadas e a consideração da Zona de Desenvolvimento Próximo. Estes princípios são parte dos escritos de Vygotski (1987; 1991; 1995) e fortemente defendidos e reivindicados nas sistematizações críticas realizadas por Beatón (1999, 2005) que, em essência, reafirma a necessidade de encorajar a criança a conhecer e continuar descobrindo ativamente os mecanismos para resolver as tarefas e, eventualmente, dominá-los e tornar-se capaz de planejar o seu próprio desenvolvimento e educação. Elementos que também são imprescindíveis para que a criança vivencie a experimente a aprendizagem de forma agradável e que suscite o interesse e motivos positivos para seguir aprendendo.

Um segundo momento, no processo de memorização com a ajuda de mediadores, ocorre após a criança já ter experimentado a memorização com a ajuda de signos como desenhos em que ela já experimentou a facilidade de memorizar valendo-se da organização externa. A partir das experiências realizadas, a criança passa a organizar os estímulos externos e orientar suas ações tendo os signos como suporte de sua memorização. É apenas em um terceiro momento

que a criança passa a utilizar os signos em uma operação interna, em que novas relações começam a se formar. Mudanças que possibilitarão alterações na própria reação do sujeito que passará a operar com o signo como um mediador interno de suas funções psíquicas (VYGOTSKI, 1991). Essas transformações, tanto internas quanto externas, mudam qualitativamente a maneira que a criança organiza suas relações, sua conduta, atividade e a comunicação (VYGOTSKI, 1986).

(...) el niño va dejando paulatinamente los estímulos externos presentes ante él; ya no les presta ninguna atención. Al ejecutar la reacción electiva, el niño opera igual que antes, pero ya deja una serie de estímulos. La diferencia consiste en que la reacción externa se convierte en interna; la reacción que antes resultaba imposible por la presencia de un gran número de estímulos se hace ahora posible (VYGOTSKI, 1991, p.163).

A experiência sobre a organização externa dos estímulos possibilita um avanço imprescindível para a criança e consiste na assimilação da estrutura externa dos mesmos. Ela assimila as regras da utilização dos signos e passa a utilizá-los como operação interna, de tal forma que dispensa o uso de instrumentos externos, passa a utilizá-los como operação interna e, começa a utilizar os estímulos verbais (VYGOTSKI, 1991). Estas transformações produzem as funções psíquicas superiores e desenvolvem o domínio de procedimentos e modos culturais de comportamento. Vale ressaltar que estas formas especiais de comportamentos foram desenvolvidas ao longo do processo histórico da humanidade, criadas ativamente pelo ser humano e mantidas culturalmente. Como expressou Vygotski (1987) baseado em Engels, da mesma forma que o uso das ferramentas tem como premissa o uso e o desenvolvimento da mão e do cérebro, também no desenvolvimento das funções psíquicas superiores, o uso de signos e símbolos é premissa essencial para o seu desenvolvimento psicológico cultural (VYGOTSKI, 1987).

La diferencia radica en la orientación de toda la actividad y en el carácter de las vías colaterales. Mientras que la herramienta o la vía colateral real están orientadas a modificar algo en la situación externa, la función del signo, consiste, ante todo, en modificar algo en la reacción o en la conducta del propio hombre.- El signo no cambia nada en el propio objeto; se limita a proporcionando nos una nueva orientación o a reestructurar la operación psíquica. (VYGOTSKI, 1981, p.86).

Como síntese destes apontamentos, destacamos que o desenvolvimento da criança não segue um processo lógico, mas uma determinada gênese histórica. Antigamente, acreditava-se que a criança primeiro dominava o princípio fundamental do pensamento e deduzia dele as

várias formas concretas e específicas que derivavam dessa dedução lógica. Entretanto, não é assim que os procesos, tanto na filogênese, na cultura, quanto na ontogênese ocorreram e ocorrem. Foi ao construir o instrumento que o ser humano aprendeu a fazer e, fazendo passou a compreender, investigar, ter consciência e explicar o processo. Ou seja, o ser humano se apropria dos processos intelectuais como parte do proceso de apropriar-se do modo de operar com as coisas, em relação com as pessoas e em comunicação. Apropria-se da essência das ações, realizadas para criar instrumentos, símbolos e signos e depois passa a operar internamente com eles.

É nesse sentido que se deve superar, definitivamente, a ideia de que o sujeito se desenvolve espontaneamente, como resultado de um conteúdo psíquico ou espiritual, por si mesmo ou como consequência da atividade cerebral. Também se faz necessário enfatizarmos a importância da escrita, da leitura, da matemática e dos demais símbolo e signos para o domínio do próprio comportamento, da concepção pessoal de mundo e da personalidade. Nela também se apresenta a importância que assume a família, a comunidade, a escola, o trabalho e a sociedade que organizam as relações sociais, a comunicação e a atividade. Estas, por sua vez, materializam os procesos educativos de cada geração, de acordo com o período histórico, a classe social e a sociedade em que estão inseridas.

Outro elemento importante na discussão sobre a mediação é o papel de mediador que o próprio sujeito possui em seu desenvolvimento, a partir das características em formação e formadas no decorrer de sua história pessoal. A apropriação do que é disponibilizado ao sujeito é realizada de forma ativa, única e irrepitível, possibilitando qualidades singulares para cada sujeito e em cada novo período de sua vida.

No obstante, un estudio más profundo de cómo se va acumulando la experiencia cultural del niño, demuestra la existencia de importantísimos indicios que son imprescindibles para poder aplicar el concepto de desarrollo a ciertos cambios. El primer indicio consiste en que cada forma nueva de experiencia cultural no surge simplemente desde fuera, independientemente del estado del organismo en el momento dado del desarrollo, sino que el organismo, al asimilar las influencias externas, al asimilar toda una serie de formas de conducta, las asimila de acuerdo con el nivel de desarrollo psíquico en que se halla. Ocurre algo similar a lo que llamamos nutrición durante el proceso de crecimiento corporal, es decir, la asimilación de ciertas sustancias, de material externo que se elaboran y asimilan por el propio organismo. (VYGOTSKI, 1995, p.107).

Para convencer-se disso, basta apresentar que cada nova forma de comportamento, ainda que assimilada do exterior, tem peculiaridades diferentes em cada sujeito. Como sabemos, ele

se estrutura sobre as formas anteriores e só se torna possível com base nelas. Se alguém pudesse demonstrar experimentalmente que é possível dominar imediatamente alguma operação cultural, mediada, abstrata, na fase mais desenvolvida, então ficaria comprovado que, no caso concreto, não ocorre desenvolvimento, mas assimilação externa, ou seja, uma mudança devido a influências puramente externas. Contudo, as análises das experiências demonstram o contrário, que toda ação externa é resultado de leis genéticas internas. Ainda baseados em experiências, pode-se afirmar que nenhuma criança, por mais avançada que esteja no seu desenvolvimento, não pode dominar imediatamente certos processos de escrita ou outras operações abstratas sem ter passado por alguns momentos anteriores do desenvolvimento psíquico. Em outras palavras, a simples assimilação de uma nova operação cultural é fragmentada em uma série de vínculos, em diferentes etapas que se relacionam e transformam internamente, umas com as outras. Neste ponto destacamos, novamente, a importância das diferentes formas de ajuda oferecidas por quem convive com a criança, e que devem ser oferecidas de forma imperceptível e a partir de relações solidárias e respeitadas que produzam experiências e vivências positivas (VIGOTSKI, 1995; BEATÓN 2005; 2012).

A complexidade destes pressupostos deve ser compreendida em unidade com os demais princípios do desenvolvimento psíquico para não perder de vista a busca por explicações que superem as descrições mecanicistas que afirmam que tudo que é individual é social. Os indícios sobre como ocorre essa transformação, do externo em interno, tem a função do outro como determinante. Aqui o “outro” entendido também como o próprio sujeito que a partir das experiências, vivências, sentidos e motivos acumulados de forma consciente e não consciente, produz, transforma, amplia, aprofunda, complexifica, generaliza os sentidos, motivos, significados e as experiências vivenciadas e que orientam seu próprio desenvolvimento.

Para Beatón (1999) a essência dessa abordagem é que ela está orientada para duas direções. A primeira diz respeito ao que é construído ou formado como **subjetividade** ou **intrapíquico**, constituído como consequência da complexa, dialética e dinâmica expressa nas relações interpessoais. A segunda direção, por sua vez, refere-se a indicar a importância e a força dos **processos psicológicos já formados** ou em processo de formação que mediam a formação dos novos processos (BEATÓN, 2005; 1999). Discussão que tem sido **deixada de lado nas atuais pesquisas** e sistematizações sobre o Histórico Cultural e que fora apontada por Vygotski desde seus escritos em 1926, *Psicologia Pedagógica*;

(...) **el único educador capaz de formar nuevas reacciones en el organismo**

**es la experiencia propia.** Para el organismo es real solo el vínculo que le ha sido dado en su experiencia personal. Por eso la experiencia del educando se convierte en la base principal de la labor pedagógica (VYGOTSKY, 2001, p.113).

Beatón (1999) exemplifica que poderíamos comparar, desprovidos de qualquer tipo de posição determinista, que assim como os "genes" são portadores das informações necessárias para os processos que são acionados no desenvolvimento biológico e físico, os "outros" são os agentes que carregam o patrimônio cultural humano. Entretanto, apontar isso não é suficiente, pois deve-se considerar que o desenvolvimento e a formação de novas estruturas dependem de vários aspectos, em especial de como as inter-relações e suas ligações são produzidas. Neste caso, para compreendermos o desenvolvimento psíquico, é necessário considerarmos o conteúdo do desenvolvimento anterior, a sistematicidade com que a ação dos "outros" é disponibilizada, a disposição do sujeito que está em processo de desenvolvimento, as características dos adultos e dos contemporâneos que se tornam desenvolvedores nos muitos aspectos da vida etc.

Para além do destaque sobre o **sujeito ser ativo no seu próprio desenvolvimento**, nos deparamos com o fato de que a criança, o adolescente, o adulto, não aprendem qualquer coisa em qualquer momento, sua aprendizagem depende, como já dito, de como as relações são estabelecidas e dos acúmulos e avanços anteriores no processo de desenvolvimento relacionado com a Zona de Desenvolvimento Proximal. Isso não significaria que os "outros", sejam os adultos, seus pares e o próprio sujeito, não influenciem constantemente o desenvolvimento. A questão reside na compreensão sobre a complexidade do problema, sua integralidade e variabilidade, que estão relacionadas com a organização dos processos educativos, das relações interpessoais, da comunicação e das atividades, constantes e dialéticas com os **processos internos** ou **subjativos**.

Para Beatón (1999), estas explicações dizem respeito à maneira pela qual Vygotski tentou apresentar a **inter-relação de forças externas e internas** e abordá-las a partir do processo de desenvolvimento psíquico do sujeito. Assim, entende-se que para controlar, autorregular e planejar seu próprio comportamento o sujeito precisa conhecer o sistema de estímulos externos e conhecer seus processos internos, assim como as forças que produzem o desenvolvimento humano e seu próprio desenvolvimento. Desta forma, se torna possível avançar naquilo que o sujeito já possui para o que ele poderá fazer e ter consciência de como poderá alcançá-lo e chegar a possuir. E, nestes termos, nos referimos ao objetivo de todo

desenvolvimento e de toda educação, que é o **sujeito planejar e organizar conscientemente sua própria aprendizagem e desenvolvimento integral**.

## 2.4 A Situação Social do Desenvolvimento

Apresentaremos a Situação Social do Desenvolvimento como quarta lei ou princípio geral, para compreendermos o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, o domínio cultural da conduta, a consciência de si, a concepção pessoal de mundo, que, em última instância, formam a personalidade. Esse princípio é fundamental para entendermos como nos constituímos enquanto seres únicos e irrepetíveis, como se constituem as singularidades a partir da relação com as particularidades dos contextos sociais, do momento histórico, classe social e da geração que fazemos parte, juntamente com a totalidade formada pela sociedade e pela cultura em que estamos inseridos.

Para estes conceitos ficarem mais claros e contextualizados os apresentamos em relação com a periodização das idades da criança e o desenvolvimento psíquico. Vale destacar que a maioria das discussões realizadas sobre a periodização do desenvolvimento infantil, no início dos anos vinte, se baseavam em critérios objetivos que não condiziam com a complexidade da questão abordada. Eram usados critérios únicos e externos para abordar esta temática. Assim, foram apontados os equívocos da Psicologia Tradicional, orientada pelo positivismo e pragmatismo, em supervalorizar o empírico e tomá-lo como elemento central nas pseudo explicações sobre o desenvolvimento humano e, com isso “(...) investigar los indícios externos del desarrollo infantil y no la esencia interna del proceso. Pero en la realidad la esencia interna de los objetos y su manifestación externa no coinciden” (VYGOTSKI, 1984, p.253).

Até este momento a psicologia era fundamentalmente descritiva, empírica e fenomenológica, pois estudava apenas os sintomas dos diversos períodos, fases e estágios do desenvolvimento infantil, ou seja, seus indícios externos, mantendo-se na aparência dos fenômenos. Vygotski (1984) nos esclarece que “sin embargo, la verdadera tarea consiste en investigar lo que se oculta tras dichos indícios, aquello que los condiciona, es decir, el próprio proceso del desarrollo infantil com sus leyes internas”. (VYGOTSKI, 1984, p.253). As denúncias sobre a necessidade de superar o empirismo seguem e o autor aponta a necessidade de renunciar as tentativas de classificar as idades por meio dos sintomas. Para isso, seria necessário passar a uma periodização baseada na essência interna do processo estudado, como fizeram em seu tempo outras ciências.

Destaca que uma das questões no desenvolvimento das funções psíquicas superiores são as características qualitativamente novas, desenvolvidas com ritmo próprio e que precisam das mediações especiais, desenvolvidas culturalmente. E, para compreender os fundamentos do desenvolvimento, e/ou possível periodização das idades, aponta “(...) hay que buscarlo em los câmbios internos del próprio desarrollo; tan sólo los virajes e giros de su curso pueden proporcionarnos una base sólida para determinar os principales períodos de formación de la personalidad del niño que llamamos edades” (VYGOTSKI, 1984, p.254).

Essencialmente, em algumas idades o desenvolvimento se distingue por um curso mais lento e cumulativo, nestes períodos a personalidade muda lentamente, de forma quase imperceptível. Durante estes períodos, não se produzem mudanças importantes a ponto de reestruturar a personalidade da criança. Desta forma, as mudanças notáveis são resultado de um longo processo - que se vai acumulando - até certo limite em que se manifesta uma formação qualitativamente nova. Os períodos estáveis eram os mais estudados que os períodos de crises, contudo são nos períodos de crise que se conforma outro tipo de desenvolvimento. Equivocadamente, na maioria das vezes, os períodos de crise eram estudados de forma empírica, sendo entendidas como desvios e não como realmente o que são: momentos revolucionários na forma de se relacionar com o entorno e consigo mesmo. “Sin embargo, el estudio de los índices relativos nos convence de que la lógica interna del próprio proceso del desarrollo es la que provoca la necesidad de dichos períodos críticos, de viraje, en la vida del niño y no la presencia o la ausencia de condiciones específicas exteriores.” (VYGOTSKI, 1984, p.256-257).

Neste sentido, entende-se que em cada período a personalidade modifica sua estrutura interna, como um todo, e as leis que regulam esse todo determinam a dinâmica de cada uma de suas partes. Desta forma, a compreensão sobre a dinâmica da idade possui como condição essencial e primeira “que las relaciones entre la personalidad del niño y su medio social es dinámica em cada etapa de la misma” (VYGOTSKI, 1984, p.263). Centralidade que sustenta um dos principais problemas nas pesquisas e explicações sobre o desenvolvimento infantil e, acrescentamos, sobre o desenvolvimento dos adolescentes, jovens e adultos, que é a relação entre o entorno ou contexto social e a função e forma que esta relação assume na dinâmica do desenvolvimento pessoal. Nas palavras do autor:

El estudio teórico y práctico del desarrollo infantil tropieza con una de sus mayores dificultades cuando se dá una solución errónea al problema del medio y su papel en la dinámica de la edad, cuando el entorno se considera como algo externo en relación con el niño, como una circunstancia del

desarrollo, como um conjunto de condiciones objetivas, independientes, sin relación con él, que por el simple hecho de su existencia influyen sobre el niño (VYGOTSKI, 1984, p.264).

Assim, não se pode aplicar a mesma concepção desenvolvida pela biologia sobre o desenvolvimento dos animais para a teoria do desenvolvimento infantil. Para superar esta visão positivista, pragmática, empirista e linear há que se considerar que a cada novo período a criança estabelece uma relação diferenciada, peculiar, específica, única e irrepetível com seu entorno ou contexto social, e que diz respeito às singularidades de cada criança e às diferentes idades ou momentos de vida. Essa complexa e multideterminada relação é denominada Situação Social do Desenvolvimento. “La situación social del desarrollo, especifica para cada edad, determina, regula estrictamente todo el modo de vida del niño o su existencia social” (VYGOTSKI, 1984, p.264). É a partir desta compreensão que se encontra a segunda questão a ser enfrentada no estudo da dinâmica da idade, aqui assumida como os diferentes momentos e períodos da vida. Esta se refere à gênese das chamadas formações centrais, que em essência direcionam o desenvolvimento psíquico nestes diferentes períodos. Assim, é necessário conhecer a situação social do desenvolvimento, já que se distingue em cada início da nova idade ou momento de vida e é determinada pelas relações estabelecidas entre a criança e seu contexto social. Esta segunda questão diz respeito a esclarecer como surgem e se desenvolvem, em determinada situação social do desenvolvimento, estas novas formações.

Si la tarea que nos habíamos planteado antes consistía en estudiar la dinámica de la edad, en precisar cómo influía el entorno social del niño en la nueva estructura de su conciencia, la tarea de ahora consiste en determinar el movimiento inverso, o sea, averiguar cómo influye la estructura modificada de la conciencia del niño en la restructuración de su vida, ya que el niño que ha modificado su personalidad ya es otro niño, su existencia social se diferencia esencialmente de niños de menor edad (VYGOTSKI, 1984, p.264).

E, para não restar dúvida sobre a importância dada à dinâmica interior ou à situação social do desenvolvimento, o autor afirma que a pouca estrutura da consciência adquirida em cada idade significa que a criança, em cada período, passa a perceber de forma diferente a sua vida interior, que incluem os mecanismos internos de suas funções psíquicas. Ou seja, devido às mudanças ocorridas no final de cada idade, e em especial ao surgimento das novas funções e formações psíquicas, a estrutura da consciência da criança muda “modificando así todo el sistema de su relación con la realidad externa e consigo mismo” (VYGOTSKI, 1984, p.265).

Em síntese, a situação social do desenvolvimento diz respeito a estas diferentes formas que a criança, o adolescente e o adulto se relacionam com o seu contexto social. Diferenças que são marcadas pela singularidade ou subjetividade de cada sujeito e pelos diferentes momentos do desenvolvimento e/ou da vida. Relações que se alteram e reestruturam a partir da experiência de cada sujeito, produzidas pela maneira como a pessoa vivencia as situações sociais e culturais que influenciam sua formação e desenvolvimento, os motivos, sentidos, significados destas mesmas experiências e vivências que, por sua vez, continuam a transformar-se (VYGOTSKI, 1996). Este constante movimento mais perceptível e definido nos momentos de crise, reorganiza os traços gerais e proporcionais do desenvolvimento do ser humano em que a antiga situação social do desenvolvimento se desintrega e se converte em uma na nova, ou seja, no ponto de partida para a próxima idade, período ou momento da vida. É essa reestruturação da situação social do desenvolvimento que se torna o conteúdo principal das idades críticas e das mudanças pessoais.

Llegamos, por tanto, al esclarecimiento de la ley fundamental de la dinámica de la edad. Según dicha ley, las fuerzas que mueven el desarrollo del niño en una u otra edad, acaban por negar y destruir la propia base del desarrollo de toda edad, determinando, con la necesidad interna, el fin de la situación social del desarrollo, el fin de la etapa dada del desarrollo y el paso siguiente, o al superior período de edad (VYGOTSKI, 1984, p.265).

Vejamos a definição para esta situação: “al principio de cada período etéreo se establece una relación peculiar, única y irreplicable, específica para esa etapa de la vida, entre el niño y su medio, ante todo social” (VYGOTSKY, 1996, p.264). Compreender esta relação significa compreender um novo caráter da percepção da criança sobre sua realidade externa e a sua atividade nesta realidade, resultando um novo caráter da percepção da vida interna da própria criança e da ativação de sua vida psíquica (LEÓN; CALEJON, 2017).

La situación social del desarrollo es el punto de partida para todos los cambios dinámicos que se producen en el desarrollo durante el periodo de cada edad. Determina plenamente y por entero las formas y la trayectoria que permiten al niño adquirir nuevas propiedades de la personalidad, ya que la realidad social es la verdadera fuente del desarrollo, la posibilidad de que lo social se transforme en individual (VYGOTSKY, 1996, p.264).

Destacamos, mais uma vez, que apesar da referência ser o desenvolvimento da criança, entendemos que esta complexa dinâmica ocorre no decorrer de todo desenvolvimento humano, independentemente de uma idade específica. Neste sentido, compreende-se que o

desenvolvimento consiste na chegada a uma nova situação social, a qual é gerada e sustentada pelo desenvolvimento ulterior. Vale salientar que o termo “situação” não se refere simplesmente ao ambiente, mas à relação construída pelo sujeito com o contexto e consigo mesmo, isto é, a vivência é sua base. A situação social de desenvolvimento expressa a conjunção dinâmica das condições interpessoais ou externas e as intrapessoais ou internas que produzem o desenvolvimento da pessoa. Nesse sentido, pode-se afirmar, como já destacado anteriormente, que é a relação ativa do sujeito com seu meio ou, em outras palavras, a elaboração subjetiva na qual o contexto social é um dos pontos de partida. Afirma-se isso não para diminuir a importância do contexto social, pelo contrário, para enfatizar que as mudanças que conduzem o sujeito a uma nova percepção de si mesmo e dos diferentes contextos são produzidas ativamente por ele, graças à relação histórica e cultural com os demais homens e mulheres e com tudo aquilo que ele se relaciona (LEÓN; CALEJON, 2017).

No que se refere ao intrapessoal (interno) apontamos que se incluem tanto os aspectos subjetivos adquiridos quanto os criados dialeticamente pelo próprio sujeito em desenvolvimento. Inserem-se nele o herdado e o inato, que medeiam à criação subjetiva e vice-versa, amalgamando-se e constituindo o que é propriamente interno no sujeito. Amálgama que é elaborado de forma ativa, tanto de modo consciente como não consciente. Ressaltamos a dimensão não consciente como o que não é compreendido e/ou explicada pelo sujeito em determinado momento de sua história, mas que faz parte desta complexa relação do subjetivo com o social. Já o interpessoal (externo) é igualmente extenso e rico, englobando a elaboração que o sujeito faz de sua nacionalidade, posição socioeconômica, posição familiar, o tempo que lhe correspondeu viver como parte de uma geração como sujeito social, entre outras condições. “Ao final, a situação social do desenvolvimento pode ser entendida como a subjetivação do emaranhado de relações interpessoais-intrapessoais, estabelecidas pelo sujeito desde uma posição peculiar que ocupa no sistema de relações sociais em que vive” (LEÓN; CALEJON, 2017, p.116).

## **2.5 Vivências e a relação com o pensamento por conceitos, consciência de si e concepção de mundo**

Por fim, apresentamos a vivência, entendida como categoria funcional de análise e base da Situação Social do Desenvolvimento e dos outros princípios já apresentados. É ela que possibilitará a integralidade na análise do desenvolvimento da personalidade. “Una de las

cuestiones más complejas de la psicología y de la psicopatología de la personalidad, que é tratar de explicar con un ejemplo, es el problema que podríamos calificar como vivencia atribuida de sentido” (VYGOTSKI, 1984, p. 378). Elas são as diferentes formas de percepção que diferenciam as relações humanas e, em essência, “radica en que está atribuida de sentido, em su carácter objetal” (VYGOTSKI, 1984, p.378). Por ela tomamos consciência de nossas impressões, em seu conjunto e ao mesmo tempo e em conjunto com as impressões externas. A percepção se une ao pensamento visual direto a partir da denominação semântica dos objetos. “(...) en cada percepción se realiza una generalización. Al decir que nuestra percepción es una percepción atribuida de sentido, significa decir que toda nuestra percepción es una percepción” (VYGOTSKI, 1984, p.379).

Na linguagem, além da denominação dos objetos, temos os seus significados. A criança desde muito cedo expressa os significados dos objetos ou de suas próprias ações, as ações dos outros e, posteriormente, seus estados internos, vontades, sensações. Neste sentido, enfatizamos que assim como nos relacionamos os objetos externos, generalizamos os processos internos, que para o bebê e as crianças menores ainda são desconhecidas e incontroláveis. Sente-se fome, frio, porém não se conhece as próprias vivências. Apenas aos sete anos, aproximadamente, a criança forma uma estrutura de vivências que a permite compreender o que significa “estar alegre”, “estar entristecido” (etc.) e, com isso, orientar de forma consciente suas próprias vivências. “Al igual que el niño de três años descubre sus relaciones con otras personas así de siete descubre el próprio hecho de sus vivencias. Gracias a ello se pone de manifiesto ciertas peculiaridades que caracterizan la crisis de los siete años” (VYGOTSKI, 1984, p.379).

É próximo a este período que as vivências adquirem sentido e a criança poderá compreender o que ocorre quando se sente triste e assim pode ser consciente de sua tristeza. Devido a isso, se formam novas relações da criança consigo mesma, impossíveis anteriormente por não ter a generalização das vivências. “Lo mismo que cada jugada en el tablero del ajedrez, se originan relaciones nuevas entre las vivencias cuando éstas adquieren un sentido determinado” (VYGOTSKI, 1984, p.380). Como no jogo, quando se aprende a função das peças e as possíveis jogadas, movimentos que podem ser realizados, são produzidas novas conexões, as experiências do sujeito, as vivências com determinados sentidos. É aproximadamente aos sete anos que as vivências se reestruturam, assim como se reestrutura a relação com o tabuleiro de xadrez quando a criança aprende a jogar.

En las crisis de los siete años se generalizan por primera vez las vivencias o los afectos, aparece la lógica de los sentimientos (...) El niño de edad escolar generaliza los sentimientos, es decir, cuando una situación se ha repetido muchas veces nace una formación afectiva que tiene la misma relación con la vivencia aislada o el afecto, que el concepto con la percepción aislada o el recuerdo. Por ejemplo, el niño, el niño pré-escolar carece de autoestimación, de amor próprio. Justamente en la crisis de los siete años es cuando surge la propia valoración: el niño juzga sus éxitos, su propia posición” (VYGOTSKI, 1984, p.380).

Por isso, ressalta-se novamente a importância das relações solidárias, respeitadas que possibilitam que as experiências sejam vivenciadas de forma agradável e positiva pelo sujeito. Para o pré-escolar desenvolver uma relação positiva e de confiança em si mesmo é necessário sentir amor próprio, como atitude generalizada. Este, por sua vez, é formado a partir da constância em várias e diferentes situações experimentadas e acumuladas pelo sujeito. Ou seja, a criança nessa idade não sabe julgar a si mesma, não generaliza suas relações com as pessoas de seu entorno e nem compreende seu próprio valor. Por isso, para as crianças menores, as relações solidárias e respeitadas são ainda mais importantes para a formação e organização dos sistemas, funções e conteúdos psíquicos. Somente mais tarde, a partir dos sete anos é que surgem as diversas e complexas formações que alteram radicalmente o comportamento infantil, tais como amor próprio, estima, valorização de si mesmo etc. (VYGOTSKI, 1984; BOZHOVICH, 1976; BEATÓN, 2005; 2012).

Isso quer dizer que “se há formado una nueva unidad de elementos situacionales y personales que hacen posible una nueva etapa en el desarrollo” (VYGOTSKI, 1984, p.381). Nesse sentido, se dizemos que a relação da criança com o meio se modificou, significa que o próprio meio é diferente e que o curso do desenvolvimento da criança mudou.

Es imprescindible introducir en la ciencia un concepto poco utilizado en el interno del con la gente de su entorno, no lo consideramos como un participante activo de la situación social. Reconocemos de palabra que debe estudiarse conjuntamente la personalidad del niño y su medio, pero no cabe suponer que la influencia de la personalidad está a un lado y en otro la influencia del medio y que tanto el uno como el otro actúan como fuerzas externas. De hecho, sin embargo, es así como se suele proceder: en su deseo de estudiar la unidad, la fracción previamente y intentan, después, relacionar lo uno con lo otro (VYGOTSKI, 1984, p.381).

Esta é uma das características do ser humano, ser social, porém seu entorno social não é externo a ele. “Se o niño es un ser social y su medio es el medio social, se deduce, por lo tanto, que el propio niño es parte del entorno social” (VYGOTSKI, 1984, p. 381). É neste sentido que nos interessa, essencialmente, compreender e analisar a formação da personalidade

tendo como base “(...) el viraje fundamental que debe hacerse en el estudio del medio social es pasar de los índices absolutos a los relativos, estudiar, ante todo, lo que significa para él, cuál es su relación con las diversas facetas de dicho medio” (VYGOTSKI, 1984, p. 382). Ou seja, quais são as mudanças na relação estabelecida pela criança, sujeito ativo de seu próprio desenvolvimento, os motivos, sentidos e significados construídos nas experiências vivenciadas pelo sujeito.

Assim, dois elementos a serem destacados, a partir desta relação estabelecida com o contexto social que caracteriza a vivência são: a formação dos significados dados por este meio e o que o envolve e a relação entre o meio e o próprio sujeito. Esta unidade é essencial para as questões metodológicas levantadas nas investigações sobre a gênese e o desenvolvimento da personalidade. “Suele hablarse de la unidad de la personalidad y del medio, de la unidad del desarrollo psíquico y físico, de la unidad del lenguaje y del pensamiento” (VYGOTSKI, 1984, p. 382). Assim sendo, o autor afirma: “Podemos señalar así mismo la unidad del estudio de la personalidad y el medio. Em psicología y psicopatología esa unidad se llama vivencia” (VYGOTSKI, 1984, p.382).

A vivência é a unidade sobre a qual é difícil dizer se representa a influência do meio sobre a criança ou uma característica da própria criança. Essa vivência se configura tal como figura no desenvolvimento da criança. Portanto, no desenvolvimento, as unidades dos elementos pessoais e sociais se realizam em uma série de vivências. Essas vivências, por sua vez, devem ser entendidas como a relação interior, como ser humano, com um ou outro momento e contexto da realidade. Destaca-se: “Toda vivencia es una vivencia de algo. No hay vivencia sin motivo, como no hay acto consciente que no fuera acto de consciencia de algo” (VYGOTSKI, 1984, p.382).

Essa relação torna a vivência única, singular e irrepitível e nos indica que para construirmos a Psicologia Moderna, a vivência precisa assumir a centralidade nos estudos, como da consciência, por exemplo. “La verdadera unidad dinámica de la consciencia, unidad plena que constituye la base de la consciencia es la vivencia” (VYGOTSKI, 1984, p.382). O mais importante para nós é que por meio da vivência é possível compreender os sentidos, motivos, significados que determinado contexto social possui e como influencia o sujeito em determinado momento de sua vida. Nas palavras de Vygotski (1984), “la vivencia posee una orientación biosocial, es algo intermedio entre la personalidad y el medio, que significa la relación de la personalidad con el medio, revela lo que significa el momento dado del medio para la personalidad. La vivencia determina de qué modo influye sobre el desarrollo del niño uno u otro aspecto del medio” (VYGOTSKI, 1984, p.382).

Neste sentido, o essencial não é a situação da criança ou do sujeito adulto, pois podemos encontrar crianças e pessoas adultas em situações e contexto iguais, mas que experimentam e vivenciam de forma completamente diferentes estes contextos e momentos. Assim, entende-se que a vivência expressa, por um lado, o contexto e a relação que o sujeito possui com esse contexto, o modo como o vive e, por outro lado, expressa as particularidades do desenvolvimento do próprio sujeito, seus acúmulos, experiências e vivências anteriores. “En mi vivencia se manifiestan en qué medida participan todas mis propiedades que se han formado a lo largo de mi desarrollo en un momento determinado” (VYGOTSKI, 1984, p.382). Assim, de forma clara e explícita, Vygotski (1984, p.383) afirma: “Si tuviéramos que formular una tesis formal, un tanto generalizada, sería correcto decir que el medio determina el desarrollo del niño a través de la vivencia de dicho medio. Así, pues lo más esencial es renunciar a los índices absolutos del medio”.

Neste sentido, retomamos que o sujeito, seja a criança, adolescente, jovem ou adulto, é parte da situação social do desenvolvimento, sua relação com o entorno se realiza através das experiências que são vivenciadas por ele. E é nas vivências que as forças do meio adquirem significado orientador e se transformam em significantes no interior da própria criança. Dessa forma, para entendermos a relação do sujeito com seu contexto, se faz necessário investigarmos como ele vivencia determinada situação naquele momento da sua vida, buscando compreender as particularidades e as transformações internas já ocorridas e que estão em curso.

Em síntese, entende-se que toda vivência está respaldada por uma influência real e concreta, pela dinâmica do contexto social que o sujeito se relaciona. E a essência de toda crise nos períodos do desenvolvimento residem nas mudanças da relação do sujeito com o meio. É a partir destas mudanças que se reestruturam os interesses, os sentidos, motivos, os significados e as atividades do próprio sujeito, sendo que são eles os motores da formação e transformação da consciência e de toda personalidade.

Para Beatón (2005; 2017), a vivência é a unidade funcional básica de análise, diferente das demais unidades de análise, tais como: o significado, a atividade, a comunicação e outras que podem vir a ser definidas. Entende que a vivência possui outro nível na estruturação das unidades funcionais do desenvolvimento psíquico ou do psicológico e aponta que ela se constitui como um processo que vai conformando e conformando-se a partir do interpessoal, das relações sociais, da atividade e da comunicação, que permitem, por sua vez, a formação da experiência individual, que ao acumular-se no interno do sujeito, de forma consciente ou inconsciente, forma a personalidade.

Novamente ressaltamos a importância das relações solidárias, respeitadas, percebidas pelo sujeito em desenvolvimento como positivas, pois são definidoras para que o sujeito vivencie suas experiências de forma que lhe resulte agradável ou desconfortável, aceite ou rejeite as instruções, orientações, apoio, lhe atribuí um sentido positivo ou negativo ao que foi experienciado e vivenciado. Assim, entende-se que o relacionamento emocional positivo com os “outros” é fundamental para o desenvolvimento psíquico, especialmente pelo fato de que a atribuição de sentidos e a formação dos motivos são os motores que orientam nosso comportamento cultural, a concepção pessoal de mundo e a própria personalidade.

Inicialmente, como já analisado anteriormente, as Funções Psíquicas Superiores, as ações, os comportamentos e a busca pelas soluções de problemas possuem um caráter externo, extrínseco ao sujeito. É este ponto essencial em que o sujeito realiza a ação e continua a realizá-la, a partir da relação emocional positiva, saudável, respeitosa que possui com quem está se relacionando, pode seguir valorizando a experiência por ter sido vivenciada de forma agradável e positiva. Assim, o processo tem maiores e melhores condições de produzir sentidos e significados positivos, criar interesses e motivos com uma agradável vinculação com o social, o real e concreto (VYGOTSKI; LURIA, 1989; 1990; BEATÓN, 2005)

Neste ínterim, um dos pontos centrais nesta discussão é que os processos educativos possam garantir as condições para que, mais tarde, o próprio sujeito possa planejar sua aprendizagem e desenvolvimento, de forma mais independente e segundo sua maneira de projetar as ações e atividades. O próprio sujeito utilizará este complexo, dialético e dinâmico mecanismo vivencial e de atribuição de sentidos/motivos para orientar suas tarefas, buscar conhecimentos e procedimentos para obter a solução de seus problemas. Desta forma, a motivação que outrora era extrínseca à atividade passa a conter a motivação nela mesma, ou seja, a motivação extrínseca é substituída pela intrínseca, com sentido em si. Assim, novamente insistimos que o objeto interno e de natureza psíquica sempre estará relacionado com social e cultural. Ele se generaliza nestes dois planos, se relaciona com subjetivo, a partir da experiência vivenciada e atribuída de sentido e, definitivamente, o próprio sujeito, o internaliza como conteúdo subjetivo, ideal e representativo em todas as suas implicações, diversidade e relações (VYGOTSKI; LURIA, 1990; 2007; BEATÓN, 2005).

Em síntese, é o que insiste Beatón (2005; 1999; 2017) para explicar a formação das qualidades propriamente humanas, de forma mais integral, dialética, dinâmica e mediada possível. Processo que é composto desde as relações na idade inicial, estas, as relações, medeiam as experiências vivenciadas pelo sujeito e que são a base para a formação dos sentidos. Assim, as aprendizagens baseadas nesses sentidos são acionadas pelo sujeito que está formando

motivos, interesses, necessidades, desejos e sentimentos que podem levá-lo a continuar produzindo para si as vivências e experiências, a partir das relações sociais que ocorrem em atividade e em comunicação. Ou seja, esse processo cria as condições para que o próprio sujeito se desenvolva, mediado por outros, e repita as boas, agradáveis e positivas experiências para continuar a desenvolver-se, multiplicando-as. Processo que está no centro da orientação do comportamento e das práticas sociais, da comunicação, formando e transformando suas funções, processos e conteúdos psicológicos e emocionais que compõe a personalidade.

Uma das importantes mudanças na forma com que o sujeito experimenta suas vivências está relacionada às transformações que ocorrerem nas funções e sistemas psíquicos e que alteram a forma de se relacionar o conteúdo do pensamento e da linguagem, lembrando que a partir de dado momento o desenvolvimento da fala domina a ação, como discutido no decorrer deste texto. Geralmente, este período de intensas transformações ocorre na adolescência e muda a forma de se relacionar com as vivências, tal como ocorria na infância, pois altera qualitativamente a maneira que o sujeito se relaciona consigo mesmo, com os outros, com o contexto social e com a cultura. Será neste marco que desenvolveremos este último tópico, pois ele se relaciona com a formação da consciência de si mesmo, da concepção pessoal de mundo e a organização diferenciada da personalidade.

Vale ressaltar que estas questões não foram suficientemente sistematizadas por Vygotski e seus colaboradores, tampouco por seus continuadores (BEATÓN, 2005), configurando-se ainda como uma discussão a ser desenvolvida. Em que pese sua importância, as limitações da presente tese não nos permitem realizá-la com o aprofundamento exigido/merecido. Ainda assim, buscaremos apontar alguns elementos a respeito desta questão.

Como já comentado, as transformações ocorridas a partir da adolescência criam as condições para a formação do pensamento por conceitos, este por sua vez, possibilita a formação da consciência de si mesmo e a concepção de mundo. Nas palavras de Vygotski: “Lo que se suele denominar personalidad no es otra cosa que la autoconciencia del hombre que se forma justamente entonces: el nuevo comportamiento del hombre se transforma en comportamiento para sí, el hombre toma consciencia de sí mismo como de una determinada unidad” (VYGOTSKI, 1984, p.229).

Este é o ponto central de toda idade de transição na adolescência. Assim, poderíamos expressar de maneira figurada que a diferença entre a personalidade da criança e a personalidade do adolescente está nas diferenças e nas condições que os sujeitos possuem de denominar verbalmente os atos psíquicos pelo uso dos conceitos. É por toda essa reorganização psíquica, sempre em unidade com as emoções, que o adolescente passa a tornar voluntário os seus

pensamentos. “Los actos psíquicos adquieren carácter personal sólo basándose en la autoconciencia de la personalidad e en su dominio” (VYGOTSKI, 1984, p.232). Processo também presente nas próprias ações, pois é o momento em que ele se sente fonte da ação, atribui a ela, aos seus atos, um caráter pessoal, ou seja, é quando se torna possível consciência de si mesmo.

A influência da reflexão sobre si mesmo não se esgota na mudança interna da personalidade. Será graças a formação da consciência de si mesmo, que o adolescente terá a possibilidade de compreender as outras pessoas com mais profundidade e se orientar a partir de suas próprias convicções e princípios. Esta formação da consciência de si mesmo é caracterizada por um novo princípio no desenvolvimento psíquico, na formação dos chamados índices terciários e que caracterizam o desenvolvimento cultural da conduta, do pensamento e das emoções. Este autêntico sistema forma o conteúdo do desenvolvimento das funções psíquicas superiores na idade de transição da adolescência e consiste em dar o passo para o domínio da regulação interna dos processos psíquicos, tais como: a memória, a atenção, o pensamento etc., processo atralado à consciência de si mesmo.

Este novo tipo de relação está fundamentado no estabelecimento de novas conexões e interdependências das estruturadas entre as diversas funções e é onde a personalidade do sujeito passa a participar ativamente das funções psicológicas superiores, pois “todas las convicciones internas, sean cual fueran, las diversas normas éticas, uno y otros principios de conducta se plasman, en fin de cuentas, en la personalidad gracias a esse tipo de relaciones (...). A este mecanismo nosostros lo denominamos *sistema psicológico*” (VYGOTSKI, 1984, p.246).

Esta forma essencialmente nova se refere tanto aos sistemas e funções quanto ao conteúdo do sistema psicológico. A diferença central é que a partir do pensamento conceitual o adolescente desenvolve a capacidade de pensar a partir do essencial e alcançar uma estabilidade maior na orientação de seus pensamentos e emoções, afinal, “(..) la aparición de matices nuevas, una mayor especificación y el empleo consciente es lo que diferencia el pensamiento en la edad de transición del pensamieto del niño” (VYGOTSKI, 1991, p.50).

Este é um período em que o adolescente enriquece seu pensamento com suposições e hipóteses próprias. E, mais que enriquecer sua forma de pensamento, surgem novas formas de movimento, novas formas de operar com conteúdo que está relacionado à estrutura dos conceitos, isso porque “(..) existen zonas, nexos y fenómenos que pueden ser adecuadamente representados tan sólo en conceptos” (VYGOTSKI, 1984, p.70). Novamente, reiteramos que os conceitos são formados a partir e em relação com a realidade, refletem-na de forma fraccionada e, a partir deste momento da vida, o sujeito poderá se relacionar com maior

profundidade e verdade, de modo mais completo e diversificado com ela (BEATÓN, 2005). Transformações que se referem tanto às explicações sobre o contexto social, cultural, econômico e histórico em que o sujeito está inserido e em relação a si mesmo “nos referimos al conocimiento de la propia realidad interna” (VYGOTSKI, 1984, p.70). Nesse sentido, a função da formação de conceitos, na idade de transição, desempenha um papel decisivo, pois permite que o adolescente adentre em sua realidade interna, “en el mundo de sus propias vivencias” (VYGOTSKI, 1984, p.71). Nestas transformações a palavra assumirá uma função essencial em que:

[...] no es tan sólo el medio de comprender a los demás, sino también a sí mismo. Para el parlante la palabra significa, ya desde el principio, el medio de comprenderse, de percibir las propias vivencias. Por ello, tan sólo con la formación de conceptos se llega al desarrollo intenso de la autopercepción, de la autoobservación, al conocimiento profundo de la realidad interna, del mundo de las propias vivencias (VYGOTSKI, 1984, p.71).

Nesse contexto, a relação com a palavra muda radicalmente, pois o pensamento e a ação estão unidos e o sujeito pode estar ciente de suas ações, planejá-las através da linguagem e orientá-las. Neste processo, a linguagem interna assume um papel essencial, pois será quem contribuirá na decomposição e reorganização da relação entre os objetos, fenômenos e seus elementos centrais. Como já dito, o conceito é o reflexo objetivo das coisas em seus aspectos essenciais e diversos, se forma como resultado da elaboração racional das representações e como resultado de ter descoberto os nexos e as relações de dito objeto com outros e em si.

Sendo um meio importante de conhecimento e compreensão que modifica substancialmente o conteúdo do adolescente, pois revela os profundos nexos subjacentes à realidade e “da a conocer las leyes que la rigen, a ordenar el mundo que se percibe com ayuda de una red de relaciones lógicas. El lenguaje es un medio poderoso para analizar y classificar los fenómenos, de regular y generalizar la realidad” (VYGOTSKI, 1984, p.71). Assim, ao conhecer com a ajuda das palavras, que são os signos dos conceitos, a realidade concreta, o homem descobre as leis e nexos que a realidade visível e concreta possui, uma vez que “al conocer con la ayuda de las palabras, que son los signos de los conceptos, la realidad concreta, el hombre descubre en el mundo visible para él las leyes e los nexos que contine” (VYGOTSKI, 1984, p.71). Conhecimento possível por meio da recíproca interrelação, transferência e vinculação entre os conceitos e os fenômenos da realidade.

Porém, além de ser um recurso fundamental de sistematização e conhecimento da realidade exterior, é um meio fundamental para compreender como se assimila adequadamente a experiência social historicamente formada pela humanidade, posto que “el adolescente sistematiza y conoce por primera vez el mundo de la consciência social tan sólo en conceptos. Humboldt tiene toda la razón cuando disse que pensar verbalmente significa juntar el social. El pensamiento alcanza su plena socialización cuando forma los conceptos” (VYGOTSKI, 1984, p.72).

Neste sentido, a autoconsciência, ou como consideramos ser mais consequente nominar, a consciência de si mesmo, não é algo dado e existente desde o princípio. Surge a medida em que o homem começa a compreender-se com a ajuda e uso das palavras e passa a explicar os fenômenos, experiências e vivências a si mesmo por meio delas. Vale ressaltar que existem diferentes níveis de compreensão, sendo que este é o processo que, em última instância, desenvolve e organiza a consciência. Desta forma, a relação entre a ordenação da realidade interna e a organização do contexto social, com ajuda do pensamento em conceitos, possibilita a análise e explicação da realidade, de si mesmo e dos outros. Ou seja, somente este salto qualitativo, na forma de se relacionar consigo mesmo e com a realidade e a cultura, torna o ser humano capaz de obter a liberdade em relação à necessidade. Pois, ao compreender as leis e princípios gerais de seu funcionamento interno e externo, pode criar as condições necessárias para submetê-los e regular culturalmente os próprios comportamentos, ser criativo, planejar conscientemente a sua educação, das gerações atuais e vindouras, transformar a natureza e a si mesmo a partir do conhecimento, compreensão e respeito às regularidades do desenvolvimento humano, da natureza e da sociedade e, desta forma, desenvolver-se integralmente sem colocar em risco a existência da humanidade, como temos feito.

El hombre superdit en conceptos todas sus acciones a tales reguladores. La arbitrariedad, propriamente hablando, sólo es posible en la práctica, pero no en el pensamiento, no en las palabras que utiliza el hombre para explicar sus móviles. La necesidad de explicar su comportamiento, de presentarlo verbalmente, en conceptos, trae como forzosa consecuencia la supeditación de sus propias acciones a dichos esquemas reguladores. [...] a la par de la autoconciencia se forma la libertad y la atención” (VYGOTSKI, 1984, p.72).

Neste contexto, entende-se que compreender as vivências é fundamental, inclusive para **analisar as constantes mudanças, transformações e diferenças sobre como o sujeito vivencia determinadas experiências e contextos no decorrer da sua vida**. Vale assinalar que antes da adolescência a criança vivencia de outra forma a relação com o contexto,

essencialmente por não ter desenvolvido a consciência de si que, por sua vez, não é algo inerente e nem se desenvolve naturalmente. Esta forma de pensar é a revolução que se produz no pensamento e na consciência do adolescente, este é o novo que diferencia o pensamento de uma criança de três anos, sete anos, de um adolescente, de um jovem ou de um adulto. Esta transformação também possibilita a formação de uma concepção pessoal de mundo que, unida à consciência e à consciência de si mesmo, se convertem em convicções internas do sujeito, que orientam seus pensamentos, interesses, motivos, sentidos, emoções, normas de sua conduta, desejos, propósitos etc. (VYGOTSKI, 1984).

Es digno de sinalar que en las respuestas el concepto y el contenido, en él reflejado, no se transmite tal como suelen hacerlo los niños como algo asimilado desde fuera, algo totalmente objetivo, sino que se entrelaza con complejas facetas internas de la personalidad y a veces resulta difícil determinar donde acaba la manifestación objetiva y donde empieza las convicciones propias, el interés individual, la orientación de la conducta (VYGOTSKI, 1984, p.76).

O ponto central é compreender que o conteúdo do pensamento não age de forma isolada, como uma atividade intelectual igual “como llenar un vaso vacío” (VYGOTSKI, 1984, p.76), mas sim que age organicamente relacionado com toda a personalidade, é participante de um sistema geral do desenvolvimento, como um de seus momentos interiores na complexa, dialética e dinâmica relação com o contexto social, a partir das relações sociais sobrepostas à atividade e à comunicação. É nesta mesma direção que se forma a concepção pessoal de mundo, que também não é entendida como um sistema lógico e meditado, ou totalmente consciente. A concepção pessoal de mundo abarca muitas características do não consciente, não explicado e não compreendido pelo próprio sujeito. Contudo ela caracteriza e determina a orientação do comportamento geral, as necessidades, a atribuição de sentidos, os motivos e os significados que foram formados nas relações sociais, na atividade, na comunicação e segue a formar-se e transformar-se pelas experiências vivenciadas pelo sujeito e orientadas de forma consciente e não consciente, de forma automática, sem planejamento ou explicação, e por isso experimentada de maneira mais direta e imediata, o que pode conduzir a dominação do sujeito pelo objeto, situação ou contexto (VYGOTSKI, 1984). Nisso está a essência dos processos educativos, desde a família, comunidade, escola, instituições e sociedade, que possibilitaram as condições para que o sujeito se aproprie dos instrumentos, signos e símbolos acumulados historicamente.

## 2. DIFERENTES FORMAS DE SE RELACIONAR COM A TERRA, O TRABALHO E A COMUNIDADE

Neste primeiro capítulo buscamos compreender as diferentes relações que os povos originários e camponeses estabeleceram com a terra, a produção e a comunidade. Relações que deram base para o desenvolvimento de organizações sociais singulares, em que a terra, o trabalho e a comunidade, estavam alicerçados em práticas coletivas e solidárias. O caminho percorrido, neste capítulo, nos aponta para elementos relevantes no estudo das comunidades camponesas faxinalenses, pois também possuem uma organização comunitária diferente da imposta pelo sistema capitalista. A relevância destes aspectos, nesta pesquisa, se refere aos indícios referentes às outras formas de subjetivação, que não a dominada no modo capitalista de organizar a sociedade.

Do desenvolvimento teórico de Rosa Luxemburgo, duas obras são fundamentais para esta discussão: *Introdução à Economia Política* e *Acumulação do Capital*. Na primeira, Luxemburgo (2015) discute sobre as sociedades que utilizavam formas de comunismo, anterior ao sistema capitalista. A autora dedica parte do livro para a análise destas organizações sociais, se encantando com o funcionamento igualitário das *markas* germânicas e se surpreendendo com a “economia natural” daquela sociedade.

Dois aspectos são ressaltados na análise destas comunidades. O primeiro diz respeito à busca dos elementos históricos que revelam a gênese da propriedade privada, questionando assim, seu caráter “eterno” e “intocável”. O segundo é a utilização do comunismo, anterior ao sistema capitalista, como um ponto de referência importante para a crítica ao capitalismo e sua forma irracional e reificada de organizar a sociedade, tendo como base a radical oposição entre valor de uso e valor de troca. Assim, a busca pelo passado destas comunidades é gerada pela necessidade de se apropriar de tudo que possa prefigurar o socialismo moderno (LÖWY, 2015). Outro ponto relevante é a central relação entre o uso comum da terra e o trabalho, tendo nestes processos os fundamentos que sustentam estas formas de organizações sociais (LUXEMBURGO, 2015).

Na obra *A Acumulação do Capital*, Luxemburgo (1976), discute a força do Imperialismo sobre as comunidades originárias. Desenvolve a compreensão do capitalismo como um fenômeno imperialista que necessita da aliança entre a luta anticolonial dos povos colonizados e a luta anticapitalista do proletário moderno para ser superado. Assim, Luxemburgo avança na compreensão do capitalismo como um sistema mundial, onde os países da periferia têm lugar permanente, não apenas em função da necessidade das colônias como fontes de acumulação

originária, mas como elemento imprescindível para o capital desenvolver-se. Essa forma de expansão se faz presente desde seu início, em que capturou mercados externos e transformou economias naturais, não mercantis, em economias de mercado, por meio do Estado.

A expansão do capital arrasa outras formas de organização social e, ao mesmo tempo, produz resistência destas comunidades. Este é um dos elementos fundamentais na compreensão e análise destes modos de vida: as estratégias de enfrentamento, permanência e recriação desenvolvidas a partir das pressões exercidas para apropriação de suas terras (LUXEMBURGO, 1979, 2015).

Na análise desenvolvida sobre as comunidades originárias o interesse inicial de Luxemburgo (2015) é pela *mark* (marca) germânica. Essa denominação foi dada à organização comunitária primitiva que desempenhou um papel importante no campo deste país. Assim como para Engels, em especial no desenvolvimento das discussões do texto *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, as interpretações de Georg Ludwig Von Maurer e Morgan influenciaram Luxemburgo. Georg Ludwig Von Maurer, ao analisar os documentos e textos jurídicos sobre a história agrária e fundiária germânica na Idade Média, em países nórdicos e na Islândia, encontrou como elemento em comum entre esses territórios o uso da propriedade coletiva do solo, uma espécie de comunismo agrário presente nas colônias germânicas. O mesmo constatou que a propriedade comum do solo não surgiu na Idade Média, mas foi uma forma primitiva típica e geral das colônias germânicas na Europa. Outros pontos destacados por Luxemburgo (2015) foi à ausência, nestas comunidades, da presença do Estado, das leis escritas restritivas e da divisão entre ricos e pobres, mestres e trabalhadores.

No mesmo período, surgiram novas descobertas sobre o comunismo nas vilas germânicas e em outras partes do continente europeu. Um exemplo foram as pesquisas do barão Westphalien Von Haxthausen (1851-1853). Este visitou a Rússia no início dos anos 1840, a pedido de Tsar Nicolas I, e publicou seus estudos em Berlin, divulgando para o mundo a existência destas organizações na Europa. Haxthausen analisa a ausência da propriedade privada entre os russos, onde os campos, as cercas vizinhas e as florestas pertenciam a toda vila. Descreve que todos viviam em um comunismo agrário, regulamentado comunitariamente, em que os negócios públicos eram definidos nas assembleias da vila, estas chamadas de MIR<sup>3</sup> (LUXEMBURGO, 2015).

Outras comunidades pesquisadas estavam localizadas na Ásia do Sul e na África do Norte e também chocaram pelas relações que estabeleciam entre si. Os ingleses encontraram

---

<sup>3</sup> O MIR será estudado por Marx depois que a camponesa Vera lhe escreve uma carta, trataremos desse ponto no texto.

comunidades camponesas das mais variadas formas, territórios grandes e pequenos, presentes há milênios, onde se cultivavam os alimentos e vivia-se na calma e na ordem. Porém, para horror dos ingleses, em nenhuma das vilas existia a propriedade privada do solo. Os grupos tinham em acordo não declarar a parcela que cultivavam, nem vendê-la, nem alugá-la ou hipotecá-la. As relações sanguíneas eram essenciais nestas organizações, ao passo que a propriedade individual não significava nada. Sobre estes sistemas econômicos, então, Luxemburgo (2015) afirma não conceber nada de mais simples e mais harmonioso, pois têm o mecanismo da vida social “aberto”, onde as atividades de cada pessoa são integradas como elementos de um todo. As necessidades imediatas da vida cotidiana são saciadas igualmente, sustentadas pelo trabalho de todos e pelas decisões coletivas.

Na Índia, também foram encontradas diferentes formas de comunismo, anterior ao sistema capitalista, as chamadas “comunas indianas”. As comunas são descritas como organizações sociais conservadas nas regiões antigas habitadas pelos indianos, como no Nordeste, onde a propriedade comum e a força dos laços de parentesco se faziam presente há milênios. Da mesma maneira que o ‘comunismo agrário’ estava presente nos três povos indo-germânicos (germânicos, eslavos e indianos) foi encontrado na França e na África, como já citado. Na África do Norte o povo *Kabile* ganhou destaque nas análises de Luxemburgo (1976). Eram populações que antes da chegada do Colonialismo Francês se organizavam solidariamente, compravam em conjunto os animais para serem repartidos pelas famílias e tinham como regra a propriedade indivisa. “Quando os franceses conquistaram a Argélia, a massa da população *Kabile* era dominada por antiquíssimas instituições econômicas e sociais, que, apesar da longa e movimentada história do país, conservaram-se até o século XIX, e parte delas até os nossos dias” (p.325).

A destruição destas organizações, baseada na apropriação e uso comum da terra, foi um dos principais investimentos dos colonizadores Franceses, pois “todas as revoluções francesas do século XIX visavam ao mesmo interesse fundamental: o domínio da burguesia capitalista e sua forma de propriedade” (LUXEMBURGO, 1976, p.328). Assim, acrescenta:

A destruição sistemática, consciente, da propriedade comum, e sua partilha, foi o polo imutável sobre o qual girou a política colonial francesa durante meio século (...) O aniquilamento da propriedade comum que devia destruir o poder das famílias árabes como comunidades sociais e enfraquecer sua resistência tenaz ao jugo francês que, não obstante sua superioridade militar, se encontrava incessantemente inquieto com as rebeliões das tribos (LUXEMBURGO, 1976, p. 328).

Assim, a transformação das propriedades de uso comum da terra foi imprescindível para a efetivação da colonização francesa, o enfraquecimento das populações colonizadas e a expansão do capitalismo.

A ruína da propriedade comum foi uma condição prévia para que se pudesse desfrutar economicamente do país conquistado, isto é, para que se pudesse arrancar o solo das mãos de seus proprietários árabes milenares e colocá-lo nas mãos dos capitalistas franceses (LUXEMBURGO, 1970, p.329).

As investidas dos colonizadores para destruir as comunidades originárias, foi uma prática também conhecida aqui na América Latina. Um dos povos que se destacaram no continente, pelo uso comum do solo e resistência à colonização, foi o Império Inca. Organização que envolveu os países do Peru, Bolívia e Chile, abrangeu uma extensão de 3.364.600 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes. O império Inca tinha sua vida comunitária alicerçada nos vínculos de parentesco, em que o solo da vila, ou grupo de vilas, pertencia aos núcleos familiares. Os campos eram divididos em partes e sorteados anualmente pelos integrantes da comunidade e os negócios públicos eram decididos em assembleia, que também elegia seu chefe. Os povos latinoamericanos e os antigos germânicos possuem várias características em comum, dadas às semelhanças na forma de se organizar econômica, social e culturalmente. A própria nomeação da comunidade é igual, pois tanto no Peru quanto na Alemanha, chamava-se Marca. (LUXEMBURGO, 2015).

A partir de elementos históricos e antropológicos, chega-se a considerações que nos são essenciais: o comunismo nos povos originários não foi uma ‘particularidade étnica’, de uma raça ou de um continente. Estas formas de se organizar estiveram presentes em toda sociedade humana e compuseram uma certa etapa do desenvolvimento histórico (LUXEMBURGO, 2015).

Entretanto, estamos cientes das contradições e limites políticos, econômicos e sociais nessas organizações. Dentre as críticas que receberam estão o permanente estado de guerra, o amplo processo de escravização entre populações indígenas e as sociedades tribais africanas, a apropriação privada dos bens comunais por lideranças e chefes e o baixo desenvolvimento das forças produtivas dessas populações, inclusive para atender às suas próprias necessidades. Estes elementos são apontados como importantes na produção de certa desigualdade e exploração no interior destas comunidades, sendo utilizados pelos colonizadores como estratégia para deflagrar o desmonte de seus modos de vida (LUXEMBURGO, 2015).

Das análises realizadas sobre a população indígena peruana, destacamos a de José Carlos Mariátegui. Intelectual e político, fundador do Partido Socialista do Peru, escreveu sobre o passado deste país e os enfrentamentos que considerava importantes para superação das lutas de classes no início do século XX. Dentre os pontos levantados, destaca a eliminação do latifúndio e da servidão, concomitante às mudanças na compreensão sobre os indígenas e camponeses. O autor explicita que, mesmo as relações sociais vinculadas ao trabalho assalariado e outras formas de exploração da força de trabalho da população camponesa, precisavam ser compreendidas através do uso e expropriação da terra indígena e, ainda, insere “o problema do índio” como pauta central ligada ao “problema da terra”. Com essa perspectiva, reivindica a ressignificação das discussões sobre a “cidadania indígena”, presentes naquele momento no campo do simbolismo e das lutas por direitos. Ressignificação que apresentava a necessidade concreta de enfrentar a questão do indígena como camponês, sujeito histórico pertencente a uma classe social (PACHECO, 2013). Nas palavras de Mareátegui (2010, p.65) “A solução do problema dos índios tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios”.

Apoiando-se nos estudos etnológicos de Castro Pozo (1924), Mareátegui (2010) destaca a força da sociedade Inca que continuava mantendo muitas das terras como pertencentes à sociedade comunal, configurando-se em uma organização baseada na propriedade coletiva da terra, dos cultivos, dos pastos e das águas. Tais comunidades, como os *Ayllus*, se desenvolviam segundo uma disciplina solidária e tinham grande autonomia em relação ao poder central. Organização que também possuía diferentes contradições, como a de ser governada por uma “aristocracia indígena”, mesmo assim é reconhecida sua força, pois apesar de séculos sofrendo as pressões da colonização, mantinha muitas das terras como pertencentes à sociedade comunal. Sobre a invasão espanhola escreve: “a conquista foi um ato político” que interrompeu a autonomia da “nação *quéchua*”, mas “não implicou na substituição repentina das leis e costumes dos nativos pelos dos conquistadores”. A cultura coletivista e solidária se mantinha mais fortes que o poder dos colonizadores (MAREÁTEGUI, 2010).

A força destas sociedades estava alicerçada nas relações de trabalho cooperativista, desenvolvidos a partir do uso coletivo dos recursos naturais. Nesse sentido, o trabalho era para o inca uma virtude libertadora: o “destino do homem é a criação”; o “homem se realiza em seu trabalho”; o trabalho, “amorosamente desempenhado” é, para o inca, a “virtude mais alta” (MAREÁTEGUI, 2010, p. 106). Este contexto explica a ausência do conceito de liberdade individual para os indígenas, a liberdade como fenômeno liberal não era experimentada por estas populações, pois apesar de suas contradições, mantinham as práticas sociais coletivas.

Assim, Mariátegui (2010) recusa o “dogma” de certa leitura vulgar do marxismo, forte à época, que entendia o proletariado como o “sujeito revolucionário” por excelência. Reivindica que, embora a revolução peruana devesse ser dirigida pela classe operária (organizada em seu partido), os camponeses indígenas seriam seus principais aliados neste processo, população esta que consistia na grande maioria do povo peruano e que mantinha, ainda, em sua vida cotidiana, “elementos de socialismo prático”. Além destes “elementos” socioculturais objetivos, o autor ressalta como já descrito, a disciplina do trabalho comunitário e a solidariedade e entende que os indígenas detêm, em sua concepção de mundo, um fator subjetivo, ético, que lhes provê forças psíquicas para a luta; os índios têm esperança de conquistar a liberdade, uma fé de novo tipo, não mais religiosa, mas revolucionária (MARIATEGUI, 2010).

Essa subjetividade singular atrelada à “vontade revolucionária”, alicerçada no uso coletivo das terras, é indissociável em um projeto emancipatório. Neste os tradicionais saberes do passado são uma raiz onde deve se apoiar a construção de um programa que permita ao índio ser um “cidadão livre” e desfrutar de todos os bens criados pela humanidade, inclusive os seus próprios. Porém, nesta construção, tais tradições têm de ser confrontadas dialeticamente com o melhor do conhecimento contemporâneo (PACHECO, 2013). Processo que temos como tarefa histórica se quisermos construir as condições concretas para a transformação social da América latina.

### **3.1 *Nhandereko ou Bem Vier e os Povos Guaranis***

Seguindo o objetivo de compreender diferentes organizações sociais, baseadas no uso coletivo do território, e suas singulares formas de subjetivação, destacaremos o *bem viver*. A escolha pela análise do *bem viver* ocorreu devido às hipóteses de pesquisas que relacionam o *bem viver* com os Povos Indígenas Guaranis e a presença destes povos na gênese das comunidades camponesas faxinalenses.

Na língua Guarani o *bem viver* é expresso pelo termo *nhandereko*. Já nas comunidades do Equador chamam-se *Buen Vivir* ou *sumak kawsay*, na língua *kíchwa*, e na Bolívia, *Vivir Bien* ou *suma qamaña*, em *aymara*. Além das comunidades destes países outros povos indígenas possuem noções similares a de *bem viver*, tais como: os *mapuches* do Chile, os *kunas* do Panamá, os *shuar*, os *achuar* da Amazônia equatoriana e as tradições maias da Guatemala e de Chiapas, no México (ACOSTA, 2015).

Esta proposta reivindica o passado e o presente dos povos e nacionalidades indígenas. É, em essência, parte de um processo sustentado no princípio de continuidade histórica. O Bem Viver, então, nos dizeres do sociólogo argentino Héctor Alimonda, aparece ancorado ‘no legado dos povos andinos, em suas práticas cotidianas, em sua sabedoria prática’. Nutre-se dos aprendizados, das experiências e dos conhecimentos das comunidades indígenas, assim como de suas diversas formas de produzir conhecimentos. Seu ponto de partida são as distintas maneiras de ver a vida e sua relação com a Pacha Mama. Aceita como eixo aglutinador a relacionalidade e a complementariedade entre todos os seres vivos – humanos e não humanos (ACOSTA, 2015, p. 78).

Turino (2015) aponta que um leitor apressado pode tomar este conceito como um princípio restrito ao ambiente andino e amazônico, o que afirma ser um equívoco. Esta é uma filosofia em construção, universal, baseada na cosmologia e no modo de vida ameríndio e que está presente em outras culturas. Ademais, está entre nós, no Brasil, com o *teko porã* dos guaranis<sup>4</sup>, na ética e na filosofia africana do Ubuntu, no ecossocialismo e na busca por ressignificar o socialismo do século 20, no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais, na minga ou *mika* andina, nas rodas de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé e até mesmo na Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum<sup>5</sup>. Em relação a isto:

Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte” dela e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos (TURINO, 2015, p.13).

Acosta (2015) destaca que as experiências, os conhecimentos acumulados e as formas de produzir estes saberes são o ponto de partida para a construção desta forma diferenciada de ver a vida e se relacionar com a *Pachamama*. Nesta perspectiva, ela é entendida como terra grande, geradora e sustentadora da vida, símbolo de fecundidade que tem a solidariedade como base de suas relações. Para este autor o *Bem Viver* se transformou em inúmeras práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas. Tem se apresentado como um modo de vida que

<sup>4</sup> O autor esclarece, citando Costa (2015) que *Teko porã* é a tradução literal em guarani da expressão *kíchwa sumak kawsay*. *Teko* se refere à vida e à existência em comunidade; *porã* pode ser traduzido como belo, bonito, bom. O termo *nhandereko*, mais comum entre os guaranis, e que também pode ser grafado como *yande reko* ou *nãndereko* remete a ideia de “nossa forma de vida” e encerra um conjunto de valores específicos dos povos guaranis que resistem no que resta de seus territórios no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

<sup>5</sup> Infelizmente, não daremos conta de uma avaliação de cada uma destas propostas e seus desdobramentos teóricos, neste momento apenas nos preocupamos em construir um panorama geral, sem negar as contradições e conflitos presentes nestas formas de se organizar socialmente.

conseguiu resistir ao capital, aos processos de exploração e repressão da longa noite colonial que incide até nossos dias.

Dadas as relações estabelecidas entre as comunidades indígenas e as relações coloniais e capitalistas, Acosta (2015) destaca as transformações pelas quais estas comunidades vêm passando, contexto que afugenta possíveis visões românticas de sua realidade. Os conflitos ocorrem pelo fato deste modo de vida, expresso no “*bem viver*”, estar na contramão do “viver melhor” ocidental, baseado na exploração máxima dos recursos disponíveis, sem considerar a limitação das fontes básicas da vida. O *Bem Viver* possui um forte sentido que se contrapõe à iniquidade própria do capitalismo, em que poucos vivem bem em detrimento da grande maioria que não tem o que é necessário para sanar as necessidades básicas.

As resistências produzidas a partir desta forma de se relacionar com a Pachamama estão baseadas em noções amplas, que abrangem seres humanos e não humanos. Assentada na relação entre sujeitos e sujeitos e não entre sujeitos e objetos (a serem consumidos). Esta forma de conceber a vida tem contribuído para os processos de organização, tanto de movimentos sociais populares quanto na disputa por um Estado que garanta condições dignas de existência de tudo que envolve a vida. Dentre os movimentos, podemos destacar os movimentos indígenas, Zapatistas, camponeses. Em relação às disputas de do Estado apontamos os processos do Equador e da Bolívia<sup>6</sup>, que, por meio de Assembleias Constituintes, reconheceram os direitos à/da Natureza, à Pachamama, à Mãe Terra<sup>7</sup>.

Como já comentado anteriormente, os povos Guaranis são um dos grupos indígenas que possuem sua concepção relacionada ao *Bem Viver*. Para compreender melhor como estes povos se organizavam socialmente, nos apoiaremos nas análises sobre a economia doméstica, no período colonial, realizadas a partir de investigações etnográficas e etnológicas, desenvolvidas por Martins (2002). A importância de compreendê-los se dá pela forte presença destes grupos, e sua cultura, na organização do modo de vida das comunidades investigadas nesta pesquisa.

Os grupos Guarani são de origem amazônica, horticultores que, na chegada das primeiras frentes de colonização ibérica na América do Sul, dominavam grandes parcelas das florestas tropicais e subtropicais do rio da Prata. Nestas florestas, organizavam-se em um

---

<sup>6</sup> No Equador a Assembleia Constituinte ocorreu entre 2007 e 2008, na qual se debateu, escreveu e aprovou a atual Constituição da República. Nesta, é reconhecida no Cap. 1o, a característica “intercultural” e “plurinacional” do país, e afirma-se a necessidade e decisão de construir “uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o Buen Vivir, o *sumak kawsay*”. Já na constituição boliviana, aprovada em 2009, prescreve-se sobre o direito à terra no território indígenas originários e camponeses e aponta limites na retirada dos recursos minerais, contudo, ambas possuem limitações e são mais um alternativa *de* desenvolvimento e não uma alternativa *ao* desenvolvimento como apontam Acosta e Martínez (2009).

<sup>7</sup> Estamos cientes dos limites dessa discussão dentro do Estado e das discussões sobre institucionalização da Pachamama, apesar disso, consideramos importanteS estes processos.

singular arranjo técnico e econômico, capaz de manter equilíbrio entre o uso e manejo dos recursos e o ambiente natural. Complexidade que os invasores ibéricos e missionários jesuítas foram incapazes de compreender, dadas às profundas diferenças que separavam os modos de vida e gerenciamento das riquezas nas sociedades indígenas e aquela típica da Europa Ocidental Moderna, de onde provinham (SOUZA, 2002). As interpretações equivocadas desdobram até os dias de hoje, influenciam a compreensão sobre seus modos de vida e as influências que exerceram na formação dos povos tradicionais e camponeses do Brasil.

Nesse sentido, o estudo destas sociedades exige um olhar diferenciado para suas organizações, em especial, superar as divisões próprias das interpretações lineares produzidas pelo atual sistema hegemônico. Além disso, muitas vezes essas sociedades são analisadas a partir da oposição entre economia e parentesco, como se fossem duas estruturas, uma exterior à outra, ou como infraestrutura e superestrutura. Porém, nestas organizações, as relações de parentesco funcionam como relações de produção e políticas (SOUZA, 2002).

Para os Guaranis, a família grande constituía “originalmente, a comunidade de produção, de consumo e de vida religiosa. [...] e era no seu âmbito que se desenvolvia a maior parte as atividades produtivas” (SOUZA, 2002, p. 224-225). Mesmo nas comunidades em que se tinha um núcleo doméstico mais ampliado, unido pelo vínculo de pertencer à aldeia como o *tekoha*<sup>8</sup>, a linhagem guarani permanecia sendo a base de sua produção.

Esta organização estava baseada no convívio com a floresta tropical e tem-se como hipótese que o vínculo aldeão se tornou possível somente em áreas ecologicamente favoráveis. Nelas seria possível que as unidades domésticas tivessem a capacidade de um maior nível de produção, pois se acredita que, dependendo do índice e da capacidade produtiva na esfera doméstica, apareceram ou não, as condições adequadas para a criação do *tekoha*. Nesse sentido, a constituição do vínculo aldeão na sociedade Guarani trouxe consequências significativas sobre os padrões de circulação e de consumo dos bens da produção doméstica. Assim, utilização de recursos disponíveis para a criação de uma rede de circulação comunitária só foi possível quando o nível produtivo excedia as exigências domésticas. “Nesse caso, o consumo e a circulação aldeã também se tornam viáveis, fundamentando um intrincado sistema político-econômico baseado em princípios de prestações e contraprestações, como é a reciprocidade” (SOUZA, 2002, p.226).

---

<sup>8</sup> O termo *tekoha* aparece sistematicamente nos documentos jesuítas do período colonial, para descrever, segundo os estudiosos da etno-história Guarani, a organização social aldeã. A análise destes mesmos documentos revela variações no grau integrativo entre famílias extensas unificadas por um vínculo aldeão (SOUZA, 2002, p. 226).

A organização político-econômica de sociedades parentais, como é o caso dos povos indígenas Guarani, possuem características como: produção orientada pelas necessidades familiares, em que o alimento ocupa um lugar predominante na produção; relativa liberdade na utilização dos recursos de produção; trocas comprometidas com a redistribuição de produtos e o grupo familiar como unidade de produção, de consumo e segmento autônomo no interior do conjunto social mais amplo (SOUZA, 2002).

A produção, para estes povos, tem como objetivo saciar as necessidades do grupo familiar, local ou político. “A organização do trabalho e a forma de distribuição dos resultados e dos produtos de sua atividade são, fundamentalmente, decisões domésticas; e realizadas levando em consideração primordialmente a satisfação doméstica” (SOUZA, 2002, p.223). Assim, a quantidade produzida está relacionada com as exigências habituais da família, os produtos são disponibilizados para o benefício direto de quem produz podendo deixar uma margem para trocas.

Quanto aos trabalhos, chamados *mutirão* ou *puxirão*, são organizados de duas formas: trabalhos coletivos feitos para determinada pessoa ou família e os destinados para a coletividade. São compreendidos como formas de expressão da solidariedade de um grupo de vizinhança ou de um grupo local.

A prática de roças coletivas, a linhagem familiar como unidade de produção e consumo, a posse coletiva das áreas e das terras de lavoura, a ausência quase que completa de comércio intragrupal (a não ser por troca de serviços) são indicativos de que não se reconhece o indivíduo como agente econômico na comunidade. Além disso, os arranjos técnicos e econômicos contribuem para manter um equilíbrio mais duradouro entre o uso dos recursos naturais e o meio ambiente, produzindo uma relação equilibrada com a natureza como forma de sobrevivência. As comunidades Guaranis ocuparam seus territórios ao longo de muitos anos, ou séculos, com equanimidade, onde o trabalho de transformação da natureza garantia-lhes a reprodução da vida física, política e espiritual. A organização política e econômica dos guaranis é completamente oposta à concentração de bens. Nela, outros fatores e estratégias são utilizadas para obter prestígio e diferenciar os papéis sociais.

Entre os Guarani, assim como na maior parte dos grupos cultivadores de floresta – as informações empíricas disponíveis mostram – os princípios da reciprocidade e da redistribuição são responsáveis para que o poder e o prestígio sociais estejam identificados em associação com outras qualidades, como a generosidade e o dom da oratória. Na medida em que um indivíduo é avaliado pela sua capacidade em dar presentes e na medida em que ele busca possuir prestígio social, sua prática decorrente será um duplo movimento de

produção e de distribuição de bens, do que a coletividade sai beneficiada (SOUZA, 2002, p.242).

A solidariedade e a reciprocidade são características que constituem as relações e a rede de circulação comunitária destes povos e das outras comunidades originárias. Estas formas de se relacionar se mantêm a partir da organização cultural, política e econômica destas comunidades, baseada em trabalhos coletivos, a partir de suas necessidades humanas e apoiadas no uso comum do território. Práticas que constroem outras condições, objetivas e subjetivas, para os sujeitos a elas pertencentes. Com o processo de colonização e expansão do capital, essas relações são forçadamente transformadas mudando suas relações e contextos, em especial a partir da transformação da terra em um bem a ser comercializado. Aspectos que serão analisados no próximo capítulo.

#### **4. TRANSFORMAÇÃO NA RELAÇÃO COM A TERRA A PARTIR DO CAPITAL**

Neste subitem buscaremos discutir os fundamentos que produzem a apropriação desigual dos bens naturais e do trabalho humano. Iniciaremos a partir das primeiras sistematizações teóricas no ocidente sobre desigualdades e males sociais que conformam a causa das lutas históricas e cotidianas das comunidades com as quais trabalharemos. Para isso, discutimos os fundamentos da acumulação originária do capital e da formação da propriedade privada capitalista da terra.

Argumentamos, nos itens a seguir, que a produção dessa forma de propriedade é determinante para a produção e reprodução do capital, apresentando-se assim, como fundamental ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. Também desenvolvemos nossa perspectiva sobre o papel histórico do campesinato, como classe social, que resiste e se recria para permanecer ou retornar ao seu território. É nele que ocorrem as disputas pelas diferentes formas de se apropriar da terra e do trabalho, confrontos gerados a partir da expansão da fronteira capitalista que tem como ponto central a transformação da terra em mercadoria, ou renda capitalizada. E por fim, apresentamos os elementos chave da constituição do território brasileiro e os elementos que formam as comunidades camponesas faxinalenses.

##### **4.1 A concepção Moderna de civilização e a produção da desigualdade social**

A justificativa ideológica para a conquista, leia-se massacre, das comunidades originárias foi construída a partir do século XVI. Tem em Ginés de Sepúlveda (1489-1490) em seu tratado, *A apologia das justas causas da guerra contra os índios* (1545), um dos marcos desta construção ideológica. Nele, Sepúlveda (1941) apresenta uma proposta civilizatória hegemônica que prenuncia o pensamento imperial moderno. Para isso, utiliza como elemento ético-filosófico a caracterização de “civilização” e oferece um ideário que camufla as reais novas necessidades estatais de expansionismo imperial europeu.

Os argumentos apresentados por Sepúlveda (1941) para considerar a “guerra justa” contra os povos do Novo Mundo foram: a idolatria e outros pecados; serem bárbaros; maior facilidade de evangelizar os povos submetidos e, impedir as guerras entre os próprios indígenas. A partir destes pontos defende o direito natural de submeter estas populações, se necessário à força, às ideias de uma sociedade mais desenvolvida. Prática também justificada pela compreensão de que eram propensas a uma inata servidão, pois se encontravam despossuídos de casa ou campo que pudessem ser deixados a seus herdeiros (SEPÚLVEDA, 1941).

A compreensão de Sepúlveda (1941) foi defendida mais tarde por John Lock e apropriada pelo discurso capitalista. Sistema que naturalizou a propriedade privada e a herança como instituições básicas para uma pessoa ser considerada propriamente humana. Construção ideológica, baseada em valores abstratos e alicerçada no campo jurídico, discutida por Marx (2010) na questão Judaica, onde explicita o ideário liberal da aplicação prática do direito humano à liberdade como o direito humano à propriedade privada.

Das primeiras críticas sistematizadas contra os escritos de Sepúlveda encontra-se a de Bartolomé de Las Casas (1484-1566). Este desenvolveu posições de condenação à “guerra justa” contra os indígenas e aos motivos apresentados por Sepúlveda para a dominação destes povos. A partir das visitas realizadas na América, como membro da igreja, desenvolveu posições em defesa do direito à liberdade de governo e a necessidade de realizar a evangelização de uma forma “espontânea, em que ambas as partes estivessem em acordo” (BERNARDO e MAINKA, 2003). Apesar das limitações de suas críticas, pois a liberdade de governo e a evangelização “espontânea” continuavam atreladas aos colonizadores espanhóis, Las Casas foi um importante questionador da dominação destas populações. Processo que alicerçava as bases para o desenvolvimento do sistema colonial.

Outro pensador reconhecido como pioneiro nas críticas referentes aos aspectos que geram as condições de desigualdade, em especial da propriedade privada da terra, é Jean-Jacques Rousseau. Suas principais obras foram escritas no séc. XVIII, sendo: *Discurso sobre as ciências e as artes* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Nelas inaugura a autocrítica moderna, ao menos no plano cultural. Através da valorização de certos valores do passado recrimina a degradação e corrupção do homem moderno, a contradição ética que permeava seu tempo. Para o filósofo genebrino, foi a instituição da propriedade privada que trouxe a injustiça e a desigualdade social, tirando a “liberdade natural” do homem, afastando-o da terra, dos bens necessários a sua conservação.

Apesar das ressalvas que devemos fazer a algumas ambiguidades, linearidades e certo romantismo presente no texto *Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, consideramos que o pensador iluminista aponta elementos fundamentais no processo histórico de mudança na relação do homem com a natureza. Suas críticas apontaram a apropriação individual sobre o que era até então coletivo como o cerne inicial da produção das desigualdades sociais.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer **isto é meu** [...] Quantos crimes, guerras,

assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que **os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!** (ROUSSEAU, 1979, p. 259, grifos nossos).

Defende que a propriedade privada produziu uma hierarquia de poder entre os homens e, com isso, criou-se uma sociedade desigual e injusta, em que a dominação e os privilégios passaram a pertencer aos mais ricos e mais poderosos. Diferenças desenvolvidas a partir da apropriação individual de bens e da terra que outrora eram de todos:

Quem vos deu as demarcações, por que razão pretendeis ser pagos a nossas expensas, de um trabalho que não vos impusemos? Ignorais que uma multidão de vossos irmãos perece e sofre a necessidade do que tendes a mais e que vos seria necessário um consentimento expresso e unânime do gênero humano para que, da subsistência comum, vos apropriásseis de quanto ultrapassasse a vossa? (ROUSSEAU, 1979, p. 268).

Outro elemento destacado é a relação entre a propriedade privada e o trabalho, em que o homem se torna escravo do trabalho e muitos homens se tornam escravos que trabalham para aqueles que detêm a propriedade. Relações que produzem condições diferenciadas entre possuidores e despossuídos. Para Rousseau (1979), são estes os fundamentos em que a desigualdade social tem início:

O mais forte realizava mais trabalho, o mais habilidoso tirava mais partido do seu, o mais engenhoso encontrava meios para abreviar a faina, o lavrador sentia mais necessidade de ferro, ou o ferreiro mais necessidade de trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto outro tinha dificuldade em viver (ROUSSEAU, 1979, p. 266).

O processo de “concorrência e rivalidade, oposição de interesses e desejo oculto de alcançar lucros às expensas de outrem [...] constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente” (ROUSSEAU, 1979, p. 267). A desigualdade caminha junto com a propriedade e forja a organização de um sistema pensado por uma minoria, em seu próprio favor, e usando artifícios para conseguir o apoio da maioria submetida. Nessa trilha, o autor argumenta que a possibilidade de se apropriar do trabalho de outros produziu a necessidade de uma instância mediadora, que conduziu à criação das estruturas do Estado.

Instituamos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se [...] submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco [...] em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-nos

num poder supremo que nos governe segundo sábias leis [...] Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade [...] Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves aos fracos e novas forças ao rico [...] fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz, um direito irrevogável (ROSSEAU, 1979 p. 268-271).

Como forma de superar a corrupção e a desigualdade o autor aponta para o uso coletivo dos bens, no entanto, reconhece a impossibilidade do retorno às formas antigas. Sendo assim, sugere a necessidade de inserir limites no uso da propriedade privada, na expansão de terras e os meios de sua aquisição. Visualiza como possibilidade de superação das desigualdades e males sociais um tipo de reforma, por meio do aperfeiçoamento e da educação. O poder usurpado, seria, agora, um poder eterno, ineliminável da sociedade humana, passível apenas de aperfeiçoamento e reformas (ROSSEAU, 1979).

O discurso sobre a desigualdade é reconhecido como o primeiro tratado de etnologia geral, pois coloca em pauta o problema das relações entre natureza e cultura. Sua contribuição também se dá no plano teórico-metodológico, em que demonstra a necessidade de reconhecer as diferenças entre as culturas, quando realizados estudos sobre os homens e suas organizações sociais. O pensamento de Rousseau se caracteriza por sua identificação com o outro, inclusive com o outro em seu “estado primário”, aspirando assim reencontrar a “união do sensível com o inteligível”, presente nas sociedades originárias. Rousseau compreendeu que a identificação e a experiência positiva da alteridade é o verdadeiro princípio das ciências humanas e o único fundamento da ética (LÉVI-STRAUSS, 1962). As críticas conduzidas por Lévi-Strauss a este autor referem-se a sua postura eurocêntrica na argumentação, pois suas referências históricas são, na maioria, europeias e sua visão revestida de certa idealização tanto do “pobre” quanto do “selvagem”.

Os escritos de Rousseau são retomados um século depois por Marx, que utiliza as bases lançadas neste discurso, porém, analisa-o com mais elementos da totalidade. Para o último autor, dizer que “a propriedade privada é a base da divisão do trabalho [...] é o mesmo que dizer que o trabalho é a essência da propriedade privada” (MARX, 2004, p. 165) e compreende que é na relação entre trabalho e propriedade privada que se dá as bases para a divisão social. Aqui nos cabe demarcar o que consideramos ser o elemento ontológico da desigualdade, reconhecido por Rousseau em 1755 e que, para nós, continua sendo o fundamento que promove e mantém as lutas das comunidades que acompanhamos: a privatização da terra e transformação desta em mercadoria, que, por sua vez, sustenta a exploração do trabalho.

Outro pesquisador que obteve destaque na compreensão das formas de apropriação da terra e desenvolvimento do trabalho foi o etnólogo norte-americano Lewis H. Morgan, que teve como principais pontos de estudo: a relação entre o parentesco e o trabalho; os laços de sangue e a propriedade da terra; as relações de afinidade entre o matrimônio e a propriedade privada; e, as condições históricas em que todos esses elementos se imbricam com a emergência do Estado. Estes pontos estavam surgindo nas discussões da obra de Marx, *A Ideologia Alemã* (1845-1846). Nela se prenunciava como um problema geral relativo à passagem das formas de propriedade comunais à propriedade privada capitalista, à passagem do campo à cidade, e à passagem de uma forma de trabalho pleno ao trabalho alienado (LEIRNER, 2016).

A influência de Morgan em Marx e Engels pode ser evidenciada na nota de rodapé presente na segunda edição inglesa do *Manifesto do partido comunista* (1888), quando os autores se referem à história da sociedade como a história da luta de classes:

Isto é, toda a história escrita. Em 1847, a pré-história da sociedade, a organização social existente antes da história registrada, era praticamente desconhecida. Desde então, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer provou que ela é o fundamento social de que partiram todas as raças Teutônicas da história, e a pouco verificou-se que as comunidades aldeãs são ou foram a forma primitiva de sociedade em toda a parte, da Índia à Irlanda. A organização interna desta primitiva sociedade Comunista foi posta a nu, na sua forma típica, pela descoberta culminante feita por Morgan da verdadeira natureza da gens e da sua relação com a tribo. Com a dissolução destas comunidades primevas a sociedade começa a diferenciar-se em classes separadas e finalmente antagônicas. Tentei reconstituir este processo de dissolução em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Nota de Engels à edição inglesa de 1888; p. 43-44, 1986).

A propriedade comunal, antes restrita à Índia e Europa, passará a ser percebida como prática generalizada, presente em todo o mundo. Tais estudos (de 1880 a 1882) viriam a fazer parte dos chamados Cadernos Etnológicos, de Marx, publicados um século depois de seu falecimento. Grande parte destes manuscritos trata do povo indígena iroquês, originário da América do Norte. Sobre o tema, transcreveu as cerimônias e ritos da confederação iroquesa de tribos, instituição que elegia e destituía chefes e organizava os compromissos de ajuda e defesa mútua, a que Morgan considerou uma democracia de tipo arcaico. Duas ideias de Morgan atraem particularmente Marx: o papel da propriedade na evolução histórica, e a organização política da sociedade iroquesa. Para o antropólogo estadunidense, era preciso que se incorporassem à sociedade contemporânea elementos das sociedades antigas (DUSSEL, 2009).

O homem é compreendido como pertencente à natureza, dado os “limites naturais” que está submetido e que fazem parte da condição humana. Entretanto, ele não é identificado

plenamente com o restante da natureza, pois detém a capacidade de escolher e de criar, dispõe de uma liberdade inventiva que não existe em outra parte da natureza. Contudo, a noção de diferença, entre o homem e a natureza, é fundamentalmente distinta daquela realizada pela modernidade capitalista. Sistema que em sua “mercadorização” desregulada a tal ponto a relação entre o ser humano e a natureza que coloca em xeque a própria condição de sobrevivência dessa espécie.

Nessa perspectiva, uma das mudanças importantes no pensamento marxiano diz respeito a compreensão sobre os povos originários e camponeses, tendo como uma das influências o contato com a questão russa. De acordo com Dussel (2009), as trocas de carta com jovens revolucionários russos e estudos sobre a situação do campesinato daquele país, geraram reflexões com maior valorização das experiências e formas de resistência destes povos. Se a realidade russa, marcada pelo campesinato tradicional, não era inicialmente estranha à Marx, este passa a estudá-la com afinco após os contatos com o grupo de jovens revolucionários eslavos.

O auge do diálogo entre Marx e os revolucionários russos ocorreu com a troca de correspondência com a camponesa Vera Zasulich, em 1881. Vera lhe perguntara se as comunas rurais russas (os *MIR*), caso livres dos pesados tributos aos nobres e ao governo czarista, poderiam evoluir diretamente ao socialismo, ou se deveriam passar necessariamente pela etapa do capitalismo. Marx, antes de redigir a carta definitiva, escreve quatro textos prévios. Sua conclusão essencialmente foi a de que a passagem ao capitalismo não era uma inevitabilidade histórica, mas que isso dependeria dos rumos que a revolução tivesse na Rússia, que a “comuna rural” poderia ser justamente o ponto-chave da regeneração russa, caso se efetivasse uma revolução no país<sup>9</sup> (MARX, 1881). Tem-se aqui um Marx não apenas sensível ao problema dos povos originários, mas concebendo tais populações como possíveis protagonistas das mudanças sociais. Compreensão que também subjaz nesta pesquisa.

Os avanços teóricos realizados pelos autores supracitados contribuíram historicamente para denunciar a centralidade da propriedade privada na produção da desigualdade e exploração social, processo que alicerça a divisão entre as classes. Tais discussões compõem os elementos que consideramos basilares à compreensão das questões que nos propomos a investigar, visto que a negação do processo de divisão social surge como uma das principais características que sustenta as práticas de uso coletivo no território faxinalense. Em contrapartida, este é um dos

---

<sup>9</sup> “Marx-Zasulich Correspondence” (1881), em [portal] Marxists.

aspectos mais atacados nas disputas pela mercadorização da terra, como discutiremos nos itens a seguir.

#### **4.2 O capital e as relações não capitalistas: a constituição do campesinato como classe social**

Como apontado no item anterior, um dos marcos do processo de produção das desigualdades está na diferenciação entre classes sociais, sustentada pela apropriação privada da terra, meio e instrumento de vida dos povos originários e camponeses. Neste item discutiremos alguns elementos que contribuem para uma melhor compreensão destas populações, a saber: a presença de relações não capitalistas como parte do capital, a constituição do território como espaço de disputa entre as classes sociais e o campesinato como força de resistência e recriação que se reproduz na reprodução do capital. Em seguida, apresentamos as três correntes dentro do marxismo que discutem o campesinato, dando destaque à terceira e na qual se situa essa pesquisa.

O primeiro ponto para compreensão do campesinato na atualidade diz respeito a uma das características do capitalismo. Tem-se como pressuposto que ele se apropria de “terceiras partes”, entendidas como elementos externos à produção especificamente capitalista, tais como a produção de camponeses e de pequenos produtores independentes. Estes grupos não geram uma troca de mercadorias entre a produção capitalista e a não capitalista, processo que está na base da acumulação do capital. Nesta perspectiva, compreende-se a acumulação originária como um artifício permanente, que integra a (re)produção contraditória do capital e não, apenas, um momento histórico ou pontual. Ela é efetivada nas relações não capitalistas, presentes nas classes sociais, e concretizadas na expansão das fronteiras, conceito que será discutido no próximo item (LUXEMBURGO, 1979).

Esta combinação, entre as relações capitalistas e relações não capitalistas de produção, não é vista como uma fragilidade da acumulação do capital, pelo contrário, é sua forma própria de produção. Processo produtivo que compõe o desenvolvimento desigual, em que as relações de produção, especificamente capitalistas, se desenvolveram mais em algumas regiões e frações dos territórios, do que em outras. Como central, argumenta-se que a reprodução ampliada do capital necessita de relações de produção não capitalistas para efetivar permanentemente sua produção (LUXEMBURGO, 1976).

Harvey (2005) propôs que a continuação desse processo, na contemporaneidade, se dá por meio da ‘acumulação por espoliação’ ou despossessão. O autor defende que o capitalismo necessita, permanentemente, de algo fora de si para estabilizar-se. Assim, as formações sociais não capitalistas e os setores da economia, que ainda não são proletarizados, estão inseridos contraditoriamente dentro do capital. Constituem uma relação dialética entre a reprodução ampliada do capital e processos violentos de despossessão, que se efetivam de maneira imperialista. O imperialismo, por sua vez, faz uso de diversas estratégias de privatização, tais como: instituição da propriedade privada capitalista sobre os territórios não capitalistas; aperfeiçoamento de sistema de crédito; pilhagem de recursos naturais; destruição da natureza; transformação em mercadoria de formas culturais e históricas.

O processo de territorialização é o segundo ponto para compreendermos a relação entre campesinato e capital. A análise deste conceito envolve o processo histórico ligado ao movimento de produção do capital e desenvolvimento de suas forças produtivas. Também está relacionado, diretamente, com a formação das classes sociais. Entende-se que à medida que o capital se expande, reconfigura a relação com os territórios e promove tensões e conflitos. Assim, a expansão das relações capitalistas se confronta com outras formas de se apropriar da natureza e do trabalho. Encontro entre diferentes organizações econômicas, sociais e culturais que promove conflitos e se configura como a expressão concreta e síntese das múltiplas determinações da luta de classes. Disputas travadas para transformar o território em meio, condição e produto para o desenvolvimento do capitalismo (OLIVEIRA, 2004; 2010a).

O terceiro elemento, a ser destacado, é a compreensão sobre a resistência da população originária e camponesa, em especial a partir dos marcos da propriedade privada da terra. Essa resistência se associa às características fundamentais das comunidades originárias que se opõem ao capitalismo e sob diferentes aspectos são humanamente superiores à sociedade capitalista (LÖWY, 2008).

Nesse sentido, existe uma dialética entre os processos de avanço e destruição, violência e desapropriação por parte do capital e resistência e recriação destas comunidades e de seus modos de vida. É nesta perspectiva que compreendemos o campesinato brasileiro. No entanto, é preciso ressaltar que mesmo dentro do marxismo essa compreensão é diversa e contraditória. Atualmente existem, ao menos, três grandes correntes de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista no campo, sendo que duas receberam influências do positivismo e do historicismo e a terceira se apoia nos conceitos aqui destacados.

Na primeira corrente estão autores e autoras que defendem a existência do feudalismo ou relações semifeudais de produção no Brasil. Argumentam sobre a necessidade de acabar

com estas formas de relações e ampliar o trabalho assalariado no campo. Nessa perspectiva, a luta dos camponeses contra os latifundiários seria a expressão do avanço da sociedade na extinção do feudalismo e a luta pela reforma agrária seria um instrumento para avançar o capitalismo no campo. Dentre os principais estudiosos desta corrente estão: Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel (OLIVEIRA, 1999).

Os teóricos da segunda corrente acreditam que o desenvolvimento do capitalismo conduzirá o campesinato a diferenciar-se internamente, tornando-os proletários ou capitalistas, culminando no seu desaparecimento. Neste ponto, as duas correntes convergem, pois ambas acreditam que o desenvolvimento do campo brasileiro levará, inevitavelmente, ao fim dos camponeses, que seriam uma espécie de ‘resíduo’ social a ser extinto pelo capital. Estes autores entendem as tentativas camponesas de produzir para o mercado como estratégias que levariam à sua falência. Entre os principais pensadores dessa corrente estão: Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Conceição D’Incao Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, entre outros (OLIVEIRA, 1999).

Já os autores da terceira corrente fazem duras críticas às compreensões anteriores. Argumentam que estas concepções sobre o campesinato desconsidera-os, e conduz à negação de seu lugar histórico, tanto no presente quanto no futuro da sociedade. Os equívocos nas compreensões anteriores estariam nas análises que apontam o capitalismo como composto por apenas duas classes sociais, sendo: a burguesia, formada pelos capitalistas, e o proletariado, constituído pelos trabalhadores assalariados. “É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses” (OLIVEIRA, 1999, p.71).

O autor afirma que o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em consideração que “o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado” (Idem, p.73). Para ele, esta interpretação é parte da dialética marxista que compreende a realidade como eminentemente contraditória e, neste caso, aponta a existência de formas não capitalistas no interior e no processo de produção e reprodução do capital (OLIVEIRA, 1999).

Isso quer dizer que ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999, p.73).

É nesta mesma perspectiva que nos situamos e por essa compreensão adotamos o termo ‘camponês faxinalense’, diferente de como usualmente é utilizado pelo movimento e por teóricos que discutem estas comunidades. Os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ foram inseridos pelos movimentos de esquerda ligados às lutas dos trabalhadores nos anos cinquenta, que antes recebiam diferentes denominações que mudavam de acordo com a região em que ocupavam. Para Martins (1995), a ausência de um conceito, de uma categoria que localize socialmente esse grupo e os defina, aponta para como tem sido compreendido sua participação social, vista como quem participa sem ter sua importância reconhecida.

O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado (MARTINS, 1995, p.25).

Incompreensões que ocorreram inclusive nas discussões marxistas em que, por vezes, foram tidos como parte passiva na acumulação originária e como classes históricas em si, negando sua função social de sujeitos da história. Neste sentido, a concepção do termo ‘camponês’ e ‘campesinato’ está alicerçada nas lutas políticas e confrontos entre classes sociais. Assim, ao mesmo tempo em que aponta para o lugar atual que ocupam na sociedade também pretende indicar seu destino histórico (SHANIN, 2005).

Entretanto, para não recair em idealismos ou cristalizações, faz-se necessário compreender a dinâmica do campesinato, chegar o mais próximo possível da riqueza e das contradições e de suas experiências. Isso significa aceitar que o conceito de campesinato não implica a total semelhança em diferentes lugares, tempos e sociedades (SHANIN, 2005).

Nesse sentido, a compreensão do campesinato brasileiro como classe social tem por base teórica os escritos de Marx (1985), nos quais o autor aponta a existência das três classes sociais, sejam: os capitalistas, os proprietários de terras e os trabalhadores. Cabe enfatizar, como feito por Iasi (2007), que o conceito de classe não pode ser pensado de forma estática, mas deve ser captado e trabalhado nos processos de transformação e desenvolvimento, o que inviabiliza tomá-lo como acabado. Esclarece:

(...) quando afirmamos que o conceito de classe da sociedade capitalista engloba apenas os capitalistas, assalariados e os donos de terra, isso é verdade apenas se tomarmos por referência o momento de análise a que se refere esta conclusão; é um absurdo se tratarmos de uma formação social concreta uma

vez que existem classes que não estariam de forma alguma englobadas nessas três categorias (IASI, 2007, p.106).

Os diferentes momentos da obra de Marx possuem determinações particulares que formam a definição do fenômeno de classes. Destas, Iasi (2007) ressalta quatro pontos: primeiro, “a classe definida, num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção”; segundo, pela posição no interior de certas relações sociais de produção, destaca que este conceito foi, na maioria das vezes, generalizado como único; terceiro, “pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe”; e, por fim “pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social” (p.107).

No que se refere à formação dos sujeitos das classes sociais, Iasi (2007) aponta a burguesia e o proletariado, respectivamente, como aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. Já sobre o latifundiário, mesmo sendo proprietário da terra, se não a usa como capital e não contrata força de trabalho assalariada, não se caracteriza como burguês, constituindo uma classe à parte. Os camponeses, por sua vez, mesmo sendo donos da terra, não são latifundiários e nem extraem renda da terra como o latifundiário. Os critérios das relações de propriedade, apesar de imprescindíveis, são limitados para a compreensão da formação de classes sociais. Soma-se a isso a necessidade de análises das relações do grupo social, em questão, com outras classes, como determinante para sua compreensão.

(...) o conceito de classes é relacional. No entanto, não podemos nos limitar a tais determinações. Assim como o concreto, as classes são síntese de múltiplas particularidades. O que foi definido até agora não é falso, apenas é o momento de construção do conceito a partir de sua base material ou econômica. No entanto, o fenômeno não se restringe a essa determinação (IASI, p.108, 2007).

Nesta perspectiva, seguimos com a análise de Thompson (1987), que insiste na necessidade de a classe social não ser compreendida apenas como uma categoria analítica, aplicável aos grupos sociais identificados com uma posição no interior das relações de produção. Deve-se entendê-las a partir das condições materiais e das vivências das situações, estes são os elementos fundamentais para compreender os conflitos, seus conteúdos e a formação dos sujeitos políticos. Isso nos exige conhecer na prática sua história e como eles têm vivido, lutado e se organizado.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus

interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

Em síntese, compreendemos que o campesinato é constituído por relações não capitalistas que integram, contraditoriamente, a reprodução do capital. Tem na disputa pelo território um de seus principais conflitos, pois é nesse espaço que se encontram e disputam as diferentes formas de se relacionar com o trabalho e a natureza. Confrontos que redefinem as condições concretas das comunidades camponesas, transforma objetivamente e subjetivamente estes sujeitos, redefinindo seu lugar histórico e social.

#### **4.3 Formas de expansão do capital e a apropriação das terras camponesas: transformações no território**

Tendo em vista a importância dos conceitos relacionados a formação dos territórios, discutiremos como ocorrem estas diferentes formas de territorializar, processo assumido pelo capital a partir das fronteiras e da transformação da terra em mercadoria.

Como já discutido anteriormente o capitalismo está relacionado, mesmo em seu pleno desenvolvimento, à existência de relações não capitalistas. Para avançar no movimento da acumulação, o capital necessita dos recursos naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Nesta perspectiva, pode-se considerar a existência de, ao menos, duas formas de territórios que se organizam com relações sociais, econômicas, políticas e geográficas diferentes.

Em um, a fração do território capitalista, do latifúndio grilado e da produção para o mercado externo. No outro, a fração do território camponês, da pequena unidade de produção familiar e da produção de alimentos para o autoconsumo e para o mercado interno. Formado por sujeitos camponeses, com modos de vida singular, baseados em uma temporalidade e espacialidade que está na contramão do agronegócio. Este produz alinhado ao capital, com uma roupagem contemporânea de modernidade e que faz do campo brasileiro uma arena de conflitos à medida que invade e transforma forçadamente a territorialização camponesa (OLIVEIRA, 2003).

O território (...). É assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um a priori, mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação (Oliveira, 1996, p.11-12).

Processo continuado que se dá a partir do avanço da fronteira, efetivada como frente de expansão. A fronteira capitalista avança na medida em que ocorre a aliança entre terra e capital que no Brasil é concretizado a partir das diferentes formas de grilagem e apropriação privada da terra. O deslocamento da fronteira capitalista força reconfigurações no território e destrói as formas de sociabilidade e organizações territoriais historicamente construídas. Processos vivenciados com força e resistência pelas populações camponesas. Assim, a fronteira pode ser caracterizada como um espaço de luta onde se encontram as relações sociais resistentes e não subjugadas plenamente ao capitalismo (MARTINS, 2012).

Como estratégia de conquista, a expansão territorial traz para a fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista, em especial o mercado de produtos e a força de trabalho, regulada por mecanismos de contrato com a sociedade moderna. Nesse sentido, ele (o mercado) se forma a partir do processo de imposição e produção do território capitalista, alicerçado nos mecanismos de grilagem e imposição de titulação jurídico formal da terra. Assim, a terra passa de um bem natural, à disposição do trabalho do posseiro e mantida pelo valor de uso, para uma mercadoria vinculada às relações de troca (MARTINS, 2012).

É nesse sentido que o avanço da fronteira promove mudanças nas relações com o território, pois é onde se produz uma nova sociabilidade fundada no mercado. É também nela que ocorrem os deslocamentos forçados das populações, e a partir das mudanças sociais, força-se à construção de novas concepções de vida (MARTINS, 2012). Estas transformações têm como ponto central o aprisionamento e mercantilização da terra.

Entretanto, deve se salientar que se trata de uma mercadoria (terra) de tipo especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não se constitui em um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias (que são produtos do trabalho humano). Mas, como se sabe, todos costumam utilizar a expressão ‘a terra valoriza ou valorizou’, estas expressões devem ser entendidas como resultado da ideologia capitalista, que falsamente tenta considerar a terra como capital, o que segundo Karl Marx, ela não é. E não o é, porque não se trata de algo produzido pelos homens, ou pelo capital. Portanto, não pode ser submetida às leis do capital. Assim, a terra não gera

lucro, como o faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, renda capitalizada da terra e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada da terra, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir (Oliveira, 2007, p.62-63).

Neste sentido, a transformação das relações com o território implica a compreensão sobre as diferentes estratégias utilizadas para se apropriar da terra. Os processos de valorização da terra e os mecanismos de sobrevalorização fundiária rendem lucros excedentes aos proprietários e condicionam os grupos sociais que dela vivem, às determinações dos preços do mercado para acessá-la. A renda da terra, que é um lucro extraordinário e suplementar, tanto no campo quanto na cidade, é denominada pela Economia Política de renda territorial ou renda fundiária. Ela é compreendida como produto do trabalho excedente, fração da mais-valia.

Pode-se definir a renda da terra, renda territorial ou renda fundiária, a partir de quatro formas, sendo:

- a) Lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos.
- b) Trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.
- c) Mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária.
- d) Produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária à subsistência do trabalhador (OLIVEIRA, 1984, p.94).

Dado a presença de diferentes formas de territorialização em um mesmo território, também encontramos, na fronteira, as formas não capitalistas de se apropriar da renda da terra. Elas se baseiam na entrega do produto excedente, pelo camponês, ao proprietário da terra, produto cedido como pagamento pela autorização de cultivá-la. O pagamento pode ser realizado através de três formas distintas. A primeira é por meio da renda em trabalho, em que o camponês com seus instrumentos de trabalho cultiva a terra de outro, durante certo período. Este trabalho

é utilizado como forma de pagamento para se ter parte da terra cultivada em seu próprio benefício. Esta estratégia é usada por camponeses que não possuem terra ou que possuem pouca terra:

Dessa forma, o trabalhador dá gratuitamente (às vezes coercitivamente) dias de trabalho a outrem. Esta forma, como que se expressa o trabalho excedente não pago, é renda em trabalho. Nesta forma de renda o trabalho que o produtor direto efetua para si mesmo se distingue, no tempo e no espaço, que por sua vez executa para o proprietário da terra, que por sua vez aparece diretamente como trabalho sob coação para terceiros (OLIVEIRA, 1984, p.81).

Outra forma de renda da terra não capitalista, trocada por trabalho, pode ser exemplificada na formação das pastagens nas fazendas agropecuárias, onde os fazendeiros entregam a mata aos camponeses, que limpam as áreas e produzem cereais nos dois primeiros anos, semeando em seguida o capim para produção dos pastos. Depois, o camponês inicia novamente o processo em outra área (OLIVEIRA, 1984).

A renda em produto é a segunda forma não capitalista de usá-la, em que o camponês sem-terra ou com pouca terra, ao invés de pagar ao proprietário em dias trabalhados, paga com os produtos produzidos. “A renda em produto nada mais é que a renda em trabalho transformada em produto, uma vez que é a renda trabalho a própria essência da renda da terra” (OLIVEIRA, 1986, p.81). Depois da colheita, a produção é dividida entre o camponês e o proprietário da terra.

Quando ocorre uma elevada taxa de produtividade, produzindo o solo plantado grandes colheitas, ambos ficam com as partes combinadas destas fartas colheitas. O mesmo ocorre quando as colheitas são pequenas. O pouco colhido é dividido, e o possível “prejuízo” é dividido entre trabalhador [camponês] e proprietário da terra (OLIVEIRA, 1986, p.82).

E, por último, a renda em dinheiro que se expressa como o resultado da transformação de parte da produção do camponês em dinheiro, em mercadoria, a qual será entregue ao proprietário da terra. “Por isto é fundamental que os produtores diretos convertam sua produção em mercadoria, ou, por outras palavras, é necessário que estes trabalhadores sejam produtores de mercadorias” (idem, p. 82). Contudo:

Cabe esclarecer que na renda capitalista o trabalhador direto não estabelece relação social de produção alguma com o proprietário da terra, mas sim com o capitalista que explora a terra através de relações de trabalho assalariado. Quem estabelece a relação social com o proprietário é o capitalista. Esta

diferença é fundamental para o entendimento das diferentes formas de renda da terra (OLIVEIRA, 1986, p.82).

Esta forma de arrendamento não capitalista geralmente ocorre onde um grande número de camponeses expropriados de suas terras, ou que possuem pouca área, arrendam de outros proprietários que, na sua maioria, são latifundiários. Arrenda-se para produzir alimentos, com força de trabalho familiar, mas também se arrenda de camponeses proprietários que não possuem mão de obra familiar suficiente na sua unidade de produção, ou por estarem com a idade avançada e não terem condições de cultivá-la. As características que sustentam a defesa desta forma de renda como sendo não capitalista é que os valores obtidos são gastos na própria unidade de produção familiar camponesa e não se transformam em capital. Outra característica está relacionada ao trabalho realizado, executado pela família do arrendatário, e não por trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1986).

Como desdobramento destas três formas de relação com a renda não capitalista da terra, constitui-se quatro frações na classe camponesa, os camponeses-proprietários, os camponeses-parceiros, os camponeses-rendeiros e aquele camponês que se nega a pagar a renda da terra, tanto para a classe dos proprietários de terra capitalistas, quanto para os camponeses proprietários, nomeados de camponeses posseiros (OLIVEIRA, 1986).

As diferenças na forma de se relacionar com a terra e produção caracterizam os grupos de camponeses e os diferencia dos latifundiários. Assim, a relação com a renda da terra constitui um dos pontos centrais na definição sobre as possibilidades de permanência ou expulsão dos camponeses de seus territórios, sendo a transformação da terra em renda capitalizada uma das principais mudanças executadas na expansão da fronteira capitalista. Processo que continuará sendo discutido no item a seguir.

#### **4.4 Formação do território capitalista no Brasil: história e estratégias de transformação da terra em renda capitalizada**

Uma das principais características da constituição da propriedade da terra no Brasil é a passagem das terras públicas para o domínio privado. Deste processo destacaremos dois momentos importantes para a legalização do ilegal, sendo: o sistema sesmarial, criado em 1375 em Portugal e que deu o arcabouço jurídico-normativo para a formação territorial brasileira e as bases de sua colonização; e, a Lei de Terras (1850), momento importante na constituição da moderna propriedade fundiária, mediada e vinculada à consolidação do Estado brasileiro.

A concessão de sesmarias, da metrópole para a colônia na América, estava baseada na doação gratuita de terras, em abundância, a quem possuísse os meios para cultivá-la. Contudo, a concessão das terras no Brasil teve uma importante modificação em ordenamento jurídico original. Se em Portugal o modelo sesmarial era um instrumento de concessão com a condicionalidade da efetiva produção agrícola, no Brasil, ele foi utilizado como regulação jurídica, econômica e política da relação entre colônia e metrópole (MOTTA, 2012).

As diferenças decorrentes das mudanças na implantação da Lei de Terras geraram inúmeros conflitos fundiários. Se em Portugal o instituto jurídico foi criado para promover o cultivo, aqui no Brasil ele foi utilizado para assegurar a colonização. Na colônia, a questão não se resumia apenas à necessidade de aproveitamento efetivo das terras, mas implicava fundamentalmente, em sua ocupação e exploração, ou seja, era preciso dominá-las como área colonial (MOTTA, 2004). Aqui a terra não era equivalente de capital, não só devido à sua abundância, mas fundamentalmente porque sua disponibilidade para explorações lucrativas dependia dos complexos arranjos monetários para conseguir escravos. Sendo assim, o cultivo dos produtos coloniais dependia da subordinação e do funcionamento geral do sistema. A produção exigia uma organização de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos amplas margens de acumulação (MARTINS, 1996).

O que ocorreu, entretanto, foi a apropriação do solo colonial, organizado a partir da legislação vigente na metrópole e adaptado aos interesses dos colonizadores. Para isso, foi negado aos que aqui habitavam qualquer forma de direito à propriedade sobre as terras que ocupavam, entregue exclusivamente aos que recém as haviam invadido. As populações autóctones, por sua vez, foram encaradas pelos colonizadores como atributos ou componentes da “natureza do lugar”, a subordinação destes povos foi o primeiro passo no processo de dominação colonial (MORAES, 1994).

O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma

posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo (MARTINS, 1980, p.71).

Até a extinção do regime sesmarial, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. A posse, diferente da apropriação das extensas áreas, seja de sesmeiros titulados ou grileiros, era a forma que os homens livres e pobres tinham de sobreviver na ordem escravocrata e latifundiária do Brasil colonial (MARTINS, 1980). Assim, o termo posseiro foi forjado e é específico da língua portuguesa, falada no Brasil. O conceito se refere à junção de dois elementos que constituem as práticas e a história de nosso país: a ação de tomar posse da terra e a referência às terras devolutas<sup>10</sup>. O termo também se constitui como um contraponto ao vocábulo sesmeiro, sendo os posseiros aqueles camponeses sem o título de sua área (MOTTA, 2012).

Outro elemento importante na transformação da terra como propriedade privada no Brasil, foi a articulação entre os grandes proprietários, o Estado e a Lei de Terras (1850). Esta é reconhecida como central na formação do arcabouço jurídico dentro do qual se constituiu a moderna propriedade fundiária, respaldada pelo Estado e vinculada à consolidação do Estado nacional brasileiro (SILVA, 2008).

A instituição do chamado “cativeiro da terra” tem como marco a passagem da renda capitalizada, baseada no escravo, para a renda territorial capitalizada, alicerçada na terra. Nesta transformação, recriam-se as condições de sujeição do capital ao trabalho, assim, se no regime sesmarial a terra estava “livre”, o trabalho tinha que ser cativo. Já em um regime onde o trabalho se tornou “livre” a terra passou a ser cativa, agora com outros requintes e ajustes (MARTINS, 1996).

Vale ressaltar que a lógica de desenvolvimento no Brasil possui peculiaridades, dentre elas está o predomínio dos latifúndios. Como já discutido, a presença deles não tem sido um obstáculo para a reprodução capitalista, ao contrário, se tornou mais uma possibilidade do capital se reproduzir via especulação. Além disso, contraditoriamente aos países capitalistas centrais, no Brasil não ocorreram significativos conflitos entre proprietários de terra e a burguesia nacional, visto que a própria burguesia emerge do seio do latifúndio. Assim, o que

---

<sup>10</sup> Na cláusula de condicionalidade da doação, atrelada ao cultivo da terra dispunha que o sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso esta exigência não fosse cumprida, sendo que este é o sentido original do termo “terras devolutas”. Nesse sentido, terras devolutas eram aquelas concedidas e não aproveitadas e que retornavam ao doador. Contudo, no vocabulário jurídico brasileiro este termo passou a ser usado como sinônimo de terra vaga, não apropriada, patrimônio público (SILVA, 1997).

ocorre com a criação e manutenção dos latifúndios é uma aliança entre os interesses da classe dominante.

(...) no modelo clássico, a burguesia constitui-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim. É por isso que a consolidação da economia urbano-industrial prescindiu de intervenções profundas na estrutura de propriedade, a despeito do caráter inconciliável entre renda e lucro. Mas isso teve um preço, que a sociedade brasileira conhece tão bem: o da desigualdade, uma das mais pronunciadas do planeta (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.12).

A formação da propriedade privada no Brasil, portanto, está assentada na grilagem como meio de transformação das terras em propriedade privada. O termo grilagem é uma denominação relativamente recente, compreendida como uma prática da apropriação ilegal de terras. O conceito foi utilizado a partir dos projetos de colonização no centro-oeste do Brasil (Mato Grosso e Goiás) e no decorrer da expansão da cafeicultura do oeste paulista e do norte e oeste do Paraná, na primeira metade do século XX. A prática é caracterizada pela falsificação de documentos utilizados para comprovação de direitos fundiários e se constituiu como a forma prioritária de dominação de vastas extensões de terra pelos latifundiários (MOTTA, 2005).

O uso do termo “grilagem” se refere à estratégia de usar insetos (grilos) para a falsificação dos títulos que continham algum tipo de comprovação da propriedade forjada. A ação destes insetos provocava o envelhecimento dos papéis, transformados em documentos e utilizados para comprovar a dominação da terra por meio de uma cadeia sucessória, consolidada ao longo da história. A grilagem das terras foi um dos processos centrais na formação da propriedade privada e a consolidação de proprietários de terras no Brasil (MOTTA, 2005).

Assim, recorrentemente quem reivindica o reconhecimento jurídico das terras no Brasil faz com base na violação dos direitos sobre ela dos que nela trabalham. O direito jurídico, por sua vez, transforma aqueles que vivem da terra em despossuídos. Nesse contexto, destacamos os posseiros, para os quais o título não tem legitimidade, pois suas relações estão assentadas no uso. Já os “proprietários” tem sua legitimidade instituída pelo título e a legalidade pelo ordenamento jurídico, produzido pelo aparelho do Estado (MARTINS, 1998).

Pela condição de não possuir o título, os posseiros tem sido historicamente expulsos de seus territórios, processo que os têm tornado protagonistas na luta pela terra de trabalho ou pela

terra livre. Sua luta se contrapõe ao rumo da proletarização e, assim, ocupam as áreas de fronteira agrícola para a manutenção de sua condição de camponeses. As terras por eles ocupadas são alvos constantes de processos de grilagem, produzindo a característica de migrantes e retirantes, em busca da libertação da terra, de si e da família (OLIVEIRA, 2002).

Novamente, os chamados posseiros ganham destaque, sendo que a Lei de Terras e a grilagem dão sequência aos mecanismos que impedem a permanência destes camponeses na terra. Nesse sentido, a história do território brasileiro está assentada na expulsão dos camponeses de seus territórios, por meio da grilagem, para dar lugar ao latifúndio, território baseado nas relações capitalistas de produção. Processo que cria um sujeito histórico presente em todo campo deste país, o posseiro. Protagonista das lutas camponesas e fortemente presente na história dos faxinais.

#### **4.5 Gênese e organização dos faxinais**

É na contramão do processo de transformação das terras em mercadorias que as comunidades faxinalenses se organizam e se constituem como sujeitos históricos e políticos na luta contra as desigualdades sociais. Para elas, assim como para os demais camponeses, a permanência na terra, constituída como território de vida, é a condição fundamental para manter sua existência e singular organização comunitária. Para os camponeses faxinalenses, a posse e o uso estão amalgamados, e a terra supre suas necessidades vitais, tais como: alimentação, moradia para si e para a família e a convivência comunitária.

Nesse sentido, a renda da terra é uma categoria especial na Economia Política e na compreensão histórica da formação dos faxinais, assim como na prática de uso comum. A relevância e diferenciação na relação com a terra se dá pelo fato destes camponeses não a tomarem como sustentáculo reprodutor do capital, mas como suporte e meio para a vida e o trabalho familiar e comunitário (TAVARES, 2008).

Nesse sentido, o uso comum do território é uma das características que configuram o modo de vida faxinalense, os diferenciam de outros camponeses e os inserem na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, nomeação dada às comunidades que possuem singularidades históricas na forma do grupo se relacionar com o território. Além do uso comum da terra podemos citar como especificidades presentes nessas comunidades a troca de dias de trabalho entre os moradores. Os demais camponeses utilizam a força de trabalho vivo familiar no processo produtivo e, quando precisam de mais trabalhadores na produção, geralmente em

épocas de colheita, utilizam mão de obra assalariada para suprir essa necessidade. Prática realizada de forma diferente pelos camponeses faxinalenses que recorrem à solidariedade, formada entre os moradores da comunidade para sanar a demanda por força de trabalho<sup>11</sup>.

Outra atividade realizada na comunidade e que possui a marca da solidariedade e coletividade são os puxirões. A prática é realizada pelos moradores do faxinal e se refere tanto aos cuidados com o território, como construir ou fazer a manutenção das cercas, quanto em favor de uma família que necessita de ajuda. O trabalho realizado em favor de uma família geralmente está atrelado a um momento em que ela está impossibilitada de realizar os trabalhos na lavoura ou em casa. Quando surge esta demanda, a comunidade se reúne e organiza para manter, solidariamente, o processo de produção da família em questão.

Outra característica da solidariedade faxinalense é a prática do compartilhar a terra, em que proprietários ou posseiros separam uma parcela de sua área ou posse para o uso coletivo, da terra e dos recursos naturais. Vale assinalar que este território é utilizado por todos os moradores do faxinal, independentemente de serem proprietários de terra, posseiros ou sem terras no espaço de uso comum. Além disso, é recorrente a prática de ceder, um ou dois litros de terras<sup>12</sup> no criadouro, para parentes, amigos ou uma família que passa por necessidade. Nela se constrói a moradia com quintal de pomar e horta e a família passa a usar o espaço coletivo para criação dos animais (TAVARES, 2008).

Essa forma de organização social tem como hipóteses de sua gênese a aliança entre a cultura de dois povos, sendo: os indígenas fugitivos do sistema de peonagem e das missões ou reduções jesuíticas e da escravidão exercida pelos bandeirantes paulistas; e, os negros africanos fugitivos que se dispersaram pelas matas de Araucárias e não formaram quilombos. Assim, a cultura faxinalense é compreendida como uma formação a partir da união entre as práticas de terras de uso comum historicamente realizada pelos indígenas, a prática de criação de animais pelos escravos africanos e a prática da extração da erva-mate realizada pelos dois grupos sociais. Trabalhos que foram aprendidos pelos indígenas nas reduções ou missões jesuíticas e pelos negros africanos nas grandes fazendas de criação de gado no planalto de Curitiba (TAVARES, 2008).

Na reconstituição da história dos faxinais, duas questões ligadas à bibliografia existente devem ser revistas, ambas dizem respeito à formação socioeconômica e territorial do Paraná. As influências destas interpretações distorcidas estão presentes até nossos dias, em especial na

---

<sup>11</sup> Outros grupos e comunidades tradicionais também utilizam troca de dias, como quilombolas, fundo e fechos de pastos, etc.

<sup>12</sup> Um litro de terra equivale a 605m<sup>2</sup>.

compreensão sobre a ocupação das terras no estado do Paraná. A primeira se refere às análises sobre as missões ou reduções jesuíticas, na maioria das vezes interpretadas de forma isoladas ou ligadas aos estudos regionais e que, muitas vezes, reforçam uma ideologia de que essas terras estavam vazias, desocupadas, desabitadas e prontas para serem usadas pelos colonizadores portugueses e espanhóis. O segundo ponto se refere à presença dos jesuítas no Guairá, elemento importante na formação socioeconômica e territorial do Paraná, pois, desde a sua chegada, nas primeiras décadas do século XVII até os dias atuais, os jesuítas marcaram presença com sua experiência, na chamada conquista espiritual dos índios no chamado Novo Mundo (TAVARES, 2008).

A produção historiográfica e geográfica missioneira é numerosa e diversificada, porém, está envolvida em uma discussão polêmica entre autores partidários ou adversários dos jesuítas. Este se tornou um obstáculo para uma reconstrução histórica, pois produziu uma bibliografia marcada pela objetividade limitada, pela forte presença de posicionamentos pessoais e uma visão eurocêntrica do processo histórico das missões. Com isso, ficaram ausentes, intencionalmente, da história e da geografia regional, as populações indígenas que ali viviam e que resistiram à conquista de suas terras e à destruição de seu modo de vida (TAVARES, 2008).

Nesse sentido, é imprescindível marcarmos que estamos de acordo com a compreensão de que a gênese e formação social camponesa faxinalense é processo histórico, em que vários elementos econômicos, sociais, culturais e políticos foram fundamentais, dentre os quais destaca-se a presença dos povos indígenas. Para a construção deste território foi necessário que, inicialmente, ocorressem alianças entre os povos indígenas. Prática carregada de complexidades, pois envolvia um contexto político, constituído por complexas configurações de alianças e conflitos entre os grupos locais, como os Guarani, etnia predominante nas matas paranaenses. Cabe ressaltar, que os indígenas, desde o início da invasão do Brasil, desenvolveram estratégias para resistir aos efeitos destruidores do contato com o branco sobre suas tribos e aldeias. Entre elas estão a luta armada de resistência à invasão e a fuga coletiva para as regiões mais distantes dos primeiros povoamentos portugueses. Migrações que marcam a ocupação das áreas onde hoje estão presentes os faxinais (TAVARES, 2008).

Nesse sentido, a gênese das comunidades camponesas faxinalenses está alicerçada na resistência à escravização, tanto do indígena quanto do negro africano e na busca pela terra em que se pudesse viver com liberdade. Assim, da “luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos [...] nasceu a luta dos escravos negros contra os espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros [...]” (OLIVEIRA, 1999, p.12). É neste contexto de resistências às diferentes formas de escravização do homem e da mulher que as comunidades vão se organizando e

acolhendo aqueles que chegam em seus territórios. Esse modo de vida contará com as contribuições de outros dois grupos sociais.

O primeiro se refere às migrações forçadas de camponeses produzidas pela guerra do Contestado, conflitos que ocorreram no Planalto Catarinense entre os anos de 1912 e 1916 e tiveram início devido às disputas pelas áreas de terra localizadas entre o Paraná e Santa Catarina. A Guerra se desdobrou por diferentes interesses sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos, e envolveu camponeses, coronéis, políticos das esferas estadual e federal, forças policiais, militares estaduais, exército, trabalhadores da ferrovia, operários da empresa Francesa Lumber e imigrantes.

Um dos estopins do conflito consistiu na contratação pelo governo brasileiro da empresa Francesa Lumber. Os trabalhos realizados pela empresa se referiam à construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em contrapartida aos serviços realizados, a empresa recebeu cerca de quinze quilômetros de terra de cada lado da linha do trem, teve a autorização para construir serrarias para beneficiar as madeiras presentes nesse perímetro e, vender as terras “já limpas” para a inserção dos imigrantes europeus na região. Porém, as áreas doadas à empresa estavam ocupadas pelos camponeses, em sua grande maioria de origem cabocla. Estes lutaram para defender o território da invasão e destruição realizada pela empresa (TONON, 2010).

O momento histórico em que a Guerra do Contestado ocorreu, era profundamente desfavorável às populações do campo, marcado pela proclamação da República, pela presença de um governo controlado por coronéis e pela chegada dos imigrantes europeus, vindo para o país com a missão de “branqueá-lo”. Nesse sentido, a implantação da ferrovia e a extração madeireira foram mais um elemento na conjuntura política, econômica e social profundamente desfavorável e excludente para os camponeses. Estes preferiram resistir e morrer à fugir para outros locais com piores condições de sobrevivência. Escolha que custou a vida da maioria destes sujeitos e o massacre das suas comunidades. Os camponeses que conseguiram sobreviver fugiram e “[...] estão pulverizados em todo o território do acontecimento, nas cercanias das cidades, empobrecidos, nas áreas rurais como meeiros, agregados, boias-frias, ou em algum faxinal” (TONON, 2009, p.339).

O outro grupo social, que contribui no processo de formação faxinalense, foi o dos imigrantes europeus, chegados ao Brasil no final do século XIX e início do XX. Na região onde se encontram os faxinais chegaram principalmente camponeses originários do leste europeu, em maior número provindos da Ucrânia e Polônia, portugueses, italianos e alemães. Estes imigrantes provinham de regiões em que se fazia o uso comum das pastagens e florestas, no

caso dos imigrantes camponeses poloneses e ucranianos, e a prática do uso comum das terras nos baldios de Portugal, no caso dos imigrantes camponeses portugueses. Costumes e práticas que foram sendo agregadas às formas de se relacionar com o território encontradas no novo continente. O momento de inserção destes grupos na região é compreendido como parte significativa no processo de consolidação destas comunidades.

A junção da prática de uso comum pelos índios, a prática de criação de animais pelos escravos africanos, mais a prática da extração de erva mate por ambos os sujeitos sociais – pelo lado indígena, adquirida antes das reduções ou missões jesuíticas, e pelo lado do escravo negro africano, adquirida nas grandes fazendas de criação de gado no planalto de Curitiba – constituíram elementos fundantes nas construções dos faxinais no início do que, ao longo do tempo, recebeu a contribuição significativa dos imigrantes europeus, especialmente dos camponeses originários do leste europeu (Ucrânia e Polônia) (TAVARES, 2008, p.383).

Cabe frisar que os migrantes eram vistos, pelo governo, como portadores de tradição e técnicas mais evoluídas. Características que os alinhavam à missão de compensar o atraso da cultura e técnicas rudimentares usadas pelos caboclos que habitavam o Sul do país. Essas diferenças, produzidas arbitrariamente, se materializarão na negação de acesso a posse da terra, em que os primeiros habitantes deste país serem continuamente expulsos das áreas por não terem o título, como veremos nas análises iniciais desta pesquisa.

## **5 PERCURSO METODOLÓGICO**

A metodologia ou instrumento de trabalho foi conduzida a partir da concepção teórica do Enfoque Histórico Cultural (VYGOTSKI 1991; 1987; 1995) e também defendida por Politzer (1928), que apontam para a necessidade de fazermos uma psicologia concreta. Tarefa histórica que tem suas bases no complexo, dinâmico e dialético estudo do drama humano. Entendemos, a partir dos autores citados, que a psicologia concreta se opõe à psicologia abstrata, caracterizada essencialmente pela tradicional separação entre o objetivo e o subjetivo, o externo e o interno. E se propõe a estudar e conhecer o homem que vive a história, produz a reprodução sua vida real. O desafio por essa nova forma de construir conhecimento requer ir além das descrições e classificações das ações, falas e comportamentos do sujeito. Demanda

que o desenvolvimento psíquico seja explicado a partir das relações e nexos causais que influenciaram e mediarão as condições para a produção do propriamente humano.

Assim, entende-se que para estudar a personalidade é necessário orientar-se em dois sentidos. O primeiro se refere à personalidade como um todo, de forma mais geral, ou seja, aos princípios e/ou regularidades que atuam em sua gênese e desenvolvimento, como buscamos apontar no primeiro capítulo desta tese. O segundo, diz respeito aos princípios e/ou regularidades orientadoras, conteúdos, sistemas e estrutura singulares, únicas e irrepetíveis de cada pessoa. Assim, compreende-se que o estudo da personalidade exige considerar essa complexa e ampla dinâmica entre as generalidades e as particularidades. Além disso, é fundamental assumir o tempo como algo inerente, e não externo, ao desenvolvimento da personalidade, visto que o desenvolvimento psíquico é assumido como cultural e histórico. Dessa forma, as mudanças e transformações ocorridas na personalidade, ao longo da história de vida, não são compreendidas a partir da linearidade temporal ou como resultado da carga de experiência passada do sujeito. Distinto a isso, são tomados na sua complexa e dialética dinâmica em que o presente-passado converge com a dimensão de futuro. A dimensão de futuro, por sua vez, é desenvolvida a partir das inter-relações com os outros seres humanos (VYGOTSKI, 1991; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005; 2012; 2017; LEÓN; CALEJON, 2017).

Nesse sentido, assumir a história do sujeito como método para estudar a formação e o desenvolvimento psíquico é fundamental, contudo insuficiente. Compreender como o sujeito narra, descreve e explica sobre o que aconteceu, como aconteceu e talvez por que aconteceu nos dão pistas do seu próprio desenvolvimento. Entretanto, apesar de fundamental, não tomaremos somente as descrições e explicações do sujeito como forma de acesso às informações que serão analisadas. Consideramos que outros dados devem ser incorporados, como, por exemplo: detalhes dos fatos e situações vividas, descrição sobre os processos educativos, identificação das inter-relações significativas e de maior influência, realização de práticas e efetivação de ações, dentre outras. Desta forma, este conjunto de informações tem por objetivo nos aproximar dos determinantes e nexos que nos revelem explicações sobre a formação e desenvolvimento da personalidade, a partir da dinâmica da vida real, das relações sociais, da atividade e da comunicação que a compõe. E que, fundamentalmente, estão relacionadas a como o sujeito vivencia determinando contexto, objeto, relação, fato, e atribui sentido a ele, sendo essa nossa categoria fundamental de análise (VYGOTSKI, 1991; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005; 2012; 2017).

## 5.1 Inserção nas comunidades e participantes

A inserção nas comunidades pesquisadas teve início em fevereiro de 2017. Entretanto, cabe ressaltar que como moradora da região, já possuía diferentes formas de vínculos com lideranças das comunidades faxinalenses. Relações construídas a partir da participação em movimentos populares e mediados pela atuação na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), programa desenvolvido pelo Ministério do desenvolvimento agrário (MDA). Além disso, a realização da pesquisa de mestrado estreitou a relação com algumas comunidades investigadas naquele momento e com a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF).

No início desta pesquisa tinha como perspectiva realizar entrevista com camponeses das diversas regiões do Estado do Paraná. Por isso, as primeiras imersões foram realizadas em diferentes municípios. Além de acompanhar as famílias camponesas faxinalenses, dei prosseguimento à participação nas reuniões da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). Os encontros ocorriam a cada dois meses e tinham duração de dois dias. Acompanhei esse espaço do ano 2015 até meados de 2018.

A partir da relação com a APF, pude ter mais informações sobre o que ocorre nas comunidades das diferentes regiões, as estratégias usadas para defender o território, as disputas com o Estado e a centralidade do uso da terra coletiva para a manutenção deste modo de vida. Enfrentamentos e lutas construídas de formas particulares em cada comunidade e região. Na maioria das vezes, os antagonistas são fazendeiros que contaminam as águas e avançam sobre as terras de uso comum, moradores do próprio faxinal que não querem mais usar as áreas de forma coletiva, famílias de outros lugares (geralmente da cidade) que se mudam para o faxinal e não aceitam o uso coletivo, dentre outros.

Contudo, a aproximação com as comunidades de um dos municípios passou a chamar nossa atenção. Neste, a questão agrária tomou proporções particulares, mais graves e complexas, afetando de uma forma brutal os camponeses faxinalenses. Em contrapartida, a resistência e organização produzida por esses sujeitos também foi diferenciada. Dentre as principais particularidades desenvolvidas por essas comunidades destacamos: organização das famílias em movimentos populares antes da formação da APF, atuação da APF junto a outros movimentos populares, tais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e a realização de ocupações para retomada de áreas griladas e posterior formação de novos faxinais.

O município em questão possui, atualmente, apenas dois faxinais e foi nessas comunidades que a inserção teve início em julho de 2017. A dinâmica das imersões foi flexível,

e como regularidade estava a permanência da pesquisadora na casa das lideranças da comunidade no decorrer de duas semanas. No total realizamos três imersões em ambas as comunidades, cada uma delas com duração de duas semanas. No decorrer destes dias, acompanhei a rotina das famílias, participei e contribuí com as práticas cotidianas, como a alimentar e cuidar dos animais, cozinhar, plantar, ir para aos espaços coletivos (reuniões da associação comunitária), visitar os demais moradores da comunidade, dentre outros.

As entrevistas foram realizadas nos últimos dias de imersão, em horários e locais definidos pelos sujeitos, onde se sentiam confortáveis e à vontade para dialogar. Os lugares escolhidos foram debaixo das árvores mais significativas para os sujeitos, perto do lago e, nos períodos em que fazia frio, ao redor do fogão à lenha. As entrevistas, que tiveram duração aproximada de quatro horas cada, foram transcritas literalmente. Destaco que, apesar de utilizar o depoimento de apenas quatro sujeitos, realizei outras entrevistas. Na comunidade que vivem Tereza e Rosa, entrevistei outras duas mulheres, um homem e um adolescente de 13 anos. Na comunidade que vive Ianá, entrevistei mais dois homens e duas mulheres. Para além das entrevistas, dialoguei e acompanhei a rotina destes sujeitos. Entretanto, no decorrer das entrevistas e transcrições e, principalmente, na produção das categorias de análise, notamos que as respostas possuíam regularidades muito semelhantes. Com isso, não estamos apontando que as respostas eram idênticas, porém que os sentidos, motivos, significados, necessidades e vivências eram análogos. Assim, por saturação, optamos por utilizar apenas as entrevistas realizadas com estes quatro sujeitos.

A escolha dos sujeitos teve como critério apresentar a maior diversidade possível das pessoas que compõe as comunidades. Assim, optamos por Ianá que tem pouco vínculo com a APF - mas sempre viveu em uma das comunidades - e teve que sair do faxinal devido à grilagem das terras e depois retornou por meio da ocupação. Rosa, mudou-se para o faxinal aos 13 anos, idade em que se casou e, atualmente, é uma das lideranças da comunidade. Tereza, vive há doze anos no faxinal e foi inserida por meio das ocupações realizadas pelos Movimento dos Pequenos Agricultores. E por fim, Pedro, que é uma das principais lideranças das comunidades e da APF. Além das entrevistas com estes camponeses faxinalenses, também buscamos conhecer outras lideranças que influenciaram e organizaram os processos de resistência e luta no município. Na análise, apresentaremos as entrevistas realizadas com duas lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Fábio e Márcia. As entrevistas foram realizadas durante dois encontros na casa dos camponeses.

Por fim, é importante salientar que todos os nomes utilizados são fictícios, assim como ocultaremos o nome das comunidades e do município. Este cuidado se justifica pelas fortes

pressões e conflitos que seguem vigentes nas comunidades. Dessa forma, para proteger os entrevistados, optamos por resguardar o máximo possível as identidades dos colaboradores desta investigação. A seguir apresentaremos uma síntese descritiva de cada sujeito entrevistado.

### *Tereza*

Tereza nasceu em 1967, em uma comunidade rural de outro município, a uma distância de aproximadamente oitenta quilômetros da cidade onde a pesquisa foi realizada. Ela é a primeira filha dos nove que formaram a família. Os irmãos e irmãs nasceram em diferentes lugares que a família morou. As mudanças de localidade se deram, geralmente, pela precariedade das condições de vida, em especial relacionadas à falta de terra, em quantidade e qualidade, ao trabalho exigente de muito esforço físico, a ausência de acesso a tecnologias para a produção, a distância dos pequenos centros das cidades onde se concentrava as insuficientes instituições e serviços de educação, saúde, transporte etc. Em relação às terras cultivadas, Tereza conta que quase sempre “*eram áreas pequenas e na maioria das vezes estavam situados em morros, barrocas*”<sup>13</sup>. *Era um sofrimento subir e descer com os mantimentos*<sup>14</sup> *nas costas naquelas alturas”*.

### *Infância: trabalho e responsabilidade de adulta.*

As primeiras memórias que Tereza possui são as contadas pela mãe e estão relacionadas aos primeiros trabalhos que ela começou de realizar.

Tereza: (...) a mãe conta que eu já ajudava em bastante coisa, cuidava da minha irmã que era mais nova, colocava um banco perto do fogão pra fazer comida. Ela disse que ia trabalhar e quando chegava eu tinha feito comida, trepava no banco pra fazer comida [riso contido]. Disse que eu era louca de metida, mas só que eu não lembro dessa época. Tinha seis anos, era bem nova, mas na época as crianças já trabalhavam. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Nessa mesma idade, vive a primeira mudança de localidade. Sua família, ainda formada apenas por ela, a mãe e o pai, se deslocou para uma das comunidades do município pesquisado. Nesta localidade, a família conseguiu adquirir um terreno em que permaneceram durante três anos. Essa terra se tornará um ponto de referência para Tereza, inclusive depois de casar-se.

---

<sup>13</sup> Áreas mito íngremes.

<sup>14</sup> Inclui tudo que é produzido e usado no trabalho da produção, tais como sementes que seriam plantadas ou que estavam sendo colhidas, instrumentos de trabalho, como enxada, foice, a comida que seria a refeição do dia etc.

Tempos depois. Tereza e os pais mudam-se para outra comunidade, mais distantes “*pra cima, na serra*”. Lá nasceram os outros dois irmãos de Tereza, dos oito que irão compor a família.

Se os seis anos é marcante pelo início dos trabalhos domésticos, os onze e doze são caracterizados por um breve período da experiência escolar e pelo início da produção agrícola com mais independência. Em relação à escola, Tereza relata que começou seus estudos aos onze anos. Neste período, final dos anos setenta, não existia a obrigatoriedade do Estado garantir a educação para as crianças. Assim, apenas os pais que possuíam um melhor poder aquisitivo e instruções, para valorizar a educação formal dos filhos, contratavam professores particulares para ensiná-los. Geralmente os docentes vinham de outros lugares e passavam a viver na comunidade. Foi o que ocorreu durante seis meses com Tereza.

**Pesquisadora: E você foi para a escola?**

Tereza: Só quando eu tinha 11 anos. Deixa ver... é, eu tinha 11 anos e comecei a estudar, estudei seis meses. Porque daí veio um professor... porque não tinha escola perto, era longe a escola e daí o pai não tinha o interesse também, não se interessava de mandar a gente estudar. Na verdade, dava pra ter ido pra escola desde pequeno, se quisesse, porque os meus piá fizeram isso, a [cita o nome da filha], no caso, fizeram cada caminhada pra ir pra escola. Bem difícil (...). Mas daí o pai com a mãe não incentivaram, daí quando esse professor veio, daí o pai resolveu de pagar pra esse professor, cada pai pagava um pouco, pra ele dar aula. Daí que eu fui pra escola, na casa de um vizinho lá. O vizinho tinha uma casa lá e arrumou para o professor dar aula. Daí estudamos seis meses com aquele professor, só que o abençoado resolveu de roubar uma das alunas e foi embora, deixou nós sem estudar de novo. Mas serviu. Aprendi a ler, aprendi a escrever, dentro daqueles seis meses. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Depois deste período de estudo, Tereza ficou um tempo sem ir à escola e, quando conseguiram outra professora, ela já estava mais velha e não permitiram que retornasse para a sala de aula como aluna. Para driblar as regras, ofereceu-se para ser ajudante da professora, que era sua prima. (...) *daí a minha prima veio de [cita o nome do município] e deu aula mais um tempo para as crianças, mas daí eu já tinha passado da idade, não podia estudar mais, matriculada, daí eu ia lá ajudar ela com as crianças, daí ela tinha um montão de criança que ela dava aula, daí ajudando ela lá, eu fui aprendendo mais um pouco.*” Conta que este período foi útil para aprender a ler e escrever, o que na época já era um diferencial da maioria das pessoas que eram analfabetas. Depois destes poucos meses de ensino, a retomada dos estudos só conseguiu ser realizada quando já estava casada e com a primeira filha recém-nascida.

Este mesmo período, dos onze e doze anos, também foi marcado por ser o início da produção agrícola de forma mais independente. Até então os trabalhos na roça e em casa eram

divididos com o pai e a mãe, contudo o dinheiro da venda dos produtos agrícolas ficava apenas com o pai. Insatisfeita com a situação, Tereza pede para fazer um “*pedaço de roça*” em separado. Sente necessidade de produzir para ter o mínimo de recursos financeiros e sanar as necessidades mais básicas, como compra de calçado e vestuário.

Tereza: Quando eu tinha 12 anos, eu comecei a fazer plantas separadas, pra mim. Plantava nos terrenos do pai, mas fazia sozinha (...) Porque o pai era muito seguro demais, não comprava as coisas pra gente. A gente precisava de um calçado, ele não comprava ‘Não precisa de calçado!’. Comprava, às vezes, um calçadinho velho daqueles bem mais “jaguarinha” e tinha que durar pra vida inteira, não podia estragar. Daí eu falei pra mãe ‘Vou começar a plantar pra mim separado, porque daí eu vendo e compro o que eu quero’. E daí foi o que eu fiz, comecei a plantar separado e comprar as coisas pra mim (...) Tinha meu porco, galinha, várias coisas que eu fazia separado pra mim. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Deste período até os dezessete anos, idade que casou, Tereza seguiu fazendo parte da roça em separado, sem deixar de trabalhar com seus pais, tanto na produção familiar quanto nos trabalhos domésticos. Aos dezessete anos se casa e vai morar em outra localidade. Ao mudar-se, o pai fica com a maior parte do que ela havia produzido na lavoura e que seria utilizada para custear as despesas do casamento e da vida na nova família.

Tereza: Daí, no ano que eu casei, a minha plantação de feijão deu ... não lembro direito, mas acho que deu uns dez sacos de feijão, eu estava com 17 anos. Só que daí, quando eu casei, o pai não quis me entregar o feijão que eu tinha colhido. Ficou com ele, me entregou só um pouquinho. O resto ficou com ele, daí o pouco que eu levei, nós vendemos e pagamos o casamento, na época, trezentos Cruzeiros! Nós pagamos pra poder casar... vendemos o feijão. Porque o (cita o nome do marido) tinha os feijão dele, mas deixamos os dele pro gasto e vendemos o meu pra pagar o casamento. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Uma das marcas dos processos de aprendizagem, no trabalho na roça, é aprender observando. O ensino e a aprendizagem ocorrem a partir do acúmulo das experiências da família, repassadas de geração em geração, e que se dão sem muitas sem explicações (uso da linguagem verbal) e o uso de tecnologias.

**Pesquisadora: Com quem você aprendeu estes trabalhos.**

Tereza: Ué, com a mãe e com o pai, com os dois. Mais com a mãe, porque o pai não era muito... trabalhava ali, mas não era muito... mas a mãe sempre

estava trabalhando, direto. Daí sempre levava nós junto, toda vida ela levava nós junto e fomos aprendendo.

**Pesquisadora: O que eles falavam, como eles te ensinavam?**

Tereza: Mas na verdade não tinha muita explicação. No caso, era mais vendo eles fazerem e indo junto. A mãe ia e levava nós junto, nós pegava um enxada e ia carpir com ela. Ela carpia de um lado, nós carpia do outro. Dizer como era pra fazer, não dizia! Às vezes explicava ‘cortar a planta e tal’. Quando era pra limpar as plantas, pra cuidar pra não cortar e tal... mas dizer como fazia o serviço, eu aprendi vendo ela fazer. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Este modo de ensinar, a partir das práticas e sem maiores explicações, é o processo comum e presente no cotidiano das famílias que trabalham na agricultura e, geralmente, está atrelada às formas tradicionais de cultivar a terra e realizar os trabalhos.

Depois de casar, Tereza mudou para a comunidade (terra) onde morava a família do marido. Lá permaneceram por quatro anos, até nascer o primeiro dos três filhos que tiveram. Após o nascimento do filho mais velho, Tereza, o marido e o filho retornaram para a comunidade onde vivia os pais dela. Moraram mais três anos neste local e mudaram-se novamente, permanecendo cerca de quatro anos neste novo local. As mudanças de localidade foram constantes na vida de Tereza, contudo a atividade laboral continuava sendo a mesma, o trabalho na roça, doméstico e reprodutivo. Para além destes trabalhos, Tereza teve outras três experiências fora da propriedade. A primeira foi como em trabalhos gerais em uma escola, a segunda foi com a mesma função, porém em uma faculdade particular, e a terceira experiência foi como agente comunitária de saúde. A maioria destes trabalhos eram caracteristicamente precarizados e tiveram curta duração. Geralmente a saída do trabalho coincidia com a mudança da família de uma localidade para outra.

**Pesquisadora: E como era esse trabalho [como zeladora]?**

Tereza: Era bom! Bem bom o trabalho de zeladora. Só que daí deu um louco, né, de se mudar de novo... na verdade, vivia se mudando, né? não ficava muito tempo em um lugar, se mudava pra outro. Dava uma loucura de se mudar...

**Pesquisadora: O que motivava a mudar?**

Tereza: Mas nem eu sei explicar até agora! Não sei porque que nós fazia isso. Não sei se era porque a gente achava que era melhor... sei lá porquê que nós se mudava... daí quando nós se mudamos ali para Santa Maria, eu comecei a trabalhar em uma firma ali que tem uma universidade ali, que daí eles pegam a mulherada pra trabalhar, pra limpar as casas que ampara o pessoal que vem de fora, daí trabalhei mais oito meses ali, parece... é! Mais oito meses lá. Daí

já engravidei, comecei a trabalhar e depois de uns três meses, já engravidei. Daí tive... daí trabalhei até... não sei quantos meses de gravidez, e saí da firma. Na verdade, a firma faliu e daí eles iam mandar nós parar mesmo por causa da gravidez, eu parar, no caso. Daí ficamos ali até a (cita o nome da filha) nascer, daí ela nasceu, e votamos para o Arroio Bonito e ficamos mais lá até vir pra cá. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Na comunidade que viviam os pais de Tereza, além da produção dos alimentos comuns como *“feijão, arroz, batata doce, mandioca, milho, passamos a plantar fumo. É, até fumo eu plantei, acredita?”* A produção do tabaco foi, inicialmente, realizada em parceria com o pai, depois financiaram uma estufa<sup>15</sup> própria. Somados, foram cinco anos trabalhando com o tabaco, dois anos trabalhando em parceria com o pai e três anos somente ela e o marido. Ao relembrar este período, Tereza relata:

Tereza: Era muito ruim no fumo, Deus o livre! Daí era lidar só com veneno! Direto, só veneno forte! E daí na colheita, se dava chubarada também, Deus o livre! Daí apodrecia, aqueles fumo. Meu Deus do Céu! A gente quase morria com aquele “fedorão” de fumo embaixo dos barracão, né? E não dava nada, porque daí ficava a maioria perdido. A gente pegava insumo da firma pra plantar, eles davam tudo, tudo, tudo! Veneno, os insumos, tudo, os adubos. Tudo a firma que mandava. Só que no tempo da colheita eles cobravam tudo! Daí a gente ficava só com um pouquinho, a maioria era pra eles. Daí largamos lá. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Depois de deixar a produção do tabaco, mudaram-se novamente. Foi neste local que ela trabalhou nos serviços gerais em uma escola. Também foi neste período que Tereza retomou os estudos, através do Programa do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA).

Tereza: (...) Daí vim na [cita o nome da comunidade], dava dez quilômetros de onde eu morava, daí a Prefeitura colocou um ônibus lá pro pessoal fazer o CEEBJA, naquele tempo era CEEBJA o nome da escola, daí nós estudava na casa a semana inteira, daí... Não, não era essa época que eu estudava na casa... depois que eu estudei na casa. Essa época eu vinha pra escola, daí... não, estudamos mesmo na casa, essa época eu estudava na casa, era eu, meu cunhado e mais uma turma lá que vinha, daí nós pegava e vinha na escola, fazia uma prova, daí estudei três semanas na casa e daí vim e fiz uma provona, concluí a oitava série naquelas três semanas. Daí que eu comecei a estudar... daí concluí a oitava série... não, quarta série! Concluí a quarta série daí comecei a estudar pra concluir a oitava, daí. Daí estudava... nós vinha de noite, todo dia de noite estudar na Divinéia, até a professora (cita o nome), que era [é] a secretaria de educação, vinha e dava aula pra nós. Nós vinha todo dia de noite estudar, deixava essa aqui (aponta para a filha) com o pai dela. Essa aqui

<sup>15</sup> Estrutura utilizada para secagem das folhas do fumo. Sem essa estrutura a produção e entrega para a empresa se inviabiliza.

(olha para a filha) chorava que Deus o livre. Se batia miséria. Ele ficava andando com ela pro mato e chacoalhando pra parar de chorar (risos) e eu estudando. Tanto ele sofreu, a menina sofreu e eu sofri pra poder estudar, daí terminei, fizemos um ano de estudo, terminei a oitava série. Daí comecei o segundo grau, fui até um ponto e comecei a trabalhar, daí já não tinha muito tempo, também... mas daí tinha que estudar pra poder trabalhar, porque daí era pela prefeitura e tinha que estar estudando para poder trabalhar. Porque daí eu trabalhava de zeladora em uma escola, daí estudei mais um pouco e deu “um louco” de nós se mudar de novo, daí compramos um terreninho no [cita o nome da comunidade], ali em [cita o nome da comunidade], daí viemos morar ali. Parei de estudar pra se mudar ali, daí perdi de terminar o segundo grau, não terminei. Faltou duas matérias, só. História e não lembro qual outra. Ficou duas matérias faltando pra estudar, pra eu terminar. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

As precárias condições de estudo são marcadas pela: distância da escola; aligeiramento na formação; realização dos estudos em casa, sozinha; aula (quando tinha) no período noturno; sofrimento em deixar a filha pequena em casa. Estas são as características que compõe a frágil formação escolar oferecida às populações camponesas. Estas se intensificam quando se trata de mulheres, pois precisam aliar o tempo da aprendizagem ao tempo de trabalho reprodutivo, doméstico, na propriedade e fora. Elementos que limitam ainda mais as possibilidades de acesso e permanência na educação pelas mulheres.

Saindo dessa comunidade, Tereza e a família retornaram para a comunidade que moravam os pais dela. Foi neste período que ela iniciou a participação nos espaços organizados pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

*Vida adulta: o movimento dos Pequenos Agricultores e os filhos como mediadores dos processos de mudança*

A aproximação com o Movimento do Pequenos Agricultores (MPA) ocorreu através das atividades desenvolvidas na comunidade. Local onde moravam os familiares de Tereza e para onde ela sempre retornava, após viver um período em outras localidades. Os trabalhos desenvolvidos pelo MPA estavam relacionados à formação política, organização popular e produção de alimentos<sup>16</sup>. Nesta comunidade, o movimento buscou organizar às famílias para produzirem, beneficiarem e comercializarem alimentos que já estavam inseridos no cotidiano das famílias, como a cana de açúcar, que era transformada em melado, rapadura e açúcar

---

<sup>16</sup> Citar site MPA e trabalhos.

mascavo. Tereza iniciou a participação nas reuniões do MPA a partir do interesse e possibilidade de ter outras fontes de renda.

**Pesquisadora: E o que motivou você a participar do movimento?**

Tereza: Mas é os benefícios que estavam vindo pra comunidade, porque daí eles iam lá, faziam reunião e falavam que estavam vindo benefícios e que o povo se organizasse, porque... que nem, uma agroindústria ali seria uma fonte de renda para o povo. Daí a gente, como sempre procurou tentar uma fonte de renda mais fácil, né, pra não sofrer tanto... daí eu acho que foi, na minha opinião, foi isso. Mais em busca de uma fonte de renda mais fácil. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Conta que passou a participar assiduamente dos espaços organizados pelo movimento - “(...) *nunca perdia reunião*” – e que, além das formações políticas, realizavam trabalhos coletivos relacionados à construção das estruturas que seriam utilizadas no beneficiamento dos alimentos. Entusiasmada, relembra o início da construção do barracão “(...) *nós participamos do primeiro mutirão, pra fazer o barracão, foi a limpeza do terreno (...) era muito bom. Daí a gente ficava lá o dia inteiro, na reunião, fazia almoço e todo mundo almoçava junto ali, um “povaréu” de gente, era bem divertido*”.

Este período foi entre os anos de 2002 e 2003. Ela continuou participando das atividades, nesta comunidade, até 2007. Neste ano a família decidiu ir para a ocupação do MPA, na comunidade que mora até hoje. A ocupação, que se transformou em acampamento e em sua casa, já é o lugar de maior tempo de permanência de Tereza.

Um fator de grande relevância na definição sobre ir para a ocupação do MPA foi a inserção dos filhos de Tereza na Casa Familiar Rural<sup>17</sup> e no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO)<sup>18</sup>, ambos oferecem cursos técnico em agroecologia. As aprendizagens dos filhos foram sendo compartilhadas com Tereza, a partir de

<sup>17</sup> As Casas Familiares Rurais (CFRs) tiveram origem na França na década de 1930 por iniciativa de um grupo de famílias camponesas interessadas na formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. No estado do Paraná o processo de implantação das Casas Familiares Rurais iniciou em 1988 com discussões dos agricultores e envolvimento das comunidades, com objetivo de oferecer uma educação de melhor qualidade para estes jovens. A oferta de escolarização nas CFRs acontece na forma de organização curricular integrada ao Ensino Médio, as aulas são ministradas em tempo integral, em três séries anuais e em regime de internato. Informações retiradas de: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136> em 15/05/2019.

<sup>18</sup> O Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) é uma associação fundada no ano de 1997 que desenvolve atividades de assistência técnica, pesquisa e capacitação tecnológica junto a agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária da região centro do Paraná. Foi organizada pelos Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e tem sua sede no município de Laranjeiras do Sul/PR. Suas principais atividades estão organizadas a partir de quatro eixos estratégicos e transversais: Agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude. Informações retiradas de: <http://www.ceagro.org/index.php/apresentacao/sobre-nos/> em 15/05/2019.

conversas e práticas que desenvolviam na propriedade. Essas inter-relações e conhecimentos possibilitaram Tereza a viver outras experiências relacionadas à produção de alimentos, influenciadas por informações e orientações sobre os malefícios do uso de agrotóxico, cultivo agroecológico dos alimentos, o cuidado com a terra, críticas a monocultura, dentre outros. As alterações na dinâmica das relações familiares, por meio das conversas e práticas realizadas, são apontadas por Tereza como momentos significativos nas transformações que viverá na sua forma de pensar, sentir e agir sobre o trabalho na agricultura. Transformações que terá os filhos como principais educadores, orientadores ou influenciadores do processo. Além disso, esse acúmulo de experiências atribuídas de novos sentidos será fundamental na definição sobre a mudança para a ocupação.

**Pesquisadora: o que influenciou na definição de vir para a ocupação?**

Tereza: É, na verdade, começou bem, como que eu digo (...) Assim, bem sem interesse nisso. Por causa que primeiro teve uma reunião dos professores com os familiares lá na comunidade, orientando nós a botar os filhos pra estudar lá na Escola Familiar Rural. Daí daquela palestra eu me interessei. Daí conversei com o (cita o nome do filho mais velho) e ele gostou da ideia. Ele entrou, estudou, três anos na casa familiar. Terminou. E quando ele estava na casa familiar, ele já ouviu falar sobre essa ação que o povo fazia, ocupação de terra. Ah, e depois que ele se formou na casa familiar já foi estudar no CEAGRO, fazer o curso técnico [em agroecologia]. Daí um dia ele chegou de lá [CEAGRO] e falou ‘Mãe, nós estamos indo ocupar uma área lá perto do [cita o nome do dono da madeireira], o pessoal do MPA vai ocupar uma área lá e daí querem que nós vá juntos e eu vou também, daí se vocês quiserem ir, falaram que pode ir também’. Daí como o nosso terreno lá era pequenininho, não dava muita coisa e era uma serrona que Deus o livre pra subir lá e trabalhar o dia inteiro (...). Resolvemos que vamos mesmo! Então foi por causa do piá também, né, que daí já ouvia falar dessas invasão de terra, que falam invasão, que é perigoso e tal. (...) Daí viemos, foi em 2007 que nós viemos, acho que o (cita o nome do outro filho) já tinha começado um anos antes a estudar lá no CEAGRO, na mesma escola, daí viemos também para o acampamento. (Entrevista concedida em 23/01/ 2018).

Ao se mudar para a ocupação, Tereza teve seu cotidiano totalmente mudado. Passou a conviver com um grande número de pessoas, inicialmente eram quarenta famílias, o que somava mais de cem integrantes. Os trabalhos e as atividades eram desenvolvidos em grupos, planejadas e organizadas coletivamente. Além disso, se intensificou a participação de Tereza nos espaços de formação do movimento fora do acampamento. Processo que influenciou profundamente Tereza na atribuição de sentidos, necessidades, motivos, significado dado à

atividade, à relação com outras pessoas, com a natureza e com ela mesma. E que serão descritos e analisados adiante.

### *Pedro*

Pedro é uma das principais lideranças da região que a pesquisa foi realizada. Inclusive é uma das pessoas mais citadas no decorrer das entrevistas. Nasceu em uma das comunidade faxinalense, contudo teve uma maior inserção nos processos educativos e políticos. Assim, a história de Pedro está amalgamada à história das famílias da comunidades, cidade e região. Junto a isso, consideramos que sua concepção pessoal de mundo, materializadas nos diálogos, ações e relações sociais, influenciaram a atual organização das comunidades pesquisadas. Hipótese reforçada pelas referências feitas a Pedro pelos demais entrevistadas.

Conheci Pedro nos espaços de formação e organização do movimento, em que convivemos aproximadamente dois anos antes de iniciar as entrevistas, realizadas no decorrer de outros dois anos e meio. Esses diálogos, orientados por mim, foram realizadas em três momentos diferentes que ocorreram na casa de Pedro.

### *Família e infância*

Pedro é expressão da mistura tipicamente brasileira, composta por indígenas, negros e portugueses. Seus avós migraram de uma região próxima à capital do Estado para a comunidade na qual ele nasceu. A história de seu nascimento, em 1957, repete as histórias dos demais camponeses faxinalenses, parto normal e feito por parteira.

Além disso, também possui no cotidiano as marcas da violência, intensamente presente na região. Pedro nos conta que nos dias que antecederam seu nascimento ocorreu um assassinato envolvendo seu pai e familiares. Acontecimento que afastou o pai da convivência familiar no decorrer de seis anos. Este afastamento e as diferenças pessoais entre eles acompanhará e marcará a história de Pedro, como parte do drama pessoal de sua vida. As principais marcas e diferenças na relação com o pai é apontada como a hierarquia e dureza na forma de se relacionar que será intensificada com a inserção de Pedro nas organizações populares. Pai e filho assumem lugares opostos nas disputas de terra ocorridas na região. Pedro, como uma das principais lideranças do movimento que defendia os posseiros e seu pai como delegado que assumiu a causa da empresa. Ao comentar sobre o pai, analisa:

Ele já vinha assim, geneticamente, de uma família um pouco violenta, né? imagina a sessenta anos atrás como é que era no interior, né? A cultura do povo era de andar armado, eu cresci vendo isso (...). E aí foi criando essa... isso continuou até ele morrer, essa ruindade pra mim, essa discriminação, uma espécie de um preconceito e tal. Ele teve problema comigo a vida inteira! (Entrevista concedida em 15/01/ 2018).

Já a relação com a mãe foi de profundo cuidado e respeito, sendo ela a principal referência no que diz respeito à religião. Elemento central na sua formação pessoal.

Mas a minha mãe, ela, sim, a conselheira, né? a minha mãe sempre me aconselhava, principalmente essa coisa da reza, né? da fé, de ensinar a rezar e tal. O que eu aprendi a rezar na vida foi ela que me ensinou (...). Ela que me ensinou e eu fiz tudo isso porque ela me incentivou pra fazer. E aí quando eu fiquei adulto, eu meio que, assim, eu levei isso pra mim, levei pra minha vida. (Entrevista concedida em 15/01/ 2018).

O cuidado, a atenção e o apoio da mãe se fizeram presentes no decorrer de toda a sua vida, desde a infância com as inúmeras doenças que teve, até mais tarde nos processos de organização popular. Em relação à infância, lembra que até os seis anos viveu apenas com a mãe e os tios e tias, sem a presença do pai. Não fazia nenhuma outra atividade além de ficar em casa, brincar, passear e iniciando suas atividades escolares, realizadas inicialmente na comunidade.

A primeira vez, eu não sabia nem desenhar uma letra lá, nem pronunciar uma letra. Eu fui pra uma escola, e a minha professora hoje está aposentada, ela mora lá por perto, é faxinalense. Até a minha irmã é casada com a prima dessa mulher que foi a minha primeira professora. Mas o que aconteceu, eu tinha 8 anos e naquela época não tinha... era uma turma de umas 40 crianças, só que ali não tinha criança, tinha criança de 8 anos, de 10 anos, e tinha adolescente com 16, 17 ali... e muita! Então, o que acontecia. Aqueles que sabiam menos continuavam sabendo menos, eu não aprendi nada naquela escola. Eu entrei lá no zero e saí quase no zero. [risos] aí o meu pai me tirou de lá e me colocou em uma outra escola, tinha uma outra escola mais perto da casa, mas o meu pai e a minha mãe acharam que aquela escola era mais famosinha, que lá a professora era melhor e tal. Não sei de onde é que eles tiraram isso, né? eu não aprendi nada, eles me tiraram e me “punharam” na outra que era mais perto, essa dava 1000m em linha reta, as nossa casa. E daí tinha vizinhança ali que a gente fazia turminha e ia tudo junto, voltava junto lá pra escola. E lá eu consegui aprender ler e escrever um pouquinho, não tinha nem... era chamado assim, primeiro livro, era o primeiro ano, né? primeiro livro, segundo livro, terceiro livro e assim... era por livro. Não era primeiro ano, depois veio primeira série... hoje eu nem sei como que é. Mas era o primeiro livro. Eu consegui estudar o tal do primeiro livro lá e daí, quando eu estava no segundo livro, que com certeza era segundo ano, né? (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Se o acesso à educação formal era precário e superficial, deste período em diante ela será totalmente negada para as crianças, adolescentes e jovens camponeses. Realidade que se repete na história desta população. Assim, depois desse período, Pedro e os outros alunos pararam de estudar. A escola foi fechada por falta de pagamento da professora, funcionária pública municipal. Depois de um tempo, a família recebe a visita das tias e tio de Pedro, irmãos da sua mãe, que moravam em uma cidade vizinha, da qual o município foi desmembrado. Na visita ocorreu a proposta de Pedro ir morar com o tio, assim poderia dar continuidade aos estudos, debilitadamente iniciados.

Pedro: (...) E o meu tio queria muito bem eu e veio visitar nós, chegou aí e deu com aquela situação e propôs pro meu pai pra me levar pra (cita o nome da cidade vizinha), morar com ele e propôs pro meu pai, pro meu pai dar só a roupa, o calçado e o material de escola. E o meu tio daria pra mim a casa pra morar e a alimentação e daí o cuidado ali, né, a roupa limpa e tal. Aí, por sorte, meus pais toparam! Daí eu fui, fiquei dois anos. (...) Eu já entrei em [cita o nome da cidade] com 13 anos, na segunda série, o segundo ano do primário. Com 13 anos na segunda série. E aí, venci, estudei ali. (...) Aí o meu pai foi lá nas férias, eu tinha passado de ano, ia estudar o quarto ano, e o pai disse assim 'Vamos embora! Você já sabe escrever e ler, tá bom'. Coitado 'd'eu' com 13 anos, né? com 13 anos, indo já para os 14 anos, tá bom. E antes de eu ir, eu já estava trabalhando na roça com ele, com os meus 11 anos, 12 anos, por ali, eu estava trabalhando na roça, enfrentando, sabe? Aí teve esses dois anos, aí eu não parei mais, daí eu fui pra roça com ele, aí foi terrível. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Apesar de pouco, esse tempo de acesso à educação formal foi maior que o conseguido pela maioria dos camponeses faxinalenses. A necessidade da força de trabalho, nas atividades de produção familiar, determinou a saída de Pedro da escola. Contudo, além do acesso à escrita e à leitura, a experiência de morar na cidade coloca Pedro em contato com outros costumes, especialmente relacionados à alimentação e ao modo de se relacionar com as pessoas. Ao retornar para a comunidade, Pedro passa a trabalhar de forma mais ativa na roça e na criação de animais. Trabalho realizado sobre a relação hierarquizada e de exploração realizada pelo pai.

Pedro: Daí eu já tinha 14 anos, né? daí já comecei a... adolescente, fui trabalhar com ele, ele continuou ruim pra mim, trabalhava de sol a sol na roça com ele. Tudo que ele fazia na roça, eu fazia com ele. Daí ajudei a criar os meus irmãos, né? porque eu sou o mais velho e daí teve quatro mais depois de mim. Os depois de mim tudo eu ajudei a criar trabalhando com ele na roça. Os outros mais tarde começaram a ir também, né? só que daí teve um intervalo, depois de mim é a menina e menina não ia pra roça. Menina ficava com a mãe, daí demoraram mais a ir pra roça. Quando eles foram pra roça com o pai, eu já estava adulto e querendo casar. Também por causa assim de vários motivos, me levou a se engraçar de casar meio cedo, sabe? Não tinha lazer nenhum pra

gente, a não ser o bailinho de casa, né? não passava disso. Futebol, muito pouco... então não tinha muito o que fazer (...). (Entrevista concedida em 15/01/2018).

A partir dos dezessete anos de idade e por estar namorando, Pedro começa a separar uma parte da produção para si. Produção relacionada ao cultivo de alguns grãos, como milho e feijão e à criação dos animais. A maioria dessa produção estava voltada para consumo da família. Apenas uma pequena parte era vendida e transformada em dinheiro para comprar as poucas mercadorias que a família consumia. Este período é lembrado como de fartura, em que se tinha tudo o que a família, a comunidade e os sujeitos precisavam para viver.

Pedro: (...) Porque os pais tinham essa cultura, né? “Tal porca criadeira é do fulano” e daí ela criava, mas era só o nome que era do filho, né? a produção era pra casa, era pra despesa ali do... só que dali, dos 17 anos em diante, eu já tinha os meus animais,, eu já tinha lá o meu rebanho e eu já estava vendendo e fazendo dinheiro também. Dinheiro na época não era muito difícil fazer, no rebanho. Quem tinha pra vender, ou seja produto da roça ou dos animais, quem tinha pra vender sempre tinha dinheiro. Então, eu fui um jovem, um rapaz, que nunca faltou dinheiro. Por outro lado, quase não tinha onde gastar também, quase não tinha onde gastar dinheiro também, porque nós comprava pouca coisa, né? Mas no geral nós tinha tudo, tinha fartura. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Em síntese, este período é destacado pela presença da fartura, tranquilidade e ingenuidade. A produção estava orientada para suprir as necessidades básicas da família. Também estavam presentes as relações hierárquicas e sentidas como negativas com o pai. Outros elementos marcantes são a falta de acesso à educação, à saúde e a qualquer outro direito que deveria ser garantido em forma de política pública. Após este período, e que marca a transição da vida jovem/solteiro para a vida adulta, Pedro e a maioria das famílias começaram a sentir diretamente as mudanças na forma de se relacionar com a produção e reprodução familiar e comunitária. Transformações impostas pela apropriação privada da terra e dos recursos naturais.

### *Rosa*

Rosa nasceu em outra comunidade do mesmo município que mora atualmente. É a filha mais velha dos doze irmãos e irmãs que teve. Filha de agricultores, aprendeu desde muito cedo a lidar com a terra. Plantar, roçar, carpir, lavar, cozinhar, foram práticas realizadas a partir dos sete anos.

Da infância relembra a importância que o pai teve na sua formação. De ascendência indígena ele mantinha uma forte relação de cuidado e respeito com a natureza. Vivências que serão fortalecidas com a mudança para o faxinal. Aos doze anos conhece Jones e depois de seis meses decidem ir morar junto.

É nesse momento que Rosa vive mudanças significativas em sua vida, pois se insere em costumes e tradições diferentes daquelas que ela estava acostumada. Apesar da semelhança na realização de alguns trabalhos, como o manejo da erva mate, o plantio de cereais e hortaliças, a forma de organizar as atividades eram diferentes. A realização de trabalhos coletivos, a criação dos animais à solta e junto com os vizinhos, o uso de instrumentos de trabalho por todas às famílias que viviam na comunidade, a troca de alimentos e outros bens básicos, dentre outras práticas que eram desconhecidas por Rosa. O que inicialmente produziu estranhamento e dúvidas, foi sendo apropriado e recriado por Rosa que atualmente é uma das principais lideranças da comunidade.

### *Ianá*

Ianá nasceu na comunidade faxinalense, contudo nem sempre conseguiu se manter nela. Filha de pai professor, teve o que para os camponeses é um privilégio, foi alfabetizada quando criança. Acompanhava o pai nas atividades escolares, realizadas no decorrer da semana, e nos trabalhos de produção de alimentos, feitas nos finais de semana.

Conta que maioria das vezes essas atividades eram realizadas de forma coletiva, em que se reunia várias famílias que moravam próxima da sua casa. A função dela e de outras moças era garantir a alimentação dos que quem estava realizando o puxirão. Quando tinha treze anos seu pai começou de perder a visão e ela teve que assumir outra função. Para as crianças não ficarem sem aula seu pai a treinou e orientou para cumprir essa tarefa, que realiza até os dias de hoje. Sempre conciliou as atividades na escola da comunidade, séries iniciais, com os trabalhos de produção de animais, hortaliça e cereais. Contudo, em meados dos anos noventa teve que mudar-se do faxinal para uma pequena área que tinha o título no nome do pai. A mudança forçada se ocorreu devido a intervenção da empresa, que apresentaremos adiante.

Após quinze anos morando em uma área individualizada Ianá visualiza a possibilidade de retornar à área de uso comum. Em 2008 se insere na ocupação que foi organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) para reivindicar e ocupar as áreas que foram griladas pela madeireira. Depois de seis meses de ocupação o movimento consegue ocupar as áreas e Ianá retoma a vivência nas áreas de uso comum. Junto a isso é organizada a associação

da comunidade e a relação desta com a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), da qual Ianá passará a participar.

## **6 A GÊNESE DAS PRÁTICAS DE USO COMUM DO TERRITÓRIO E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA SOBRE A NECESSIDADE DE RESISTÊNCIA E LUTA COLETIVA**

Essa terra tem dono.  
(Sepé Tiaraju)

Esta categoria apontará alguns indícios explicativos relacionados à gênese e ao desenvolvimento do modo de vida faxinalense, em especial, as mudanças vividas nas últimas décadas e as transformações produzidas em âmbito pessoal e comunitário. Em relação ao início do uso comum do território, destacaremos que ele não está relacionado a um ou outro grupo étnico e que, apesar de termos identificado a sua gênese e desenvolvimento relacionado à história e à cultura dos Povos Originários, compreendemos suas determinações e nexos a partir da adaptação ativa dos sujeitos frente às condições disponibilizadas pela natureza e o acumulado social e cultural que possuíam. Esse processo resultou na produção de conhecimentos, práticas e tecnologias repassadas e recriadas historicamente por estas populações e apropriadas e transformadas por outros grupos étnico-raciais - inter-relações realizadas, na maioria das vezes, em relações desiguais e violentas -. Estas, unidas à hegemonia colonial, e ao acesso restrito aos processos educativos críticos sobre a história do Brasil, continuam mantendo invisível a importância da cultura indígena na formação social das comunidades faxinalenses.

Assim, apontamos que esta forma de se relacionar com os outros (comunidade), com a natureza (atividade) e consigo mesmo (concepção de mundo e personalidade) – aprendidos, organizados e repassados por meio dos costumes e tradições –, foi, fundamentalmente, a maneira que diferentes grupos étnico-raciais desenvolveram como adaptação ativa às condições da natureza e ao acúmulo social e cultural que dispunham. Por sua vez, evidenciamos que a transformação dos bens naturais, por meio do trabalho, em apropriação privada para exploração e acumulação individual, ocorreu devido às imposições de relações violentas e desiguais respaldadas por instituições privadas e públicas.

Neste contexto, veremos que os confrontos com as determinações do modo de produção capitalista produziram significativas mudanças na forma de organizar a produção e a

reprodução da vida individual e comunitária. Essas experiências, geradas a partir dos embates com a lógica capitalista, impuseram limites reais e concretos na possibilidade de as famílias continuarem vivendo da apropriação e transformação dos bens naturais. Em decorrência desta imposta reorganização social, os sujeitos passaram a experimentar um estado vivencial de sofrimento e mal-estar atrelados à perda de sua condição de vida.

As mudanças relacionadas às experiências de sofrimento e perda da terra ocorreram gradativamente, à medida que se estabeleceram inter-relações, diálogos, ações e práticas entre as famílias moradoras das comunidades e pessoas ligadas a pastorais, instituições, movimentos populares, partido e ONGs. Estas trocas, sentidas como formas de apoio, possibilitaram a formação de uma consciência política mais ativa para defender as necessidades básicas de sobrevivência (como segurança, alimentação, moradia), ambas relacionadas ao trabalho na terra. As mudanças ocorreram devido realização de práticas e a internalização de informações, orientações e conteúdos relacionadas ao Estado e suas instituições, os direitos civis e jurídicos, a sociedade capitalista e seu próprio modo de vida.

Nesse sentido, evidenciaremos a importância da inter-relação entre diferentes pessoas, grupos, comunidades, instituições e conhecimentos, unidos ao acúmulo das vivências relacionadas ao uso comum e a perda do território como essenciais para o desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistir e lutar pela terra. Assim, compreendemos que as experiências vivenciadas nas últimas décadas fortaleceram a importância do uso comum e possibilitaram uma consciência mais explícita das particularidades de seu modo de vida em contraposição à apropriação e exploração privada da terra. Entendemos que a consciência sobre o “ser faxinalense” e o desenvolvimento de uma postura ativa politicamente, tanto de enfrentamento individual quanto coletivo, foi e tem sido produzida historicamente, baseada nos costumes e tradições, da necessidade de defender-se da perda do meio de sobrevivência familiar e comunitário e em princípios que são contrários à lógica capitalista.

Em síntese, nosso esforço será explicitar alguns determinantes e nexos históricos e contextuais que foram vivenciados por estes sujeitos e influenciaram na formação e transformação de sua concepção pessoal de mundo, ações, sentimentos e personalidade. Para isso, desenvolvemos a análise em três momentos.

O primeiro, tem por objetivo apontar elementos sobre a gênese das tradições e costumes faxinalenses. O segundo, por sua vez, apresenta as mudanças estruturais, pessoais e comunitárias a partir da imposição da apropriação privada dos bens naturais e do trabalho humano, bem como a relação com as organizações populares e as primeiras formas de resistência e luta realizada pelos moradores. Por fim, no terceiro momento, as ocupações e

retomada das áreas de uso comum e realização de formações e organizações políticas utilizando o modo de vida faxinalense e o território de uso comum como instrumento de resistência e luta.

### **6.1 Gênese do uso comum dos territórios faxinalenses**

Destaco que, indiretamente, a gênese do uso comum dos territórios faxinalenses, foi uma das questões que me acompanhou no decorrer dos últimos seis anos, período em que estou envolvida como pesquisadora com as comunidades faxinalenses. Um dos principais interesses que norteavam os diálogos nas diferentes comunidades que estive foi compreender a história do território e como os moradores das comunidades explicavam o início do uso comum do território.

No decorrer deste período, iniciado em 2013, visitei e convivi com famílias e comunidades de diferentes municípios. Com mais tempo e sistematicidade, cito os faxinais dos municípios de Rebouças e Prudentópolis, em que estive com as famílias no decorrer dos dois anos de mestrado. Em Rio Azul, onde trabalhei na extensão rural por um ano e meio e acompanhei, indiretamente, as comunidades faxinalenses. Em São Mateus do Sul, em que visitei as famílias no decorrer dos dois primeiros anos do doutorado e, na cidade em que se encontram as comunidades investigadas, ao longo destes últimos três anos do doutorado. Permaneci nas comunidades por dias ou semanas, vivendo com as famílias, conhecendo suas histórias, relações, rotinas de trabalho e convivência familiar e comunitária. Destas diferentes experiências, alguns pontos me chamavam a atenção. Dentre eles, estavam as diferenças étnico-raciais que compõe as comunidades faxinalenses, assim como, as respostas sobre a história de formação das comunidades, sempre atreladas aos costumes da família, aprendido “com os antigos”, referindo-se às gerações anteriores.

Reiterei por diversas vezes e de diferentes formas que estes distintos grupos étnico-raciais são orientados pela aprendizagem efetivada nas relações familiares e comunitárias que mediam a relação e a apropriação do território, baseadas em acordos implícitos e explícitos entre os moradores. Notava que a concepção pessoal de mundo que orientava as relações e atividades não era explícita e/ou explicadas oralmente pelos sujeitos. Assim, para serem compreendidas mais integralmente demandaram a observação das práticas cotidianas, a forma que estabelecem as relações com a comunidade e com a natureza e como vivenciam essas experiências.

Essas ponderações também influenciam a forma como explicam a história de formação de seu modo de vida. Como veremos, ele é compreendido como uma vivência, repassada de geração em geração, como um costume aprendido e mantido por respeito e consideração aos

antepassados. Estas são as respostas que obtive na quase totalidade das vezes que indaguei sobre o início do uso comum.

Pedro: Ah, eu já nasci e era assim, né? quem ensinou para os meus avós eu não sei, eu aprendi com os meus pais, meus pais com os meus avós e assim alguém iniciou, né?

**Pesquisadora: E antes dos teus pais e avós, alguém te contou com quem eles aprenderam?**

Pedro: Não...(...). Meu pai nunca me explicou nada, então, na verdade, eu não sei muito explicar, assim, nem a descendência da família e nem assim, o começo... eu só sei como é que eles viviam, que é nesse sistema faxinalense, o costume. (...) Ah, os pais não falavam nada, até porque a gente não conversa muito esse assunto porque não precisava conversar ne. Pra que? não tem nada ameaçando assim, para saber quem é quem. Então nós vivia trabalhando, cuidando das criação, assobiando, tomando chimarrão, caçando de estilingue no mato, plantando, colhendo, cuidando das vacas. Tranquilo, na inocência (...). (Entrevista concedida em 15/01/2018)

Rosa: A gente já se criou nesse costume, né? Então, já era uma tradição da família, né? Avô, bisavô, já vinham nessa, daí a gente... daí, depois a gente tá vendo, individualizaram, né? o uso da terra, não estão sobrevivendo. A gente está vendo os que foram individualizado... tem que terminar o costume e ter meio de todos viver também (...) ... então já, com isso a gente continua como viviam. (Entrevista concedida em 13/06/2017).

Como já apontado, o costume familiar é a explicação dada pelos moradores para o início e manutenção deste modo de vida. Tem-se no passado recente e nas relações das últimas gerações o início desta forma de organizar a produção e reprodução da vida familiar e comunitária. Além disso, como apontado por Rosa, as experiências de apropriação privada da terra e da exploração do trabalho vivenciadas diretamente pelos sujeitos, reforçaram os motivos relacionados à manutenção do uso comum. Fortalecimento atrelado ao experienciado em que a privatização das terras produziu pobreza e expulsão das famílias. Processo que será apresentado no decorrer desta categoria.

Como análise inicial, apontamos que as explicações dadas pela maioria dos moradores estão baseadas em formas de aprendizagem dependentes de uma relação direta com a experiência. Essa forma de aprendizagem está relacionada à organização das relações com o trabalho, de forma direta e com pouco uso de tecnologias. De acordo com Marx (1845; 1845; 2007, p. 9); “A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e 'ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real.” Em nosso caso, esse processo também é determinado pelo pouco

acesso aos processos de educação formal e restrito uso de mediadores culturais simbólicos como, por exemplo, a leitura, a escrita, a matemática e, conseqüentemente, a apropriação dos conhecimentos acumulados e sistematizados historicamente (LURIA; VYGOTSKI, 1990; 2007; 2010; VYGOTSKI, 1995). De acordo com Vigotski e Luria (2010):

A presença de conceitos teóricos gerais, aos quais estão subordinados outros mais práticos, cria um sistema lógico de códigos. A medida que o pensamento teórico se desenvolve, o sistema torna-se cada vez mais complicado. Além das palavras, que assumem uma estrutura conceitual complexa, e das sentenças, cuja estrutura lógica e gramatical permite que funcionem como base do juízo, este sistema inclui também "expedientes" lógicos e verbais mais complexos que lhe permite realizar as operações de dedução e inferência, sem nexos de dependência com a experiência direta (LURIA; VYGOTSKI, 2010, p.53).

Desta forma, o domínio das atividades práticas, sem mediações de instrumentos e signos mais complexos e elaborados culturalmente (além da falta de garantias de acesso a processos educativos formais), influenciou de maneira significativa as experiências vivenciadas por esses sujeitos, como elas foram sentidas, internalizadas e generalizadas em âmbito intrapessoal.

Neste sentido, apontamos que uma das características da forma que a realidade social e as vivências intrapessoais são analisadas por parte dos entrevistados é marcada por uma consciência concreta, baseada em relações diretas ou com poucas mediações. Essa é uma das características presente no decorrer de toda essa análise, em que os avanços organizativos estiveram atrelados à quantidade e qualidade das mudanças na internalização e uso de mediadores para explicar e orientar novas formas de ação. Ou seja, esse processo foi fundamental para a (re)organização das relações e nexos da consciência, concepção pessoal de mundo, vivências que orientam os sujeitos sobre como explicam, sentem e reagem diante do contexto e consigo mesmo. Isso ocorre pois, como discutido no capítulo anterior, quanto mais elaboradas, complexa e conceitual forem os princípios que orientam sua concepção pessoal de mundo, maior as possibilidades de realizar as interpretações mais essenciais da realidade e agir de forma planejada e orientada para a resolução dos problemas que fazem parte do drama real da vida (LURIA; VYGOTSKI, 2007; 2010; VYGOTSKI, 1995; BEATÓN, 2005). Destacamos este ponto por compreendermos que ele perpassará a análise de todas as categorias e deve ser compreendido em sua complexidade histórica, desnaturalizando qualquer explicação espontaneísta ou biologicista sobre o desenvolvimento psíquico.

A partir destas considerações, ressaltamos que explicações dadas pelos entrevistados sobre o uso comum e a relação com a herança familiar e as experiências negativas da individualização das terras, ajudam a enfrentar os desafios do drama da vida real e concreta.

Bem como, contribuem para gerar força pessoal e orientar as ações em defesa dos costumes. Entretanto, apontamos a necessidade de organizar e mediar no desenvolvimento, formas e sistemas de consciência mais complexos e conceituais, possibilitando relações com a essência do que os mobiliza e dá sentido à luta contra a exploração de si, dos seus familiares, da comunidade e da natureza. Assim, não estamos negando a consciência concreta que estes sujeitos possuem, baseadas em princípios que orientam suas práticas e ações individuais e coletivas, mas sim explicitando as contradições, complexidades, limites e desafios dessa tradição que na medida que produz uma vivência agradável e positiva na vida pessoal – baseada no bem estar das famílias e da comunidade, no cuidado e respeito a natureza –, segue produzindo boas experiências e sendo defendida. Defesa, em essência, que se apoia em vivências baseadas em uma relação de maior harmonia com o outro (comunidade), com a natureza (atividade) e consigo mesmo. Entendemos que este acumulado, em gradativa mudança e em relação entre o interpessoal e intrapessoal, é o que mobiliza as ações em contraposição ao modelo de exploração efetivada pela sociedade capitalista burguesa e a manutenção de seu modo de vida.

Nesse sentido, insistimos que este modo de vida, baseado nos costumes, deve ser entendido a partir de sua história e complexidade, com os princípios que norteiam sua forma de organizar as relações de produção e reprodução da vida. Precisam continuar sendo trabalhados, transformados e internalizados pelos próprios sujeitos, para que sigam a orientar, organizar e explicar o porquê fazem e vivem desta forma. Explicações elaboradas, explicadas e vividas a partir das características essenciais desta tradição, pois, para compreendermos a personalidade humana e nós mesmos, é preciso compreender a sociedade em que vivemos (VYGOTSKI. 1991). Além disso, compreendemos como fundamental a necessidade de os princípios desse modo de vida serem conhecidos, analisados e disputados criticamente em nossa sociedade.

O que faz com que certas culturas cheguem a ser grandes culturas é que junto à sua civilização pujante criaram uma literatura, artes plásticas e uma filosofia como meios de formação de sua vida. E o fizeram num eterno ciclo de ser humano e de auto interpretação humana. (...) Sua vida tinha uma alta formação porque na arte, na poesia e na filosofia criava-se um espelho de auto interpretação e auto formação. A palavra 'cultura' vem do verbo latino colere, que significa 'cuidar', 'refinar'. Seu meio é a auto interpretação". Isto dito de outro modo poderia ser: um povo que consegue expressar a si mesmo, que atinge a autoconsciência, a consciência de suas estruturas culturais, de seus valores últimos, pelo cultivo e evolução de sua tradição, possui identidade consigo mesmo (DUSSEL, 1997, p.33-34).

A partir destes apontamentos, abriremos a análise em dois momentos, separados

didaticamente, que formam parte da mesma unidade que compõe a história e o contexto em que os sujeitos estão inseridos. O primeiro momento diz respeito aos povos Indígenas e às evidências de que são a principal referência na forma de dominar, cuidar e explorar os territórios onde atualmente estão organizadas as comunidades faxinalenses. Também ressaltaremos a relação destes povos com outros grupos sociais, destacando a permanência do uso coletivo do território como uma forma ativa de adaptação às condições naturais, sociais, econômicas e culturais disponíveis e construídas por estes grupos. Em um segundo momento abordaremos as mudanças que ocorreram na região a partir da chegada de uma empresa madeireira e o desenvolvimento de relações, ações e formações que possibilitam a resistência e organização dos moradores contra a privatização do território. Processo esse que mediou o desenvolvimento de uma consciência mais explícita de resistência e luta pela terra.

A presença dos Povos indígenas e negros na história dos faxinais já foi apontada em outras pesquisas (TAVARES, 2008; SAHR, 2005). Em relação às comunidades pesquisadas, encontramos a marca destas culturas no cotidiano das famílias, nos costumes, práticas e nomeações dos locais e atividades. Contudo, ao conversarmos com os faxinalenses, poucos remetem ou tem informações sobre a história e relação com estes grupos. Alguns moradores recordam a presença de cerâmicas e outros objetos produzidos ligados a eles, porém não relacionam essa cultura à tradição faxinalense. Além disso, ainda é hegemônico o preconceito e o desconhecimento sobre como estes povos trabalhavam, organizavam-se e foram violentamente massacrados e expulsos da região. Ideologias que naturalizam o extermínio destas populações e apagam as referências de toda produção de conhecimentos e tecnologias por eles desenvolvidos.

Passados mais de quatro séculos, a conquista ainda não se deteve. Os métodos se alteraram, mas os objetivos continuam praticamente os mesmos: inviabilizar as formas de existência comunitária, de modo a dissolver os povos na massa pobre da sociedade brasileira, incorporar suas terras no regime da produção dominante ou simplesmente expô-los a condições de extrema penúria, sem defesa contra inimigos mais imediatos, de modo a acelerar o extermínio. É fácil encontrar exemplos que ilustram essa política (JUNQUEIRA, 1987, p.123).

Entretanto, logo no início das imersões em uma das comunidades, fui apresentada a Ianá, moradora reconhecida pelos demais por contar histórias e possuir informações e análises sobre a história da região. Como descrito na história de vida de Ianá, seu pai foi morar naquela localidade para dar aula às crianças que lá viviam. Exerceu a profissão de professor até ter sérias

dificuldades de visão e ser substituído por Ianá, aos 14 anos de idade. Assim, as descrições e explicações dadas por ela fazem parte das memórias das relações familiares (avós, bisavós, tios), contadas pelo pai e vividas por ela, bem como as memórias construídas a partir das leituras e escritas que fazia acerca dessa temática. Em uma de suas falas, por exemplo, Ianá argumenta: *“Essa história [dos indígenas] eu estudei e o meu pai me contava, que também ele era professor. Então, ele não sei onde estudou, mas eu estudei em um livro, essa história”* (Ianá). Logo, ressaltamos que o uso deste signo mediador da memória pessoal e coletiva, possibilitou a internalização, compreensão e manutenção de uma quantidade maior e mais complexa de informações e análises realizadas pela entrevistada.

Durante nossas conversas, Ianá nos relata sobre a chegada de parte da sua família na região faxinalense após saírem de uma fazenda localizada na região centro oeste do Paraná. Eram chamados de “paulistas” e, ao chegarem onde hoje é o faxinal, encontram grupo de indígenas ligados às etnias Kaingang e Guarani, com as quais identifica parte de sua ascendência. De acordo com ela, *“(...) quando eles vieram aqui [se referindo aos paulistas], só existiam os índios, né? quando eles entraram aqui, eles tiveram que conviver com os índios!”*. A convivência, como historicamente ocorreu no Brasil e na América Latina, foi perpassada por violência, captura das mulheres, de seus corpos, conhecimentos, práticas, tecnologias e a expulsão e apagamento das referências sobre o que fora forçadamente compartilhado e trocado.

Este processo pode ser reafirmado nos relatos sobre a história da avó do marido de Ianá, capturada pelo avô, que depois do feito se casou com a indígena e passaram a conviver. Conta ainda que conheceu a avó quando ela já estava em uma idade avançada, descrita como uma mulher com muito conhecimento e sabedoria. *“Eu conheci ela ainda, sabe? Eu conheci ela bem velha. Era uma mulherona alta, tinha o cabelão preto desse tamanho assim [mostrando com a mão]. Ela entedia de tudo, o que perguntasse pra ela sabia, do tipo das plantas, remédios, tudo ela sabia.”* Ela nos relata como foram as primeiras relações estabelecidas entre o grupo recém-chegado e aqueles que já ocupavam o território.

**Pesquisadora: E ele [pai] contava como foi essa convivência?**

Ianá: Não foi fácil... essa [cita o nome da indígena] que eu te falei hoje, o tal falecido [cita o nome do avô], que era avô do meu marido, tinha o Rio São Pedro que desce aqui, [cita o nome de uma pessoa da comunidade que estava na sala] sabe muito bem do que eu estou falando, que é perto da casa do pai dela lá, e daí a falecida [cita o nome da indígena] descia nadar, parece que tinha um poço, onde cai a cachoeira, né? e a falecida era moça, né, do convívio dos índios lá, daí ela descia a tomar banho lá. E ela tinha uma flor de

cravo no cabelo, sempre quando ela descia, por isso que eles deram o nome dela de [cita o nome da índia], mas na verdade, na língua dos índios, eu nem sabia como que era o nome dela, e daí o falecido [cita o nome do avó] começou a cobiçar ela, sabe? mas quando ela percebia que tinha gente perto dela, ela corria, sabe? Aquele terreno dos alteirão, [cita o nome da pessoa que está na sala], que lá que era a tábua dos índios, a tábua! Que é um tanto de casa junto, né? a aldeia também dos índios, eles dizem, então daí ela corria dele! E ele foi se interessando, cobiçando ela “Como é que eu vou fazer pra mim conversar com essa índia? Ela corre de mim”. Disse que ele foi e se escondeu em uma oca de pedra, há muito tempo que ele estava cobiçando, e esse dia, sabe... e ela tinha um assobiador na cintura, porque aquele assobiador deles, quando eles se sentiam em apuros, eles assobiavam ali e se escutava lá onde que tivesse, né? daí ele foi e pegou ela, bem dizer, sequestrou, hoje em dia é sequestro, né? pegou a índia e correu com a índia, porque quando ele viu que ela estava com aquele coisa na cintura, ela já arrancou da cintura dela, ele deixou ela sem arma, né? e daí tinha a casa deles pra cá, que era do falecido [cita um nome], o nome do pai dele, lá em cima ali, onde nós tinha acampamento [da ocupação], mais pra cima ainda, onde era as terras, onde compraram ali, né? daí disse que tinha a casa deles e ele chegou e bateu as portas e fechou ela dentro do quarto, mas disse que braba, Deus o livre! Só que eu digo pra você, não foi assim a convivência deles, foi muito difícil, porque eles eram os donos da terra, né? eles não queriam que entrassem outras pessoas. Daí disse que ele fechou ela dentro do quarto, disse que levava um prato de comida, mas pense que ela queria comer... nossas comidas não era adequada, né? disse que gritava e dava chutes, Deus o livre lá dentro, disse que ela ficou uma fera de brava. Tinha cama, tinha tudo ali, mas ela Deus o livre se enxergasse eles assim. Daí disse que foi indo, foi indo, daí um dia ela achou o assobio dele lá, ele levou o assobiador dela e esqueceu, ela foi se amansando pra comer alguma coisa, não ia morrer de fome mesmo, daí disse que ela pegou e assobiou naquele negócio, Deus o livre! Disse que veio o cacique, que é o chefe, né? e todo o bando! Daí disse que o véio saiu e pediu, né? o véio sabia, né? pediu sinal de paz pra eles, que não queria briga com eles, né? mas eles vieram pra matar eles tudo lá. Ela assobiou lá dentro da casa do rancho do véio, ela assobiou que eles vieram lá, subiram tudo ali. Subiram tudo lá, a sorte que a casa dele era uma casa boa. Daí disse que ele contou ali que daí ele queria casar, parece que deu algum sinal pra eles lá que queria paz e queria casar. Daí trataram o tal casamento com muito custo, disse que fizeram uma festa, ele contava, sabe? O falecido pai. Fizeram uma festa e eles não dançam que nem a outra turma dança, assim, eles dançam em roda. Dançaram em roda o casal que ia casar. Eles pescaram pra fazer a festa, sabe? Eles fizeram a comida deles e o falecido [cita o nome do avó] fez a dele também, pra daí cada um tinha um costume, né? ele assou uma leitoa e tudo o que é coisa lá e eles fizeram, disse que passava numa peneira, né? era tipo uma polenta que eles faziam, sabe? Do milho, pra comer com peixe. Disse que quando faziam festa, Deus o livre do tanto que eles pescavam, sabe? Mas daí casaram, o falecido [cita o nome do avô] casou com ela, mas porque ele pegou ela à força né. (Entrevista concedida em 02/03/2018).

O relato é mais um dos muitos casos em que a violência e a força foram utilizadas para a aproximação entre os grupos que chegavam nas regiões onde os Povos Indígenas viviam (RIBEIRO, 1996; CARNEIRO, 1993; MARTINS, 2016). O que gostaríamos de destacar a partir deste relato é a presença da cultura destes diferentes povos na gênese e desenvolvimento

das tradições faxinalenses e camponesas, repassada e aprendida por meio das relações sociais, práticas e diálogos.

Ianá descreve como grande parte do que conhece sobre a biodiversidade da região foi aprendida com a avó ou com os conhecimentos que ela e outras pessoas repassaram, compartilharam, trocaram e tem como referência a cultura indígena. Cita como uma das principais características destes povos o cuidado, a seleção, a conservação e a reprodução das sementes das plantas e dos animais. Costume atrelado a forma que organizavam a produção e a reprodução da vida coletiva e individual, adaptada ativamente ao manejo da biodiversidade, fonte de sua sobrevivência e soberania alimentar. Explica como estes conhecimentos e práticas foram repassados, aprendidos e se mantêm entre os moradores.

**Pesquisadora: Como eles [indígenas] influenciaram?**

Ianá: Continua até agora! É difícil ter uma pessoa aqui que não ligue. Tem em algum canto, mas é algum que vem de lá do outro lugar, né? já não é acostumado com o nosso costume. Mas nós fomos acostumados a tirar a semente (...) Tudo a minha sogra, todas as sementes boa ela tirava pra plantar, né? que às vezes nós precisava, um vizinho precisava porque não deu na lavoura dele, né? ela repartia. (...) Tudo que eu sei dos índio, né? porque os índios, eles paravam um pouco em um lugar e de repente, na outra safra, eles estavam em outro lugar porque eles carregavam as sementes. Tudo eles, eu não passo sem tirar uma sementes... eu vou cortar uma abóbora, já me lembro, eu tenho que tirar a semente porque isso já está dentro da minha cabeça, que já veio da nossa família, que nós precisamos! Eu vejo gente chupando laranja, que não é da nossa qualidade e joga as sementes de laranja! Joga a semente de abóbora! Eu digo, essa não tem sangue de índio! Eu guardo, eu guardo, planto, troco com os vizinhos. Por que é assim que mantêm né? a gente cuida, troca e também ganha os outro. (Entrevista concedida em 02/03/2018).

Destacamos um elemento que tomamos como central na forma de organizar a relação com os demais e com a natureza. Elemento que está fortemente presente nos costumes faxinalenses e o relacionamos à cultura indígena. Este se refere à maneira que estes grupos garantem sua soberania alimentar que está baseada em um acumulado de conhecimentos sobre a natureza e baseada, também, na prática de compartilhar com os demais as sementes, mudas, variedades de vegetais e animais como forma de garantir a diversidade. Esse costume está presente nas outras comunidades e nas práticas das outras entrevistadas. Rosa, por exemplo, mostrava, a cada trecho que caminhávamos, as diferentes espécies trazidas de outros lugares e plantadas no faxinal. Rosa, durante o percurso, recolhia, plantava e dividia com outras pessoas as sementes que encontrava no caminho.

**Pesquisadora: Qual o sentido de dividir as sementes Rosa?**

Rosa: Ah, mas é assim que a gente aprendeu a fazer e faz. Veja, se eu tenho uma semente, divido com o vizinho, com aquele e aquele outro. Eu tenho e ele também tem! E se acontecer do meu não dar o dele vai dar, e assim a gente leva adiante as coisas. Ih, quantas histórias aqui de ter dado peste nas coisas e ter acabado com a sementeira e um conhecido lá do outro lugar trazer pra nós. Você vê né, cada saidinha tô plantando, colocando na terra, mas fica só aqui né? Aqui vai ter bastante, mas e nos outros lugar? O povo vai perecer, se não plantar não cuidar não vai ter.

**Pesquisadora: Com quem a senhora aprendeu essas coisas, Rosa?**

Rosa: Mas isso é do meu pai! Ele era bugre, sabe, que te contei que a mãe dele era daquelas índias pega no mato. De certo isso já vem de sangue, né? Ele tinha um amor pela natureza que você nem sabe menina. Tudo que lugar que ele ia ele trazia semente. No terreninho lá em baixo era lindo de ver, tinha tudo que tipo de planta, umas par que tem aqui trouxe de lá. Então, isso já vem com a gente, vem dessa parte dele. (...). (Entrevista concedida em 27/01/2018).

Essas práticas, intensamente presentes entre os moradores dos faxinais, remetem à relação de conhecimento, respeito e cuidado com a natureza. Entretanto, essa relação mantém a consciência implícita e prática da necessidade do outro. Presença que não está apenas na aprendizagem das práticas e conhecimentos, mas em todo processo de produção e reprodução das atividades que suprem as necessidades básicas da família e da comunidade. Ou seja, faz parte do princípio de cuidado com a natureza, que por sua vez está alicerçado no processo de adaptação ativa (transformação) das condições disponibilizadas pela natureza para suprir suas necessidades básicas e produzir suas riquezas e, neste caso, tem como ponto central o cultivo dos alimentos e da biodiversidade. Esta hipótese é baseada na compreensão de que a constituição do homem e da mulher é qualitativamente mais complexa, pois em sua história cultural desenvolveram sua natureza, mediada social e culturalmente, de tal forma que não são afetados e determinados apenas por suas condições físicas e materiais. Seus nexos, determinações e influências são mediadas pelos que, enquanto espécie, moldaram e criaram em seu processo de adaptação ativa às condições da natureza (MARX 1845; 1846; 2007; VYGOTSKY; LURIA, 1996; 2007; BEATÓN, 2005).

Neste sentido, compreendemos que essa consciência prática e implícita da participação do outro, orienta e organiza as relações sociais desenvolvidas nestas comunidades. Possibilita o acesso, manutenção e recriação dos conhecimentos, biodiversidade, tecnologias e trabalhos desenvolvidos. Sendo, portanto, um dos elementos centrais dessa forma de organizar a transformação da natureza entendida e praticada não como um fazer individual, mas dependente do trabalho coletivo. “(...) *Aqui vai ter bastante* [se referindo à biodiversidade], *mas e nos outros lugar? O povo vai perecer, se não plantar, não cuidar, não vai ter.*” (Rosa).

Destacamos essa relação por compreendermos que ela é uma das características essenciais na concepção de mundo destes sujeitos, apesar de não ser explícita, elaborada e explicada oralmente. Entretanto, orienta as práticas cotidianas e a organização das atividades individuais e coletivas na comunidade. Além disso, compreendemos que a gênese dessas práticas e conhecimentos está atrelada ao acúmulo histórico dos Povos Originários e que foi e tem sido desenvolvido, reafirmado e recriado a partir das experiências vividas cotidianamente por estes grupos.

Neste sentido, também apontamos que apesar da violência e opressão presente na relação entre os Povos Indígenas e os grupos recém chegados, houve inter-relação e trocas entre essas diferentes culturas e costumes. Processo que possibilitou, de forma direta e indireta, a aprendizagem, a internalização e a recriação do acumulado histórico de conhecimentos, práticas e tecnologias que estão nas bases da organização social das comunidades faxinalenses. Como explica Ianá “(...) *daí misturaram as culturas, né? Eles passaram para os índios e os índios passaram pra eles*”, se referindo ao encontro e a convivência entre estes grupos.

**Pesquisadora: E ocorreu essa mistura? Ele contava?**

Ianá: Ah, casava! Quando era índia, casava com as índia, né? ou um índio casava com uma branca e foi indo assim. Um foi passando a cultura dele pra outro, né?

**Pesquisadora: E em relação a criar em comum como iniciou essa costume, eles contavam?**

Ianá: Não, eles [familiares que vieram de outra região] já tinham uma formação assim, sabe? Quando eles vieram pra cá [familiares vindos de outra região do Paraná]. Eles já tinham a formação de lutar com criação, de criar porco, daí misturaram as culturas, né? eles passaram para os índios e os índios também viraram a criar.

**Pesquisadora: E em relação ao uso da terra, eles contavam como era?**

Ianá: Era de uso comum, né? sempre essas terras que tinha era de uso comum, pra criar, pra plantar não tinha esse negócio que não, aquela terra é medido lá de sicrano, como agora tem, né? de primeiro, eu vou roçar aquela capoeira lá, ia lá, roçava e plantava e pronto, não tinha dono! Agora, né. Isso era costume dos índios, eles faziam tudo no coletivo, os trabalho, as comida, a casa deles, era tudo assim, comum. (Entrevista concedida em 10/03/2019).

Resgatar a história da convivência entre estes grupos é parte da tarefa histórica de retomar e referenciar a memória destes povos, silenciada, como eles também o foram. Ianá cita uma lista de conhecimentos, práticas e tecnologias aprendidas destas culturas, tais como: uso das ervas medicinais, cultivo e consumo de alimentos e animais que foram selecionados e domesticados no decorrer de anos, tecnologias desenvolvidas para beneficiar os alimentos, conhecimentos sobre os ciclos da natureza, localizações geográficas, as potencialidades e limites no uso da terra e da biodiversidade que ela possui etc.

Destaco que além da avó, Ianá possui outros familiares ligados diretamente à ascendência indígena, sendo essa outra característica das famílias faxinalenses desse município, que ao fazer a árvore genealógica, encontra-se mais de uma ligação com estes Povos. Como ela aponta, ocorreram muitos casamentos, especialmente pelo roubo e aprisionamento de mulheres indígenas. Ademais, como já apresentado no depoimento de Rosa, ela também possui familiares ligados a essa ascendência, contudo não faz uma relação com a formação faxinalense, mas identifica-a como uma das influências nas características pessoais relacionadas à relação afetiva com a natureza. Consideramos que, para além da reconstrução e apropriação da gênese e formação social das comunidades faxinalenses, torna-se urgente e necessário a sistematização crítica e inserção da história e cultura indígena como parte constituinte da formação social do Brasil (RIBEIRO, 1996; CARNEIRO, 1993; MARTINS, 2016). Com relação à essa formação social e cultural, Ribeiro (1995) argumenta que:

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros... (RIBEIRO, 1995, p.453).

Reafirmamos que, apesar da aparente ausência destes povos nos territórios e na história da região, a presença desta cultura seguiu e segue nos sujeitos que permaneceram nas comunidades, nos conhecimentos, práticas e formas de se relacionar que fazem parte dessa forma milenar, complexa, diversa e ética de viver.

**Pesquisadora: E depois Ianá, eles continuaram convivendo [indígenas e paulistas]?**

Ianá: Daí eles conviviam, só que os índios foram se terminando, né? saíram do lugar, acho que não gostava muito de brasileiro, que não aceitavam muito bem, né? só que era deles o terreno! O brasileiro puro é eles, porque o Paraná só existia eles, né? bem no começo, né?

**Pesquisadora: A senhora sabe por que eles foram saindo?**

Ianá: Dizem assim, sabe, não que fosse um conflito com a nossa gente, mas eles se conflitavam com os outros índios, sabe? (...) Mas ainda tem índio misturado por aí, sabe? Tem bastante! (Entrevista concedida em 10/03/2019).

Há, na fala da entrevistada, uma naturalização sobre a expulsão destes povos, ao mesmo tempo existe a memória de que eles integram a história da região e das comunidades. Assim, destacamos a urgência de resgatar esse acumulado histórico, materializado nas práticas, conhecimentos e tecnologias que foram utilizados e transformados por outros grupos sociais.

Consideramos que esse resgate é fundamental para avançarmos nas explicações sobre a gênese da tradição faxinalense e os princípios que a orientam.

Vale destacar que o intercâmbio étnico cultural com os grupos indígenas ocorreu de formas diferentes na região, a depender das características e interesses dos grupos que chegaram e dos povos que ocupavam o território. A isso relacionamos a maior presença ou ausência da memória dessa cultura entre os moradores das comunidades faxinalenses. Novamente, reiteramos que essa ‘ausência’ também é determinada pela falta de uso dos mediadores culturais, como a leitura e a escrita que possibilitariam a internalização das relações, nexos e conteúdos históricos, sociais e culturais entre essa cultura e a história da região. Assim, a necessidade de experienciar relações e diálogos de forma direta poderia ser substituído e/ou qualificada pela mediação de objetos culturais que possuem a sistematização dos conteúdos acumulados historicamente sobre a temática.

Ainda em relação à presença destes Povos na gênese da tradição faxinalense e a inter-relação com outros grupos étnicos, Tavares (2008) defenderá a explicação de que ocorreu uma aliança entre os índios fugitivos do sistema de peonagem das missões jesuíticas e da escravidão dos bandeirantes paulistas e dos negros africanos fugitivos que não formaram quilombos. Além disso, apontará que essas comunidades se “consolidaram” a partir da chegada dos imigrantes vindos da Europa e de migrantes que fugiram da guerra do contestado. “A formação social dos faxinais foi consolidada com a chegada de camponeses imigrantes europeus, principalmente camponeses poloneses e ucranianos, que trouxeram a prática de uso comum das florestas e pastagens nas terras negras de suas pátrias de origem (...)” (TAVARES, 2008, p.463).

Utilizei para esta análise parte das entrevistas e informações obtidas em outro faxinal localizado na região Centro Sul do Paraná e que compõe os relatos que fizeram parte do trabalho de campo dos primeiros anos do doutorado. Atualmente essa comunidade possui um maior número de famílias com ascendência de ucranianos e poloneses e em menor número de ascendentes de negros, os chamados caboclos. Apesar da participação da cultura indígena não fazer parte das explicações sobre o início e a história da comunidade, os moradores indicam elementos que apontam para a presença destes povos naquelas terras. César, 64 anos, liderança da comunidade e filho de imigrantes vindos da Ucrânia conta: “*aqui era o caminho deles [se referindo aos indígenas Guaranis], nas roças encontramos as pedras, vasilhas de barro que usavam. Sempre achamos os vestígios deles por aqui*”. Estes vestígios também foram encontrados por outros moradores que explicam que a comunidade fazia parte de um corredor destes grupos.

Sobre a vinda de seus familiares para a comunidade César explica:

Quando eles chegaram, logo que chegaram [da Ucrânia] foram colocadas lá onde é o Rio de Areia. Cada um com um lotinho e só depois vieram para cá (faxinal).

**Pesquisadora: Ele contava o que motivou a vinda pra cá?**

César: Vieram porque aqui tinha mais terra e eram usadas nesse sistema. Esse jeito de criar a solto isso já existia desde a época dos caboclos sabe. Então quando o pai veio aqui no [cita o nome da comunidade] tinha só doze moradores, aqui mesmo eram em seis [onde está localizada a comunidade] e foi esses seis que começaram.

**Pesquisadora: E como foi esse começo, ele contava?**

César: Foi com esses caboclos. Eles já moravam aqui, faziam desse jeito, mas não interessavam em comprar terreno, moravam num paiol, plantavam uns pé de couve, feijão para o gasto, cabrito, porco, nem vendiam, nem se interessavam em vender. E não se interessavam no terreno. Moravam no terreno de um fazendeiro. Meu avô ofertou um alqueire de terra por um cavalo, e não quiseram, disse ‘o que vou fazer com terreno, eu já tenho’ (...). (Entrevista concedida em 15/01/2017).

A presença e aproximação destes diferentes grupos étnicos compõe a história e a organização da maioria das comunidades faxinalenses. Organização que tem como referência a relação com o território para suprir as necessidades básicas de subsistência da família e sem ser norteada pela lógica do acúmulo. Nas palavras de César: *“Meu avô ofertou um alqueire de terra por um cavalo, e não quiseram, disse ‘o que vou fazer com terreno, eu já tenho’”*. Os desdobramentos do não acesso ao título da terra foi determinante para a permanência dos povos indígenas e descendentes de negros em todo território brasileiro, sendo uma das marcas da nossa história colonial e escravista. Como apontado por Martins (1980), um dos marcos iniciais do processo de distribuição e titulação de terras no Brasil foi sua composição racialmente seletiva, em que se reconhecia apenas os homens denominados de “sangue limpo” como aptos para obtê-las. Os demais moradores, chamados “bastardos”, inclusive negros, indígenas e seus descendentes, “estavam destituídos do direito de herança” (MARTINS, 1980, p.71).

As famílias de imigrantes realizaram a titulação das áreas que compraram, como é descrito por César, contudo não alteraram os acordos de uso coletivo do território: *“(...) e o pai fez isso, começou a comprar e começou a registrar. O primeiro documento que o pai comprou foi lá no rio de areia, de roça, dae já tinha escritura. (...) Depois foi comprando aqui também. Mas sempre assim, deixavam aberto”* (César). Neste sentido, destacamos que o termo “uso coletivo” não quer dizer ausência de acordos, implícitos e explícitos, entre os moradores ou inexistência de título de propriedade da terra.

Vale lembrar que a titulação das terras, realizada em cartórios e nas sedes das igrejas, passa a ser realizada no Brasil a partir da Lei de Terras (1850-1889), contudo se deu de formas

diferentes em cada região. Na comunidade de César, por exemplo, a maior parte das áreas do território de uso comum são tituladas e os proprietários sabem os limites do seu terreno. Dentro destes limites, a família proprietária realiza o extrativismo da erva mate, atividade que os moradores que não possuem o título da terra não podem realizar. Entretanto, as áreas são mantidas em “aberto” para que todos que moram na comunidade possam usar o território para criação dos animais, principal atividade desenvolvida para subsistência familiar e geração de renda. É importante salientar que nas áreas de uso comum vivem famílias que não possuem nem título e nem posse da terra, mas, a partir destes acordos historicamente construídos e mantidos, elas têm o direito de viver e criar os animais dentro do território.

Na cidade investigada, como já descrito, a maioria das terras eram públicas e outra parte possuía titulação, em ambas se mantém o uso comum. Pedro explica que neste período, tanto proprietário quanto posseiro, a relação com a terra se dava da mesma forma, ou seja, não havia diferenças significativas daqueles possuíam a documentação da terra e os que não possuíam o título, posteriormente nominados de posseiros.

**Pesquisadora: O proprietário se relacionava de forma diferente com a terra?**

Pedro: Não, não. Do mesmo jeito... criava os rebanhos ali do mesmo jeito, não mudava nada, e tinha proprietário... normalmente o proprietário tinha duas áreas, a de viver e a de planta, e o posseiro só tinha posse de uma, não tinha duas posses. Às vezes eu conhecia posseiro que tinha duas posses, a posse no faxinal e a posse lá na capoeira lá entrada, eu conheci assim, mas não mudava nada em termos de mexer com a terra, era o mesmo sistema. A diferença é que o proprietário se dizia dono ‘Eu sou dono, eu tenho o documento’ e o outro ‘Eu não tenho o documento’, mas o jeito de trabalhar era o mesmo, não mudava em nada. E não tinha muita diferença também em termos financeiros, era bem igualzão, assim, o posseiro. (...) Isso só mudou quando chegou a madeireira, dali pra diante foi na força (...). (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Como podemos notar, a história das comunidades faxinalenses é marcada pela presença de diferentes grupos étnico-raciais e pela titulação jurídica das terras. Entretanto, para esses grupos, o sentido e significado do título é diferente ao empregado na sociedade capitalista burguesa, pois são orientados por outros princípios na forma de se relacionar com a apropriação e transformação do território. Na maioria das comunidades, essa titulação se concentrava nas famílias imigrantes europeias e/ou nas que migravam de outras regiões. Entretanto, a relação com a titulação formal não mudou a maneira historicamente desenvolvida de usar os bens naturais e a terra. Essa mudança ocorrerá a partir da imposição, através da violência e da força efetivada pelo capital e Estado.

Para corroborar e respaldar o relato dos entrevistados e nossos indícios explicativos, recorreremos aos estudos antropológicos desenvolvidos por Souza (2002), já destacada nos capítulos anteriores desta tese, para enfatizar as semelhanças entre a cultura dos Povos Guarani e Kaingang com as tradições faxinalenses. Dentre elas, apontamos o fato de serem sociedades parentais, fundadas no parentesco e possuem economia voltada para suprir as necessidades familiares. Nelas o alimento ocupa um lugar predominante na produção e “as trocas são comprometidas com a redistribuição de produtos, sendo que o grupo familiar, qualquer que seja, surge então como unidade de produção e consumo, e como segmento autônomo no interior do conjunto social mais amplo” (SOUZA, 2002, p.223). A principal expressão dessa forma de produção é a organização da *tekoha*, geralmente organizada em forma de uma grande família e tendo as relações de trabalho em forma de mutirão e em projetos coletivos. Nas palavras do autor: “(...) o consumo e a circulação aldeã também se tornam viáveis, fundamentando um intrincado sistema político-econômico baseado em princípios de prestações e contraprestações, como o é a reciprocidade” (SOUZA, 2002, p.226).

Outro ponto importante é a presença destes povos na região sul do Brasil, o que ajuda a superar a ideologia colonizadora, historicamente reproduzida, de que as terras do Terceiro Planalto não estavam ocupadas por estes povos e, por isso, nominada - na maioria das vezes - de “vazio demográfico” para justificar a necessidade de ser ocupada pelos pioneiros. Nesse sentido, nos apoiaremos na pesquisa de Neolli e Lúcio Mota (1999) que traz os relatos escritos pelo espanhol Alvar Cabeza de Vaca, em 1542. Este vem comandar a Província de Paraguai em nome do rei da Espanha e ao desembarcar na Ilha de Santa Catarina, em 1541, segue para Assunção no Paraguai, chegando ao seu destino quatro meses depois. Este documento confirma a presença e organização desses povos onde atualmente estão localizadas as comunidades investigadas. De acordo com os autores:

O relato de Cabeza de Vaca é importante na medida em que descreve, ao longo de sua expedição, o contato e a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani. Foi o primeiro documento a informar que quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostrar que havia uma divisão política entre esses diversos grupos de mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados (conjunto de aldeias sob a liderança de um prestigioso cacique, que dominavam certas porções de territórios bem definidos). Ao mesmo tempo, ainda que indiretamente, devido a imensa volta que a expedição fez pelos inter-flúvios do interior, também dá uma noção da extensão do território dominado pelos Kaingang, no médio Iguazu e nos Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava) (NEOLLI; LÚCIO MOTA, 1999, p.3).

Além da confirmação da presença e organização destes povos na região, os autores apontaram para as alianças, explícitas e não explícitas, entre estes povos e grupos de “brancos” a fim de resistir à escravidão imposta tanto pelos invasores paulistas, quanto nas reduções jesuítas. Análises que, de acordo com os autores, revela a riqueza e a complexidade das relações sociais estabelecidas entre esses sujeitos históricos que contracenaram nessa região do Paraná no século XVI e meados do XVII, “relações históricas estas que ainda estão por serem estudadas enriquecendo nossa compreensão sobre a ocupação de nossa região” (NEOLLI; LÚCIO MOTA, 1999, p. 6). Os autores ainda destacam que a “análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Deve-se considerar os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados; bem como os Guarani e os Kaingang, que eram inimigos e, que estrategicamente, estabeleceram alianças entre si” (NEOLLI; LÚCIO MOTA, 1999, p.5-6).

Enfatizamos este debate pelo fato das pesquisas sobre a gênese desses costumes e tradições não coincidirem com as informações que obtivemos em campo, além das análises realizadas pelos autores negligenciarem a cultura do Povos Originários. Ademais, apresentaremos algumas pesquisas que consideramos de maior relevância e destaque neste debate, deixando claro, desde já, que estes apontamentos não estão alicerçados em uma análise sistemática das produções da geografia agrária, pois nos voltamos para as discussões sobre o uso comum da terra no Brasil (ALMEIDA, 2006; CAMPOS, 2000). Assim, deter-nos-emos nas hipóteses, explicações e interpretações sobre as comunidades pesquisadas, compreendendo que também expressam as contradições e limites presente na apropriação e consideração da história e cultura dos Povos Originários.

Destacaremos os autores mais citados, o que os tornam mais “relevantes” nesta discussão. O primeiro trabalho sobre faxinais foi de Horácio Martins de Carvalho, intitulado “Da Aventura à Esperança: a experiência autogestionária no uso comum da terra”, de 1984. Do trabalho destacaremos apenas a compreensão sobre o criadouro comum, apontado como “resultado histórico da criatividade o trabalhador direto na condição de ‘pequena burguesia agrária’, sob determinadas condições de produção”. Essa explicação foi criticada inúmeras vezes, uma delas sendo por Tavares (2008), que aponta os equívocos teóricos e transposição das análises feitas por Lenin para nossa realidade.

Já as pesquisas de Chang (1988), apontam que a formação dos faxinais ocorreu através da queda do tropeirismo e da alta da extração de erva-mate no final do século XIX. Tem nos caboclos, fazendeiros e colonos, cada qual com seus costumes, o início do que ela nomeou como sistema faxinal. Estes, ao ocuparem as matas de Araucária na região Centro-Sul do

Paraná, foram adaptando o processo de cercamento das terras para o plantio e pecuária, tendo em vista a extração de erva-mate. Contudo, considera que a centralidade da existência do uso comum está na compressão do que chamaram de conjunto de códigos relacionados às convenções sobre as cercas (CHANG, 1988). A partir desses códigos seria possível compreender os direitos e deveres do camponês faxinalense, sua singularidade que se expressa por meio das leis e práticas costumeiras. Estas foram transformadas em instrumentos jurídicos, como o direito romano, através de leis federais, estaduais e municipais.

De forma mais direta aos costumes presentes em Portugal e a relação com a propriedade privada, Jair Lima Gevaerd Filho (1989) escreveu um artigo comparativo entre os faxinais do Paraná e o direito de compáscuo, muito embora use o termo como um neologismo, já que ele não está presente no Código Civil brasileiro. Seguindo o diálogo com as interpretações e explicações baseadas em autores europeus, especialmente espanhóis e portugueses, Maria Magdalena Neroni (2000) localizará na Península Ibérica as raízes históricas dos faxinais. Para ela, a história da tradição comunitária dos povos germânicos e romanos, marcada pela invasão árabe e a reconquista até a os tempos atuais, é o indício explicativo da formação dos faxinais. Nas palavras da autora: “Portanto, diante de tais constatações, evidencia-se que o uso da terra no Sistema Faxinal não constitui um modelo original brasileiro derivado de outras formações históricas, mas os indícios conduzem à interpretação de que sua gênese é herança ibérica, adaptada às circunstâncias regionais” (NERONE, 2000, p.37-38).

Quem mais avançou na discussão sobre a história e a formação deste modo de vida foi Tavares (2008). Ele destacará que a gênese dos faxinais está na “aliança entre os índios fugitivos do sistema de peonagem (das missões ou reduções jesuíticas e dos aldeamentos), da escravidão (dos bandeirantes paulistas) e dos negros africanos fugitivos, que se dispersaram e não formaram quilombos e se encontraram nas matas de Araucárias no Estado do Paraná” (TAVARES, 2008, p.383). Para ele, a união das práticas de terras de uso comum pelos índios, a prática de criação de animais pelos escravos africanos e a prática da extração da erva-mate por ambos os sujeitos são os elementos fundantes na construção dos faxinais no início século XVII. “(...) os ex-índios escravos e ex-escravos negros encontraram para estabelecerem territórios libertos. Na contemporaneidade, os seus descendentes são reconhecidos como povos dos faxinais, que na tese os definimos como camponeses faxinalenses” (TAVARES, 2008, p.463). O autor também identificou a contribuição dos imigrantes europeus e dos camponeses que participaram da Guerra ou Revolta do Contestado na sua consolidação. Segundo ele, foram os “(...) camponeses poloneses e ucranianos, que trouxeram a prática de uso comum das florestas e pastagens nas terras negras de suas pátrias de origem” e os “camponeses que

participaram dos movimentos religiosos e de rebeldia, com destaque para os camponeses que participaram da Guerra do Contestado” (TAVARES, 2008, p.463).

Como já apontamos, consideramos que esse autor é um dos que mais contribui para a sistematização crítica e o avanço nas discussões sobre os costumes e tradições faxinalenses, dado sua busca pelas superações das leituras fragmentadas e a-históricas sobre essas comunidades e que os insere como uma fração de camponeses na luta de classes no Brasil. Contudo, instiga-nos a forma que inicia as “considerações finais” de sua tese, em que define:

A prática de terras de uso comum no Brasil tem sua origem histórica na Península Ibérica. Em Portugal, na forma comunal dos Baldios, com o uso comum das terras e seus recursos naturais pelos camponeses portugueses, perpassando pelo modo feudal de produção e contraditoriamente pelo modo capitalista de produção, existem, até os dias de hoje, em razão das lutas e resistências dos camponeses na disputa contra seus inimigos de classe, os agricultores capitalistas portugueses, representados pelo Estado. Em vários momentos conjunturais da história portuguesa tentou-se privatizar estas terras, que são importantes na vida econômica e social dos camponeses, mas, na atualidade, em razão da adesão do governo português às políticas neoliberais da União Europeia e do Banco Mundial, sobretudo no que se refere ao uso dos recursos naturais, os Baldios portugueses foram divididos em dois tipos, os agrícolas e os florestais, na tentativa de destruir as terras de uso comum portuguesa, cuja prática vem de muitos séculos. Com isso, é possível concluir que as diversas formas de terras de uso comum, denominadas de Terras de Preto, Terras de Índios, Terras Soltas, Fundo de Pasto e outras, têm em parte, suas origens históricas em Portugal. Também na Espanha são encontradas diversas formas da prática de terras de uso comum desde tempos imemoriais, como os Montes de Uso Comum, que, da mesma forma dos Baldios em Portugal, perpassaram pelo modo feudal de produção, continuando suas práticas até os dias de hoje, no modo capitalista de produção, graças às várias lutas e resistências dos camponeses espanhóis contra a sua destruição. Sua prática na América Espanhola foi implantada nas Reduções Jesuíticas. Várias dessas reduções estavam localizadas em terras que atualmente fazem parte do Estado do Paraná. Portanto, é possível afirmar que, historicamente, a forma de prática de terras de uso comum nos faxinais pode ser encontrada na Espanha, sendo que sua gênese se deu através de uma aliança construída nas grandes fazendas agropecuárias dos Campos Gerais do Paraná, entre uma fração de índios escravos das Reduções Jesuíticas e das fazendas e negros africanos fugidos também das fazendas agropecuárias, as quais se consolidaram nas matas mistas de Araucárias formando os faxinais. E sua consolidação ocorreu com a contribuição de uma fração dos camponeses poloneses, ucranianos imigrantes e camponeses cafuzos que conseguiram escapar do genocídio da Guerra do Contestado ocorrida no início da segunda década do século XX (TAVARES, 2008, p.731).

Como notamos, apesar do pesquisador identificar a contribuição dos povos indígenas e negros na gênese e formação das comunidades faxinalenses atrelará as práticas de uso comum existentes no Brasil aos costumes dos povos e países europeus. Tomamos como uma

contradição continuar reafirmando que os processos históricos construídos por nossos povos, desde as organizações indígenas e quilombolas, a partir das referências européias. Como aponta o autor “(...) com isso, é possível concluir que as diversas formas de terras de uso comum, denominadas de Terras de Preto, Terras de Índios, Terras Soltas, Fundo de Pasto e outras, têm em parte, suas origens históricas em Portugal” (TAVARES, 2008, p.731). A gravidade desta interpretação é que ela continua sendo hegemônica. Como já comentamos, a pesquisa tem sido a principal referência nas discussões sobre as comunidades faxinalenses e nas discussões sobre terras de uso comum no Brasil. Fato que alerta para a urgência de revermos as raízes destas interpretações e generalizações que negam os processos históricos particulares da América Latina. Equívocos teóricos que têm como um dos fundamentos a universalização do feudalismo como modo de produção e não como parte de um momento histórico, situado na Europa (DUSSEL, 1995; 1997;2003). Essa negação e invisibilização da nossa história e cultura reafirmam, mais uma vez, a colonialidade do saber e do poder (LANDER, 2005; QUIJANO, 2005) e a expressão de uma produção epistêmica dependente conectada de forma subalterna e periférica em relação às economias centrais (MARINI, 1996; 2011).

Nesse sentido, a partir deste apanhado de pesquisas, interpretações e explicações nelas desenvolvidas, buscamos chamar a atenção para a necessidade de nos vincularmos à história e acumulado dos povos e sua rica cultura na América Latina. Ou seja, refletirmos acerca das construções, diálogos e apropriações a partir de possíveis aproximações e explicações da cultura e filosofia produzida em nossas terras, sem negar a relação com a Europa. Para tanto, recorreremos também às argumentações levantadas por Enrique Dussel sobre os princípios constitutivos do mito da modernidade, colonialidade e capitalismo que tornaram a Europa o “centro” da História Mundial. Essa imposição transformou todas as outras culturas em sua “periferia”, em que ela passou a se identificar e ser identificada como “universalidade-mundialidade” (DUSSEL,1993; 2005).

Assim, o “eurocentrismo” da Modernidade e do capitalismo confunde a universalidade abstrata com a mundialidade concreta, hegemonzando a Europa como “centro”. Essa interpretação explicativa ideológica, nominada pelo autor de mito, acompanhou e foi impulsionada pela “descoberta” do “Novo Mundo” por Américo Vespúcio. Processo que negou os indígenas em si mesmo, encoberto como outro e negado; apresentados como “selvagens” “bárbaros”, “sem cultura”, desprovidos de toda identidade e direito face ao “civilizado”. Na obra “1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade”, de 1993, e nos oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação (1997), o autor descreve e explica como se deu o apagamento das culturas, filosofias e sociedades milenares presentes antes da invasão e

colonização da América Latina, críticas realizadas também por José Carlos Mareátegui e Aníbal Quijano. Assim, o autor aponta a necessidade de um duplo e dialético movimento, de buscarmos na história e cultura dos povos da América Latina – tais como as grandes culturas andinas (tanto a asteca como a inca) e seus tempos clássicos (a área maia, pré-asteca e o Tiahuanaco) – as nossas particularidades, pois são elas que constituirão o fundamento sobre o qual serão depositados muitas formas de agir relacionadas ao mundo rural ou do urbano-popular e reconstruirmos a história universal em que sejam consideradas as culturas da Ásia, China, Índia, África, Islã, haja vista que foram e são essenciais para construção de um diálogo intercultural que tem como princípio a multiculturalidade.

Existe uma América pré-hispânica que foi desorganizada e parcialmente assumida na América Hispânica. Esta, por sua vez, foi também desmantelada e parcialmente assumida na América Latina emancipada e dividida em nações com maior ou menor artificialidade. Cabe ao intelectual mostrar o conteúdo de cada um destes diversos momentos e assumi-los unitariamente, a fim de criar uma autoconsciência que alcance, por meio da ação, a transformação das estruturas presentes. É necessário fazer tudo isto em continuidade com um passado milenar, superando os pretendidos limites míticos, opostos, e vislumbrando vital e construtivamente um futuro que signifique estruturar na América Latina os benefícios da civilização técnica. Nem por isso devemos perder nossa especificidade, nossa personalidade cultural latino-americana, consciencializada na época e pela geração presente. Falamos, então, de assumir a totalidade de nosso passado, mas olhando atentamente a maneira de penetrar na civilização universal sendo "nós mesmos" (DUSSEL, 1997, p.22-23).

Neste ponto, nos apoiamos no autor e em nossos dados de pesquisa para reiterar que as culturas indígenas da América Latina possuíam e possuem uma relação completamente distinta com a natureza, trabalho e com os outros (comunidade). Concepções que são contrárias à lógica capitalista que transforma tudo em mercadoria com caráter ilimitado, disponível e passível de ser destruível. Ensejamos a urgente e necessária tarefa de uma sistematização crítica sobre o acumulado dos nossos povos e culturas, sem negar a produção e influência de outros continentes, mas integrando-o. Tarefa que tem como horizonte uma perspectiva cultural que não pretenda conduzir a uma unidade globalizada, mas o diálogo inter e multicultural entre as diferentes culturas, tais como: taoista, budista, latino-americana, bantu, europeia, islâmica, vedanta (DUSSEL, 2005; 1993).

No que se refere a nossa pesquisa, apontamos que, para além dos diálogos com as culturas e filosofia latino americana, é fundamental nos aproximarmos do acumulado asiático, haja vista as relações históricas na gênese dos nossos povos. Em essência, a pesquisa e suas

hipóteses, assim como as críticas por ela realizadas, somam-se ao exercício de desnaturalizar e historicizar as diferentes e complexas formas que os seres humanos produziram ativamente em relação com a natureza, com outros seres humanos e com o que acumularam social e culturalmente. Assim, como nos ensina a Teoria Histórico Cultural, esse complexo, dialético e mediado processo histórico não é determinado apenas pelas condições físicas e materiais, mas se relaciona com o que cada grupo, povo, cultura, organizou, criou, sistematizou em seu processo de adaptação ativa às condições da natureza.

As posições defendidas nesta pesquisa se contrapõem à existência abstrata de uma "natureza humana" e de um "desenvolvimento social" único que conduz e legitima a "exploração do homem pelo homem e da natureza". Neste sentido, reafirmamos que a partir das observações e informações obtidas nas comunidades investigadas, identificamos que esta forma de se relacionar com a natureza (atividade/trabalho) se refere a uma adaptação ativa do homem às condições, possibilidades e desafios presentes no contexto em que vive e em relação com o acumulado histórico dos grupos e sociedade em que estão inseridos. Processo que está em constante movimento, transformação, recriação entre o interpessoal e intrapessoal, no qual os sujeitos são ativos no desenvolvimento do outro, de si mesmo e de suas práticas, costumes e cultura.

Reafirmamos a gênese dos costumes e da tradição faxinalense atrelada aos povos originários. Cultura milenar que organiza a produção e reprodução da vida com base em conhecimentos, práticas e tecnologias de domínio da natureza e do trabalho humano orientados por princípios de solidariedade e respeito para com os outros (comunidade) e com a natureza. E, no caso investigado, a inserção de outros grupos étnicos não conduziu a apropriação e exploração privada dos bens naturais e do trabalho humano, pelo contrário, foi apropriado e mantido como organização produtiva e reprodutiva para suprir as necessidades da família. Assim, reiteramos a urgente e necessária reconstrução de nossa história a partir das particularidades da cultura e costumes que produzimos em relação às outras culturas e para além delas.

Saber quem você é significa saber de onde você vem, de quem ou do que você depende, não há verdadeiro conhecimento de si mesmo que não seja um reconhecimento das próprias origens, da própria identidade comunitária, da própria história. Os povos latino-americanos necessitam de uma clara memória histórica para rastrear os dinamismos de sua própria história, para saber onde buscar as causas de sua opressão secular e de sua situação presente (BARÓ, 2017, p.198).

Nesse sentido, apresentaremos a seguir os principais motivos que orientaram a definição de estudar apenas os sujeitos e as comunidades de um mesmo município. Tais motivos dizem respeito às particularidades relacionadas à questão agrária dessa região e às formas de enfrentamento desenvolvidas pelos grupos deste local. Em especial, buscaremos evidenciar as mudanças na atribuição de sentidos, motivos e significados das experiências relacionadas à perda do território a partir do processo de privatização dos bens naturais. Mudanças influenciadas pelas relações de apoio e solidariedade, práticas organizativas e formações políticas que se tornaram instrumentos mobilizadores e orientadores de sentidos para a resistência e luta. Fundamentalmente discutiremos de que forma as experiências vividas neste complexo e dinâmico contexto e período criaram as condições para o desenvolvimento de uma consciência mais explícita sobre o modo de vida faxinalense e a necessidade de resistência e de luta individual e coletiva para manter-se no território e, posteriormente, para defender o uso comum do mesmo.

## **6.2 O desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistência e luta pela terra**

Nos relatos dos entrevistados e das demais pessoas que vivem nas comunidades, a história da região é marcada por momentos experienciados de formas significativamente diferentes. Certamente esses períodos não podem ser tomados de maneira isolada ou em si mesmos, pelo contrário, fazem parte da complexa e dialética história que constitui a vida real e concreta destes sujeitos. Contudo, a partir das mudanças no contexto, determinada pela chegada da empresa e pelo avanço da privatização das terras e exploração do trabalho, as experiências pessoais passaram a ser vividas de formas diferentes. Alteração que passaram a produzir sentimentos, sensações, compreensões e ações diferentes dos experimentados em outro momento e contexto. Mudanças que essencialmente reorganizaram as relações estabelecidas com a atividade, tanto produtiva quanto as demais relações familiares e comunitárias, afetando fortemente a situação social do desenvolvimento dos sujeitos e a forma de vivenciar as experiências.

No município pesquisado, como em outros municípios do Paraná, as transformações econômicas dos anos trinta e quarenta passaram a ser sentidas a partir da incorporação de algumas matérias-primas no mercado nacional e internacional. Neste caso, a madeira foi o produto que elevou os números na produção e exportação que já eram significativos (LAVALLE, 1974). Relação atrelada à forma de organização do capitalismo dependente

presente em nosso país e na América Latina, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p.47). De acordo com Bambirra (2019):

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a conquista e os espanhóis destruíram os impérios Incas e Astecas, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou *a liquidação radical* dos modos de produção que o precederam, mas sim sua *superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas*. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que se redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente. Isso se deu porque a América Latina esteve, desde a conquista, vinculada à expansão e ao transcurso da consolidação do capitalismo mundial – sob suas formas comercial e industrial – como área periférica, subordinada e dependente (BAMBIRRA, 2019, p.78-79, itálicos da autora).

Nesse sentido, o lugar imposto à América Latina está relacionada ao atendimento da demanda mundial de alimentos e matérias-primas, à especialização de parte da sociedade em produtores mundiais de manufaturas e à especialização direta de produtos primários. Esse intencional rebaixamento na transação comercial entre nações conduz a uma “transgressão internacional nas relações de troca” (MARINI, 2012, p.144). Desigualdades que se materializará na produção dos bens primários a partir da superexploração do trabalhador.

A transferência do dual de valor é caracterizada por Florestan Fernandes (2009, p.62) como uma “sobreapropriação repartida do excedente econômico”, cuja extração de mais-valia é duplamente intensificada, com fins de atender à burguesia nacional e internacional. Desta forma, a debilidade econômica para fora, demanda uma rigidez das relações entre classes para dentro das economias latino-americanas em nítido desfavorecimento aos trabalhadores. Assim, o problema da dependência para a burguesia da periferia capitalista exige compensações pela perda da mais-valia através de uma maior exploração do trabalhador a nível de produção interna, desonerando a si dos custos do subdesenvolvimento. Neste sentido, vigora em nosso meio o uso extensivo e intensivo da força-de-trabalho pelo capital e a manutenção da dependência econômica baseada na manutenção da estrutura latifundiária e agroexportadora de *Commodities* e dos chamados bens semimanufaturados.

De acordo com Fernandes (1976), essa dinâmica organiza a dominação a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social - desde a educação, comunicação e consumo, até a

transferência de tecnologias e instituições sociais, os expedientes financeiros e a interferência nas decisões da política nacional - ocupando todos os interstícios da vida social. Estes determinantes da organização estrutural do capital no continente e no Brasil incidiram a expropriação dos bens naturais a serviço da produção de *commodities* e nas relações com o Estado, ausente na garantia dos direitos para as maiorias populares e a serviço dos interesses das empresas e burguesia subserviente.

Em relação aos relatos que antecederam a chegada da lógica capitalista de exploração do trabalho e da natureza, veremos que na maioria estão atrelados às vivências com significados de *tranquilidade, abundância e inocência*.

**Pesquisadora: Como era antes? Como você se sentia naquele período [antes da chegada da empresa]?**

Pedro: Bem, me sentia bem. Eu não conhecia outra vivência fora disso, a gente era inocente, eu não sabia que tinha outros modos de vida eu achava que o Brasil era feito daquele jeito! Quem estava no interior, né? achava que todo mundo... porque olhando pra (cita o nome da cidade investigada) era mesmo quase tudo assim (...). A gente vivia de um jeito tão inocente, a gente era tão inocente! Jamais ia imaginar que ia chegar alguém e dizer 'Isso aqui é tudo meu, pode... você vai ter que me pagar aluguel pra viver aí', mas nem pensava que isso ia acontecer! Totalmente inocente! Jamais pensava que ia chegar alguém 'Você não pode tirar essa erva aí, porque essa erva é minha. Você não pode construir a tua casa porque essa terra é minha'. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

**Pesquisadora: Como viviam nesse período, Rosa?**

Rosa: Mas menina, viviam tudo junto assim, tudo tranquilo. As pessoas tinham do que viver, tinham espaço, era tudo aberto. Tinha pra todo mundo e não existia essas preocupações com os de fora. Era abundância das terras, das coisas... Assim contam, né? Que eu já não peguei bem o começo das peleias. (Entrevista concedida em 13/06/2017)

**Pesquisadora: Como que era antes da chegada do [nome do proprietário da empresa], dona Ianá?**

Ianá: Mas era comum, é o que eu estou falando pra você. Todo mundo criava e plantava e ninguém ficava criando bronca com os outros, né? Tudo vivia tranquilo, abastecido. (Entrevista concedida em 02/03/2018).

As memórias e relatos dos moradores apontam que não existiam grandes problemas ou questões relacionadas ao uso da terra e dos bens naturais. Pelo contrário, a maioria das falas narram a chegada de pessoas e famílias vindas de outras regiões e que eram incorporadas na comunidade. Como relembra Pedro: *“Ninguém se incomodava com divisa de terra, com ter terra, porque tinha terra e ninguém se preocupava ‘Eu preciso ter documento!’ , ninguém falava*

*nisso, porque não faltava terra pra ninguém”*. Organização histórica de apropriação da natureza e do trabalho que possibilitava que as necessidades básicas das famílias fossem supridas. “(...) *As pessoas tinham do que viver, tinham espaço, era tudo aberto. Tinha pra todo mundo (...)*” (Rosa). “*Tudo vivia tranquilo, abastecido.*” (Ianá).

Neste contexto, chamaremos atenção para dois elementos: o primeiro se refere à análise feita anteriormente sobre a titulação das terras, pois não ter apropriação privada não é sinônimo de inexistência de documentação das áreas. Algumas famílias compraram a terra e possuíam o documento referente a determinadas áreas. Contudo, essas áreas e as outras que eram públicas (sem titulação por parte dos moradores) continuavam sendo utilizadas coletivamente. O uso das áreas estava ligado à produção dos animais, tanto para o autoconsumo da família, quanto para geração de dinheiro para comprar as poucas mercadorias necessárias e disponíveis naquele período e contexto. Ou seja, a transformação da terra em mercadoria não estava instituída na região. A existência da titulação reafirma que outros significados, sentidos, motivos e necessidades orientavam os acordos, implícitos e explícitos, baseados nos costumes e tradições faxinalenses. Assim, a experiência da apropriação privada da terra e do trabalho, nos moldes do capitalismo, colonialismo e modernidade, não eram os conhecidas e muito menos determinantes das relações sociais e atividades desenvolvidas, como pode ser visto no relato de Pedro ao expressar “*Jamais ia imaginar que ia chegar alguém e dizer ‘Isso aqui é tudo meu’.*”.

Outra consideração importante é sobre as contradições e limites presentes neste momento e contexto histórico e que podem ser melhor visualizadas nos relatos da história de vida das entrevistadas. Neles fica mais visível a problemática do analfabetismo, a exploração do trabalho infantil, as relações patriarcais e machistas, a violência usada como instrumento para resolução das discordâncias entre familiares e famílias, a total falta de acesso a atendimentos de profissionais e equipamentos de saúde, ausência de transporte e outros serviços, além de políticas públicas que deveriam ser garantidos pelo Estado, como educação. Não é nosso objetivo aprofundarmos nestes itens, mas remetemos as histórias de vida que apontaram para estes elementos e apontam as causas do pensamento concreto como parte da história atrelado a pouco acesso à educação e aos conceitos científicos.

Fazendo estas importantes ressalvas, apontamos neste período uma vivência, como já dita, ainda sem referências sobre a apropriação privada dos bens naturais, apesar de já existir a exploração do trabalho, realizada na maioria das vezes pelos homens e exercidas por meio da função de pai e marido. Cabe lembrar o que já foi analisado por Marx na ideologia Alemã. Segundo ele:

Esta divisão do trabalho, que implica todas estas contradições e repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade; dá portanto origem à propriedades cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem (MARX, 2007, p. 17).

Apesar destas contradições e limites, notamos que neste período essa forma de organizar a apropriação dos bens naturais supria as necessidades básicas da família, tais como: casa, trabalho, alimentação e relações comunitárias. Experiências que se relacionam com a produção de estado vivencial agradável, remetido aos sentidos e significados ligados à tranquilidade e abundância. Esta vivência começa a ser alterada na medida em que a madeireira inicia as instalações e trabalhos na região. Os relatos apontam que a empresa<sup>19</sup> se instalou nos anos quarenta, contudo até os anos setenta teve apenas a exploração das madeiras nobres e valorizadas pelo mercado como fonte de renda. Neste período, notamos que, apesar dos moradores sentirem algumas diferenças e mal-estar produzidos pela presença da empresa e pela retirada da madeira, as mudanças não tinham sido tão significativas a ponto de alterar a organização das relações e atividades que desenvolviam. Aliado a isso, não possuíam um acumulado de experiências e conhecimentos que pudessem fazer uma análise crítica dos possíveis desdobramentos que poderiam acontecer com a presença da empresa no município. Ou seja, não foram capazes de realizar a análise – a partir dos conhecimentos e experiências acumuladas historicamente – que possibilitaria levantar hipóteses sobre o futuro e orientassem ações conscientes a fim de intervir antecipadamente naquele contexto. Intervenções a partir dos princípios de sua concepção pessoal de mundo que se contrapõe ao que vinha sendo efetivado pela empresa no decorrer de mais de vinte anos.

Um segundo momento de atuação da empresa se refere às mudanças na documentação das áreas. Isso porque, inicialmente, a empresa tinha apenas concessão para explorar os bens naturais (madeira) e depois negocia para ter o título da terra. Essas mudanças afetaram diretamente a forma pela qual os moradores organizavam as relações de produção e reprodução da vida familiar e comunitária. Como veremos nos relatos apresentados, as alterações na documentação da terra envolveram assinatura de contratos por meio do uso de ameaças, força,

---

<sup>19</sup> O início da empresa é vinculado à chegada da família vinda do Líbano, no início do século passado. O primeiro local de chegada foi Paranaguá, mas depois se transferem para a região de Fernandes Pinheiro, próxima à cidade de Irati (distante 161 km da cidade pesquisada), sendo que em 1932, o proprietário monta uma serraria na cidade em questão. Em 1944 se ampliam os negócios e são criadas as Indústrias, fato que provoca a busca por novas áreas para exploração de madeira, encontrando na cidade investigada essa riqueza para ser explorada. A relação próxima com o governador da época, Moises Lupion favorecerá a expansão (MONTEIRO, 2008).

violência e informações desvinculadas da realidade.

Pedro: Primeiro se instalaram, né, se instalaram com as empresas da madeira e ficaram cortando madeira, beneficiando e vendendo. E tramando... a gente foi descobrir isso depois, né? eles não mexeram logo com nós, eles foram mexer com nós... eles entraram em 1944 no (cita o nome da cidade), eles foram mexer com nós em 1970. Então, de 1944 a 1970, eles não mexeram com o povo, continuou a mesma vida nossa. E aí eles só foram mexer com nós quando eles esquentaram aquela concessão pra matrícula registrada. Transformaram, através de maracutaias com cartórios, juízes e assembleia legislativa e governo, tudo que tinha de autoridade na época da Ditadura Militar, eles usaram pra esquentar aquela concessão de uso para a matrícula registrada. Quando eles chegaram no povo, o povo tinha se multiplicado muito, não era... comparado a 30 anos atrás, já tinha muito mais gente morando. Eles já chegaram com a matrícula, os jagunços, a cerca e o contrato. A primeira ação deles é assim, ó “Assina o contrato que esta terra é minha”. Aí você imagina uma pessoa morando há 50 anos, nasceu lá, criou dez filhos lá, tem 60 anos de vida, chegar um cara e dizer ‘Isso aqui é tudo meu, você vai ter que assinar um contrato concordando que essa terra é minha e nesse contrato tem várias cláusulas, uma das cláusulas é que você não pode mais usar erva-mate, você não pode mais tirar a erva-mate do local, você não pode mais tirar uma madeira pra construir, você não pode plantar, somente com a minha autorização’, as cláusulas eram assim, te proibindo tudo! E nós tinha essa área para o rebanho (...). E desse momento as coisas só arruinaram. (Entrevista concedida em 20/06/2017).

No relato, Pedro descreve as mudanças experienciadas a partir de uma atuação mais ativa de privatização, comandada pela empresa e mediada pelas instituições do Estado. De forma geral, essas experiências, determinadas pelas mudanças na relação com o trabalho, são lembradas pelos moradores, como expressado por Pedro, como o início da proibição do extrativismo, (fonte de autosustento das famílias), a divisão entre as áreas privatizadas, a cobrança de aluguel e a presença de guardas nas áreas tituladas pela empresa (chamados de jagunços). A presença dos guardas da empresa, identificados como agentes de repressão, passaram a fazer parte do cotidiano das famílias e, aqueles que não foram expulsos pelos grupos e movimentos populares, seguem até hoje morando nas áreas que continuam em disputa judicial.

Estas ações da empresa foram cada vez mais intensas, de tal forma que as condições de sobrevivência de muitas famílias foram sendo inviabilizadas.

Rosa: (...) Depois que eles dominaram, eles fizeram tudo isso com o povo [se referindo as violências]. Ainda tem gente que nem está vivo mais, já faleceu, que eles fizeram isso. Tem gente que sabe contar o que eles fizeram. Eu ainda

conheci as pessoas que eles fizeram isso aí, eles não deixavam... Depois que eles dominaram as terras, eles ponhavam os guardas e não deixavam tirar erva nem pra tomar chimarrão. E as criação eles pelavam, matavam as criação das pessoas também. No começo eles ainda davam serviço, no começo quando eles chegaram aí, chegaram até bom, né? eles davam serviço para as pessoas, cuidar de coisas, até que eles foram conseguindo as terras. Depois que eles conseguiram meio dominar tudo, eles foram ponhando os pistoleiros para expulsar da terra e uns saíam (...) ... tomaram as casas e, no fim, dominaram a maioria! Deixaram um pouquinho com uns cantinho de terra. Muitos teve que ir embora, não resistia, né? quando era pistoleiro demais, muitos desistiram da casa, desistia de tudo. (...) A maioria teve que deixar e pegar outro rumo! (Entrevista concedida em 27/01/2018).

**Pesquisadora: E como era quando a empresa estava aqui?**

Ianá: (...) Daí arruinou, sabe, o faxinal arruinou por causa disso, depois que eles entraram aí, eles entraram com a lei, de ponhar guardião, de ponhar jagunço pra cuidar, né? daí o povo que se dava bem com eles, com ele, com o guardião ali, fazia o preço. Se ele arrendasse uma capoeira lá onde os homem têm roça lá, era cobrado por alqueire, cobrado em milho, né? agora que o povo tá fazendo, mas o que ele arrendava, ele cobrava. E cobrava o arrendo por cabeça de animais, de vaca que era criada aqui. Nós cansamos de pagar. Às vezes nós criava, sabe, e tinha que vender uma vaca pra poder pagar, pagar o aluguel do que as outras comiam, né? o que a gente ia fazer tinha que pagar. (Entrevista concedida em 02/02/2017).

Pedro: (...) Daí, eles começaram a fechar as áreas. Eu falei pra você que eles dominaram através da cerca, o jagunço e o contrato. Aí eles pegaram aquelas terras que eram devolutas e botaram cerca, cercaram. Que daí tinha muita divisa por estado, divisa... o que era de proprietário eles deixaram, eles cercaram com a divisa do proprietário, faziam uma envergadão aqui, outra mais pra cá e botaram jagunço pra cuidar e ali, pra mim pôr a minha vaca naquele lugar tinha que pagar aluguel. Eles fecharam toda a área que era aberta de quatro fios, daí os porcos, não, o que salvou um pouco nós, e eu, no meu caso, pra mim não passar fome, vamos dizer assim, passar mais dificuldade... porque nesse período da dominação, que eles botaram a cerca, eles privaram nós e os animais altos, eu não paguei aluguel porque eu não tinha, daí eu optei por ter só porco. Porco e cabrito não paga aluguel e aí continuou criando solto, portão aberto. E aí o porco salvou a pátria, o porco foi o que dava o nosso dinheiro, porque daí não era proibido. Mas eu não podia tirar a erva-mate, não podia, estava proibido. O porco salvou a pátria. Só que depois nem isso nós podia. (Entrevista concedida em 20/06/2017).

Como podemos perceber, a ação da empresa foi gradativa, como também foi gradual a compreensão dos moradores sobre as mudanças que ela estava produzindo nas possibilidades de permanência na terra. Os moradores apontam o final dos anos setenta, até meados dos anos noventa, como os mais difíceis, pois foi nesse período que se acirraram as cobranças dos aluguéis, as pressões, violências e expulsão das famílias. Estas experiências geraram um estado vivencial semelhante nos entrevistados, constituído por sentimentos de sofrimento, perda,

tristeza e com poucas expressões que relacionassem às possibilidades de mudança ou de incidir sobre a situação afim de melhorá-la.

Os termos utilizados para expressar as vivências desse período estão atreladas a sentir-se “*dominado, não ter a quem recorrer, estarem espremidos, acudados e empobrecidos*”. Significados e sentidos que apontam como foi experienciar as transformações nas relações que organizavam suas atividades, efetivadas pela lógica da exploração e apropriação privada do trabalho e da natureza. As expressões também evidenciam como este período foi vivenciado pelos sujeitos a partir da análise da expressão de seus afetos e emoções sentidas de forma única por cada sujeito.

Retomamos que assim como a outras funções psicológicas superiores, as emoções também necessitam de processos educativos (relações sociais, atividade e comunicação) para internalizar os sistemas, nexos, relações e conteúdo e tornarem-se mediadas. Além disso, cabe lembrar que a Teoria Histórico Cultural se apoia no monismo de Espinosa em que não existe uma separação entre o intelectual e o afetivo (VYGOTSKI, 2014). Assim, afeto e cognição formam uma unidade, que por sua vez, são expressadas na maneira que o sujeito vive determinado contexto e momento. Neste sentido, apontamos que a forma pela qual os moradores expressam suas experiências desse período, carregam fortes semelhanças nas descrições sobre o vivido. Destacamos que a maioria das respostas não aponta e/ou explica as relações, sentimentos, nexos e conteúdos intrapessoais. Pelo contrário, remete-se às descrições sobre o contexto concreto e material da vida, às situações e circunstâncias cotidianas para explicar o sofrimento vivenciado.

**Pesquisadora: Como você se sentiu nesse momento?**

Pedro: Mas foi muito triste. Essa foi a época do empobrecimento. Porque daí eles pressionaram e nós empobrecemos e não tinha a quem recorrer. Aí você socorria, uma parte você socorria alugando... bom, porque daí, assim, como é que eles dominaram, Solange, não é que eu deixei de plantar, eu continuei plantando, só que eu tinha que pagar aluguel pra eles, coisa que eu nunca paguei. Eu tinha que dar uma taia de milho por alqueire plantado e um saco de feijão também. Um saco de feijão e uma taia de milho por alqueire plantado, uma coisa que nós nunca fizemos! Sabe? (...)Veja a situação... então tornou uma vivência, que era uma vivência muito boa, com fartura, com abundância, não faltava nada pra nós... a única coisa que faltava pra nós nessas época era algumas políticas públicas do Estado. A educação, a saúde pública que na época nem tinha, né? Quase nem tinha nessa época, então essas coisas que dependia do governo era muito ruim, mas o que dependia de nós não era ruim não... nós tinha tudo em casa. E com essas proibição veio então a... muito triste, que é o empobrecimento nosso e aí como eles eram madeireiros, eles avançaram naquela madeira que tava coberta de Araucária, Imbuia... eles avançaram, fizeram a maior devastação. Tiraram toda a riqueza dessas terras! E começou o êxodo rural. Três coisas negativas: empobrecimento, devastação

da natureza, dos recursos naturais e o êxodo. Pra começar, essas três coisas. (...) Foi uma vivência muito triste, um período muito duro. (Entrevista concedida em 20/06/2017)

**Pesquisadora: E nessa época, Dona Ianá, o que mudou?**

Ianá: (...) Daí depois que eles compraram esse terreno, daí arruinou um pouco pra nós. Porque daí, você veja, quando nós criava vaca, nós tinha que pagar por cabeça. Por isso que o povo se revoltou, sabe? E achou que tinha que entrar no terreno, porque sabendo que eles grilaram a maioria, até dos meus avô lá embaixo, tudo! Daí eles compraram de alguns a preço de banana e de outros eles fecharam! Assim!

**Pesquisadora: E como você se sentiu nesse período?**

Ianá: Mas foi muito difícil, você veja, nós sentia que nós estava espremido lá embaixo. Sem poder ... Cada um no seu pedacinho sem poder se mexer, né? porque Deus o livre se você tirasse uma árvore, Deus o livre se você derrubasse um toco de madeira aí. Deus o livre! (...). Então depois que eles chegaram nós sofremos! Porque, você veja bem, a gente tinha que vender uma vaca pra pagar aluguel de pasto! Se fosse pasto plantado, mas pasto que nem, é do mato aí... tinha que pagar, não tinha jeito! (Entrevista concedida em 02/03/2018).

**Pesquisadora: Como a senhora se sentia nesse momento?**

Rosa: mas era um sentimento muito ruim. Você veja, eles tiraram toda condição do povo viver. Tiraram a terra do povo, maltratavam as pessoas, faziam o que queriam e as autoridades ficavam do lado deles. O povo perdendo as condições e ninguém do nosso lado. Por isso, tanta gente teve que ir embora. **Pesquisadora: E como foi para a senhora passar por essas experiências?**

Rosa: só deus sabe ... custa, custa pra gente ver um vizinho saindo, deixando tudo as coisas, as condição de viver e pegar a estrada pra cidade [choro]. É uma experiência que eu não desejo pra ninguém, que a gente nem sabe como conseguiu aguentar. (Entrevista concedida em 02/06/2019).

O relato dos entrevistados sobre o ocorrido neste período aponta a necessidade de avançar na análise e nas explicações sobre o vivido das determinações materiais e concretas as relações e percepções sobre os processos internos de forma abstrata e generalizadora. Assim, aponta-se a importância de analisar estas experiências a partir da apropriação de signos mediadores, do desenvolvimento dos sistemas, nexos e conteúdos relacionados às funções psíquicas (emoção e cognição). Desta forma, seria possível produzir relações mais conscientes e elaboradas a partir das experiências vividas, amenizar os sofrimentos por meio da identificação e explicações do que os produziram e como poderiam e podem ser enfrentados.

Este período também foi investigado por Dibe Salua Ayoub no trabalho titulado “Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná”, de 2011. A autora apresenta elementos importantes relacionados ao avanço da madeireira sobre as terras da região. A estudiosa nos explica que “(...) uma parte dessa ocupação

violenta se realiza em terras de faxinal para poder explorar também a erva mate, criar gado e produzir nas lavouras, além da exploração da madeira” (AYOUB, 2011, p.44).

Essas mudanças iniciam a partir de 1960, período em que a empresa diversificará a produção e passará a comercializar outros produtos, como a erva mate e a carne bovina. Esses anos também são marcados pela mudança na gestão da empresa, dado que seu fundador morre em 1967, sendo posteriormente assumida pelos filhos. A pesquisa também apontará os anos 70 como “(...) o início do período crítico que deflagrou o conflito entre posseiros e madeireira. Essa marcação temporal diz respeito ao começo do processo de transformação do sistema de apropriação e aproveitamento do território (...) à noção de que ‘era tudo comum’” (AYOUB 2011, p.70). Mudanças que também estão relacionadas à chegada de seguranças, nominados jagunços, vindo de outras regiões com objetivo de impor “respeito” às terras, agora sob titulação da empresa, ou como costumam expressar, sob ‘domínio’ da madeireira.

Outra informação relevante na pesquisa de Ayoub (2011) é a confirmação de que a empresa ganhou as concessões do governador do Estado do Paraná, dado pelo governador Moisés Lupion. Depois, consolidou o poder sobre as terras por vias nem sempre claras e que integraram estratégias refinadas de compra das árvores do local mediante contratos que cediam o direito de exploração da terra para a empresa. A partir desses contratos foram realizados acordos de arrendamento com os posseiros, referentes às mesmas áreas ocupadas por eles no decorrer de décadas, pelas gerações anteriores de seus familiares. No contrato de aluguel eram definidos os valores e as proibições relacionadas ao extrativismo. A autora ainda aponta, como relatado pelos moradores das comunidades, que a área titulada pela empresa chegou a somar mais de 60.000 hectares. Quantidade que equivale a um terço do município em questão.

Além disso, a pesquisa reitera o que ouvimos nos relatos dos moradores e entrevistados no que diz respeito à articulação da empresa com os órgãos governamentais, tanto da esfera municipal quanto estadual e federal, tais como prefeitura, polícia civil e militar, cartórios etc. Estas instituições deram suporte para a privatização do território e se posicionavam contrárias às diversas formas de resistências e manifestações individuais e coletivas que se contrapunham à empresa. Como exemplo, citamos a relação direta entre pessoas em funções públicas importantes e a empresa, em que “(...) a empresa indicava para o cargo de delegado os nomes de determinados sujeitos, com os quais já possuía algum tipo de relacionamento” (AYOUB, 2011, p.97). Além disso, a pesquisa reafirma as experiências desse período atreladas fortemente às sensações de sentir-se com poucas possibilidades e alternativas de mudanças, expressas em; “nós não tínhamos a quem recorrer” ou “nós estava dominado” (id., ibid.).

Pedro: Eu falei lá no início que no começo nós não tinha a quem recorrer aqui no município. Se ia na delegacia era contra nós, se ia em um delegado calça curta, que meu pai era um deles, era a favor da madeireira. Você ia no vizinho proprietário era contra nós e a favor da madeireira. Você ia na prefeitura, o prefeito era do meio deles. Você ia no vereador pra ver se representava, era só fazendeiro. Onde é que você vai buscar? Não tinha, então se entregamos, dominaram. (...) Então, não tinha a quem recorrer. (Entrevista concedida em 15/01/2018)

Rosa: Esse foi um período de encurtamento de tudo, de sofrimento. Que assim, muita gente teve que ir embora, não conseguiu ficar. Você veja, aqui tinha muito mais morador, mas teve que sair, né. Não conseguiram resistir a violência, mas a falta de condição também, né? Por que você pense ficar sem a mata, sem o território pra criar, abaixo de perseguição. (...) Foi um tempo pesado, foi ruim de ver que o vizinho tinha onde viver, onde morar com a família, e depois teve que ir embora, teve que sair porque não tinha, assim... [segue relato sobre as violências ocorridas]. (...) Cada vez encolhendo e cada vez ficando mais ruim, né? pras pessoas! Tinha bastante gente aí, depois tiveram que ir embora, né? muita gente hoje em dia estão nos próprios parentes, nas cidades longe de casa (...). (Entrevista concedida em 27/01/2018)

Ianá: depois disso que te contei, que arruinou aqui, nós tivemos que mudar, nós mudamos e muita gente mudou. Não tinha condição de ficar, fomos obrigados né? mudamos lá pra baixo, ficamos espremidos lá embaixo.

**Pesquisadora: O que motivou vocês a mudar?**

Ianá: Mas menina, aqui não tinha mais recurso pra viver. Tudo era cobrado. Tudo era proibido. A gente se viu amarrado. Ainda que nós tinha aquele terreninho que o pai deixou, pequenininho mas que deu pra nós se virar. Não vou te dizer que não passamos sufocos, mas muitos daqui tiveram que ir pra cidade, ainda pior ne? Quem consegue acostumar.

**Pesquisadora: Como você se sentia nesse período.**

Ianá: Ah, mas a gente se virava como podia. Se sentia triste né, que você perde todas as condição de viver. Foi muito sofrido minha filha, muito sofrido. (Entrevista concedida em 02/03/2018).

Novamente, fica evidente o profundo sofrimento que esse contexto e momento histórico produziram nos sujeitos. Assim como, a relação direta e concreta com o que produz sofrimento passa a dominar os sujeitos, impossibilitando compreender a si mesmo e ao contexto, interferindo na forma que se relacionavam e agiam naquele momento. Pedro, Rosa e Ianá sofreram de forma direta as perdas e transformações produzidos pela lógica de exploração privada da terra e do trabalho. As experiências narradas por outros moradores das comunidades carregam fortes semelhanças e dizem respeito ao empobrecimento gerado pela privatização das áreas, a proibição de acesso aos bens naturais, a cobrança de aluguel para produzir e a perda efetiva das terras em que viviam, obrigando muitas famílias a sair da comunidade (como ocorreu com Ianá). Somadas a isso, as experiências estão relacionadas à opressão e violência

materializadas nas ameaças e práticas realizadas pelos guardas da empresa. Vivências que se vinculam às perdas das condições de vida material das famílias e das famílias vizinhas.

Essas experiências nos conduzem às análises e contribuições realizadas por Martín-Baró (2017), os determinantes históricos e contextuais presentes no desenvolvimento da percepção fatalista sobre a realidade. Compreensão que está relacionada a um destino inevitável, trágico e infeliz, no qual destino estaria pré-determinado. Compreensão que afeta a forma que o sujeito se situa frente à própria vida e que está vinculada à relação de sentido estabelecida com o determinada situação. Nas palavras de Martín-Baró (1973):

La actitud nos indica así cómo un determinado individuo afronta su mundo: cómo lo percibe, cómo le impacta, qué significa esto o aquello para él. Lo que la realidad, las diversas parcelas de realidad representan para un determinado sujeto, sólo podemos entenderlo cuando captamos la actitud, es decir, la significación que esa realidad tiene para ese sujeto, lo que ya no es un dato puramente objetivo (en cuanto externamente observable), aunque tampoco puramente subjetivo (MARTÍN-BARÓ, 1973, p.478).

Desta forma, os comportamentos são entendidos a partir da unidade relacional entre o sujeito e a situação. Relação, por sua vez, que possui uma estrutura de significação composta por conhecimentos, vínculo afetivo e uma tendência à ação. Em relação à presença de elementos emocionais na percepção fatalista, o autor aponta para a presença de características relacionadas a aceitação e resignação frente ao destino. As tendências comportamentais se apresentam com conformismo e submissão às exigências do destino e passividade diante das circunstâncias da vida, em que há uma marcante redução do horizonte de vida ao presente. Estas seriam algumas características observadas na forma/maneira que os sujeitos dão sentido à relação consigo mesma e com o contexto e acontecimentos decorrentes de sua vida. Processos historicamente construídos nas formas de socialização fatalista pela formação e educação – na escola, igrejas e, principalmente, nas experiências com o trabalho -, tendo como principal fonte o que podemos traduzir, parafraseando Martín-Baró (2017), em conformismo e resignação frente às circunstâncias.

Outro conceito que pode ajudar-nos a compreender estas relações é a vivência da realidade pelos oprimidos, de Paulo Freire (1984), em que a condição de opressão é sentida de forma imediata pelos sujeitos e a prática educativa “que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 1984, p.32). Esta, traduzida pela compreensão das causas de sua opressão, tornando-o objeto de reflexão, como mediação reflexiva, em consciência, que possibilitaria a real

percepção da situação de subalternidade na qual se encontra e a tomada de posição em sentido contrário. Entretanto, esse processo que deve ser iniciado por organização-política deve estar atrelado a posições radicais de transformação, pois, como nos afirma Freire (1984): “Na verdade, não há humanização, assim como não há libertação sem transformação revolucionária da sociedade de classes, em que a humanização é inviável (...). Analfabetos ou não, os oprimidos, enquanto classe, não superarão a situação de explorados a não ser com a transformação radical” (FREIRE, 1984, p.112).

Destacamos que o contexto produzido neste período coloca em questão a permanência e sobrevivência das famílias na comunidade. Assim, as primeiras tentativas e buscas de ajuda estão atreladas e motivadas pela necessidade real e concreta de não perder ou já terem perdido as condições básicas de vida (casa, alimentação, segurança). Estes motivos também estão relacionados a “*não ter outro lugar para ir*”, “*não querer e/ou saber realizar outros trabalhos*” e a convicção de que “*não se adaptariam a outras atividades e contexto*”, especialmente o urbano. Ressaltamos que estes motivos e sentidos, atrelados às primeiras ações e busca de ajuda, irão se ampliar e se tornar mais complexos a partir das ações, diálogos, relações e formações que serão realizadas por estes sujeitos, em companhia dos moradores das próprias comunidades e outras pessoas. Contudo, inicialmente, são as necessidades relacionadas à sobrevivência individual e familiar (segurança, moradia, alimentação) que mobilizou e orientou as ações e as buscas, ainda individualizadas. E, apesar das tentativas de resistência, muitas famílias foram forçadas a sair, como a de Ianá e a maioria das que moravam onde atualmente é a comunidade faxinalense. Reitero que só foi possível com as mediações, organização e ocupação coordenada pelos movimentos populares.

Ianá: (...) como te contei, foram separando as áreas e tivemos que sair. Mudamos lá pra baixo num lotinho que o pai tinha. Apertado, né, de dois alqueires. Ficamos anos lá naquele aperto (...). Daí o povo foi indo, foi indo, daí os movimentos começaram a se entrosar e dae que começam a requerer de volta essas terra. (Entrevista concedida em 10/03/2019)

**Pesquisadora: E o que motiva a resistência?**

Rosa: A pessoa resiste porque vê que não vai se dar bem em outra parte, então se obriga a resistir! Que nem foi nossas casas, as casas de muitos aí que ficou aí... vai sair daí não vai se dar bem em outra parte, precisa resistir, daí. Consegue, como foi a nossa, graças a Deus, conseguimos, né? resistir e ficar. Teve vários que ficou e outros, a maioria, foi! E nós ficamos aqui só... quando eles começaram aquela resistência de matar e expulsar e queimar as casas, aqui ficou só nós, (cita o nome de três famílias vizinhas)... a maioria tudo foi embora! Alguns ainda fizeram uma negociaçãozinha... eles deram um troquinho pra ir embora e outros teve que pegar e sair. Quando eles não

despejavam tinha que... alguns corriam antes deles despejarem, de medo, né? nós resistimos por que não tem jeito de ir pra outro lugar. Vai pra onde, né. (Entrevista concedida em 02/06/2019).

**Pesquisadora: E o que motivava ficar [na comunidade]?**

Pedro: A necessidade! Não tem pra onde ir! Ou fica lá ou vai pra boia fria, pra mão-de-obra barata nas empresas, ou vai pra favela. (...) quem podia ter uma condição mais forte continuou pagando aluguel e continuou tendo um rebainho, né? mas a maioria, não! Aí nós, quando esgotou tudo isso, aí não teve mais jeito! Eu fui um deles, que andou com o pé no estribo pra sair, sabe? Mas tive apoio, tive apoio dos companheiros. (...) (Entrevista concedida em 20/06/2017).

Notamos que alguns fatores contribuíram para as famílias permanecerem na terra. Um deles, e quem sabe o mais relevante, foi possuir alguma forma de titulação de alguma área ou morar em terras de outrem que era titulada. Este elemento passava a ser usado como instrumento de defesa e produção de esperança nos sujeitos. Contudo, relembramos que inúmeras áreas, mesmo com o título formal, passaram a ser da empresa por meio da assinatura dos contratos, realizado sem o reconhecimento dos moradores sobre o real conteúdo do documento que estavam assinando. Processo viabilizado pelo alto índice de analfabetismo e pelas pressões exercidas no momento da assinatura do documento. A família de Rosa, por exemplo, apesar de ter permanecido nas terras, perdeu parte das áreas que seguem sendo contestadas no poder judiciário. Parte dessas áreas estão localizadas ao lado de sua casa e fazem parte do território de uso comum da comunidade. Já o cunhado de Rosa teve que sair forçadamente da casa em que vivia e ir morar no faxinal, próximo à família de Rosa. Pedro também perdeu a terra em que vivia e depois foi retomada por meio da organização em um movimento popular.

Como podemos notar, existe uma complexidade de fatores que irão compor as experiências vividas por estes sujeitos, dentre elas destacaremos a (im)possibilidade real e concreta de permanência na terra e, em contrapartida, as relações de solidariedade e apoio que criaram as condições objetivas e subjetivas para algumas famílias continuarem vivendo do território. As condições objetivas se referem à construção da casa nas terras que conseguiram ser mantidas sob a posse da família e a permissão para a criar animais nos territórios mantidos em comum, “abertos”, como ocorreu com o cunhado de Rosa. Junto a isso, o apoio e a solidariedade dos vizinhos e outras pessoas que se aproximaram fortaleceram a vontade de permanência.

Serão as diferentes formas de apoio, orientação, trocas e compartilhamentos que formarão as condições para o início das mudanças na relação com o contexto, em especial, a partir de 1986. Neste período foram iniciadas as primeiras resistências planejadas por meio de

diálogos e acordos entre um número maior de pessoas e famílias. Ressaltamos que anterior a esse momento já haviam inúmeras formas de enfrentamentos e resistências e que se transformaram em aprendizagens que possibilitaram o avanço na forma de realizar estes que estamos ressaltando. Entretanto, o final dos anos oitenta também é caracterizado pela aproximação de pessoas, lideranças que faziam parte de instituições, movimentos, pastorais e ONGs. Estas relações enriqueceram as discussões, planejamentos e intervenções efetivadas em favor das famílias e comunidades, contribuindo para a qualificação dos processos organizativos.

Chamamos a atenção para que nossa posição não seja interpretada a partir de uma leitura fragmentada, linear, a-histórica ou de supervalorização dos que “vêm de fora”. Ao contrário disso, nosso esforço é apresentar como as relações, diálogos e as práticas foram vivenciadas pelos sujeitos a partir da dinâmica das mediações, inter-relacionais e intrapsíquicas, possibilitando a formação e transformação dos sentidos, motivos e necessidades relacionadas à revolta, sofrimentos, tristeza pela perda das condições de vida. E como essa complexa e dialética dinâmica contribuiu para ressignificar a relação com o contexto e reorientar as ações destes sujeitos, que passaram a ser desenvolvidas de forma mais planejada e coletiva.

Destacamos que este processo se deu no decorrer de anos, décadas, e foi vivido de forma única e irrepetível por cada pessoa. Entretanto, notamos algumas semelhanças nas características e formas de expressar as vivências relacionadas a este período e contexto, ademais de estarem ligadas aos nexos e relações que compõe a ressignificação e dinamização que é reconhecida como o início das mudanças na maneira de sentirem e atribuírem outros sentidos ao contexto vivido. Dessa forma, identificamos como central o estabelecimento de relações e diálogos entre os moradores das comunidades com o mesmo objetivo (segurança, resistência, enfrentamento) entre pessoas de outros locais, que com o passar do tempo se tornaram lideranças, amigos.

As relações e ações realizadas com lideranças e profissionais de outros lugares produziram a sensação de estarem sendo apoiados, sentimento que está atrelado à sensação de ajuda, materializada em orientações, informações e práticas que foram sendo realizadas ativamente pelos entrevistados e moradores. Entendemos que esta complexa e dialética dinâmica, que envolve o intrapessoal e o interpessoal, o vivido anteriormente, o contexto atual e o futuro instável, foi mediado, transformado e dinamizado por estas relações desenvolvidas e mantidas no decorrer de mais de duas décadas. Compreendemos que estas relações de troca, orientações e formação estão na base do que constituiu a força mobilizadora para o desenvolvimento de outras formas de vivenciar as experiências referentes às situações daquele difícil momento histórico, as quais reorientaram as ações dos moradores.

Neste sentido, retomamos o dito por Martín-Baró sobre as possibilidades de rompimento e superação do fatalismo existente entre os grupos. Fatalismo que está relacionado à sensação de imutabilidade das condições sociais nas quais as pessoas vivem e se formam. A afirmativa central de Baró é que a mudança no indivíduo está atrelada às mudanças, sentidas e vividas, na relação entre as pessoas e a estrutura social. “É necessário uma experiência real de modificação de seu mundo e de determinação de seu próprio futuro. Trata-se de um processo dialético em que as mudanças das condições sociais e a mudança das atitudes pessoais vão se possibilitando mutuamente” (BARÓ, 2017, p.197).

É nesse contexto que notamos que as possibilidades de mudança começam a ser sentidas a partir de 1987. Nesse período, a partir das experiências, práticas e conhecimentos acumulados, é criada a Associação das famílias dos trabalhadores rurais, idealizada para servir como um instrumento de mobilização e organização dos moradores.

Pedro: (...) Então que a gente fundou a associação influenciado pelo tal padre, que eu tava falando, o nome dele é [cita o nome]. Ele até ficou meio encostado, assim, porque como ele é um padre progressista, meio revolucionário, meio que não concorda com algumas coisas da igreja, ele discorda de muita coisa e, não é muito bem visto com a “bisparada”, sabe? e aí ele não... ele acaba não tendo grandes funções dentro da igreja por ele ter essa boa ação. (...) E aí fundamos a associação e quando nós fomos pra base, discutir com o pessoal, método de trabalho, cadastramento, divulgar nas comunidades, como fazer várias divulgação da associação, pra poder fazer um plano de trabalho, sabe? (...) A primeira reclamação que chegava pra nós e para o padre, era a violência dos pistoleiros contra os posseiros. Era a primeira coisa que vinha! Era a violência, “o jagunço não quer que eu plante, o jagunço não quer que eu construa a minha casa, o jagunço não quer... agora eu tenho que pagar aluguel, pra mim fazer eu tenho que ter uma autorização, não posso sair e fazer o dia que eu quero, eu não posso mais ter tais animais e outros eu tenho que pagar aluguel, não pode-se tirar mais erva-mate, eu tou empobrecido! Não tenho mais condições!” então foi essa reclamação toda assim pra cima da [cita o nome da associação], a maior coisa assim que veio, aquela bomba pra cima de nós. E aí nós “bom, então, [cita o nome da associação] vai incentivar a criação de um movimento” pra eles próprios se organizar, aí nós fundamos o Movimento dos Posseiros, dentro da [cita o nome da associação]. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

A organização do Movimento dos Posseiros ocorreu apenas em 1992, ou seja, depois de seis anos de trabalho nas comunidades junto às famílias. De acordo com Pedro estes seis anos foram de tentativas de “*encontrar o fio da meada*”. Relata que no início as pessoas tinham medo de participar e se opor à empresa. Aponta que uma das ações iniciais e mais importantes foi a permanência dos moradores na terra, apesar das pressões e ameaças realizadas pelos guardas. Essa permanência, entendida como tática de resistência, estava atrelada tanto à

necessidade de sobreviver quanto se manter futuramente no local. Ações que já estavam sendo realizadas a partir de orientações e apoio, como veremos no relato de Pedro.

**Pesquisadora: e qual o sentido dessa resistência?**

Pedro: o sentido era pra brigar pra não ser despejado! Porque daí restou assim, ó... já perdemos toda a maneira de fazer o dinheiro, de ter o recurso, perdemos a erva-mate, perdemos todo o nosso rebanho, o lugar pra ter né? (...) Aí nós, quando esgotou tudo isso, aí não teve mais jeito! Ou a gente se organiza e resiste e vai pra peleia e coloca o Estado, ou vamos embora tudo (...) então o pessoal já fez isso sabendo que nós já tinha apoio...(...). Então, o pessoal começou a criar coragem pra fazer esse enfrentamento. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Em relação às influências das formações e orientações, notamos que Pedro já faz a análise da situação e aponta a necessidade de inserir o Estado nas disputas. Junto às orientações para a ação, aponta a coragem para o enfrentamento relacionada à percepção de que estavam recebendo apoio, entendido aqui como um dos motivos da ação, mobilizador de energia psíquica (unidade cognitivo e emoção) para realizar o enfrentamento. Inter-relações que ficarão ainda mais evidentes no próximo relato de Pedro.

Neste processo, já estavam contribuindo a Pastoral Rural Regional, ligada aos grupos “progressistas” da igreja católica, o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores, Fundação RURECO<sup>20</sup>, que atuava na região e tinha relação com as Pastorais politicamente ativas, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A relação com estas diferentes pessoas, grupos, instituições e movimentos foi um fator determinante para a organização das famílias, comunidade e coletivos da região.

**Pesquisadora: O que motivou vocês a iniciar a organização nas comunidades?**

Pedro: Esperança, esperança... assim, ó... é que nem eu falei pra você, nós começamos a fazer um trabalho de base, o movimento começou a fazer um trabalho de base explicando um pouco os direitos, né? nós já estava bonzinho, nós já tinha recebido bastante informação da Pastoral da Terra, principalmente. E para a comunidade, assim, nós criamos grupos, né? nós criamos grupos. A comunidade tá em um grupo de tantas famílias... e daí cadastramos tudo em um movimento, tinha 18 grupos, e aí nós começamos a dar formação pra esse povo lá na comunidade mesmo, sobre os nossos direitos. Direito à terra, direito à moradia, direito a... e que o Estado tem que resolver o nosso caso. Daí nós passamos a tratar assim, que o nosso problema não é com o [cita o nome do proprietário da empresa], o nosso problema tem que

---

<sup>20</sup> Organização Não-Governamental fundada em 1986, a partir da iniciativa de Sindicatos e Associações de trabalhadores rurais do Centro-Oeste do Paraná e com o apoio de entidades da Igreja Católica. Seu objetivo principal é prestar assessoria aos trabalhadores rurais, em especial acerca de temas como: associativismo, organização da produção, beneficiamento, formação, capacitação e organização

ser com o Estado, o Estado tem que resolver o nosso problema. Porque é direito, nós somos gente! Nós somos trabalhador, nós não somos bandidos! E aí começamos a dizer assim ‘Olha, vamos reagir, vamos se manter na área’, daí começou, daí nós já tinha advogado pra nos defender, nunca tivemos, né? já temos advogados, já contestou aquelas ações. Daí a gente criou um movimento muito forte e daí começou a vir gente grande a se unir com nós, gente da igreja, gente da política, na época o PT já começou a crescer na região, e já elegemos bancadas de deputados, alguns lugares já tinha vereador, e aí começamos a... o [cita o nome da cidade] virou um ponto das atenções desse povo, sabe? Por causa dessa violência. Isso reforçou muito nós, sabe? Assim, a gente se animou com esse apoio, assim, sabe? Porque aí nós estava forte, nós vimos que nós tinha apoio, nós não estava mais sozinho.(...) Então, o que fez a gente ter essa força, essa motivação foi esse apoio que tivemos e nós nunca tivemos antes. (...) Não tinha, então se entregamos, dominaram. Mas quando surgiu CUT, surgiu Pastoral Rural, surgiu PT, surgiu padres militando com nós, mesmo, sabe? Declaradamente! Aí, opa! Aí fomos buscar formação e conhecimento e isso ia motivando a gente. (...) Acho assim, **a luta, a formação e ir dividindo isso com o povo**. Por que gente levou isso, esse conhecimento não ficou comigo, ele foi lá para os companheiros. (...) Agora, porque despertou? O pessoal aprendeu que é assim, chega de baixar a cabeça! Chega de baixar a cabeça, porque agora nós temos a quem recorrer! Então isso ia motivando a gente. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Ressaltamos que a atuação na organização das comunidades ocorreu em um momento em que Pedro já havia vivenciado relações, formações, práticas e diálogos que produziram outras necessidades, motivos e sentidos que aqui se relacionam com ter esperança. Ou seja, nesse momento e contexto Pedro já expressa outra **atribuição de sentido** da situação vivida (*esperança*) e que se difere da vivência anterior de “*estarem dominados*”. Afinal, como ele mesmo relata, neste período já havia passado por formação política mediada pela Pastoral da Terra. De acordo com ele: “*nós já tinha recebido bastante informação*”.

Juntamente com o apoio e orientações de outras pessoas, especialmente do amigo padre, que apesar de não ser citado, é orientador do processo e uma influência significativa para Pedro e para a organização dos moradores e das comunidades em grupos. Os grupos e o movimento foram planejados como instrumentos para efetivar os processos de formação e prática política, ou “*compartilhar os conhecimentos*” e criar as condições para produzir os enfrentamentos, agora visto como necessários. A partir do relato, podemos visualizar como a organização externa do contexto e das relações é realizada e possibilita a internalização das informações e orientações e media outras formas de se relacionar com a situação vivida. Um exemplo é a mudança na maneira de fazer os enfrentamentos, outrora realizado de forma direta, contra os guardas e a madeireira, e que passa a ser realizada e orientada a partir de outros sentidos, necessidades, significados e conceitos, tais como: sociedade civil, direitos, trabalhador e Estado. Novos nexos e relações que passaram a mediar de forma mais complexa a relação com

a situação vivida e o planejamento e direcionamento das práticas e ações. Junto, dialeticamente, foram se fortalecendo e sendo fortalecidos pelas mudanças produzidas no contexto, a partir da ação ativa dos sujeitos e do apoio de profissionais, instituições, movimentos e partidos.

Além disso, nos parece relevante a relação que Pedro vai desenvolvendo com a própria atividade de organização das comunidades, militância, luta. Se inicialmente ela é realizada a partir da influência do amigo padre e de outras pessoas que ele chama de companheiros, aos poucos passará a ter sentido nela mesma e na construção e troca que possibilita. Todo seu relato indica o quanto a relação de apoio e solidariedade com os outros fortalece e torna mais complexa a relação com o contexto e com a atividade organizativa/luta. Assim, se no início os sentidos, motivos, necessidades eram externos, com a participação e atuação nos processos de formação e organização política passará a ter sentido nela mesma. Processo que ocorrerá de forma gradativa e que neste momento e contexto apresenta seus primeiros indícios. *“Mas quando surgiu CUT, surgiu Pastoral Rural, surgiu PT, surgiu padres militando com nós, mesmo, sabe? Declaradamente! Aí, opa! Aí fomos buscar formação e conhecimento e isso ia motivando a gente. (...) Acho assim, a luta, a formação e ir dividindo isso com o povo.”*

A compreensão sobre a necessidade de articular os processos de organização à formação educativa e política nos parece ser um dos pontos centrais para o avanço das experiências. A começar pela vivência de Pedro que unirá organização e formação no decorrer de sua vida e influenciará no desenvolvimento destas atividades nas comunidades. O próprio nos explica: *“o pouco conhecimento que eu tenho, eu busquei nesse tiroteio, sabe? Era militando, fazendo a luta, enfrentando tudo isso e buscando conhecimento, buscando formação”*.

Este processo também aponta ao que Bozhovich (1982) apresentou sobre a transformação das necessidades básicas para a que ela nomeou como necessidades espirituais, ou seja, que não estão atreladas diretamente a sobrevivência. Aponta que não é o estado de insatisfação, a necessidade de livrar-se de algo negativo ou se adaptar a determinada situação que mobiliza a transformação de um tipo de necessidade para outro. Pelo contrário, identifica no desejo de conhecer e superar o que está posto como a base do princípio de satisfação e a força motriz para a mudança. Unido a isso, é necessário a existir impressões exteriores que permitiam o sujeito qualificar o resultado da atividade a emoções positivas, ou melhor vivências agradáveis. Apontamos essa definição por compreendermos que é este o processo que está sendo relatado e analisado em Pedro, sendo a “esperança” como uma avaliação positiva sobre a possibilidade de mudança.

Desta forma, identificamos, a partir da história e vivência de Pedro, o processo de surgimento da necessidade qualitativamente nova, ou seja, na forma psíquica em que o sujeito

não atua pela falta de algo, mas sim por aspiração a uma vivência, assimilação ou ganho de algo não apenas material e/ou concreto. No caso analisado, nota-se a aprendizagem, o compartilhar conhecimentos e buscar melhores condições de vida para si e para os outros como necessidade que se transformam em motivos de sua ação. Junto a isso, apoiados em Bozhovich (1982), ressaltamos que essa transformação qualitativa das necessidades, nomeada de espirituais, é o ponto central da mobilização interna para a atividade e a busca do desenvolvimento da própria personalidade.

Essa complexa e dialética dinâmica entre ação, formação, planejamento e organização para resolver os problemas reais da vida dos homens e mulheres - e construir perspectivas em comum a partir das necessidades das maiorias populares, povo, classe camponesa e trabalhadora - é o que nossos pensadores nos ensinaram e defenderam. Fazer que deve atrelar a educação, a realidade e as necessidades da vida dos sujeitos, sendo assim capaz de produzir transformações nos próprios sujeitos e em sua realidade, sendo a única via possível para criar mais vontade e desejo por aprender (Paulo Freire, 1984; Ignacio Martín-Baró, 1986; Álvaro Vieira Pinto 1994; 1960a, Darcy Ribeiro, 1995).

Pedro: Outro dado interessante, que não é interessante, mas foi o que aconteceu, né? foi feita uma pesquisa uma época, nós posseiros, tinha 80% dos posseiros, na época da dominação, eram analfabetos. Então, muitos contratos daqueles que eram assinados, ninguém sabia ler, né? não sabia quem estava assinando. Então, foi muita maracutaia. Ae nós fizemos um projeto de educação de adultos, nós alfabetizamos quase todos os posseiros, nós criamos um projeto em parceria com o governo do estado, o Requião pra resolver esse problema do analfabetismo dentro dos posseiros. Posseiro que não sabia nem pegar em uma caneta, assinar o nome, desenhar, sabe ler.

**Pesquisadora: E vocês perceberam mudanças depois da alfabetização?**

Pedro: Mais a formação das pessoas mesmo, porque a maior formação não é através da escrita, pelo menos foi onde eu vi! A mudança se deu através da formação do conhecimento do seu direito. De como... porque tem que lutar, não vamos esperar que vai se resolver isso pela vontade do governo ou de alguém, nós vamos ter que lutar pra fazer essa mudança. E esse conhecimento nós buscamos e passamos pra eles e eles também e aí cresceu tudo junto, o PT junto com essa organização. (...) Mas assim, a alfabetização, ela ajudou, mas acho que ela não ajudou assim pra buscar muito... esse conhecimento foi na luta mesmo, buscando conhecimento através de cursos, de formação mesmo! Mas ela ajudou também pra que no conteúdo das aulas, que era interligado, sabe? O projeto era ferramenta da luta! (...) era a ferramenta do movimento aquele projeto! Lideranças que liberavam 100% do seu tempo e recebia aquela ajuda de custo pra militar, então ajudou muito, sabe? E o educador não era... tinha que ser do movimento! Era chamado pra receber a formação pra alfabetizar pessoas lá da comunidade, lá indicado dos posseiros mesmo. O critério era ser posseiro pra ser alfabetizador, era o critério. Não era pegado uma professora de uma cidade pra ir dar aula de alfabetização pra eles, não! Veio umas pedagoga indicada da CUT aí para o (cita o nome da cidade), mas pra desenvolver o projeto nessa linha, né? o projeto era ferramenta de luta!

Então, essa coisa de formar pra escrita, isso é mais para o jovem, mas para os adultos não era muito, era pra ferramenta de luta mesmo. (Entrevista concedida em 15/01/2018).

Como já destacamos, essa compreensão expressa por Pedro está presente em nossos teóricos e pensadores desde que a colonização se impôs sobre nós. Desde Simón Rodríguez (1771; 1854) que defendia e realizava uma educação social em que os conhecimentos devem estar unidos à prática, em que é preciso aprender fazendo, sem dicotomizar pensamento e ação. Compreendia que esta dicotomização servia para outra dicotomia social de dominação, baseada nas classes que pensam e nas que trabalham com as mãos. Assim, defendia uma pedagogia crítica e que se preocupava com uma educação para a vida. Nela o desenvolvimento do pensamento é exercitado a partir de um sentido para quem aprende, um por quê e um para que aprender. Assim, a educação tem por objetivo formar uma sociedade inteligente, capaz de pensar por si mesma e em que os sujeitos compreendam o espaço geográfico, histórico e político em que estão inseridos. Compreensão que pode criar as condições para tornar o sujeito condutor de sua própria vida e história, pessoal e coletiva (RODRÍGUEZ, 1990; 2008; TAVARES, 2013). Ao apontar a função da educação, Rodríguez (2008) defende:

(...) aptitudes que inicien un arte de vivir y concurran a fundar civilización social con la participación de todos. Nadie debe ser rechazado, nadie debe quedar excluido. La educación, que alcanzará al conjunto, se ocupará de que los conocimientos, que son «propiedad pública», difundan fuerza suficiente para que la historia sea obra común, sin violentar a la naturaleza, sin oprimir a la razón, sin desfigurar los posibles destinos personales y colectivos. (...) El arte personal de vivir comienza en saberle una función a las manos y esa función integra al muchacho, con su propia representación útil, en la comunidad, pues «con acumular conocimientos, extraños al arte de vivir, nada se ha hecho para formar la conducta social». Los conocimientos dotarán de sentidos a la vida personal y la habilitarán para compartir, en planos de justicia y decoro, la vida social del universo latinoamericano, que es plural en términos raciales y debe concertar su unidad en objetivos sociales (RODRÍGUEZ, 2008, p. 28-29).

Nesta mesma perspectiva se situa o pensamento de Álvaro Viera Pinto (1994; 1960a) que denuncia que a educação não deve ser baseada apenas na transmissão de conteúdo, assim como o conteúdo não é apenas uma disciplina a ser ministrada. Defende que o professor, o aluno, as condições sociais destes sujeitos, o local e as condições da realidade onde a escola está inserida, a acessibilidade ao material didático e o conteúdo a ser trabalhado, devem formar a unidade que é o processo educativo. A partir desta compreensão, o autor apontará a necessidade de superar a consciência ingênua, como aquela que “não tem consciência dos

fatores e condições que a determinam” para a consciência crítica “que tem clara consciência dos fatores e condições que a determinam” (VIEIRA PINTO, 1960a, p. 83).

Esta seria a essência do processo educativo e pedagógico e que está relacionado ao seu caráter social, pois media a concretização de um movimento transformador do ser humano e da realidade em que ele vive. Com isso, o autor atrela a necessidade de uma concepção pedagógica nacional, alicerçada na consciência crítica, como força motriz do processo de aprendizagem, para assim, criar as condições para as necessárias mudanças de concepção de mundo e de si. “Não se trata apenas de conseguir a modificação da consciência que a faça uma força ávida de apropriar-se do conhecimento existente” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 362), é necessário que esse conhecimento incorporado se transforme e comece a agir em prol da transformação.

Mudanças que se iniciam, como já destacado, a partir do contexto onde o sujeito vive e que é possível de ser transformado por meio de suas ações conscientes, seja o mundo do trabalho, mundo cultural, mundo educativo etc. Isso pois, “o mundo, de onde deriva a produção e ao qual o trabalho humano se dirige com procedimentos novos, é agora outro, deve ser pensado em conceitos adequados à situação inédita [...] pensando o mundo onde vivem e dando origem ao projeto alterá-lo” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 12-18). Este pensamento influenciará Paulo Freire e a defesa pela educação popular, em que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68).

É a partir destas aproximações teóricas, que explicaram os processos educativos, que compreendemos que se desenvolveram as práticas organizativas e educacionais nas comunidades pesquisadas. Aproximações que não se dão determinantemente pela leitura destes autores, mas por explicarem os determinantes e nexos do movimento real e pelos sujeitos - por meio das práticas, formações, observações, diálogos - compreenderem esse movimento e organizarem processos adequados ao desenvolvimento de si, do outro e do coletivo.

Neste sentido, compreendemos que não é por acaso que as formas de luta e organização popular tenham se intensificado e diferenciado neste município. Como elementos constitutivos pode-se considerar o acumulado de vivências e experiências baseadas nos costumes e tradições de uso comum, o acirramento e degradação das condições objetivas e subjetivas causadas pela lógica de exploração privatizada imposta pelo capital e em acordo com as instituições do Estado, e as relações, atividades e comunicação experienciadas e atribuídas de sentido a partir da organização em grupos e movimentos populares.

E foi depois de anos de organização política e educativa que iniciaram as primeiras ocupações de terra para a retomada das áreas que as famílias viviam, foram expulsas e agora

atuam para retomá-las. Assim, se desenvolveu uma nova forma de fazer resistência e luta pela terra, que une a ação nas ocupações, que buscam devolver a terra para as famílias, e a ação no Estado para resolver as questões jurídicas.

A partir deste contexto, destacaremos outros pontos que são mais gerais e que, estão, contudo, relacionados à ausência das discussões sobre o uso comum do território. Isso se evidencia pela forma como as famílias foram assentadas, cada uma com dez alqueires separados, como era comumente realizado pelo MST. Assim, a discussão sobre o uso coletivo das terras ainda não era uma questão explícita ou que orientava as reivindicações e lutas das famílias e movimentos, apesar da grande maioria das pessoas envolvidas nas organizações terem vivido a maior parte de sua vida em território de uso comum.

Utilizaremos parte da entrevista realizada por Youb (2011) com um dos posseiros que participou da organização do movimento e do assentamento das famílias. Em seu relato encontramos questionamentos sobre a forma como foi organizado o assentamento, dividido em lotes individuais.

Joaquim: Aí em 92, quando houve a reocupação de, das áreas, a gente foi convidado né, pelas pessoas daqui, porque minha esposa é filha de posseiros, nascida e criada em cima das áreas. E eles nessa área onde eu moro hoje, tenho posse, aqui tinha um criadouro, as pessoas que moravam em torno dessa área aqui, com alguns posseiros antigos que, como o meu sogro tinham uma posse antiga, respeitada (...). Então eles já moravam, eram posseiros, e eles criavam né, nessa área aqui, as pessoas que moravam em torno aqui também tinham os animais solto. E aí em 92, como houve uma definição da [cita o nome da associação], do Movimento de Posseiros, de reocupar as áreas de posse, onde de uma forma ou de outra as famílias já tinham sido excluídas de cima da área por um processo anterior do [cita o nome do dono da empresa], mais violento, de exclusão mesmo. É, foi reocupado em 92, a gente virou posseiro também, reocupou essa área onde a gente tá até hoje, com dezoito anos de posse já. (...)

**Liliana: O senhor participou dessa, desse início do Movimento dos Posseiros?**

Joaquim: Sim, participamos.

**Liliana: Como é que foi isso?**

Joaquim: É, como existia [cita o nome da comunidade] que foi o berço, [cita o nome da comunidade] e [cita o nome da comunidade], que foi o berço da organização do Movimento de Posseiros através da [cita o nome da associação] e da, da própria Igreja, da Pastoral Rural, que lutou por organizar, aí foi tirado uma comissão, um grupo, reorganizado isso, por regiões. [cita o nome da comunidade] por exemplo tinha muitos posseiros e tem até hoje. É, foi tirado lideranças locais e, aonde existia espaço as pessoas próximas foram reocupando, então como a definição de movimento é de reocupar as áreas, aí foi reocupada [cita o nome da comunidade], [cita o nome da comunidade] foi mais reocupado ainda, redistribuída entre os filhos de posseiros mesmo. É, [cita o nome da comunidade], [cita o nome da comunidade] foi reocupado mais algumas áreas que existia, [cita o nome de quatro comunidades] então foram reocupadas tudo essas áreas em 92 pelos posseiros. Aí a gente viu que

conseguiu assim é, fazer com que o [cita o nome da empresa] fizesse alguma reação, quando houve aquilo houve uma reação do [cita o nome da empresa], aí foi toda uma milícia armada que eles contrataram, a empresa entre as, os que eles diziam de segurança, com helicóptero, muitos funcionários por terra tentando ameaçar, coibir (segue relatando sobre as violências) (...). E aí eu, não sei se foi um erro, ou uma necessidade de momento que nós reocupamos as áreas de faxinal, mas não como o sistema coletivo. Nós reocupamos já cada um e dividindo né, fazendo suas divisas de respeito, e fazendo cercas entre nós mesmos. Então a partir daí nós não, houve a divisão de lotes já né, já reocupamos cada um com perímetro determinado, tanto pra esse, tanto pra aquele né. Se acertava entre os confrontantes ali e foi feita essa divisão entre nós, então um pouco dos faxinais acabou aí né, então aí que nós delimitamos o nosso espaço de cada um dentro das áreas de faxinal. Alguns optaram por abrir lavoura também, fazer roça como tem muito. Outros estão no extrativismo ainda, né. (YOUB, 2011, p. 58-59). (A omissão dos nomes das comunidades e da empresa foi feita por nós).

Infelizmente, não aprofundamos essa questão nas entrevistas realizadas com Pedro, com isso não temos as informações sobre os motivos e influências que conduziram a efetivação dos assentamentos com lotes individuais. Chama-nos a atenção pelo fato de que a maioria dos assentamentos foram realizados pelas famílias que viviam naquelas áreas, usando coletivamente o território. Um exemplo é o próprio assentamento em que Pedro foi assentado e que anteriormente era o faxinal que ele vivia. Desta história, sabemos que logo depois que foi transformado em assentamento, parte das famílias voltaram a usar as áreas de forma coletiva, outra parte permaneceu sendo usada de forma individual. E, depois de 2005, houve tentativas de retomar o uso coletivo de toda as áreas, discussões coordenadas pela Articulação Puxirão do Povos Faxinalenses, contudo a maioria das famílias não concordou e o projeto não foi efetivado.

Possivelmente a realização dos assentamentos a partir de lotes individuais, contrário ao modo de vida presente nas comunidades, foi influenciado pelo acumulado de práticas e conhecimentos das pastorais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esta organização já atuava com as lideranças do movimento dos posseiros e possuía experiências na organização das ocupações e assentamentos, inclusive nas disputas dentro do Estado, especialmente no INCRA. Junto a isso atrelo a ausência de explicações históricas e conceituais sobre os costumes e práticas presentes nas comunidades faxinalenses. Como veremos nos próximos relatos, a discussão sobre essa tradição, as diferenciações sobre a relação com a terra, os recursos naturais, o trabalho e a comunidade ainda não eram explicados, expressados e conscientes para estes sujeitos. Atrelamos a isso a ausência de discutir a possibilidade de assentamentos com uso coletivo da terra, como será realizado posteriormente. Fazemos essa análise a partir das experiências realizadas e das expressões de Pedro ao se referir às primeiras

discussões ligadas à Rede Articulação Puxirão em que diz “descobrir-se faxinalense”. Isso se dará em 2005, aproximadamente dez anos depois.

Assim, nossa hipótese explicativa é que apesar do uso comum do território estar fortemente presente na vida cotidiana dos faxinalenses em suas relações, práticas e ações que compõe a concepção pessoal de mundo, orienta a forma que realizam e dão sentido às experiências vivenciadas nestas práticas, ações e relações, a ausência de uma consciência explícita e conceitual sobre ela, sua história e princípios orientadores e as diferenças com a sociedade capitalista burguesa, impossibilitaram que estes sujeitos se relacionassem e operassem com os princípios essenciais que orientam seus costumes e tradições. Desta forma, as perdas e sofrimentos experienciados foram atrelados à terra, em si mesma, sem a mediação dos elementos que constituem e orientam suas práticas e costumes, relacionadas ao trabalho e território de uso coletivo.

Como desdobramento, as resistências, enfrentamentos e lutas para a retomada da terra, contraditoriamente, foram orientadas pelo “modelo” de outros movimentos. Estes possuíam como referências a apropriação do trabalho e da terra de forma privada, dividida, individualizada em lotes. Assim, compreendemos que o acumulado baseado nas ações, práticas, formações, discussões e organização foi essencial para ajudar a resolver o problema vivido no drama real e concreto da vida dos moradores, solucionar as questões relacionadas à própria sobrevivência. Contudo, as análises e críticas se mantiveram atreladas às determinações que envolveram a terra em si e não às explicações das contradições existentes entre capital e trabalho e as outras formas de organizar as relações de trabalho e se apropriar da natureza, como eles historicamente fizeram.

Ressaltamos que compreender estas mudanças inter-relacionais está relacionado à identificar as influências vivenciadas pelos sujeitos e que mediaram suas experiências intrapessoais, haja vista as intrínsecas relações entre às explicações dadas sobre o contexto e a relação do sujeito consigo mesmo (VYGOTSKI, 1984). Neste sentido, compreendemos que a complexificação na forma de compreender e se relacionar com a perda da terra e do território de uso comum também influenciou a maneira pela qual ela foi vivenciada intrapessoalmente. Notamos que as definições para o período de maior perda e repressão, realizadas com uso de pouca linguagem verbal e expressadas como , sentir-se “espremido”, “sem recurso”, apontam para vivências com poucas mediações e explicações.

Como hipóteses, apontamos que até aquele momento não existem elaborações explícitas, conceituais, sobre este sofrimento vivido, e ao que se refere à perda das condições de vida a partir do uso comum do território. Território que não é a terra em si, mas território

que sustenta costumes e tradições materializados em relações, práticas, ações, trabalhos e diálogos que possibilitam experiências vivenciadas de forma agradável, pois são orientadas por relações de respeito, cuidado e harmonia com a natureza e com o ser humano, como veremos nas próximas categorias. Assim, novamente insistimos na importância da continuidade dos processos de formação política e educativa que promovam a internalização do sistema de signos e instrumentos culturais. Tornando a relação com o contexto social externo e com a realidade intrapessoal com mais nexos, inter-relações, sistemas e conteúdos conceituais. Pois, somente dessa forma, poderão explicar e dar outros sentidos aos sofrimentos e perdas experienciados e defender de forma consciente sua concepção pessoal de mundo, baseadas em análises críticas das tradições e costumes faxinalenses.

Com essa análise não estamos desvalorizando a importância dos costumes e tradições como mobilizadores das resistências e lutas. Não podemos perder de vista que foi a partir e em relação com toda história anterior, vivenciada e internalizada pelos sujeitos, que o trabalho de resistência e luta foi possível. Já que nenhuma aprendizagem e desenvolvimento partem do nada ou do vazio, existe sempre um acumulado anterior (VYGOTSKI, 1984; BOZHOVICH, 1976; BEATÓN, 2005; 2017). Todavia, a defesa ativa e consciente da terra não se desenvolveu naturalmente ou espontaneamente, tendo como base somente as tradições e costumes, mas sim, a partir e em relação com ela. Desta forma, reiteramos que não estamos desvalorizando as tradições e costumes, mas identificando que neles não existiam experiências históricas relacionadas a fazer os enfrentamentos contra a apropriação privada do trabalho humano e dos bens naturais. Pois, como apontado pelos entrevistados, os acordos existentes até então permitiam o uso coletivo dos recursos naturais “(eu) pensava que todo o Brasil era assim”, “Não imaginava que alguém chegaria e diria ‘isso é meu’” (Pedro).

Assim, a compreensão sobre a necessidade de defender a sobrevivência individual e familiar, alicerçada na terra e nos bens naturais, foi aprendida e desenvolvida a partir da participação ativa em ações, reuniões, formação na relação entre duas ou mais pessoas. Foi a partir deste processo que uma consciência mais explícita, que relacionou as causas, nexos e explicações sobre a produção das experiências de sofrimento, sentidas por meio da pobreza, opressão, medo e expulsão das famílias, foi e tem sido internalizada e mediada.

Apropriações ou internalizações possíveis por experienciarem relações solidárias que foram sendo atreladas a sentidos de apoio, ajuda e aprendizagem que contribuíram na resolução dos problemas que estavam sendo enfrentados na vida real e concreta dos sujeitos. Nesta complexa dialética e histórica dinâmica entre o intrapsíquico e o inter-pessoal, estes sujeitos foram ativamente criando as condições para efetivar outras formas de enfrentamento à situação

vivida. Formas que surgiram a partir das discussões, práticas, apoio de outras pessoas e que na sua própria efetivação e resultados, mediado por outros, foram se fortalecendo e resignificando os sentidos, motivos e necessidades a elas atreladas.

Apontamos que um dos limites na análise deste processo diz respeito ao não aprofundamento, em nossa investigação, da relação entre os movimentos deste período e o que norteava suas ações. Além disso, faltou-nos compreender, por meio das lideranças destes movimentos, os motivos que orientaram as escolhas pelos assentamentos com lotes individuais contrariando os costumes e tradições faxinalenses. Contudo, ressaltamos que nossa maior preocupação nas entrevistas foi entender como as pessoas referenciadas pelos entrevistados e demais moradores da comunidade planejaram e articularam este processo. Pois, consideramos que desta forma teríamos acesso a mais indícios explicativos sobre o sentido e motivos que orientaram parte desse processo histórico e que constitui a atual geração de sujeitos faxinalenses. Entretanto, no decorrer da análise, deparamo-nos com a forte influência de outros movimentos, como o MST, nas definições do processo de resistência e organização das ocupações e assentamentos.

Por último, consideramos que este contexto e momento histórico produziram um acumulado de experiências, por meio de relações, práticas, formações, discussões, planejamentos, negociações, que foram e são fundamentais para a reorganização das formas de luta e organização comunitária. O que notamos, ao conversar com os moradores das comunidades, é que este período é lembrado como um momento diferente do anterior, pois é permeado por sentidos relacionados à luta, resistência coletiva e organizada, retaliações da empresa com mais violência e repressão, apoio e trocas com pessoas de instituições e movimentos. Esta mesma consideração é realizada na pesquisa de Ayoub (2011):

(...) grande parte das narrativas aqui trabalhadas sugerem uma distinção entre o “antes” e o “depois” do movimento [de posseiros]. Enquanto o período anterior é marcado por reações individuais ou subjugações aos desígnios da madeireira, os eventos posteriores ganham um caráter mais coletivizado de resistência. Com a organização sustentada pela Igreja Católica, os posseiros utilizaram-se amplamente de um espaço que já conheciam, que era o de sua religião, para desenhar estratégias políticas. A partir disso, sujeitos que então viviam experiências que, embora diversas, tinham como ponto de encontro a atuação da madeireira, passaram a compartilhar experiências e elaborar ações. A medida que mais e mais pessoas tomaram parte nesse lado, e passaram a publicizar denúncias e manifestações, o Movimento de Posseiros tornou-se um marco na história do conflito e da vida dos sujeitos que dele participaram (AYOUB, 2011, p. 161).

Certamente não podemos compreender este momento de forma descontextualizada e desconectada do anterior. O que buscamos é compreendê-lo como parte de um processo produzido na dinâmica histórica e contextual que se relaciona com o vivido, aprendido, praticado, acumulado e transformado na relação com o anterior, com o presente e com futuro.

Cabe-nos, mais uma vez, reafirmar a importância dos espaços de formação, compreendidos como instrumentos de luta, a realização das práticas, ações como forma de fortalecer e transformar a relação com o problema vivido pelos sujeitos. Assim, as mediações materializadas nas relações sociais entre os moradores e com pessoas, lideranças, profissionais ligados a instituições, pastorais, ONGs e movimentos populares como essenciais para as mudanças na forma de enfrentar os dramas vividos pelos sujeitos.

Apontamos que gostaríamos de ter buscado investigar os nexos e determinantes relacionados às mudanças na relação entre os proprietários e os posseiros. Pois, como apontado no início do texto, antes da chegada da madeireira os posseiros e proprietários utilizavam o território em comum para a criação dos animais, com diferenças apenas na extração da erva mate e no cultivo de alimentos nas áreas de plantar. Contudo, isso não gerava grandes diferenças entre eles ou atritos. Entretanto, a relação mudará profundamente após a institucionalização da titulação das terras e a separação das áreas privada pela madeireira.

De acordo com Pedro, as diferenças se acirraram com as ocupações e a presença mais intensa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na região. Consideramos que essas mudanças estão atreladas às diferentes formas que este momento histórico e contexto foi experienciado, a partir das necessidades e sentidos que foram produzindo. Dentre eles a permanência e a segurança que a terra possibilita, como parte do meio de produção e reprodução da vida, pode ter influenciado a maneira como os sujeitos vivenciaram a relação com a empresa, a organização dos movimentos populares e com os posseiros.

Essas questões estão relacionadas a discussões realizadas sobre o processo de colonização da América Latina e como a propriedade privada e a exploração do trabalho foram impostas sobre as populações indígenas (MAREÁTEGUI, 2010). Contudo, caberia investigar como este processo ocorreu na particularidade da região investigada, as relações, sentidos e motivos produzidos e transformados neste contexto e momento histórico.

### **6.3 A transformação das relações com o território de uso comum em instrumento de luta**

A partir dos anos dois mil ocorreram mudanças significativas no País, em especial em 2002, com o início do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No que se referem às discussões relacionadas aos sujeitos pesquisados, os anos seguintes foram marcados por debates e articulações para o desenvolvimento de políticas públicas que reconheceram outras formas de uso e titulação da terra, baseadas na memória e nas práticas tradicionais dos povos e comunidades, tais como: quilombolas, fundo de pastos, faxinalenses, fundos e fechos de pasto etc.

Uma das ações realizadas pelo governo, a partir das demandas e pressões destes grupos e seus apoiadores, foi a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). A CNPCT foi criada em 2004 com objetivo de construir ações em conjunto com os representantes da administração pública direta e de membros do setor não-governamental, preferencialmente integrantes de lideranças dos diferentes Povos e Comunidades. Entre as principais atribuições da CNPCT estavam: propor princípios e diretrizes para políticas governamentais vinculadas à temática do desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional para este público<sup>21</sup>. Espaços políticos que serão ocupados por representantes das comunidades faxinalenses, inclusive por Pedro.

Na cidade investigada, os enfrentamentos contra a empresa, as disputas jurídicas e a organização das famílias seguiram sendo realizadas. E, além das instituições, pastorais e movimentos populares já presente no município, as comunidades passam a contar com mais um coletivo, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Este teve início em Santa Catarina, a partir do acirramento das já precárias condições de vida dos camponeses, intensificadas pela seca em 1995 e pelas políticas neoliberais. O período foi marcado pela crise econômica e social na agricultura brasileira, produto da abertura neoliberal dos anos 90 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais, como instrumento de representação e luta dos camponeses brasileiros. Os objetivos centrais do movimento se voltavam para a produção e organização política das famílias, especialmente para terem condições de se manterem no

---

<sup>21</sup> Informações disponíveis em: <https://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais/comiss%C3%A3o-nacional-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-de-povos-e-comunidades-tradicionais>

campo. Confluíram para formar o MPA militantes, provindos do movimento sindical mais combativo, da Teologia da Libertação e do Partido dos Trabalhadores (MPA, 2019)<sup>22</sup>.

O interesse pelos princípios deste movimento marcará o início de sua formação no interior do município pesquisado. Entretanto, neste município, o movimento transformará seus objetivos e sua forma de atuar. Mudanças que terão como elementos centrais: a relação das lideranças com o contexto e a história das comunidades faxinalenses, as discussões, prática e formações que desenvolveram a partir da análise daquela realidade, a observação e análise crítica das experiências dos acampamentos e assentamentos com lotes individualizados.

A atuação deste movimento e as mudanças por ele produzidas, como práxis consequente, foram e são fundamentais para a reorganização e vida dos moradores e das comunidades faxinalenses. As ações do movimento aliaram a ocupação e retomada das áreas que estavam sobre o domínio da madeireira, a formação política dos sujeitos envolvidos na ocupação e a construção da perspectiva de uso coletivo do território. A partir deste processo desenvolvido pelo MPA, as famílias passaram a integrar o que hoje são as comunidades faxinalenses, foco desta pesquisa. Desta forma, compreender este processo está relacionada às descrições e explicações do que e quem influenciou a forma de se organizar, pensar e agir destes sujeitos.

O início da atuação do movimento nas comunidades de investigadas foi em 2002, período em que as lideranças realizam um levantamento sobre as demandas das famílias e comunidades e que se tornaram o espaço de atuação do movimento. Estas primeiras atividades foram chamadas de “mutirão” *“(...) a gente passou em quase todas as comunidades do município. Então o objetivo do movimento era ajudar a criar as condições para as famílias fazerem esse enfrentamento de se manterem na terra.”* (Fábio liderança do MPA). Estes trabalhos de levantamento de demandas, organização política e produtiva deram as bases para as ações, nomeadas por Fábio de *“mais radicais”*, desenvolvidas posteriormente. Como já apontamos, Fábio e Márcia foram as principais lideranças no planejamento e desenvolvimento das ações relacionadas à retomada do território de uso comum e às pessoas mais referenciadas nas entrevistas. Vale destacar que ambos são camponeses, contudo, Fábio é filho de sem-terra que teve que se transformar em trabalhador rural e depois foi assentado pelo MST. Trajetórias e acumulados de experiências pessoais, aliado ao conhecimento da região, estudo, discussões, análises e práticas serão os pontos chaves para o desenvolvimento e composição de uma complexa e rica relação com a situação camponesa da região.

---

<sup>22</sup> Informações retiradas do site do Movimento. Disponível <https://mpabrasil.org.br/historico/>

Entremeio, a este período de compreensão das demandas das comunidades das famílias realizado pelo MPA, outra forma de organização política vai sendo construída na região e chega até Pedro. Por ter se tornado referência na organização dos posseiros ele é procurado por pesquisadores que estavam realizando debates sobre os costumes e tradições faxinalenses. O período é entre 2004 - 2005 e Pedro estava atuando no assentamento onde vivia. Conta que, certo dia, chegaram em sua casa os pesquisadores que após um tempo de convivência se tornaram as referências na organização do movimento e das comunidades faxinalenses. Neste primeiro contato, Pedro foi procurado para ajudar a identificar e mobilizar os moradores das comunidades faxinalenses para participarem do primeiro encontro voltado para estes sujeitos e temática.

**Pesquisadora: Como foi esse primeiro encontro?**

Pedro: (...) ah, foi diferente né, que eles chegaram explicando quem eram e o que estavam buscando, ae disseram ‘ó, ajuda nós aí a mobilizar algumas comunidades pro Encontro’. Daí eles pediram pra mim nominar umas comunidades e eu entreguei, eu falei ‘ó, tem tal comunidade...’, ‘então, vamos lá! Marca umas reuniões’. Marquei umas reuniões, daí eles já tinham material, já tinha um vídeo feito, um dvdzinho de algumas coisas, convidando pro Encontro... tinha algumas entrevistas de faxinalenses, uma série de coisas que eles prepararam pro Encontro. (...) Aí ele [cita o nome do pesquisador] fazia um resgate histórico e batia tudo! Nossa, a comunidade voltava no tempo, sabe? E aí comparado hoje lá atrás, hoje tá muito melhor. Mas aí, ‘o que vocês acham de a gente ir pra um encontro e tal? Fazer junto isso com mais gente do Paraná? Tentar achar uma saída pra essa dificuldade toda que foi criada...’ aí viemos pro Encontro. Do meu município nós viemos em um ônibus. Era três comunidade no ônibus. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

O encontro citado foi o primeiro que reuniu os faxinalenses e as outras comunidades tradicionais do Paraná. Ocorreu na cidade de Irati, no decorrer de três dias do mês de abril de 2005 e foi coordenado por um grupo de pesquisadores que vinha discutindo essa temática. No encontro também estavam presentes pesquisadores da Amazônia que vinham desenvolvendo trabalhos com os povos daquela região. Os trabalhos tinham como principal objetivo realizar um mapeamento das comunidades e construir o autorreconhecimento social destes sujeitos. Processo que estava baseado na metodologia da Nova Cartografia Social dos Povos da Amazônia e que era utilizada para dar visibilidade aos grupos e reivindicar a titulação dos territórios como sustentáveis e coletivos.

Estes foram os primeiros espaços da construção do que passou a ser chamada de “identidade faxinalense”. Pedro relata as dificuldades e estranhamentos gerados pelas discussões do encontro. *“Dae lá nós fomos nos descobrir como faxinalenses. Aí deu uma*

*confusão daquelas brabas na minha própria cabeça. 'Pô, faxinalense? Eu nunca ouvi falar nisso...'. ”. Pedro conta as alterações nas denominações que significavam a atividade camponesa, mudanças definidas a partir das relações estabelecidas com as instituições, formações e movimentos populares.*

Pedro: (...) Por que pense bem, lá atrás era lavrador, bem lá atrás! Quando eu era criança, era lavrador. Lavrador, pequeno agricultor, daí, de repente, trabalhador rural, depois camponês, depois agricultor familiar e, por fim, faxinalense. E aí na caminhada toda nós fomos descobrir que faxinalense é uma identidade, não é uma profissão. Aí, entre identidade e profissão eu não domino muito, né? mas é fácil de saber. Bom, em 2005, daí as universidades, algumas ONGs, professores, técnicos, acadêmicos, já sabendo dessa questão dos faxinalenses do Paraná, tinha algumas teses, alguns estudos. Aí esse povo, resolveu eles criar um grupo pra fazer discussão em cima desse tema, dos faxinais do Paraná. E aí eles criaram a tal da Rede Faxinal, era esse o nome, eles criaram um grupo. E desse grupo que veio a organização do encontro. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

Relata que alguns desses pesquisadores também eram envolvidos com a Pastoral da Terra. Influências que estarão presentes em todo processo de organização e desenvolvimento dos trabalhos nestas comunidades. Em alguma medida, entendemos que a organização do encontro e a mobilização dos moradores já é expressão destas diferenças na maneira de se relacionar com a construção do conhecimento e relação com a prática coletiva. Sobre o encontro, estavam presentes moradores de diferentes municípios e comunidades (Irati, Rio Azul, Rebouças, Mallet, São Matheus do Sul, Prudentópolis, Turvo, Boaventura do São Roque, Pinhão), somando aproximadamente 200 camponeses faxinalenses.

**Pesquisadora: Como você se sentiu no encontro?**

Pedro: Eu fiquei muito perdido, bastante, sabe? muito perdido, porque eu não dominava o tema, eu só entendia dos movimentos. Lutas fundiária e agrária eu entendia, mas esse de faxinalense e tal, pra mim tava muito estranha aquela discussão ali... e não era só pra mim, pra todo mundo que tava ali. Quem tava dominando, mais ou menos, era o pessoal que puxou, os pesquisadores. Mas enfim, daí tinha participação de outros movimentos também, que já tinham experiências em algumas luta e tal. Mas, assim, da minha parte eu me senti muito estranho e perdido.

**Pesquisadora: você pode me explicar como era esse sentir-se estranho e perdido?**

Pedro: mas você veja, até então, até aquele momento nós não tinha ouvido falar daquelas discussão, não tinha se encontrado, não conhecia os outros povos do Paraná. (...) E daí de lá que nós passamos a encontrar e de lá saímos com os primeiros objetivos, que era nos conhecer e ver o que nós temos em comum na atuação como povo tradicional, o que nós fazemos parecido um com o outro. Então de certo que era por a gente não saber, não conhecer né? Mas com o tempo essa participação foi fortalecendo. Fortaleceu muito, abriu

muito a minha mente, assim... então até aquele momento a gente não tinha a noção dessas coisas, não tinha alcance né?

**Pesquisadora: A participação nestes espaços influenciou você?**

Pedro: Mas demais, demais! Vou falar que antes, até então, tinha ouvido falar só de índio. E do jeito que meus avós, meus pais e meus vizinhos falavam dos índios era feio, né? [risos]. Não é gente, é não sei quê... a gente ouvia falar do índio desse jeito. Aí nas regiões de matriz africana é que já dava um outro nome... bom, daí é que eu fiquei conhecendo essas outras culturas. Ae quando a APF me indicou... a Rede Faxinal conquistou uma vaga na comissão nacional para os faxinalenses. E lá é que eu fui conhecer, daí que eu fui ver “mas quem é povo tradicional?” daí que eu fui ver as religiões de matriz africana e o povo, como é que eles diz... da... tem outro dizer lá pra cima, é o povo... aqui no Paraná é religião de matriz africana, mas lá pra cima é outro nome... como é que é? lá na Bahia...

**Pesquisadora: Terreiros?**

Pedro: Terreiros, isso! Povos de Terreiros! E eu aprendi em casa que terreiro, essa coisa aí, é tudo do diabo! Eu me assustei! Terreiro, esse povo aí? Eu pensei em casa, esse povo não é de Deus... índio não é gente, esse povo não é de Deus, tudo que faz tá errado... eu aprendi isso em casa, né? que negro... tudo que negro faz tá errado! Foi assim... daí comecei a observar mais, comecei a conviver com eles e comecei a perguntar, né? daí comecei a entender. Daí, da segunda em diante, eu fui perceber que boa parte daqueles povos que estavam lá no nacional estão no Paraná. Então essas coisas foram mudando a gente (...) Outra coisa é que eu fui criado na igreja católica, mas só me abriu assim a cabeça que a gente tem que respeitar essas diferenças porque a gente não pode julgar ninguém, né? se tá certo ou tá errado, né? quando eu comecei de participar da comissão e conviver com esses outros povos (...) daí eu fui entender que o índio tem o seu jeito porque... não tá escrito que ele tem que ser obrigado a seguir a minha religião. Onde é que tá escrito que só a minha tá certa? Onde é que tá escrito que só a do “Saravá” tá certa? Então, cada um segue a sua! É claro que tem algumas coisas básicas que nós pegamos hoje que é a base do evangelho, e nós na APF trabalhamos muito isso, com tudo iluminado à luz do evangelho. (...) Mas daí o que eu vi é que tem muitas etnias que também têm como princípio nas sua crença a justiça social. Pra mim é ponto que me baliza assim na fé em Deus, é a justiça social pra construir o projeto social humano por dentro da proposta que Deus tem, né? pra humanidade... Então essas coisas eu aprendi lá nas época que eu militava nas pastorais e daí um monte de coisa que eu aprendi lá na pastoral, hoje a gente tá confrontando com o que a gente faz na prática, tá ajudando. Então quando você me pergunta o que influenciou posso dizer que assim, em tudo fui influenciado, pela convivência né? aprendendo, ouvindo, vendo, mas que dae a gente vai vendo na prática mesmo. Mas isso que eu tô contado é agora, que naquela época eu ainda andava assustado com as coisas [risos]. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

Destacamos os dois pontos importantes para nossas análises. O primeiro se refere à relação com outros povos e culturas, presente no Paraná e no Brasil e que produziram o questionamento sobre preconceitos hegemônicos. Crenças que vão sendo revistas e transformadas, ampliando e complexificando a relação de Pedro com a história do país, dos povos e comunidades tradicionais e com sua própria história. O segundo diz respeito à

politização crítica e a religião, relacionando o projeto de Deus à justiça social e identificando este mesmo projeto e horizonte em outras religiões, etnias, crenças. Historicização e politização a partir da interlocução com outras expressões religiosas, em que o eixo central é a justiça social que se constrói na prática.

Novamente, nas palavras de Pedro: *“Pra mim é ponto que me baliza assim na fé em Deus, é a justiça social pra construir o projeto social humano por dentro da proposta que Deus tem, né? pra humanidade... Então essas coisas eu aprendi lá nas época que eu militava nas pastorais (...) hoje a gente tá confrontando com o que a gente faz na prática, tá ajudando.”* Entendemos que essa análise do movimento da realidade é parte deste processo de experiências, relações, vivências, sentidos, significados, necessidade que se complexificaram. Eles foram sendo explicitados e elaborados em relação com um projeto em comum e que teve e tem como mobilizador a práxis. Chamamos a atenção para a interlocução crítica e política de Pedro com a religiosidade pelo fato de esta ser uma das características presentes nos entrevistados e que estão atreladas às orientações, explicações e análises de Pedro. Mediadores que são utilizados para, a partir das referências conhecidas, atribuir outros sentidos às causas das injustiças sociais e a necessidade de organizar outra forma de se relacionar com as pessoas e com a natureza.

Como notamos, do desconhecimento das comunidades e povos tradicionais existentes no Paraná, Pedro e os demais moradores das comunidades passaram a obter mais informações sobre a própria história e em relação com outros povos e comunidades. Assim, a partir do encontro e das trocas efetivadas e orientadas no decorrer dos dois dias, acordou-se sobre a necessidade de organizar os moradores dos faxinais, agora nominados de faxinalenses, em um movimento social que nominou-se Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). Para isso, constituiu-se uma comissão provisória em que Pedro foi integrado, *“aí fomos pra base, organizar o movimento e criamos a APF com 10 comunidades”*. A partir da organização do movimento a APF passou a travar as disputas por dentro do Estado, em nível estadual e federal. Em nível Estadual uma das conquistas foi a Lei Estadual 15.673/2007, que trata do reconhecimento da identidade faxinalense e dos acordos comunitários<sup>23</sup>. *“Aí nós levamos adiante essa política de criação de assessoramentos jurídicos, propondo também leis municipais, temos hoje seis leis municipais aprovadas em alguns municípios”*. Estas leis são as que, juntamente com a ARESUR, tem dado suporte para as comunidades realizarem a titulação coletiva das áreas e recurso financeiro para a manutenção de algumas estruturas, como barracão para a associação, cercas etc.

---

<sup>23</sup> Para consultar a lei acessar: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/LEI\\_FAXINAIS\\_15673\\_2007.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/LEI_FAXINAIS_15673_2007.pdf)

Pedro: Nós conseguimos fazer algumas parcerias em alguns departamentos do Estado, assim, boas, né? deu alguns resultados. E daí, uma das políticas públicas que nós apresentamos, assim... quando nós colocamos o Estado na parada, o movimento apresentou uma proposta de lei estadual, nós apresentamos na Assembléia Legislativa uma proposta de se aprovar uma lei que reconhecesse os faxinalenses e os seus costumes. E aí articulamos em alguns gabinetes de alguns deputados, que tinham mais sensibilidade pra causa e apresentamos uma proposta, um texto, né? assessorado pelo professor e bem negociado ali, conseguimos aprovar essa lei em 2007. Em 2007 nós aprovamos a Lei Estadual 15.673, que reconhece os faxinalenses e os seus acordos internos, seus costumes. Aí nós levamos a diante essa política de criação de assessoramentos jurídicos, propondo também leis municipais, temos hoje seis leis municipais aprovadas em alguns municípios. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

A partir destas articulações, os moradores passaram a participar de espaços de formação que mediarão a construção da identificação com o “ser faxinalense”. Nestes espaços se discutia a história das comunidades, os acordos e a organização dos moradores. Esse processo envolveu oficinas, relacionadas à Nova Cartografia Social, Operadores de Direitos e orientações para a discussão dos acordos comunitários e a organização de uma associação na comunidade. A associação se tornou o espaço em que os acordos passaram a ser discutidos de forma explícita, dialogados e registrados em ata e no cartório. Procedimento relacionado às exigências para o reconhecimento do território como área de ARESUR.

Os trabalhos de resgate da história sobre a formação da comunidade, discussão e definição coletiva dos acordos comunitários contribuíram significativamente para a internalização das práticas históricas e cotidianas, mediados pelas relações, informações e orientações, faladas e escritas. Como aponta Baró (2017, p.198) a “consciência sobre as raízes históricas sobre todos os fatos e condições que configuram sua realidade poderão se situar em uma perspectiva adequada para avaliar sua própria identidade”.

Dentre as mudanças realizadas a partir destes debates, Rosa cita a revisão dos acordos de uso do território. Mudanças influenciadas tanto pelos costumes e tradições quanto pelas perdas das áreas de uso comum após a intervenção da madeireira. Experiências que passaram a ser mediadas por discussões coletivas e orientadas por informações obtidas junto a relações de parceria que começaram a ser desenvolvidas.

**Pesquisadora: O que motivou vocês fazerem essas mudanças [nos acordos]?**

Rosa: Antigamente já era assim, mas quando foi individualizando foi se perdendo. Mas dae com a ARESUR o que tinha continuou [famílias que possuem áreas de extrativismo] e o que não tinha agora tem.

**Pesquisadora: O que influenciou vocês a fazer essas mudanças?**

Rosa: ah, mas é pras famílias ter uma vida melhor. Você que não podia tirar a erva mate, pinhão tinha que sair pra ir trabalhar fora e conseguir um recursinho, hoje já melhorou. Especialmente pros jovens, né, pra eles não precisar sair. Por que veja tinha muitos que já não ia ter condições de ficar, então assim ao menos quem se interessa pode ficar.

**Pesquisadora: Como vocês chegaram nesses acordos?**

Rosa: Mas, nós fomos conversando com um, com outro. Dae o pessoal também foi ajudando a colocar aquelas áreas aqui, tudo junto. Então aumentou o espaço ne? Dae teve como nós fazer isso ae. Pra eles fica melhor e pra nós fica bom também. (Entrevista concedida em 02/06/2019).

Como já apontado, o direito ao extrativismo da erva mate estava atrelado às famílias que possuíam o título da terra e foi esse o ponto que passou a ser questionado nas discussões realizadas na associação. Discussão mediada por duas mudanças importantes: o aumento das áreas a partir da ocupação coordenada pelo MPA e a organização das famílias na associação e a atuação de outras pessoas nos diálogos sobre os acordos. Mediações que orientaram, a partir dos próprios costumes e história, a reorganização da apropriação e exploração os bens naturais. Alterações orientadas pela busca de maior igualdade entre os moradores: *“Mas dae com a ARESUR o que tinha continuou e o que não tinha agora tem”*. Para produzir condições de continuidade para as próximas gerações na comunidade: *“Especialmente pros jovens, né, pra eles não precisar sair. Por que veja tinha muitos que já não ia ter condições de ficar, então assim ao menos quem se interessa pode ficar”*. E, mais uma vez, aponta a essência do que produz as vivências agradáveis e positivas neste modo de vida, alicerçado na satisfação das necessidades de si mesmo e do Outro: *“Pra eles fica melhor e pra nós fica bom também”*.

Destaco que a mudança nestes acordos não foi algo simples e que conseguiria ser feito apenas pela comunidade. Primeiro, porque o aumento da extensão das áreas de uso comum foi fundamental, pois abriu a possibilidade de acesso destas famílias a outras áreas. Ou seja, não eram as áreas que já estavam sendo utilizadas historicamente pela família que possui o título da terra. Em segundo lugar, por instigar a necessidade de ter um espaço para dialogar, discutir os acordos e torná-los explícitos. Exercício que mediou a internalização do que era feito na prática, e que precisou ser pensado, revisto, assim como identificados os limites e possibilidades de avanço. Além disso, esses novos acordos geraram mal-estar em alguns moradores, pois moradores com uma característica em comum possuíam um pouco mais de áreas tituladas e estavam ligados diretamente às primeiras famílias que, na memória do grupo, *“iniciaram a comunidade”*.

Este mal-estar gerado pela revisão dos acordos causou certo afastamento de duas famílias da associação, contudo sem romper os vínculos comunitários. De acordo com Rosa *“o*

*peessoal tem medo desse pessoal novo que tá ae, de certo tem medo de perder as coisas, ne? São bobos, não sabem que o que a gente faz é pro bem de todos, não de um ou outro*". O pessoal novo a que Rosa se refere são as famílias que passaram a integrar o faxinal após a ocupação e que passaremos a descrever.

Como já indicado, neste mesmo período o MPA estava organizando e sendo organizado nas comunidades. Descrevemos este processo por ele ter sido determinante para a existência das áreas de uso comum das duas comunidades investigadas. Assim como proporcionou um salto de qualidade a partir da articulação entre os costumes e tradições faxinalenses e os processos de formação produzidos ativamente na luta e organização popular.

Como já foi dito anteriormente, grandes áreas foram tituladas pelos proprietários da madeireira. A maioria das famílias que nelas viviam tiveram que sair, como a de Ianá e as demais famílias que moravam no território onde hoje está localizada a comunidade. As poucas famílias que conseguiam permanecer pagavam aluguel das terras, tanto para a criação dos animais quanto para a produção dos alimentos. A comunidade de Rosa conseguiu manter parte do território de uso comum, porém a área diminuiu significativamente e muitas famílias tiveram que ir morar em outro local.

Como relatamos anteriormente, neste período e contexto, o MPA passou a fazer os mutirões e trabalho de base nas comunidades. Inicialmente as ações estavam voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, formação e organização política das famílias nas comunidades, como pode ser acompanhado na história de vida de Tereza. Com mais ou menos intensidade e influência, estas famílias já haviam participado, recebido orientações ou acompanhado o movimento dos posseiros, ou seja, já tinham vivenciado alguma relação com a organização política. Fato que se relaciona à amplitude que o conflito agrário, envolvendo a empresa e as famílias, teve no município.

No decorrer do desenvolvimento das atividades comunitárias, as lideranças do MPA perceberam que as demandas das famílias extrapolavam os objetivos do movimento. Essa análise conduzirá o desenvolvimento de ações diferentes das que vinham sendo realizadas e orientadas pelo movimento, a nível estadual e nacional (Márcia e Fábio). As lideranças entrevistadas apontam que para chegar nesta análise, sobre os limites e necessidades da atuação do movimento, foram determinantes: considerar a realidade de vida das famílias, a história e costumes das comunidades, a situação agrária do município e as políticas públicas de acesso à terra existentes naquele período.

**Pesquisadora: O que influenciou vocês a iniciarem as ocupações?**

**Fábio liderança do MPA:** Era uma necessidade do momento. Aqui já existia o movimento dos posseiros, vários grupos em várias comunidades. Existia muitos posseiros faxinalenses, mas estavam muito desanimados com a perda das terras, não acreditavam que alguma coisa poderia ser feita pra mudar aquela situação. E tinha muitas histórias ruins que as pessoas não contavam. As pessoas costumam contar só as coisas boas da vida, mas as ruins (...) a violência que acontecia com as mulheres, crianças, jovens... (choro) ...não era contada. Os jagunços não tinham limites. Era uma situação terrível, que tinha que ser enfrentada. (...) Então, toda a lógica de ocupação foi a partir dos posseiros. Primeiro foi com aquele Programa, o Banco da Terra. Começamos por ele, a pensar no programa, um grupo queria acessar o programa. Então, primeiro nós montamos um grupo de estudo, a partir de três questões: quem dali se enquadraria no programa? As áreas de (cita o nome da cidade) cabiam naquela proposta? e terceira as questões legais, ne, como fazia. Depois de estudar vimos que aquilo lá não ia dar certo, não cabia na nossa realidade. Nisso nós já tinha marcado uma reunião com a coordenadora do Programa e entregamos pra ela com uma carta protesto. Ela ficou muito braba e disse que nós estava fazendo o contrário do nosso dever, que era organizar o pessoal. Mas lá naquela carta nós apresentava os motivos que o programa não se enquadrava na nossa realidade e o que tinha que mudar. Na verdade quase ninguém conseguia acessar o programa, dae pra que serve? Nisso a gente foi se interessando mais e começou a estudar a proposta da agricultura familiar e também percebia que aquela proposta não dava certo pra nossa realidade. Não cabia aqui nas nossas condições. E outras pessoas diziam isso pra nós [cita o nome de uma das lideranças da Pastoral da Terra], ‘isso aqui não funciona’ [se referindo aos programas da agricultura familiar].

De fato o que acontecia era que as pessoas não estavam em cima das áreas, era muita gente pra pouca área. E quem tinha era uma família com 4 filhos em um pedacinho de terra. Os filhos já eram sem-terra, como iam sobreviver? E ae começamos a pensar que precisava fazer alguma coisa. Vamos ocupar! Mas ocupar o MST já tinha tentado e não conseguiram. E tinha duas coisas: o pessoal que ia pro assentamento e não ficava e um outro tanto do pessoal não foi pros assentamentos porque tinham os costumes diferentes. O pessoal que estava no movimento dos posseiros e que era as bases dessas ações era tudo antigos faxinalenses, tinham esse modo de vida. (...) Dae a gente foi entendendo que as demandas eram maiores. Inclusive a gente se perguntava se daria conta de tudo aquilo. Mas tinha que dar, ne? Não tinham outros. Ae um grupo tomou essa definição, e que sofreu por isso, por que não seguiu a cartilha da nacional [movimento MPA], mas a realidade demandava, as pessoas precisavam e a gente avaliava que tinha as condições pra dar certo. (...) Sabe que eu acho que aqui a diferença era que nós estudava, aprofundava nas temáticas, discutia entre nós. Não esgotava, claro, mas estudava antes, lia, se informava, discutia, sabe? Por isso a gente arrojou nesses processos. (Entrevista concedida em 05/03/2018).

Das observações, relações, experiências, discussões e análises sobre a história e contexto das comunidades, as (im)possibilidades institucionais e a necessidade de fazer os enfrentamentos para mudar a situação vivida começa a ser produzida, permitindo, o que chamaríamos de “um salto qualitativo” na forma de fazer a organização popular e a luta pela terra e território. Assim, a partir de 2006 as lideranças tomam a decisão de organizar as famílias para ocupar e retomar as áreas que “estavam sobre o domínio da madeireira”.

Os primeiros desafios concretos encontrados nas duas ocupações, coordenadas pelo MPA, estavam relacionados à liberação das áreas que era “cuidada” pelos guardas da madeireira que lá moravam. Além disso, as instituições públicas ligadas ao Estado e ao Município continuavam sendo braço direito da madeireira. Assim, qualquer ação que questionasse a legitimidade da propriedade das terras recebia represálias por meio de intervenções repressivas e violentas por parte destes órgãos. Neste contexto, a realização das ocupações demandava planejamento, uso de táticas de proteção e fortalecimento das pessoas/famílias envolvidas.

**Fábio liderança do MPA:** Nós ficava meses estudando as áreas. Depois que decidimos ir na do [cita o nome da comunidade] ficamos 4 meses na casa do [cita o nome de um dos posseiro que morava na área]. Ficamos em sete famílias na casa dele. Fomos entendendo a dinâmica do lugar, preparando os barracos, fazendo o enfrentamento com os jagunços que estavam lá (choro). (...) Era muito violento e nós não tinha experiência disso. (...) E desde o começo a gente foi envolvendo as famílias da comunidade, elas iam nos ajudando nos trabalho e nós usava daquilo como espaço de discussão. Como exemplo, precisa de taquara para fazer as barracas. Se reunia ali um grupo de pessoas que morava perto e que ia ajudar nós. Nós usava aquilo de pretexto para fazer um espaço de discussão, de formação no trabalho. Claro, nós precisava mesmo das taquara, mas o importante pra nós era esse envolvimento das pessoas e a discussão que permitia fazer daquela atividade uma formação. (Entrevista concedida em 05/03/2018).

Destacamos que o planejamento das atividades como espaço de formação foi algo que acompanhou todo o período do acampamento, sendo perceptível a presença de intencionalidade na forma de desenvolver as atividades produtivas, de organização e cuidado do espaço. Com base nas entrevistas de Fábio e Márcia, bem como nos relatos de Tereza, destacamos como principais características dos processos de trabalho e formação política nas ocupações a realização dos trabalhos em grupo, com objetivo de ser mais leve, animado e compartilhado, a participação e rotatividade nas diferentes funções e tarefas, com objetivo de que todos aprendessem e se desenvolvessem, conhecessem a totalidade do acampamento e se sentissem responsáveis e cuidados pelo grupo, a discussão, encaminhamento e resolução coletiva dos problemas e ações que seriam realizadas e uso comum dos recursos financeiros (coletivos e individuais), a partir das necessidades individuais e coletivas.

De acordo com as lideranças, esta forma de organizar o acampamento e o assentamento estava vinculada à busca de igualdade entre os integrantes, possível apenas pela presença do uso coletivo do trabalho e da terra. Contudo, para os integrantes da ocupação desenvolverem o desejo, vontade e interesse pelo comum, era necessário construir relações, experiências e

atividades que questionassem o individualismo e, assim, criassem as condições objetivas e subjetivas para o grupo assumir o assentamento de forma coletiva.

**Pesquisadora: Quais os motivos da proposta do acampamento e assentamento serem coletivo?**

**Fábio liderança do MPA:** Ah, o motivo era por que todos estariam na mesma condição, teriam possibilidade de ser iguais. Se um estiver passando por alguma dificuldade iria avisar e resolver juntos, aprendemos a levantar as necessidades das pessoas a gerenciar o dinheiro que entrava e saía, levantar as necessidades das pessoas, era um aprendizado, tudo era um aprendizado pra ser mais igualitário. A gente tentou avançar em todas as frentes, quem sabe isso foi um erro, mas a gente queria avançar em tudo. A gente pensava em criar a possibilidade de pessoas que estavam em outros assentamentos ir trocar experiências, nos ensinar como estavam fazendo. Mas como tudo foi acontecendo muito rápido a gente não conseguia planejar e acompanhar tudo. (...) você perguntou do uso comum. Pra nós, nós não iríamos se fosse diferente. Por isso nós tivemos dificuldade com a ocupação do MST de um ponto em diante. Porquê inicialmente eles toparam ser coletivo, mas depois não toparam mais. Então nós não topava se não fosse coletivo. Pra nós era muito importante ser coletivo.

**Pesquisadora: Qual sentido de ser coletivo?**

**Fábio liderança do MPA:** Mas é muito notório que é a questão da desigualdade. Tem um que pega um lote bom, outro um lote ruim, com água, sem água. E tem a questão da venda também, que já tinha um pessoal interessado. Então, se pega o lote é fácil, vai e vende, agora quando é coletivo como faz para vender? Lá embaixo [comunidade próxima onde vivia] tinha três assentamentos que existia essa situação que era da venda. Além disso, as áreas ocupadas eram de mato, então precisava de uma outra proposta para a produção, sem derrubar o mato, mas unir o extrativismo com outras formas de criar renda, sem precisar desmatar. (...) E no acampamento era pensado para as pessoas se envolverem. Uma das coisas bem marcantes eram os momentos da refeição que eram para conversar, a divisão dos trabalhos. Todos estavam inseridos, alguns mais comprometidos, outros menos, mas todos estavam, pois tinha uma divisão das responsabilidades. Desde fazer a ronda da segurança, ficar a noite, prestar a atenção nos barulhos. A cozinha, todos passaram. A saúde. E assim por diante. E a gente não fez uma seleção de pessoas, quem se identificava com a proposta ia. Por exemplo, tinha um senhor que tinha problema de álcool, tinha um outro que tinha matado uma pessoa aqui na cidade, tinha um cara que usava droga, tinha um cara que roubava. Então nós não tínhamos critérios rigorosos, por que nós acreditava no processo. E quem sabe tenha sido um erro, pois abrimos muitas frentes, ampliamos muito. E algumas coisas nos assustaram. Por exemplo, nós abria os espaços para levantar as demandas e dae ia tentar resolver. As roças, eram uma demanda, nós precisava comer. Nós fazia prestação de contas. Precisava melhorar nossa alimentação. Precisamos de sementes, etc. então, como era muita gente ali, tinha muito trabalho e ideia boa. E outra coisa era ir trabalhar, mas de forma animada. Por que antes a gente trabalha muito isolado, sozinho na lavoura, vai faz um pouco e parece que está arrebitado, dá uma preguiça. Agora se está em dois ou três a coisa é diferente. Se torna melhor, fica mais à vontade, animado. Se tem vontade de tomar água um vai busca, tomam juntos e um vai animando o outro para voltar. Agora se está sozinho já senta, dá um desânimo, uma cansaça. Outra, pra nós era um orgulho cumprir uma decisão que era tomada no coletivo. Nós colocava todas as nossas forças pra isso. Nós

identificava os potenciais para quem queria contribuir nos espaços de cultura, coordenar as reuniões, estudar. Só pra você ter uma ideia, nós colocamos 17 pessoas nas escolas técnicas. Mandava o pessoal para fazer estágio nas regionais e eles ficavam coordenando. E isso passou a dar visibilidade. E isso assustou um pouco. Nós lia muito... Nas noite cultural administrava as encenanças, era uma grande família. (...)

**Márcia liderança do MPA:** As noites cultural, eram cantadas as músicas do movimento. Discutidos sobre a letra delas. Todos os momentos eram de formação. O acampamento em si. Quem ia pra lavoura, tirar lenha ou qualquer outra tarefa fazia aquilo com responsabilidade e também sabia que os outros trabalhos seriam realizados. Claro que tinha muitos problemas por que a gente vive em uma sociedade que não é educado para pensar no outro, somente em si, nas suas necessidade. E quando vai para essa lógica é forçado a romper com isso, ao menos nesse período que está lá, vivendo naquele espaço. Ou ao menos dar uma abafada no individualismo, porque ou faz isso ou não consegue conviver naquele espaço. Então isso é educativo, pois te cobra uma postura direta e indiretamente que é diferente, pede reflexão. Na roda de música à noite, como o Fábio tava falando, era um momento de descontração, diversão, reflexão, de puxar algum problema, tirar um encaminhamento para o outro dia. Era um momento muito produtivo, por que as pessoas tinham trabalhado e à noite todo mundo ia lá e cantavam, riam, na época de pinhão assavam pinhão, era uma confraternização. Então aquele momento era um dos mais marcantes de relembrar, de socialização, diálogo, contar encenanças (risos). (Entrevista concedida em 05/03/2018).

O acumulado de experiência e observações sobre os costumes presentes na região, as experiências dos assentamentos divididos em lotes individuais, as condições oferecidas pela natureza, a necessidade de pensar formas alternativas de produzir unindo o uso de tecnologias e respeito à natureza e, principalmente, um projeto alternativo para o ser humano são alguns dos elementos que compõe essa rica, complexa e profunda experiência que foi a construção e o desenvolvimento do acampamento e do assentamento coletivo que se transformou em parte do Faxinal.

Não analisaremos a descrição, relato e análises de Márcia e Fábio, pois o objetivo de apresentá-los se relaciona com a busca de compreendermos como esses sujeitos - citados pelos entrevistados como pessoas que influenciaram a sua formação - planejaram e desenvolveram os processos de trabalho e formação. Contudo, não podemos deixar de apontar elementos que compõe alguns indícios explicativos sobre a importante mudança que os sujeitos que vivenciaram o acampamento produziam e mediaram em si mesmos e nos outros.

Ressaltamos que a organização do acampamento, coordenado por Fábio, Márcia e as demais lideranças do MPA, reafirmou alguns dos principais princípios desenvolvidos pelas pesquisas, sistematizações e análises críticas realizadas pela Teoria Histórico Cultural. Dentre eles, ressaltamos a importância do educador organizar de forma consciente as relações, atividades e comunicação a partir de uma concepção sobre o desenvolvimento humano que não

atrele o desenvolvimento psíquico, emocional, cognitivo e volitivo, aos processos maturacionais, espontâneos ou biológicos, mas que pelo contrário, compreenda que o social e o cultural desempenham um papel decisivo no desenvolvimento dos sujeitos. Dessa forma, os processos educativos criam as condições para que se produza a transformação e a aprendizagem que promovem o desenvolvimento psíquico, integral e pessoal (VYGOTSKI, 2001; BEATÓN, 2005; 2017). Ademais, acrescentamos uma concepção otimista sobre o desenvolvimento, a aprendizagem e transformação do homem e da mulher a partir da medição, em relação com o outro.

Outro importante aspecto desse processo – e que se relaciona com os princípios da Teoria Histórico Cultural – é a participação ativa e consciente, tanto de quem organiza e orienta os processos vivenciais, quanto dos demais integrantes. Elemento fundamental para que eles participem e se apropriem ativamente dos conteúdos, práticas, ações, orientações, signos e instrumentos culturais. Essa dinâmica dialética e complexa é essencial para produzir experiências mediadoras de novos sentidos, motivos, necessidades e significados para que os sujeitos possam chegar a uma relação em que a própria atividade produz desejo e realização (VIGOTSKI, 2001; 1991, BEATÓN, 2005; 2107). Em grande medida, o processo vivido no acampamento pode ser explicado por essa dinâmica. Nele se tem como central a preocupação em promover a inserção e atuação ativa dos trabalhadores camponeses (acampados) nas atividades, discussões, formação, resolução dos problemas e gestão do coletivo.

(...) aprendemos a gerenciar o dinheiro que entrava e saía, levantar as necessidades das pessoas, era um aprendizado. (...) Todos estavam inseridos, alguns mais comprometidos, outros menos, mas todos estavam, pois tinha uma divisão das responsabilidades. (...) E no acampamento era pensado para as pessoas se envolverem. (...) Nós identificava os potenciais para quem queria contribuir nos espaços de cultura, coordenar as reuniões, estudar. (Entrevista concedida em 05/03/2018).

O exercício da autonomia e a independência também estavam relacionados às necessidades das famílias assumirem conscientemente o acampamento e assentamento de forma coletiva, já que as lideranças saíam da coordenação do grupo, como ocorreu um período depois. Outro ponto fundamental, já tocado na categoria anterior, diz respeito às necessidades e demandas dos sujeitos envolvidos no processo. Necessidades e demandas que possibilitam um envolvimento emocional, afetivo intrapessoal e interpessoal, neste caso conscientemente mediado e solucionado pelos outros.

Apontamos que o apoio nos interesses, motivos e necessidades dos integrantes se aliou, neste caso, a outros dois elementos fundamentais. O primeiro diz respeito às experiências de

relações expressadas pelas famílias como “*mais saudável*” e “*de confiança*” e que produziam vivências agradáveis e positivas entre as lideranças e os integrantes do acampamento e que tinham como ponto alto as noites culturais. Outro elemento fundamental é a consciência sobre a necessidade da participação em processos educativos, tanto políticos quanto técnicos, para o desenvolvimento das pessoas e do coletivo. E, atrelado a isso, a compreensão de que pelas trocas se produz aprendizagem e avanços.

Assim, pode-se considerar que a análise da realidade camponesa, a necessidade das famílias terem terra para viver e a necessidade de incidir nas disputas da região e contribuir para a formação de experiências comunitárias alicerçada em uma formação de respeito ao ser humano e à natureza, orientaram o desenvolvimento do processo que sustentou as experiências de parte dos sujeitos que hoje se denominam faxinalenses.

**Pesquisadora: Qual era o sentido de fazer o acampamento?**

Fábio liderança MPA: É o processo da luta de classes. Você se sentir inserido num processo de resistência e de transformação também, né?.. Pra que nós tenha de fato humanidade, as pessoas tenham melhores condições, bem distribuídas. Não poucos com muito e a maioria sem nada... De respeito à natureza, inclusive do ser humano que não é de ficar disputando um com outro... eu imagino. Eu acho que um pouco disso, lutar por algo que valha a pena, por um mundo justo e humano. (Entrevista concedida em 05/03/2018).

A partir da experiência vivida no acampamento, no decorrer de quatro anos, as pessoas que o integravam optaram por unir as áreas que seriam do assentamento com as áreas do faxinal. A escolha tinha como desdobramento a integração e transformação do acampamento/assentamento em território de uso comum a partir dos acordos e costumes já presentes no faxinal. Também implicaria às famílias da ocupação tornarem-se parte da comunidade e da associação faxinalense, conhecer, compreender, construir e segui-los. Vale destacar que a maioria das pessoas que estava no acampamento não conheciam a história e o modo de vida faxinalense, como relata Tereza, uma das entrevistadas que vivenciou este processo.

Tereza: (...) quando nós entramos para o movimento do MPA, daí que a gente foi ver que eles não são um movimento de ocupação de terra, é um movimento só de organização do povo para produzir alimento, e daí eles chamaram o MST pra fazer o resto da ocupação da área, pra ajudar e cadastrar os outros também que estavam acampados, pra conseguir cesta básica e coisa para o povo se manter no acampamento. Daí que o pessoal da comunidade se mobilizou também, que daí eles tinham já vivido com o pessoal do faxinal, com doze famílias ali em um pequeno trecho. Daí eles se mobilizaram também [moradores do faxinal] e vieram ver se o povo do acampamento queria se

cadastrar junto, pra pedir uma área maior [reconhecer o assentamento como ARESUR], daí... pra cadastrar uma área maior como faxinal, daí como a proposta do faxinalense é a mesma, quase... na verdade, é a mesma do MPA, que é a terra ser coletiva, né? em comum, com criador em comum, e ser tudo feito em mutirão, tipo socialismo, daí nós achamos que seria melhor se cadastrar com eles do que com o MST, porque veio o MST, né? para ajudar no acampamento, daí o projeto do MST é diferente, né? eles querem que o INCRA compre o terreno e dê pra cada um lote, e o objetivo do movimento do MPA é o mesmo do faxinalense, de ter uma terra de todos, que ninguém seja dono. Não ter um dono, todo mundo ter direitos iguais em cima e pra uso comum. Daí que nós se cadastramos com os faxinalenses e estamos até agora.

**Pesquisadora: como foi pra vocês escolherem unir as áreas com as do faxinal?**

**Tereza:** Ah, nos prosiamos entre nós, como diz o outro, discutimos né? Avaliamos os projetos e achamos que o nosso combinava mais com os faxinalense, por causa do uso comum.

**Pesquisadora: E qual é o sentido de usar de forma comum?**

Tereza: Eu acho que o sentido é de não ter um dono... porque quando você é dono de alguma coisa, é mais fácil você se desfazer dela. Porque a gente que nasceu no individualismo, que cresceu no individualismo, a gente ainda tem individualismo dentro da gente. Então, se a gente pegar, de repente, um terreno, que nem... não vou, nós mesmo aqui, se fosse nosso, que o INCRA tivesse comprado e me dado aqui, 10 alqueires, de repente eu já tivesse vendido pra frente e saído daqui. Mas como é uma área comum, né, uma área de todos, eu não posso vender. Então, eu tenho que me manter aqui, ou se eu quero sair, eu tenho que deixar para os que estão aí. Então eu acho que é uma coisa bem importante, porque a terra vira câmbio, passando de um para outro, e vai... e às vezes o sem-terra entra e volta a ser sem terra de novo e eu acho que o uso comum seja mais por isso, pra que a gente tenha um espaço maior, também, porque quando você tem só 10 alqueires fechados ali, você não pode largar a tua criação fora daqueles 10 alqueires, tem que ser ali dentro. E quando você está com uma área grande, que nem aqui, é uma área grande que você pode ter a tua criação em toda parte. Daí eu acho que é mais viável também, pode ter mais criação, a criação tem mais espaço.

**Pesquisadora: O que você influenciou essa forma de pensar sobre o uso comum?**

Tereza: Eu, na verdade, nem sei como dizer isso, porque a gente foi criado no individualismo, nasceu e se criou individualista, e na época, quando eu vim para o acampamento, eu adotei essa ideia. Daí eu não sei porque disso também, eu adotei essa ideia. Viver em sociedade, compartilhar, daí não sei dizer bem certo porquê, tem uns que não quer, né? que acha que não dá certo, às vezes tem uns que quer se aproveitar dos outros e coisa. Mas o movimento, porque daí a gente no movimento a gente está... participando, a gente se forma aqui, o socialismo, a igualdade é uma coisa boa... a gente vê que o socialismo é uma coisa boa, não é uma coisa ruim. (Entrevista concedida em 23/01/2018).

Deste trecho do depoimento de Tereza, nos ateremos a alguns pontos centrais e que ficam mais explícitos acompanhando a descrição de sua história de vida. O primeiro ponto diz respeito às experiências de Tereza antes de se aproximar e se envolver com o MPA. Apesar de ser camponesa, não havia vivenciado relações com sentido comunitário, de solidariedade e ajuda, como encontramos nas comunidades investigadas. Pode-se considerar que estas

diferenças também tenham relação com o histórico de mudanças de uma localidade para outra, as diversas experiências de trabalhos em que era explorada e sem garantia de nenhum direito, trabalhos tanto com contrato individual para empresa, quanto familiar na agricultura, como a produção de tabaco e as vivências relacionadas à exploração patriarcal exercida pelo pai.

Das principais mudanças produzidas pelas vivências no acampamento, chama-nos a atenção a significativa transformação da relação de Tereza consigo mesma, com o trabalho e com a natureza. Em relação à compreensão sobre a natureza, o processo de mudança ter sido iniciado antes da sua ida para o acampamento e mediado pelo filho mais velho e por outras pessoas e atividades que foram desenvolvidas pelo movimento. Com a inserção nestas relações, atividades e diálogos fica explícita a construção de sentidos ligados ao cuidado com a natureza, mediado por afeto e que aos poucos se transforma em cuidado e respeito. Ressaltamos essa mudança de sentido na experiência da relação com a natureza por este ser um dos motivos principais que a faz seguir lutando pela permanência na comunidade. Este processo pode ser visualizado na síntese sobre a sua história de vida, contudo uma das expressões usadas que nos apontam para essa mudança essencial é no acampamento/faxinal, ela ter sentido *“uma relação mais harmoniosa com a natureza”*.

Entretanto, a partir da análise do relato de Tereza, fica evidente que a relação com a natureza sempre é mediada pelas relações, diálogos e atividades realizadas que foram sendo vividas. Processo que produziu experiências e vivências agradáveis e positivas entre os sujeitos, com a proposta de organização de trabalho e em relação com a natureza. Em essência, o que evidenciamos é que as mudanças produzidas nos integrantes do movimento estão atreladas à experiência de conviver com pessoas que colocam o Outro, o coletivo, como tão importante quanto o individual. Essas mudanças partem de uma reorganização profunda de como o real e o concreto, os trabalhos, atividades cotidianas e comunicação passaram a ser desenvolvidos. Apropriadas por meio de outra forma de se relacionar com os outros, com a atividade e consigo mesmo, a partir de ações intencionalmente orientadas para diminuir as desigualdades nas condições objetivas e subjetivas. Entendemos que estes são os indícios explicativos para a transformação dos sentidos, motivos, necessidades e significados relacionados à convivência coletiva e à relação com a natureza e o trabalho.

**Pesquisadora: Como que foi o período de acampamento aqui?**

Tereza: Era coletivo, a cozinha era coletiva, como eu falei ontem, cada um tinha um barraco pra dormir, bem feitinho, bem arrumado, e tinha a cozinha coletiva. Daí ali era trocado turno, vamos dizer, hoje ficava três pessoas lá na cozinha como responsáveis de fazer a comida, amanhã saia aquelas três e ficavam outras, sempre trocando, trocando de turno. Daí tinham as outras

atividades, tinha o responsável pela saúde, que daí ia ver se não tinha ninguém doente no acampamento, caso tinha, encaminhar para o médico, às vezes, não tinha condições de comprar remédio e o pessoal se mobilizava, arrecadava dinheiro e comprava. Outro responsável pela educação, procurava ver se as crianças estavam indo pra escola, se tinha tarefa da escola pra fazer. Outro era da infraestrutura, que era pra ver se não estava faltando alimento ou alguma coisa assim, outros lá já era da... com que diz, da... é tipo assim, uma organização que.. pra ver se estava ocorrendo tudo certo, pra ver se não tinha ninguém saindo pra fazer bagunça d enoite ali para os lados dos barracos, bebedeira, coisa assim. Sempre tinha uma pessoa responsável pra cuidar dessa parte também. Então, era bem organizado, era bem bom! (...) O que tirava da terra aqui, que era erva e pinhão a gente pegava o dinheiro pra comprar comida pra comer todo mundo junto, daí tinha os piá que recebiam uma ajuda de custo também lá da escola, do movimento, na verdade, recebiam ajuda de custo. Daí o Fábio da Márcia, ele era compadre, na época eram compadre “de nós” e também tinha o salário de técnico dele, que ele ganhava, ele passava também para o acampamento. Daí ali eu comecei ver que o socialismo é uma coisa boa. Que dava certo, porque ali todo mundo se ajudava e ninguém passava fome, né? então tinha como sobreviver. Daí comecei a participar mais dos encontros e fui gostando da ideia. (...)

**Pesquisadora: E como você se sentia nesse período?**

Tereza: Mas eu gostava! Sempre gostei, porque eu sempre gosto de estar envolvida com gente, mesmo que, às vezes, seja complicado estar envolvido com gente, mas eu sempre gostei e gosto de me envolver em um lugar que tem bastante gente. (...) e assim, o pessoal que entrou primeiro ali, o pessoal do movimento, eles já tinham um jeito, um conhecimento diferente. Daí foram passando para os outros, já iniciaram o acampamento com o objetivo de construir uma comunidade, um assentamento, no caso, se fosse sem o assentamento, que esse assentamento fosse coletivo. Onde o que tivesse ali fosse de todos, ninguém fosse dono. Então, o objetivo deles era esse. Se ia comprar dez vacas, essas dez vacas iam ser de todas as famílias que estavam ali, se ia comprar dez porcos, esses dez porcos também eram de todos que estavam ali, não tinha dono. Se ia pra... daí que dos faxinalenses, a mesma coisa. O objetivo é o mesmo... É, um pouco diferente porque cada um tem a sua criação, cada um tem a sua plantação, mas daí sempre está, estão juntos no território, estão vivendo juntos. Então esse jeito foi fazendo a gente gostar de tá envolvida com as coisas.

**Pesquisadora: O gostar daqui está ligado a que concretamente?**

Tereza: Aqui, na verdade, eu me sinto bem, me acostumei aqui, não quero sair daqui, só se um dia for preciso sair, mas não tenho ideia de sair daqui. Eu consegui ver harmonia com a natureza. Você está debaixo do mato, você tem ali o pinhão todo ano, você tem a erva a cada dois anos, três anos, dois anos e meio, e não precisa você se matar lá no solão, trabalhar lá carpindo alqueires, negócio, que nem nós fazia no Arroio Bonito, trabalhava de sol a sol, direto. Aqui você vive bem, tem como sobreviver, não precisa se matar de trabalhar. Quando você vai trabalhar aqui fora do faxinal ainda é na sombra, embaixo das árvores, né, eu me sinto bem por causa disso.

**Pesquisadora: O que está relacionado a você se sentir bem com a natureza?**

Tereza: É, eu acho que sim, porque... é, a relação com a natureza e a convivência com as outras pessoas. Porque chegar em um lugar e conviver com pessoas diferentes, com pensamentos diferentes do que a gente pensava antes e um pensamento mais sadio do que o da gente.

**Pesquisadora: Como assim mais sadio? Você pode me explicar?**

Tereza: Ah, porque o pessoal do MPA que estava ali, no caso, o pensamento deles era produzir pra que todos tivessem como sobreviver. Não pensando no eu, que nem o Fábio, ele não pegava o salário dele e ‘Vou comprar coisa pra mim’”! Ele pegava o salário e comprava coisa pra todos. Quem estava ali dentro do acampamento, ele trazia o dinheiro dele pra dividir com todos ali. Uma coisa que eu achei importante, eu sempre fui da igreja, sempre participava da igreja, daí tu liga à palavra de Deus, que os apóstolos vendiam tudo e repartiam entre todos pra que ninguém passasse necessidade, então ali eu comecei ver. Isso é um projeto de Deus, não é uma coisa ruim, porque está na bíblia, né? daí deve ser por isso que a gente conseguiu se adaptar bem com a ideia. (Entrevista concedida em 23/01/2018).

A partir das vivências de Tereza, pode-se perceber as mudanças na dinâmica intrapessoal e interpessoal, relacionada aos sentidos sobre a religião, trabalho, a relação com outras pessoas e a projeto coletivo. É importante reiterar que estamos nos referindo a mudanças profundas em toda a situação social do desenvolvimento e que afetaram as vivências de Tereza. Estas se referem às condições materiais e concretas da vida, materializadas na forma de organizar das relações sociais, a comunicação e a atividade. Assim, parte significativa do que envolve a produção e reprodução da vida individual e comunitária foram influenciadas por um projeto que buscava formas alternativas de se relacionar com a terra, o trabalho e a comunidade. Processo orientado pela busca de suprir as necessidades individuais e coletivas do grupo a partir de relações que questionassem o individualismo produzido na relação com a apropriação e exploração individual do trabalho e dos bens da natureza.

A importância dessas experiências, no decorrer dos quatro anos de acampamento, foram produzindo vivências em que o sentir-se bem estava atrelado à convivência com outras pessoas e à relação com a natureza. Assim, apontamos as relações de apoio e solidariedade, expressas inicialmente por parte das lideranças que se preocupavam e cuidavam das necessidades coletivas, a possibilidade de realizar diferentes trabalhos, ser ativa e criativa nas práticas, no planejamento e resolução dos problemas coletivos e individuais. A participação em espaços de formação política são características fundamentais desse rico e complexo processo vivido por Tereza.

Destacamos, também, o desenvolvimento de motivos mais conscientes no planejamento e definição de seus comportamentos, ações e planejamentos futuros. Pois, como podemos visualizar na história de vida de Tereza, ela não sabia explicar os motivos das diversas mudanças que fizeram de uma comunidade para outra. Acompanhava o marido e a família orientada pelas necessidades e condições impostas. Agora ela já define, a partir dos sentidos, necessidades, significados que construiu para si, para a atividade e para a vida, onde e o que quer fazer. Orienta-se por um projeto que não se esgota no presente, mas por desejos, vontade,

experiências, vivências, informações que compõe uma nova forma de se relacionar com a realidade e consigo mesma.

Novamente apontamos a importância de as lideranças do MPA buscarem colocar na prática a síntese crítica entre os princípios que observavam nas tradições e costumes faxinalenses como, por exemplo, o trabalho coletivo, a convivência comunitária, o respeito à natureza, as críticas ao capitalismo (especialmente à propriedade privada), a exploração do trabalho e o individualismo.

Desta trajetória apontamos a construção dos significados, sentidos, motivos e necessidades que Tereza e os outros moradores da comunidade construíram sobre suas mudanças pessoais e sobre a vida no acampamento, que se transformou em faxinal. Os principais significados estão atrelados a ser um projeto de Deus e de busca para construir uma experiência de socialismo. E os principais sentidos atrelados ao uso comum são a luta pela igualdade de condições para todos (em que ninguém passe necessidade), a proteção e respeito à natureza, o trabalho mais estável, tranquilo, leve e sem padrões.

Por fim, ressaltamos que a transformação na concepção e na personalidade de Tereza, a partir das experiências vividas nos últimos anos, alicerçadas nas relações sociais, nos trabalhos, formações, convivência e diálogos, geraram um sentido positivo sobre o que ela significa como socialismo. Este passou a ser experimentado e atrelado aos conteúdos aprendidos sobre religião. Pode-se considerar que Tereza politizou e corroborou por meio da prática social e os ensinamentos religiosos que tem por objetivo a busca por igualdade e justiça social.

Entendemos que a forma de operar com o conceito de socialismo está relacionado ao concreto, ao “reduto” do acampamento e da comunidade faxinalense, sem uma definição conceitual e essencial que o termo e a proposta possuem. Elaboração que demanda a compreensão da complexa e contraditória sociedade capitalista burguesa na qual estamos inseridos. Destacamos a história de Tereza porque ela representa parte de um grupo que compõe a comunidade faxinalense e, assim como os demais moradores, tem participando dos mutirões, reuniões, planejamento das ações e demais definições tomadas na associação comunitária. Essa união teve início em 2011, momento que ocorreu a integração da ocupação ao faxinal e a saída das lideranças do MPA da ocupação.

A partir deste período, as famílias passaram a integrar as atividades e formações da APF e as ações passaram a ser voltadas para o reconhecimento da área de uso comum como ARESUR. Também foram desenvolvidas discussões para a revisão dos acordos comunitários, dentre eles dar acesso às famílias que não podiam tirar erva mate e pinhão e passaram a ter uma

parte da área retomada pela ocupação, como já descrito anteriormente, feito de uma cerca ao redor de toda extensão do faxinal, inserindo as áreas novas.

Na comunidade em que Ianá vive atualmente, o processo ocorreu de forma semelhante, porém em menos tempo. O MPA atuou durante aproximadamente seis meses, tempo necessário para forçar a saída do guarda que morava na área, mobilizar as famílias para irem e permanecerem na ocupação do território, impedir a retirada da madeira (que vinha sendo realizada por trabalhadores da empresa) e fazer os acordos para o uso coletivo da área. A ocupação foi realizada, inicialmente, pelas lideranças do MPA, dentre elas Fábio e Márcia e jovens ligados ao movimento. Estes ficaram acampados na área em que Ianá morava, ao lado do território que hoje compõe as áreas de uso comum. Do acampamento passaram a conversar com as famílias que moravam perto, com os posseiros que haviam sido expulsos do território e com os moradores que conseguiram permanecer na área, pagando aluguel.

**Pesquisadora: E como foi essa mudança [se referindo à ocupação]?**

Ianá: Foi assim, eles fizeram um tipo de uma turma e mandaram o guarda sair daí, e daí fizeram a ocupação. O seu [cita o nome de Pedro] era o líder dessa turma, daí o [cita o nome da liderança] entrou pro meio e ajudou a turma aí a se colocarem, né?

**Pesquisadora: E o que motivou vocês vir pra cá [para a ocupação]?**

Ianá: Mas é a convivência com os outros! Os outros, né, tinha o [cita o nome de um morador] que já tinha entrado aqui, daí o [cita nome de outro morador] é genro, marido da [cita o nome da filha], daí ele começou ‘não seu [cita o nome do marido], o senhor tem que ficar junto com nós, porque daí todo mundo vai ter vez e voz aqui!’ Porque nós sabia que, na verdade, não era tudo deles o terreno [da empresa]. (...) E a criação de porco, porque daí todo mundo podia criar porco aqui, eu sabia que estavam criando porco, e lá embaixo nós não podia criar. Daí eu vim né? Então, o que motivou foi não ter terra! (...) e como eu tava contando que depois que eles expulsaram o guarda dae fomos fazer os acordos né, combinar tudo junto, certinho.

**Pesquisadora: Que acordos vocês fizeram?**

Ianá: De tudo! Das lavouras, da tirança da erva, do pinhão, dos mutirão. Da convivência aqui pra que garanta os direitos iguais, né? Isso tudo foi combinado, lá embaixo. E todo primeiro sábado tem reunião aqui, e tem os mutirão. E se discute essas coisas.

**Pesquisadora: O que motivou fazer os acordos, lá embaixo?**

Ianá: Esse acordo porque daí todo mundo tinha que ter união, o povo tinha que se reunir tudo, eles tinham que se reunir tudo, daí eles começaram a fazer convite para os outros e arrumar lugar para os outros, porque teve uma pessoas que saíram, sabe? Mas saíram porque quiseram, ninguém mandou sair. Então, o que motivou a turma foi a turma não ter terra! Que ninguém tem terrarada, né. E dae que o povo tinha que tá unido pra vim pra cá [ocupação que se tornou faxinal]. (Entrevista concedida em 10/03/2019).

Depois de mobilizar as famílias para irem e assumirem a ocupação, o movimento solicitou que as lideranças da APF coordenassem o processo de transformação da ocupação em

faxinal. Este processo ocorreu em 2011, ou seja, a APF estava organizada e fortalecida, especialmente na comunidade de Rosa e Tereza. Assim, os acordos comunitários passaram a ser discutidos e combinados entre os moradores que estavam morando na área e as famílias que foram para a ocupação, como Ianá. Os acordos feitos nesta comunidade avançaram em pontos que Tereza aponta como necessários de serem efetivados na comunidade que vive. Dentre eles estão as diferenças de acesso aos bens naturais, tais como o extrativismo da erva mate e do pinhão.

A comunidade de Ianá segue fazendo ajustes nos combinados, revendo-os à medida que os coloca em prática, discute-os, avalia-os e os refaz, se necessário. Uma das mudanças, feitas recentemente, relaciona-se com a produção coletiva da lavoura. O acordo inicial era produzir tudo coletivamente, contudo, depois de dois anos, perceberam que seria melhor cada família definir se queria produzir individualmente ou em pequenos grupos. Assim, manteve-se a mesma quantidade de terra para lavoura, respeitando as condições do solo que já estava sendo cultivado anteriormente. Ou seja, as novas definições continuam respeitando os princípios de respeito às características da vegetação, contudo, de forma conscientemente planejada e igualitária.

O que queremos destacar de todo esse processo é que a articulação entre os movimentos e as famílias moradoras e/ou expulsas das comunidades criaram as condições para a (re)existência dos costumes e tradições faxinalenses. A partir dessas inter-relações foi possível a retomada dos territórios, juntamente com outras formas de experienciar a relação com o trabalho e a comunidade. Entretanto, parte dos costumes e tradições passaram a ser discutidos em virtude da necessidade de realizar os acordos, definir e registrar formalmente. Processo que tem qualificado a apropriação das práticas sociais historicamente realizadas.

Outro destaque fundamental desta análise é a formação de sentido, motivos, necessidades e significados relacionados à necessidade de lutar. Processo que se iniciou atrelado à necessidade de resolver graves problemas básicos ligados à sobrevivência (segurança, alimentação, casa, trabalho). A grave e conflituosa situação vivida produziu a necessidade de realizar ações que ao serem mediadas passaram a ter um caráter mais intencional, planejado e coletivo. Neste sentido, notamos que as práticas de uso comum do território e do trabalho não possuíam em si mesmo sentidos, motivos e necessidades relacionadas à resistência, luta e organização coletiva. Contudo, elas são o acumulado de vivências que produziram indignação, revolta, desconforto, sofrimento (quando ocorreu a privatização da terra) e a exploração do trabalho. À medida em que os sujeitos se integraram ativamente nos processos de ação e formação organizados pelos movimentos populares, a vivência das experiências relacionadas às perdas e aos sofrimentos por elas produzidas

passaram a gerar sentidos, motivos, necessidades e significados relacionados à resistência, luta e organização coletiva.

Foi a partir da atuação do MPA e da APF que passou a ser discutido o uso comum do território e dos trabalhos coletivos de maneira que as famílias tenham suas necessidades básicas supridas. Ou seja, que os sentidos, motivos, necessidades relacionadas à luta pela sobrevivência estejam atrelados ao uso comum e à defesa ativa desta forma de organizar as relações e as atividades. A partir desta síntese, apresentarei algumas falas que expressam as influências que produziram a aprendizagem e o desenvolvimento de uma consciência mais explícita sobre a importância da luta para defender e conquistar os recursos básicos da vida.

**Pesquisadora: O que a senhora destacaria dessas aprendizagens [relacionadas ao movimento]?**

Rosa: ah, mais tudo o que eu sei de faxinal, das leis, dos direitos, tudo em aprendi nas reunião, com os movimentos. Na verdade tudo dessa luta, ne. Que eu sempre falo ‘pras coisas continuar assim precisa correr atrás’, se você acha que tem um caminho tem que correr atrás, se nós cruzássemos os braços nunca aconteceria. Está certo que precisa às vezes deixar a casa, mas tem que ter luta. Como eu falo pro pessoal ‘nós plantamos uma roça, não dá para plantar e abandonar. Nós temos que plantar, carpir, chegar uma terra para ela dar, fazer todo o processo’. É mesmo coisa isso ae, ir lá um dia e achar que vai conseguir e cruzar os braços, nunca dá certo! Tudo é assim, precisa esperar o ciclo da planta. Não ir lá só jogar a semente e nunca mais voltar lá para ver, não adianta nada, precisa tá zelando daquilo ali. Não adianta não ir em reunião que ‘vou perder tempo’. É mesmo coisa que dizer ‘não vou carpir uma roça que vou perder tempo’. Não! É ter fé que se zelar daquilo vai ter fruto, ne. E tudo hoje precisa cuidar, desde uma criação, porco precisa dar o sal, ver onde ele está, é a planta, é a criação, é a pessoa, tudo precisa estar cuidado. Então, isso nós aprendemos que precisa lutar, participar, senão eles vêm e dominam a gente de novo. Que antes né? antes o povo ficava quieto, aceitava a situação, não tinha o que fazer. Agora não! Agora nós temos recurso, aprendemos, ne? (...) que veja se não fosse essa organização do povo, essas orientação que recebemos do [cita nome de um pesquisador], do seu Pedro e tantos outros que passaram por aqui, se não fosse esses apoio, isso aqui tudo já tinha de acabado [apontando para o faxinal]. (Entrevista concedida em 02/06/2019)

**Pesquisadora: quem influenciou a senhora nessa forma de pensar?**

Ianá: A gente já tinha estudado que as coisas comum é pra todo mundo usar, né? Todo mundo tem direito! Mas seu Pedro foi ele que colocou na nossa cabeça, no começo era meio... nós não sabia muito se organizar, né? e daí ele foi dizendo que a gente tinha que ir, tinha que fazer, discutir. Então a gente foi sendo influenciado por ae. Um tanto já sabia, dae participando foi aprendendo melhor. (...) Todo sábado primeiro mês tem uma reunião no barracão, pra combinar, decidir as coisas. Eu quase não vou, mas o meu marido vai e ele traz os material, sabe? Quando vem um livro de lá, porque ele não é muito de ler, eu sou de ler, né? eu leio pra explicar pra ele, então eu fico por dentro do assunto por isso. Porque eu leio todos os livro que ele traz, ele traz os material de lá pra encaminhar pra eles aí, né, aí eu pego e leio tudo! Porque daí alguma coisa que ele não entendeu lá, porque ele é meio surdo, eu explico daí pra ele.

“É assim, assim, é desse jeito, não é...”. Por que a gente tem que tá informada age melhor, fica por dentro das coisas. (Entrevista concedida em 10/03/2019)

**Pesquisadora: O que você acha que influenciou essa forma de pensar [sobre participação]?**

Tereza: Eu acho que é a formação, porque daí a gente no movimento a gente está... que nem, nós participando do movimento a gente se forma aqui, o socialismo, a igualdade é uma coisa boa... a gente vê que o socialismo é uma coisa boa, não é uma coisa ruim. E que pra ele acontecer a gente tem que lutar né? daí, quando você começa a participar do movimento, você vê que é uma coisa boa, que é... daí começa a, cada vez, querer participar mais. (Entrevista concedida em 23/01/2018)

**Pesquisadora: essas pessoas que você citou [que influenciaram na forma de pensar] o que elas diziam?**

Pedro: Que não tem outro jeito, né? ou você faz mudança fazendo movimento, se organizando e indo pra luta, ou não muda. Assim que eles diziam “Oh, a gente vai mudar a gente mesmo fazendo a mudança, esperar de um governo, ou de um prefeito, não adianta, isso não vai acontecer”. A gente sabe que até hoje não adianta, nem com um esquerdista ganhando. O Lula ganhou, por exemplo, e mudou? Não mudou, né? mudou pouquíssimas coisas, né? pegou umas migalhas e repartiu melhor. Mas não fez a reforma agrária como nós queria, não fez e nem vai fazer, eu não acredito que se outro petista for para a presidência saia a reforma agrária como nós queremos, né? pode sair distribuição de terra, como tem aí... mas reforma agrária como precisa ser feito, começar pela limitação da propriedade privada, essa eu não acredito mais que saia pelo Estado. E eles diziam pra nós que as mudanças, se a gente quer a gente tem que provocar pra acontecer, senão não vai mudar, e mudou! [relata sobre os assentamentos] (...) e disso eu aprendi e falo para meus filhos e pra nós assim que ... (...) o importante da vida é ter três coisas que é básico e necessário e quem não tem que lutar para ter, ne ... casa e comida e lugar para trabalhar, envolve a terra, casa comida e lugar para trabalhar, essas coisas são básicas e que eu tive que lutar para ter. Eu não comprei de ninguém, não comprei de ninguém e eu consegui na luta junto com outras pessoas. Isso que é importante, tem que buscar isso. Quem não tem tem que buscar isso. Agora, eu ... só que eu fui aprendendo isso no caminho, na militância. Isso eu não aprendi em casa, assim, em casa a gente aprendeu que tinha que sobreviver. Em casa a gente tinha comida, comida a gente teve em abundância a vida inteira. Então, meu pai tinha casa, comida e aonde produzir e acho que é disso que eu tiro ne? Lute para ter tua casa, lute para não faltar comida e o espaço para sobreviver. (...) Lutar por melhor educação, por melhor saúde, hoje ela está constante, tem que lutar por isso também. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

Apesar de não ser nosso foco de análise, fica evidente a forma que a relação com os espaços de formação e as informações são internalizadas pelos sujeitos. Diferenças que se relacionam com as possibilidades e condições de acesso à formação, à aprendizagem e ao desenvolvimento psíquico de cada sujeito. Entretanto, notamos que Pedro (pelo acesso diferenciado à formação, relações e atuação) possui uma análise mais conceitual e complexa da realidade, opera com as contradições da sociedade capitalista burguesa, do Estado e dos interesses populares. Porém, apenas o acesso à educação formal e a compreensão conceitual

não são garantia da transformação destes conhecimentos em ações de resistência e luta. Mas, a partir da participação ativa nos espaços coletivos, contribuem para o desenvolvimento de uma forma mais elaborada, complexa e mediada com o coletivo e com a situação social.

Outro elemento que não fica tão evidente nestas falas, mas que foi comentado anteriormente e está presente nos sentidos e motivos expressos pelos sujeitos, é a relação entre os processos e espaços de organização e aprendizagem. Entretanto os sentidos e motivos relacionados à aprendizagem estão atrelados à necessidade de orientação, formação, práticas relacionadas à defesa e luta pelas condições básicas de vida (a terra, moradia, trabalho e comida). Atuação, formação, diálogos, relações que são efetivadas e que dialeticamente motivam, fortalecem e medeiam a aprendizagem e a transformação dos sentidos e significados relacionados à consciência da necessidade da luta.

Por fim, ressaltamos que nosso esforço, no desenvolvimento destas categorias, foi de apresentar parte da vida real e concreta experienciada pelas famílias faxinalenses, em especial as transformações vividas nas últimas décadas. Buscamos os indícios explicativos sobre as particularidades desenvolvidas por estes sujeitos que, diferentes das outras regiões, desenvolveram formas de resistência e luta coletiva (de ocupação e retomada das áreas de uso comum). Neste sentido, destacamos o caráter histórico da formação, da compreensão da necessidade de resistir de forma coletiva e a perda das possibilidades de viver no território. Necessidade que inicialmente não está relacionada ao uso comum e que vai sendo desenvolvida a partir das relações interpessoais e intrapsíquicas. Sendo que as diversas formas de mediações foram imprescindíveis para a ressignificação das experiências relacionadas à perda do território e a formação de motivos e sentidos atrelados à possibilidade de reconquista. Processo que não é linear, tampouco instantâneo, mas desenvolvido de forma gradual, a partir das tradições e costumes internalizados por cada sujeito que mediarão e se complexificaram com a situação social vivida nas últimas décadas. Assim, entendemos que tanto a consciência de resistência e luta quanto a consciência da identidade faxinalense é uma construção histórica, ambas foram, e têm sido, construídas e transformadas.

Para finalizar, insistimos na necessidade de seguir construindo processos de organização e formação para desenvolver uma relação cada vez mais complexa e elaborada com o contexto, com os outros e consigo mesmo. E, nos apoiamos novamente em Paulo Freire (2006, p. 30), reafirmamos nossa convicção de que “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.”

Além disso, retomamos a análise realizada por Engels, sobre a “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” e o “Anti-Dühring”. Engels afirma que a importância da apropriação do conhecimento historicamente produzido está em articular o fazer e o pensar, o trabalho manual e a atividade intelectual, a teoria e a prática. Unidade que na sociedade de classes está dissociada e se transformou em capital da burguesia. Assim, a fragmentação fundamental inicia com a separação entre trabalho material e imaterial, sendo o princípio que organiza a formação das classes sociais e possibilita a classe trabalhadora e camponesa acessar uma educação frágil, incipiente, a-histórica e fragmentada. Essa condição afeta o desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais, a tomada da direção do processo produtivo e sua determinação enquanto classe social (ENGELS, 1976; 1975). Assim, somente seguindo na organização em processos de luta, em que a formação intelectual está associada à prática política, será possível construir as condições objetivas e subjetivas para a superação da condição de exploração à qual classe trabalhadora e camponesa está submetida.

Dessa forma, entendemos que estes sujeitos, como todos nós, vivem as mazelas da divisão da sociedade em classes, na qual é negado o acesso a direitos básicos como terra, trabalho, saúde, educação etc. Serviços e processos que são imprescindíveis para acessar, se relacionar e apropriar-se do acumulado e sistematizado historicamente. Neste sentido, criar as condições e processos educativos que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos para que se relacionem consigo, com o mundo, com a história e com os outros, a partir das características essenciais, é tarefa necessária e urgente. Pois, é evidente que, somente a partir da consciência do que é essencial na relação com o outro (comunidade), território (natureza) e trabalho (atividade), é que será possível apropriar-se dos costumes e tradições como filosofia de vida de forma consciente e compreender os motivos que conduzem à contraposição e às contradições de sua concepção de mundo à exploração e alienação produzidas pela sociedade em que vivemos.

Isto posto, devemos ter como horizonte a capacidade de construir relações, atividades e comunicação que sejam capazes de desenvolver sujeitos que vivam e distingam as estruturas sociais, regimes de propriedade, formas de cálculos econômicos para a vida, sujeito da práxis. E que, reproduzindo e desenvolvendo as fontes originárias de toda riqueza, tenha o desejo de transcender todas as suas objetivações, ainda que não possa viver sem elas (HINKELAMMERT; JIMÉNEZ, 2014). Para construir esse caminho, a internalização consciente do acumulado destes povos e comunidades é essencial.

Tienen que ser llamadas a recuperar su origen para poder defenderse como culturas frente a este fundamentalismo del mercado. No pueden enfrentarlo, sino en nombre del sujeto que está en su origen, pero tampoco pueden sostenerse como culturas tradicionales, sin enfrentar en nombre de este sujeto al fundamentalismo de mercado, que las amenaza en su esencia. A partir de allí veo posible una interculturalidad para el futuro, que no amenace a ninguna cultura como cultura específica, pero que deje la posibilidad de actuar de común acuerdo frente a este fundamentalismo del mercado, que las amenaza a todas (HINKELAMMERT, 2017, p. 313).

#### **6.4 Natureza e ser humano: unidade e interdependência**

Para iniciarmos a discussão, faremos uma breve retomada sobre os conceitos que nortearão a análise das próximas categorias. Discussão que também está imbricada com o exposto anteriormente, sobre a formação de uma consciência mais crítica e ativa na defesa e luta pelo território de uso comum. Ela é o núcleo central para compreendermos a formação da concepção pessoal de mundo, a transformação das funções psíquicas superiores e o domínio cultural do comportamento que em última instância formam os sistemas, funções e estruturas da personalidade.

Dentre os conceitos destacados estão os significados, sentidos, motivos, necessidades, experiências e vivências. Por significado entendemos a unidade do pensamento e a linguagem que realiza a inter-relação funcional entre estas duas funções psíquicas superiores “(...) el significado de la palabra es la unidad indivisible del lenguaje y el pensamiento” (VYGOTSKI, 1996, p. 382-38). Eles são construções histórico sociais relativamente estáveis, que expressam ideias e valores desenvolvidos em diferentes contextos. Estão intrinsecamente vinculados aos sentidos pessoais, pois ao serem internalizados pelo sujeito, passam a ter características singulares.

Assim, entende-se que os sentidos, ao mesmo tempo que são construções sociais e históricas, haja vista sua constituição a partir dos significados, expressam as características únicas e irrepetíveis de como cada sujeito é afetado e se apropria das experiências, transformando-as a partir de sua singularidade. Dessa forma, devido às determinações e construções histórica e cultural, o significado é mais estável e menos variável que o sentido. Este possui as relações e determinações culturais e históricas, porém é mais diverso e móvel dada a predominância das características singulares. De acordo com Vygotski: “El sentido de la palabra, es un fenómeno complejo y móvil que, en cierta medida, cambia constantemente de unas conciencias a otras y

de unas situaciones a otras para la misma consciencia. En este aspecto, el sentido de la palabra es ilimitado” (VYGOTSKI, 1934/2014, p. 333).

Isto posto, por seu caráter pessoal e diverso, o sentido assumirá diferentes características, tanto relacionadas à história, cultura e sociedade em que o sujeito está inserido, quanto às influências da concepção pessoal do mundo de cada sujeito, dos sistemas, relações, nexos, conteúdos e estruturas que formam a personalidade. Ao explicar a relação entre pensamento, palavra e a linguagem interna Vygotsky (1934/2014) se refere ao predomínio do sentido da palavra sobre o significado, assim como, distingue e analisa as inter-relações entre esses conceitos:

[...] el sentido de la palabra es la suma de todos los sucesos psicológicos evocado en nuestra conciencia gracias a la palabra. Por consiguiente, el sentido de la palabra es siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente. El significado es solo una de esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa. La palabra adquiere su sentido en su contexto y, como es sabido, cambia de sentido en contextos diferentes. Por el contrario, el significado permanece invariable y estable en todos los cambios de sentido de la palabra en los distintos contextos. [...] La palabra en su singularidad tiene solo un significado. Pero este significado no es más que una potencia que se realiza en el lenguaje vivo y en cual este significado es tan solo una piedra en el edificio de sentido (VYGOTSKI, 1934/2014, p. 333).

Nessa perspectiva, o sentido enriquece o significado da palavra. Provém do contexto e é incorporado aos conteúdos, relações, sistemas e estruturas cognitivas e afetivas. Se constituem dos conteúdos e sistemas e passam a significar de forma singular o contexto. Processo que amplia as particularidades do significado, ao mesmo tempo que o conforma socialmente e culturalmente (VYGOTSKI, 1934/2014).

Intrinsicamente relacionado a eles está a esfera motivacional. Conceito desenvolvido por Bozhovich (1982) e seus colaboradores nos anos oitenta e que nos ajuda a compreender a função exercida pelos motivos, em unidade dialética com as necessidades, sentidos e significados, para impulsionar a conduta/comportamento do sujeito para a atividade. De acordo com a autora, a esfera motivacional é formada por um sistema complexo de motivos, em que os primeiros motivos são chamados fundamentais ou propulsores e os demais, ou segundos, são nomeados de secundários ou auxiliares. Estes últimos não possuem uma significação individual e estão subordinados aos motivos fundamentais ou propulsores. Essa relação pode se inverter, se fortalecer e mudar de posição a partir das atribuições de sentido às experiências, processo de onde provém os motivos.

Desta forma, entende-se os motivos como um tipo especial da conduta humana. Podem ser motivos os objetos do mundo exterior, as representações, as ideias, os sentimentos e as emoções, em síntese, tudo em que se plasma a necessidade. O objetivo nos quais os motivos se materializam podem mover o ser humano a fazer uma determinada ação, inclusive quando essa necessidade não esteja relacionada à atividade da pessoa. Nesse sentido, a importância em compreender a esfera motivacional diz respeito ao papel central que a motivação exerce na orientação, regulação, sustentação e mudanças que são produzidas na atividade.

Assim, entende-se que o centro motivacional determina a relação com a atividade, conduta e atitude diante do que rodeia o sujeito. Entretanto, o motor para o início da ação está na necessidade. É o objeto que serve para satisfazê-la que determinará o caráter e a orientação para a atividade. Nesse sentido, a necessidade é reconhecida como a base e o motor de todas as formas de conduta, inclusive as mais elevadas. Tais como os demais processos psíquicos, a necessidade também se transformará a partir das mediações internalizadas e das vivências atribuídas de sentidos (BOZHOVICH, 1982).

O motor para a transformação das necessidades, geralmente, tem início a partir de um estado de insatisfação atrelado ao desejo de conhecimento e de superar de uma situação experienciada. Contudo, fundamentalmente, serão as impressões exteriores que permitirão o sujeito qualificar o resultado da ação/atividade com emoções positivas que produzirão a forma motriz para a transformação das necessidades básicas em necessidades “espirituais”. Esse salto qualitativo que produz necessidades novas, na forma psíquica, tem como principal característica a orientação do sujeito, não mais pela falta de algo, mas sim por aspiração a uma vivência, assimilação ou ganho. Ou seja, já não é uma relação direta com as demandas de sobrevivência, mas uma ação intencional e mediada que exige do sujeito um planejamento e esforço orientado. Assim, a transformação relacionada às necessidades, nomeadas de espirituais, é o ponto central na questão da estimulação ou mobilização interna do sujeito para a atividade e a busca do desenvolvimento incessante da personalidade. Nas palavras de Bozhovich (1982, p.32), "Las necesidades que, por sus propios medios, adquieren la capacidad de auto-movimiento deciden la formación integral de la personalidad".

Neste sentido, a orientação pela necessidade e motivos também pode se dar de forma direta e sem regulação consciente. Essa diferenciação se dará a partir do uso ou não de mediações e signos, da possibilidade ou impossibilidade de ter desenvolvido o pensamento abstrato, conceitual e generalizador. Essa transformação qualitativa nas funções psicológicas superiores possibilitam o sujeito realizar o planejamento de suas ações e projetos de forma mais estável e consciente, tanto na relação consigo mesmo, quanto com o contexto. A linguagem,

mais uma vez, assumirá um lugar fundamental, pois mediará e orientará as inter-relações e sistematização da percepção, memória, atenção, emoções e outras funções que formam o psiquismo humano. Se tornará o instrumento para a formulação de abstrações e generalizações que possibilitam a transformação da relação direta e concreta com a realidade e consigo mesmo para o planejamento intencional da atividade a partir do pensamento, emoção e ação mediada, regulada, racional.

Como já dito, todo este complexo, dinâmico e dialético processo, experienciado e produzido na vida real e concreta dos sujeitos, tem como base a vivência. É por meio dela que ocorre o mecanismo interno de construção e recriação de significados, e essencialmente, de sentidos, motivos, necessidades pessoais, interesses, desejos etc. Por isso, como já apontamos nas discussões conceituais sobre personalidade, a aquisição de sentido pelas vivências é a problemática central da psicologia (VYGOTSKI, 1991). De acordo com Beatón (2017):

Generalizam-se as vivências, convertem-se em significados, digo eu, e como seguem sendo vivenciados em relação com as condições sociais e culturais, as quais propõem novas exigências, convertem-se em sentidos para o sujeito. Dessa maneira as condições sociais e culturais que contêm a atividade, a comunicação, por meio das relações interpessoais nelas imersas, e a experiência que o sujeito vive adquirem, para o sujeito, sentidos de um ou outro tipo, através das vivências que tais experiências produzem. Por isso concluo que esse é o mecanismo de subjetivação do social, do cultural, da atividade e da comunicação (BEATÓN, 2017, p. 136).

Ainda inspirado na Teoria Histórico Cultural, o autor sistematiza e explica que se vive uma experiência, sempre, com o acúmulo de todo o desenvolvimento psíquico (cognitivo, afetivo, emocional) que se produziu até aquele momento do sujeito. Assim, destaca que toda vivência é vivência de algo - como afirmado por Vygotski (1991) -, contudo também é produto da consciência de um sujeito que vive e enfrenta essa experiência. Sendo essa a dinâmica, complexa e dialética, que integra, media e produz no sujeito novas vivências, a atribuição de novos sentidos e a produção de novos processos de aprendizagem e desenvolvimento psíquico. Em outras palavras, aqui se encontra a unidade para compreendermos as transformações qualitativas das funções psíquicas naturais/elementares em funções psíquicas superiores/culturais (que incluem o afetivo e emocional); a concepção pessoal de mundo, da sociedade e do próprio sujeito; o domínio cultural da conduta, a consciência de si mesmo, o consciente e o não consciente e tudo que forma a personalidade (VYGOTSKI, 1987; 1991; 1993; 1996; BEATÓN, 2017).

É nessa perspectiva que buscaremos identificar, descrever e explicar o sistema de princípios orientadores a partir dos motivos, sentidos, necessidades, interesses e significados. Estes nos possibilitaram compreender os vínculos, relações, nexos, sistemas, interpretações, conteúdos e estruturas formadas pela vivência do uso comum da terra pelos camponeses faxinalenses. Caminho pelo qual buscamos desvendar os princípios e características centrais, singulares e orientadoras atuantes na personalidade destes sujeitos.

### 6.5 Terra, território, natureza e ser humano: unidade e interdependência

Talvez não ser,  
 é ser sem que tu sejas,  
 sem que vás cortando  
 o meio dia com uma  
 flor azul,  
 sem que caminhes mais tarde  
 pela névoa e pelos tijolos,  
 sem essa luz que levas na mão  
 que, talvez, outros não verão dourada,  
 que talvez ninguém  
 soube que crescia  
 como a origem vermelha da rosa,  
 sem que sejas, enfim,  
 sem que viesses brusca, incitante  
 conhecer a minha vida,  
 rajada de roseira,  
 trigo do vento,

E desde então, sou porque tu és  
 E desde então és  
 sou e somos...  
 E por amor  
 Serei... Serás...Seremos...  
 (Talvez, Pablo Neruda)

A temática com presença mais frequente e profunda nas falas, ações, expressões de emoções e sentimentos relacionados ao modo de vida faxinalense estão relacionados à natureza. Natureza que não é tomada em si mesma, mas sempre em função e relação com o outro (comunidade). Essa forma de se relacionar, aprendida e desenvolvida pelos camponeses faxinalenses, está alicerçada no acumulado de conhecimento e práticas, repassados de geração em geração. Acumulado que possibilitou o conhecimento e domínio das leis gerais que regem os ciclos, estações e a biodiversidade presente na região. Domínio e apropriação que carregam dois pressupostos essenciais: o respeito aos ciclos e necessidades da natureza e a compreensão

de que é permitido extrair apenas o necessário para as famílias viverem, sem causar danos à natureza.

Compreendermos que estes princípios são orientadores da forma de organizar as relações de apropriação e transformação da natureza pelos camponeses faxinalenses. Modo de organizar as relações e atividade, ou a produção e a reprodução da vida comunitária, que produz vivências agradáveis e de bem-estar nos sujeitos, fortalecendo e recriando os motivos, sentidos e desejo de continuar mantendo o uso coletivo da terra.

Destacamos que a forma de organizar a produção nas comunidades faxinalenses, como já descrevemos, está baseada na criação de animais, extrativismo (erva-mate, pinhão etc) e produção de hortaliças, verduras e cereais. A maior parte do que é produzido é utilizada para o autoconsumo da família, outra parte é vendida e uma terceira porção é dividida/trocada entre os familiares e vizinhos. Como veremos, essa forma de organizar as relações produtivas é orientada pela necessidade de suprir as demandas básicas das famílias que vivem na comunidade como, por exemplo, moradia, alimentação, segurança, trabalho e saúde. Assim como também responde aos princípios, já citados, de domínio e apropriação dos bens naturais, por meio do trabalho, a partir de relações alicerçadas no respeito e cuidado da natureza e do ser humano.

Além disso, nas últimas décadas ocorreram inúmeras mudanças na agricultura, especialmente a partir da apropriação privada da terra para produção de *commodities* (agrícolas, ambientais e minerais), tais como: soja, pinus, eucalipto, entre outros. Estas mudanças foram acompanhadas pelos camponeses faxinalenses que destacam como desdobramentos principais; derrubada da mata nativa, diminuição das águas nos córregos e rios, aumento da presença dos agrotóxicos nos alimentos e na terra, diminuição das espécies de animais como desdobramentos negativos e prejudiciais a natureza. Ademais, denunciam o “*aumento da terra nas mãos de um e pobreza dos outros*” como definidor desta forma de uso e apropriação da natureza. Os sentidos dados às mudanças produzidas nas últimas décadas, essencialmente ao modelo de agricultura dominante, foram atrelados a vivências desagradáveis e negativas, relacionadas às experiências de destruição da natureza, empobrecimento das famílias e saída forçada dos moradores das comunidades. Assim, estas vivências também formam os sentidos, motivos e necessidades constituintes da vontade e interesse em continuar mantendo o uso coletivo do território, que, por sua vez, garante a proteção e o cuidado da natureza e do ser humano (comunidade). Processo que buscaremos descrever e explicar no decorrer deste subitem.

No que diz respeito à forma de dividir o território, em áreas de plantar e áreas de criar, entendemos que é parte da necessidade de adaptação ativa às condições disponibilizadas pela

natureza e ao acumulado de conhecimentos, práticas e tecnologias desenvolvidas por estes grupos e orientadas por sentidos, motivos, necessidades vinculados à busca de equacionar as necessidades básicas da vida individual e comunitária a partir do domínio das leis da natureza. Domínio e apropriação que são realizados de forma direta, com pouco uso de instrumentos tecnológicos e orientados pelo valor de uso. Assim, a atividade desenvolvida pelos camponeses faxinalenses é trabalho concreto, pela qual o homem satisfaz suas necessidades através da produção dos produtos necessários à vida humana, transformando a natureza e a si mesmo. Nas palavras de Marx; “todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (MARX, 2013, p. 124). Consideramos essas relações e nexos como determinantes para a compreensão das atividades desenvolvidas pelos sujeitos pesquisados, baseadas no reconhecimento e respeito aos condicionantes e necessidades da natureza.

**Pesquisadora: Qual o sentido de fazer essa divisão das áreas [áreas de plantar e criar]?**

Pedro: ah, mais isso já vem de um costume dos antigos e tem a ver com a características dessas áreas. Na área que nós fazemos a criação a característica da floresta é uma, nessa área que era de planta, a característica da floresta era outra, era capoeira fechada e a terra muito fértil. O faxinal, assim, a natureza, é uma terra muito pisoteada de animais, muito compactada, é esse o termo, né? porque ela, por 200 anos ela tinha muito rebanho em cima. Então, compactou demais e por baixo ela ficou meio limpa, ela ficou mato por cima, essa grande floresta alta, porque a floresta mais baixa tinha dificuldade, porque os animais estavam ali, os animais comiam. Uma parte servia de alimento para os animais e outra parte, onde os animais pouco entravam, crescia mais, né? mas eu não estou dizendo isso pra dizer que os animais eram predador, não, não é isso. Quem é predador foi a motosserra, foi os animais do agronegócio, da madeira, né?... Essa outra terra, de planta, era uma terra fértil e que os faxinalenses faziam cerca de fora a fora pra dividir, para os animais não passarem pra lá. Então, aquela cerca construída em mutirão, era pra dividir, pra lá a planta e pra cá o rebanho.

**Pesquisadora: o que motiva fazer a produção desse jeito?**

Pedro: É assim, essa é a forma que a gente se criou, ne. A gente nunca tivemos essa ambição de destruir o que está em cima da terra, ne. Nós só tirava a madeira quando precisava construir a propriedade, as águas eram preservadas demais, muito preservadas. Nós podia passar, andando pelos faxinais, nós podia passar e tomar água em qualquer lugar que encontrava, nós podia tomar essa água, podemos ainda em alguns lugares, já hoje com alguns riscos, nós nunca tinha problemas porque estava bem preservado e não havia ali nenhum perigo de agrotóxicos, hoje já tem esse risco. Então acho que é essa relação com natureza, por que tem uns que separam terra, natureza, recursos naturais, mais não dá para separar! Porque a terra e a natureza, os recursos naturais elas são necessários para uma vida humana, nós temos essa consciência. E não só pra nós, ne? O ser vivo que nós preservamos, os nossos animais, rebanhos, a

fauna, a flora, nós nos preocupamos. Que nem nós, nós nunca tiramos a nossa renda, digamos dinheiro, nós nunca fizemos a produção de grãos nunca foi o forte pra nós, pra nós termos o dinheirinho.

A partir das descrições e explicações dadas por Pedro, evidenciam-se os sentidos atribuído às experiências relacionadas à transformação do território e os motivos que orientam a organização das relações de trabalho. Como necessidade e motivos fundamentais encontramos; a produção dos bens de uso, a partir de dois condicionantes, primeiro produzir sem destruir e/ou prejudicar a natureza e segundo a produção é determinada pelas necessidades básicas da família e da comunidade; e, o rechaço e ausência de motivações de acúmulo de valores de troca; Aclaramos que o contraponto feito por Pedro sobre a produção de grãos está relacionada à necessidade de derrubar a vegetação nativa para efetivar a produção dessa cultura. Enfatizamos, como essencial nesta análise, que os sentidos e motivos da atividade coincidem com o objetivo do trabalho, que é produzir os recursos e riquezas necessárias para viver. E, neste caso, também destacamos o rechaço ao acúmulo, identificados como os motores da destruição e desrespeito à natureza, como parte dos sentidos dados a atividade desenvolvida e caracterizada por ter sentido nela mesma.

Apesar de atrelar e explicar essa forma de organizar a produção e reprodução da vida pelos os costumes aprendidos com os pais, Pedro descreve as práticas sociais que nos indicam os princípios ou regularidades orientadoras de sua concepção pessoal de mundo. Em especial, explicita os sentidos pessoais relacionados à sua forma de significar o território. Sentidos que expressam a unidade entre a terra, os recursos naturais e o ser humano (comunidade). Constituição que está intrinsecamente relacionada à atividade desenvolvida (agricultura e extrativismo) e as inter-relações que influenciaram e orientaram a aprendizagem desta forma de trabalhar e viver.

Ademais, a atividade desenvolvida está alicerçada na relação direta, indissolúvel e interdependente entre a natureza e o ser humano, aprendida a partir das relações familiares, como ele destacou. Estas são as bases materiais que aportam para produção do intrapessoal, singular, único e irrepetível formado por Pedro. A unidade e interdependência entre natureza e ser humano se expressam nos sentidos pessoais de Pedro que, por sua vez, conformam o significado social. Logo, natureza se relaciona com outra significação utilizada por ele e pelos demais camponeses faxinalenses. Significados e sentidos pessoais que sintetizam a relação que possuem com a terra, que nomeiam como “mãe”, como veremos adiante.

Rosa também expressará os motivos, sentidos e necessidades de organizar as relações de produção e reprodução da vida individual e comunitária a partir do uso comum do território, como uma forma de viver seguindo as exigências da natureza. *“Mais é retirar da própria natureza o que ela nos fornece pra viver, o modo de nós viver vem dela!”* (Rosa). Modo de organizar a atividade que não são determinadas apenas pelas demandas individuais, mas, e sobretudo, pela compreensão sobre o complexo sistema formado pelos seres humanos e o meio ambiente. Além disso, as explicações dadas pela entrevistada apontam que as aprendizagens que reforçam os motivos e sentidos relacionadas a esse modo de vida também provém da observação das outras formas de produzir e se relacionar com a natureza e o trabalho. Produção que se contrapõe aos costumes faxinalenses, pois são atrelados ao desmatamento, a diminuição da diversidade alimentar da família, a precarização na produção dos animais e na condição de vida das famílias. *“Tem lugar aí que tem gente que fez [desmatou] isso e hoje em dia não tem como sobreviver”* (Rosa).

Em contrapartida, Rosa apresenta a fundamental necessidade de manter a diversificação na produção e nas fontes e formas de apropriação das riquezas naturais. Em suas palavras: *“Pra funcionar você tem que ter a natureza embaixo, ter a variação da produção, ter a erva, então tudo tem que pensar”* (Rosa). Atrelado a isso, a fundamental necessidade de conhecer e respeitar os ciclos de crescimento e produção dos frutos, extrair no tempo certo e a quantidade que não prejudique as plantas e animais. *“Tem gente que não tem consciência e tira o pinhão verde, não espera madurar, porque tudo tem o ciclo dele, tem o tempo de madurar”* (Rosa).

Apontamos estes princípios, orientadores da concepção pessoal de mundo, como definidores da compreensão que possuem sobre a forma adequada de se apropriar e se adaptar ativamente às exigências e condições da natureza. Neles prevalecem o conhecimento e respeito aos ciclos naturais e as exigências e limites impostos pela natureza. Além disso, esta concepção é motivada pelo imperativo de suprir as necessidades básicas da família e da comunidade, por meio da produção de riquezas com valor de uso.

**Pesquisadora: Qual o motivo de organizar dessa forma Rosa [a produção]?**

Rosa: Mais é retirar da própria natureza o que ela nos fornece pra viver, o modo de nós viver vem dela! Da própria natureza nós criamos a criação, nós damos sal e jogamos aí um pouquinho de milho, de manhã, pra eles. Eles vão no mato e sobrevivem, né? eles catam, catam a semente de uma outra árvore aqui e ali eles vão sobrevivendo mesmo. Do próprio pasto e da grama nos pasto e se destruir esse tipo de coisa não vai ter, né? tem lugar aí que não tem! Tem lugar aí que tem gente que fez [desmatou] isso e hoje em dia não tem como sobreviver. A planta não dá nada, não tenho pena de mostrar, os próprios

vizinhos aí fizeram isso. As vaquinhas deles ali naquele peladão estavam trocando as pernas e as nossas, dos nossos territórios, você vê aí, não viu nossas vacas trocando as pernas, secas, né? você viu a vaca lá atrás? Tá bonita a vaca, eles têm como sobreviver. A criação não sobrevive assim nesses peladão, tem que ter, eles têm que ter contato com a natureza pra sobreviver. E a gente mesmo! Que nem nós aqui, no tempo do pinhão nós fazemos dinheiro pra comprar as coisas com o dinheiro do pinhão, quando tem pinhão e erva mate. Só que também não tira tudo, tira um pedaço no ano, deixa outro pedaço pra tirar outro ano, deixa outro... não pode tirar tudo de uma vez, também, senão daí vai... você tem que deixar três anos pra poder tirar, você tira um pedaço e dali três anos você tem que ter outro pra tirar, pra você não ficar naqueles três anos sem a erva pra comprar as coisas. Não é que nem quem faz no campo, né, que daí todo ano ele planta, mas tem gasto também, né? e assim a gente espera a natureza só se limpar, a erva mate, a própria natureza faz ela... o pinhão, a mesma coisa! O pinhão não precisa adubar, não precisa botar adubo no pé do pinheiro, e no outro ano ele tem pinhão de novo. Só você cuidar dele, não cortar os galhos, derrubar ele, né? se derrubar, também, e vinte anos, vinte e poucos anos pra dar pinhão de novo. Pinhão novo, que você planta, tem que plantar e esperar pra colher. Tem uns que é 18 anos, 20 anos pra dar pinhão. Então é isso que muitos não pensam

(...) Tem gente que não tem consciência e tira o pinhão verde, não espera madurar, porque tudo tem o ciclo dele, tem o tempo de madurar, uns maduram mês de marco, outros abril, maio, junho vai para julho. Esse aqui já foi tirado em julho. (...) Pra funcionar você tem que ter a natureza embaixo, ter a variação da produção, ter a erva, então tudo tem que pensar. Se nós se apuramos vende um porco faz um dinheiro, quando tem um boizinho vende faz um dinheiro. (...) Tem todo jeito de viver, só saber viver com ela e não precisa você tirar os pinheiros para plantar, dá para viver com ela. Além da planta a criação se dá muito bem debaixo da natureza. Não aquele mundão, mas para cada um ter um pouco dá e aqui tudo mundo tem. Eu tenho, meu vizinho tem, minha família tem. E é isso que a gente valoriza, cada um ter um pouco, o seu para viver. Poder viver e não destruir.

**Pesquisadora: quem influenciou a senhora nessa forma de pensar sobre a natureza?**

Rosa: ah menina, mas meu pai sempre gostava muita de cuidar da natureza, dos animais e eu fui pegando esse jeito. Dae depois que vim pra cá, o [cita o nome do marido] e a família dele tem também esse costume. Então a gente vai vendo e vai aprendendo né?

**Pesquisadora: E como a senhora se sente aqui trabalhando, plantando?**

Rosa: Ai menina, mais eu me sinto muito bem, muito feliz. A gente não vê outro jeito de viver. Que nem tem esse povo que tá na cidade, por que precisa né? não tem espaço, não tem os animais, não pode ficar debaixo das árvores, ver as coisas crescer, se desenvolver. Eu me dói o coração saber que essa gente não pode apreciar uma vida assim. Que pra mim, não tem vida melhor que essa. (Entrevista concedida em 02/06/2019).

Em síntese, entendemos que essa forma de organizar as relações sociais, atividade e comunicação é orientada pela concepção pessoal de mundo concreta, orientada por princípios a partir do uso racional e equitativo dos bens naturais, como expressado por Rosa. Princípios que produzem experiências vividas de forma agradável, prazerosa e realizadora que, por sua vez, mobilizam desejo, vontade e interesse de continuar produzindo experiências semelhantes.

(...) *mais eu me sinto muito bem, muito feliz. A gente não vê outro jeito de viver*” (Rosa). Destacamos que no caso de Rosa a formação dessa concepção pessoal de mundo tem como referência as inter-relações com o pai e com as pessoas que passou a conviver após a mudança para a comunidade faxinalense, aos treze anos. Antes de casar, a entrevistada trabalhava no campo, contudo, vivia em áreas que não faziam uso coletivo. Seu pai, todavia, mantinha uma forte relação de cuidado e respeito com a natureza, características que são relacionadas à ascendência indígena que o pai portava. Outro elemento importante nas explicações dadas por Rosa é o fato de estarem baseadas e serem manejadas a partir de descrições sobre as condições, fatos e eventos concretos e situacionais. Dando indícios da relação direta que possui com a atividade que desenvolve.

Tereza expressará sentidos, motivos, necessidades semelhantes aos apresentados pelos camponeses faxinalenses, contudo com particularidades próprias dos processos de formação que participou. Para ela os motivos e necessidades fundamentais em manter o uso comum também estão relacionados a suprir as necessidades básica da família e da comunidade, a partir da apropriação equilibrada do que a natureza dispõe. Entretanto, Tereza analisará as contradições presentes na comunidade, assim como, a necessidade de avançar na produção e distribuição dos recursos naturais. As contradições apontadas pela entrevistada estão vinculadas as diferenças entre as famílias que possuem o título ou a posse da terra e por isso podem usufruir dos recursos naturais e aquelas que não usufruem dos bens naturais por não terem o documento. Essas diferenças estão presentes nas áreas que costumeiramente era faxinal e não naquelas que Tereza mora e que foi organizada pela ocupação realizada pelo MPA e depois integrou-se à comunidade.

Apontamos essas análises como parte do que foi aprendido e desenvolvido por Tereza a partir das relações, atividade e comunicação mediadas pelo MPA. Nelas se expressam algumas diferenças entre os acordos baseados nos costumes e tradições faxinalenses e a proposta construída pelo movimento e internalizada singularmente por Tereza. Destas aprendizagens, também destacamos a forma que Tereza opera com os significados e sentidos pessoais relacionados ao socialismo e à religião, ainda de forma descritiva e concreta, atrelada à construção de relações baseadas na igualdade e no cuidado da natureza.

**Pesquisadora: Qual o sentido de organizar a produção dessa forma [coletiva]?**

Tereza: Mas o objetivo nosso, na verdade, é ter onde sobreviver com recurso natural, que é a erva, o pinhão e a criação, e proteger o meio ambiente, proteger a natureza, porque senão tiver ninguém que proteja a natureza daqui a uns anos não existe mais, destrói tudo a mata, destrói a água, então, o objetivo é ter

como sobreviver e mais tarde, né, por enquanto agora não está o socialismo, não está totalmente socialista nos faxinal, mas é trabalho em mutirão, é tirado erva, cada um tira o seu, cada um tem um espaço pra tirar, né? mas mais tarde nós queria ver fazia, pelo menos uma parte da área no plantio, tirar erva e pinhão no coletivo e dividir em parte igual pra cada um. Daí a ideia é essa, ter como sobreviver e proteger. (Entrevista concedida em 15/06/2017).

Apesar das diferenças entre a formação e desenvolvimento dos entrevistados, notamos as semelhanças entre os princípios que formam e orientam a concepção pessoal de mundo, por meio dos motivos, sentidos, necessidades e vivências relacionados ao uso comum da terra. No caso de Tereza também remetem a organização da produção e reprodução da vida a partir das condições e limites oferecidos pela natureza, em que se domina, apropria e retira dela apenas o necessário para a família e a comunidade viver. Onde a necessidade de respeitar os ciclos e tempos de desenvolvimento e maturação de seus produtos, assim como ter diferentes fontes e formas de recursos naturais para transformação em bens de uso e de troca. Reiteramos que estes princípios nem sempre são explicados e elaborados conceitualmente pelos sujeitos, contudo se materializam e organizam as relações sociais, práticas e diálogos na comunidade.

Como já apontamos na análise da entrevista de Pedro, uma característica fortemente presente na concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses é a relação entre o significado e o sentido pessoal dado à terra e os sentidos pessoais e significados atrelados à “*mãe*”. Dentre os elementos que compõe a concepção pessoal de mundo relacionados à terra destacaram-se: ser fonte de vida e riqueza (alimentos) para as pessoas que vivem no campo e na cidade; unidade e interdependência entre a terra, água, natureza e seres humanos; sentido da terra ser cuidada como mãe, fazer o que eles (camponeses faxinalenses) sabem realizar e que se contrasta com outras formas de produção que exige a derrubada da mata (transformação em campos). Assim, mais uma vez, se explicita a concepção pessoal de mundo concreta sobre a dependência vital que existe entre a terra, como parte da unidade que é a natureza, e o ser humano.

Ainda destacamos que falar sobre a terra evocou em todos os entrevistados risos, suspiros e outras expressões de satisfação e alegria, demonstrações corporais, emocionais e afetivas que também nos dão indícios da presença de vivências positivas e agradáveis na relação com a natureza, mediada pela atividade que desenvolvem. Outro ponto que destacamos é que ao indagar com quem aprenderam e/ou quem influenciou essa forma de pensar, a maioria respondeu com o pai e/ou a mãe e, no caso de Rosa, o pai e a família do marido. Apenas Tereza teve um processo diferenciado, mediado pelas experiências vividas na relação com os espaços organizados pelo movimento. Ressaltamos essa questão para reiterar que nenhuma concepção

peçoal de mundo, sentido, significado, necessidade, emoção e motivo é desenvolvida espontaneamente ou naturalmente. Nosso esforço nessa análise é se aproximar dos indícios explicativos, baseados nas relações, práticas, orientações, experiências e vivências que medeiam a internalização de forma única e irrepitível por cada sujeito. Assim, consideramos que os princípios orientadores da concepção pessoal de mundo apresentada pelos entrevistados é parte da tradição e dos costumes faxinalenses. Estes são repassados de geração em geração por meio de orientações orais dadas pelos pais e familiares e reiterada pelos sujeitos nas práticas e trabalhos cotidianos. Além disso, foram apropriados, sistematizados e elaborados por alguns movimentos populares camponeses.

Outro ponto central nesta concepção pessoal de mundo é a relação com o direito de acesso à terra para aqueles que vivem do trabalho nela. Mais uma vez, ressaltamos que a natureza e o território estão sempre em relação com as pessoas, consigo mesmo e com o outro (comunidade). Outro que tem ou deveria ter o direito de viver dos bens que ela oferece. *“E tratando a terra como mãe, a mãe trata seus filhos com igualdade, trata seus filhos de um jeito só, ela não faz diferença entre um e outro” (Pedro).*

**Pesquisadora: O que é a terra para você?**

Pedro: A terra? A terra (risos) a terra é que produz tudo o que a gente precisa. Se a gente tiver a terra tem onde plantar arvoredo, tem onde fazer a casa, tem onde plantar o mantimento, né?, tem onde os animais se reproduzirem, tem como cuidar melhor dessa terra, do nosso jeito, não só da terra mas de todo a natureza que está ali. A terra não é terra em si, terra num sentido mais amplo, né, terra e o que tem ali. Ela que nos dá esse meio de vida. Até chamamos a mãe de terra, a terra de mãe, porque é dela que nós tiramos toda a nossa vida, como nos extraímos o leite materno nós tiramos os produtos dela, e nossa concepção e eu trago de casa isso, a gente precisa cuidar da terra como mãe mesmo, tratar ela do jeito que ela precisa ser tratada e não fazer o que a gente vê por ae. E tratando a terra como mãe a mãe trata seus filhos com igualdade, trata seus filhos de um jeito só, ela não faz diferença entre um e outro. Por isso ela precisa de cuidado, apesar da gente ver fora o absurdo que fazem com a terra e a natureza. Mas a terra pra mim é isso. (Entrevista concedida em 20/06/2017).

**Pesquisadora: O que significa a terra pra senhora?**

Ianá: A terra significa tudo! A riqueza da pessoa, onde a pessoa pode tirar todo o sustento da vida, é da terra! A terra é nossa mãe, não tem pra onde ir! Ninguém vive sem terra, vocês lá em São Paulo sobrevivem da terra, porque vai pra lá os alimentos que o povo tira aqui, né? Então a terra é tudo, é a nossa mãe da vida, né? (Entrevista concedida em 02/03/2018).

**Pesquisadora: O que significa terra pra senhora, Tereza?**

Rosa: A minha filha, mas terra (risos) ... o que vou te dizer, terra é tudo pra gente... É nossa mãe! Sem ela a gente não vive, nem a criação, as pessoas, né? Mas a terra assim, do nosso jeito com o mato, a natureza. Que esses campos aberto não tem jeito. Terra precisa da natureza, água. A terra é a mãe, a água é a vida. Por isso a gente tem que proteger a terra, proteger as águas, pra ter vida e pro povo poder viver. Se nós aqui do interior não tiver terra para plantar, que do interior que vai as coisas para cidade, se não zelar das águas nós não vivemos e o povo da cidade também não. (Entrevista concedida em 13/06/2017).

**Pesquisadora: Qual significado de terra pra você?**

Tereza: A terra é nossa mãe. A terra é a mãe que dá o alimento, a terra, se nós não cuidarmos da terra, o que ela venha a sofrer pelos maus cuidados do povo, desmatamento e vários outros tipos de coisas que o povo faz em cima da terra, ela pode morrer e, daí, se ela morrer, o povo morre também. A terra é quem dá o fruto, quem dá o alimento, né? então, a terra tem que ser... nós temos que cuidar muito dela, porque senão... porque é a nossa mãe.

**Pesquisadora: Com quem a senhora aprendeu isso sobre a terra?**

Tereza: Eu aprendi com o movimento. Porque lá no Arrio Bonito, quando eu morava lá, nós não tinha esse conhecimento assim... ninguém disse pra nós assim “Olha, se você passar veneno na terra, lá na planta lá, você vai estar prejudicando a terra, você vai estar matando os bichinhos da terra que vão fazer a decomposição do mato lá, a coisa pra produzir o alimento pra terra...” a gente não tinha esse conhecimento, plantava, passava veneno e ninguém falava nada que a gente podia prejudicar e que prejudicava a vida também, que o veneno prejudica a vida da gente também. Daí, depois que a gente começou a participar do movimento foi que a gente aprendeu que a terra precisa ser cuidada. (Entrevista concedida em 15/06/2017).

Ressaltamos a fala de Tereza pela importância dos processos que experienciou, mediados pelos filhos que começaram a estudar agroecologia e pelos diversos espaços que participou no decorrer da ocupação e depois dela, como faxinalense. No seu relato fica explícito que a relação de cuidado e respeito com a natureza não é definida apenas pelas práticas no campo (agricultura), ou na relação direta para obter o sustento e realizar a produção tendo a terra como central. O que evidenciamos é a necessidade destes princípios estarem presentes nos costumes, tradição ou cultura de determinado grupo e materializar-se nas relações sociais e na forma que organizam a atividade e a comunicação. Por outro lado, também evidencia as constantes transformações que o ser humano produz, mediado pelas experiências que vivência e atribui novos sentidos, motivos e necessidades. Assim, mais uma vez, reiteramos que o conteúdo, sistemas e estruturas que formam o psíquico, o afetivo e o comportamental, não são algo inerente à natureza humana. Pelo contrário, são formados por um complexo sistema de relações, conteúdos e estrutura constituído e movido pela atribuição de sentido às experiências vividas a partir do contexto social, cultural e histórico.

Ainda atrelado ao significado da terra como mãe está o rechaço à transformação dela em mercadoria, possível de ser vendida. Entende-se que a terra faz parte dos bens coletivos da

humanidade e que todos deveriam acessar. Pedro faz uma pergunta essencial, feita por muitos sábios e teóricos, e que questiona o fundamento da organização das relações produtivas na economia capitalista:

Pedro: (...) pra mim não deveria comprar terra, não poderia ser objeto de negócio (...) porque quem aqui nesse mundo quem sabe fazer terra para vender, ne? É um bem da humanidade, a terra e os recursos naturais, a água, são bens da humanidade que não deveriam ta colocados assim quem tem dinheiro tem, quem não tem dinheiro não tem, fica sem. Não deveria ser assim, porque não iniciou dessa forma, foi o homem que transformou a terra em objeto de venda (...).

Os problemas produzidos a partir das experiências relacionadas à venda e a privatização da terra estão relacionados à produção das desigualdades sociais e a destruição da natureza. Ambos, motivados pelo desconhecimento das leis da natureza e da importância da terra para a vida humana e pela ganância.

Outro sentido pessoal fortemente presente na manutenção do uso comum da terra está relacionado à preocupação com as próximas gerações. Para Ianá, dois motivos fundamentais estão relacionados a este sentido. O primeiro está relacionado à preocupação com as próximas gerações das pessoas mais próximas, filhos e netos, e o segundo se refere à análise sobre as diferenças entre a forma que os faxinalenses cuidam e protegem a natureza, repassada para os filhos, netos e as gerações que virão, e as outras maneiras de se apropriar da natureza. Já Rosa, expressa como o sentido e motivo fundamental a compreensão da terra como essencial para garantir o sustento de quem nela trabalha.

**Pesquisadora: O que motiva a senhora a continuar morando no criadouro e eu já vou dizer lutando pelo faxinal?**

Ianá: Porque eu tenho meus filhos e quero que mais tarde eles, porque nós, como eu falei pra você, nós já estamos no fim da vida, mas tem os netos, tem os filhos, né? o futuro é deles, de ensinar eles preservarem, né, o meio ambiente e ficarem cuidando.

Rosa: (...) tem gente que pega um pedaço de terra e ele só quer saber de vender! A terra tinha que a gente viver e deixar pra as novas gerações, não para negócio! Eu, na minha é essa, eu quero viver e quero deixar pras novas gerações! porque nós ... a terra nos cria e depois nós vamos para terra também, ne? Dae porque vender? Mas tem gente só quer saber de dinheiro e destruir o que tem em cima. (...) Na verdade dono da terra é quem está vivendo em cima dela, tirando o sustento para sua família. Que nem o nosso grupo aqui, tudo tira o sustento para viver daqui, das criações, vive da erva mate, vive do pinhão, vive das águas.

(...) É que todos precisam viver, ne? Não é só um, um ter vida boa e o resto? Todos são filhos de deus, todos merecem.

Como podemos notar, os sentidos pessoais atrelados à terra, defendida como bem natural, estão relacionados à necessidade de igualdade de acesso para garantir as condições básicas de vida para aqueles que vivem deste trabalho. Rosa considera que as motivações alienadas e destruidoras que conduzem a mercantilização deste bem natural são a ganância e o acúmulo. Motivadores que são relacionados à falta de consciência sobre o lugar exercido pelo ser humano na relação com a natureza e na história. De acordo com Rosa: “(...) é a ganância de hoje pegar um monte de dinheiro e amanhã e depois? Não pensam em amanhã e depois. E nós não temos que pensar no ontem no hoje, temos que pensar no amanhã. Não é só pra ontem, hoje, tem que ser... as coisas seguem pra outros”. Assim, evidenciamos que manter o uso comum está atrelado aos sentidos e motivos que se contrapõe às consequências produzidas pela (ir)racionalidade e destruição baseados na privatização da terra.

Estas convicções, orientadoras da concepção pessoal de mundo, estiveram presentes em todos os entrevistados. De formas diferentes, com mais ou menos elaborações explícitas, apontam para a manutenção do uso comum motivada pelos prejuízos produzidos pela propriedade privada. Aprendizagem que ocorreu especialmente depois da vinda da madeireira, mas que também tem sido reafirmada com as ocupações e assentamentos realizados pelo MST. Os assentamentos são próximos às comunidades e são divididos em lotes de dez alqueires por família. As áreas ocupadas pelos integrantes do movimento, na grande maioria, são áreas com vegetação nativa, como os faxinais. É importante destacar que a mata tem sido derrubada, geralmente, por dois motivos: primeiro para ser meio de sobrevivência das famílias até iniciarem a produção, já que não há políticas públicas eficientes e abrangentes de apoio à ocupação das áreas e produção de alimentos. Segundo, para preparar o solo para a produção de grãos e outras formas de produzir que demandam a “terra limpa”, ou seja, sem a vegetação nativa.

O que notamos é que para os camponeses faxinalenses esse modelo de apropriação da terra tem produzido desmatamento e privatização/individualização tanto quanto a empresa produzia. Para eles “individualiza a terra, individualiza a gente. É assim, perde o uso comum, perde o costume” (Rosa). Como já apresentado, eles atrelam essa forma de organizar as relações produtivas, de forma privada, a sentimentos, desejos, ideais que prejudicam as pessoas, a natureza e o futuro das próximas gerações. Destacamos essa explicação, pois notamos que ela está fortemente presente na concepção pessoal de mundo dos entrevistados e dos demais

camponeses faxinalenses, sendo uma forte influência na relação com o uso comum. Mesmo Tereza, que comparada aos demais entrevistados possui menos tempo de experiência nessa forma de organizar a produção, aponta esse como o sentido principal para permanência do uso comum: *“Eu acho que o sentido é de não ter um dono... porque quando você é dono de alguma coisa, é mais fácil você se desfazer dela. Porque a gente que nasceu no individualismo, que cresceu no individualismo, a gente ainda tem individualismo dentro da gente. (...)”*. Tereza segue relatando e explicando sobre a forma de ocupar do MST, a mercadorização da terra e a destruição da natureza. Em suas palavras: *“E a gente vê que é uma coisa que está estragando para o futuro, até pra eles mesmos”*.

A experiência de ver a destruição da natureza produz sentimentos e emoções desagráveis, uma mistura de tristeza, desacordo, preocupação e impotencialidade diante da situação. As emoções, afetos, sentimentos e sensações negativas são manifestados sempre que se toca nessa temática, sendo um dos principais motivadores de sofrimento nos sujeitos. Junto a isso denunciam que o Estado não faz nada para impedir o desmatamento e que as leis servem apenas para *“os mais pequenos”*. Em essência, a vivência negativa relacionada ao desmatamento da floresta e a privatização da terra está relacionado à consciência concreta das premissas fundamentais para a vida humana, a igualdade e a solidariedade. E, em contrapartida, na condenação da irracionalidade e corrupção que orienta a ganância e a busca do acúmulo.

**Pesquisadora: E como a senhora se sente quando vê essas coisas (privatização e desmatamento)?**

Rosa: É muito triste pra gente, porque isso leva à destruição e sofrimento pro próprio povo. O povo mesmo que vai sofrer, sofre com a falta das coisas. (...) E eu, não sei, se ver uma pessoa sofrendo... (choro) não gosto de ver. Não gosto de ter as coisas e, o que eu tenho quero que meu irmão, meu vizinho tenha também, né. Como diz o caso, eu não gosto de eu ter o pão para comer ... (choro) ... e ver uma criança, um outro sem ter, quero que todos tenham igual ... (silêncio). Às vezes o pessoal fala “tanto trabalharam e não tem nada!”. Mas eu tenho, trabalhamos. Tem bastante gente que entrou aqui (se referindo as famílias integrantes do MST) depois de nós e tem carrão e nós não temos nada. Nós temos! Temos saúde, temos amizade, tem o que comer e quem chegar pode comer conosco. O que mais nós vamos querer? Um carrão? Pra nós isso não vale nada.

**Pesquisa: Quem ou o que influenciou essa forma de sentir e pensar, Rosa?**

Rosa: Mas esse jeito acho que peguei daqui, da família do Jonas. Na minha família não, nós vivia na terra de cultura. O pai tinha vinte alqueires e cada um plantava individual e era um jeito diferente. Apesar do pai ser muito bom a mãe não era e meus irmãos se criaram tudo ruim, menina. Bandido mesmo, de enganar e lograr os outros. E aqui não já era o costume de ajudar os outros, cuidar pra que ninguém passa necessidade. O Jonas, se ele souber que alguém tá passando por alguma dificuldade, falta de alguma coisa, ele pega o que tem e divide. Acho que vem dae, a gente vai vendo e aprendendo. (Entrevista concedida em 02/06/2019).

**Pesquisadora: E como você se sente vendo isso? Como é pra você?**

Tereza: Mas eu me sinto... sei lá, a gente se sente mal, né, porque é uma coisa que você não pode fazer nada e, sei lá... não concorda com isso, mas não pode fazer nada também, porque a lei parece que está do lado deles, não faz nada (...).

**Pesquisadora: Quem influenciou essa forma de pensar e sentir relacionado à terra?**

Tereza: Mas foi o movimento também. Porque o movimento prega isso, e nas escolas que o piá estudou [agroecologia] também e eles aprenderam sobre isso, daí eles comentavam com nós e nós fomos aprendendo com eles também! (Entrevista concedida em 14/01/2019).

A partir do relato de Rosa, evidenciamos que os afetos e emoções de solidariedade são construções sociais históricas. Sendo assim, precisam ser materializadas em relações, atividade e comunicação para serem experiências atribuídas de sentidos positivos e agradáveis e produzam interesse, desejo, vontade de serem novamente experienciados pelo sujeito. Processo que está na base da formação de novos sentidos, motivos, desejos, necessidades que orientam os comportamento e ações do sujeito na atividade desenvolvida. Processo explícito de forma mais catalisada e contundente na história de Tereza, contudo que perpassou nos relatos de todos os entrevistados.

## **6.6 Solidariedade em busca da igualdade e em contraposição à exploração e à pobreza**

Nesta subcategoria, buscaremos apresentar outro princípio - identificado como essencial - nesta forma de organizar a produção e reprodução da vida. A solidariedade, assim como a relação de interdependência e unidade com a natureza, foi evidenciada como um dos princípios orientadores da forma como se organizam as relações sociais nas comunidades investigadas, característica que é sustentada por uma concepção fundamentada, prioritariamente, no respeito e consideração pela vida humana, pois tem as necessidades do homem e da mulher como centro das preocupações e definições individuais. Neste sentido, nosso esforço será descrever e explicar como este princípio é experienciado, internalizado, vivenciado e atribuído de sentido pelos sujeitos, a partir da materialização nas relações, atividade e comunicação.

Uma das formas de materialização da solidariedade está no próprio uso coletivo do território. Como já descrito, algumas famílias possuem o título da terra, outras moram sem ter o título, contudo são posseiras. Outras, no entanto, não possuem nem o título e nem a posse da

terra. Entretanto, todas que vivem na área de uso comum podem criar os animais para seu sustento e renda. Na comunidade de Ianá os recursos do extrativismo (pinhão e erva-mate) são retirados por meio de trabalho em mutirão e divididos igualmente entre as famílias que vivem na comunidade. Já na comunidade de Rosa e Tereza, a retirada dos recursos naturais está atrelada a posse e ao título da terra e aos novos acordos realizados na associação comunitária. Estes acordos se referem, especialmente, a possibilitar o acesso aos bens naturais de forma mais igualitária, principalmente para as famílias que não têm a posse e nem o título da terra. Estas geralmente foram agregadas por uma das famílias da comunidade, na maioria das vezes são parentes ou conhecidos. A partir destes novos acordos, já relatados anteriormente, as famílias que não tinham a possibilidade de acesso ao extrativismo passaram a se apropriar destes recursos nas áreas ocupadas pelas famílias que eram do MPA.

Entretanto, existem casos em que pessoas que estavam passando por necessidades e se aproximaram, ou já são próximas de alguma das famílias que vivem no faxinal, e que são acolhidas por ela e pela comunidade. Como exemplo descreveremos o caso mais recente que acompanhamos em uma das comunidades. Trata-se de Mario. Um homem de 50 anos que conhecemos na casa de Rosa, onde permanecia no decorrer de nossas imersões na comunidade. As primeiras vezes que o encontramos era um homem calado, semblante entristecido e com problemas de saúde. Seis meses depois, final de julho 2019, deparamo-nos com uma pessoa que se expressava de outra forma; apresentava-se como um sujeito ativo, que relatava com certa segurança e prazer as atividades que estava realizando.

O relato de Rosa que utilizaremos se refere à última entrevista que fizemos, ou seja, passados seis meses da chegada de Mário na comunidade. Rosa conta que o conheceu por intermédio do marido (Jonas), que atualmente está preso por questões relacionadas às disputas de terra<sup>24</sup>. Por vezes, durante a prisão, Mário ficou doente e, quando internado, não tinha familiares para acompanhamento e cuidados. Como a instituição não providenciava os remédios necessários, Jonas entregava a receita para Rosa comprar os medicamentos. Ela também levava roupa e comida para Jonas e os demais detentos que dividiam a cela com ele.

Antes de ser liberado, Mário comentou com Jonas que não tinha para onde ir. Não queria voltar para a cidade onde a família morava, pois não se sentia confortável com eles e não tinha

---

<sup>24</sup> Não nos deteremos na análise do caso de Jonas, contudo como já descrito nessa pesquisa, ocorreram muitas situações de violência nas comunidades devido às disputas de terra. Desde 2017, ano que iniciei a pesquisa neste município, foram 14 assassinatos em uma abrangência de aproximadamente quarenta quilômetros que compõe a zona rural, ou seja, com baixa população absoluta.

peessoas próximas na região. Deste processo se desdobrou a ida dele para a comunidade, como relata Rosa.

Rosa: Pois Seu Mário nós não conhecia. Ele se queixou pro Jones que não tinha família. Antes nós já tinha ajudado, comprado os remédios pra ele, que tava muito doentio. Você veja que situação do pobre, sozinho e doente. Dae ele disse pro Jonas que não tinha pra onde ir. O Jonas chamou (cita o nome do irmão de Jonas que mora sozinho na casa ao lado da casa de Rosa) pra ver se ele queria. Dae nós conversamos com os vizinhos e a maioria também aceitou. (...) Dae pra ele sair precisava de um comprovante de residência. Eu levei e entreguei lá. Quando vê ligaram aqui e disseram que ele estava vindo. Veio direto pra cá, sem conhecer nada. Mas o pessoal lá deu as informações bem certinhas de como chegava... Mas queria que você vesse o estado que ele chegou. Ficou dois meses de cama menina. Nós levamos pra consultar, compramos os remédio, cuidamos dele. Dae aos pouquinhos foi firmando, começou de lidar com uma coisinha, com outra. Tudo à vontade dele... Dae eu fui pra cidade, fiz um bloco de produtor no nome dele. Pra ter uma garantia né? pra mais tarde ter os direitos. Dae foi indo, foi indo que oh, já pegou o nosso jeito, tá lidando com as coisas. E faceiro que você ta vendo né? Esse tempos ele disse que quando chegou achou que não ia prestar pra nada. Mas é assim mesmo, que não é fácil se recuperar (...) E agora, oh a porquinha que nós demos pra ele, semana passada criou sete leitão, já é um começo né? é dele. Ele colocou as galinhas pra chocar, e assim vai indo, vai tendo as condições de viver né?

**Pesquisadora: O que motivou receber ele aqui?**

Rosa: Dá dó das pessoas! Que nem ele não tem ninguém. Nem roupa o miserável tinha. Oh as roupas que ele tá usando era do Jonas. O Jonas disse pra dar todas as roupas dele: “Pra que vai ficar guardada bolorando”. E ele (Mário) tá ae faceiro usando. Assim que o Jones sair ele disse que vai dar um jeito de fazer uma casinha pra ele (Mário) viver com os faxinalenses (risos)... Se ele quiser né? (...) Meus irmãos falavam que nós somos uns “burros” que nós podia ter uma quatro mil (caminhonete). Mas se nós morrer nós não levamos quatro mil, não adianta. Não levamos caminhão, não levamos nada! E essas coisas não adianta. Oh eles (irmão) lograram, passaram a perna em muita gente. A mãe o que logrou de gente, e o que adiantou? Nada. Morreu sem nada.

**Pesquisadora: Com quem você aprendeu a ajudar os outros?**

Rosa: Mas aprendi aqui, com eles.. que aqui já tinha esse costume, toda família do Jones. Aqui já era o costume de viver tudo assim, junto. Tudo usavam, tinha alguma divisa, cada um sabia por onde era, mas era tudo livre para as criação. Tudo tinham pra poder viver. (...) Eu vim pra cá com 12 anos, uma criança né? (risos). Me criei com eles e eles tinham esse costume, viviam ajudando os outros.

**Pesquisadora: O que eles falavam?**

Rosa: Ah sempre falavam que a gente precisa viver em união e que terreno Deus deixou pro povo viver e não pra negócio. E muitos só queria negócio, dinheiro e não pensava na vida das pessoas. Como diz o caso, a gente é passageiro a gente vai passando e vai vindo os outros, então precisa ter... e tem gente que não quer deixar as coisas para os outros. Tem até hoje a gente vê “bobagem deixar as coisas pra quem não quer”. Mas Deus deixou pra tudo. Deus não dividiu ninguém, esse é melhor ou esse é pior. E meu pai já morava em um lugar que não era assim, era dividido, pra lá é meu, pra lá é teu. Não entrava uma criação do outro.. e aqui já era diferente. No começo a gente ficou pensando, mas era criança ne? E tava acostumada de outro jeito, em outro costume, não desse jeito.

### **Como você se sente quando está ajudando alguém?**

Eu me sinto bem. A gente tem prazer em ajudar... [chora]. A (cita o nome da filha) não queria saber mais dessa lida. Mas ele (Jonas) aconselhou “não é por que estou aqui que vocês vão abandonar a lida”. Que a (cita o nome da filha) queria sair da presidência da associação, queria largar tudo depois que ele foi condenada. Disse que não queria mais nada. “Oh o pai por modo de ajudar os outros tá na cadeia!”. E ele “não Deus sabe o que nós estamos fazendo. Não importa a justiça. Continuem na lida, continuem ajudando os outros, se organizando, não parem! Por favor, não parem!” ... (choro e silêncio). (Entrevista concedida em 02/06/2019).

Apoiaremos-nos nos indícios apresentados no relato de Rosa no que se refere à atribuição de sentido às experiências vivenciadas. Essencialmente, é possível analisar como as relações, comunicação e atividade presentes no cotidiano faxinalenses, são organizadas, interpretadas e assimiladas pela entrevistada. De início destacamos que essa maneira de pensar, sentir e agir foi formada principalmente depois que Rosa passou a conviver com pessoas que possuem costumes sustentados por uma concepção de mundo e de sociedade particular, como ela mesma ressalta: *“No começo a gente ficou pensando, mas era criança ne? E tava acostumada de outro jeito, em outro costume, não desse jeito.”*. Assim, apontamos que é a partir das experiências, relações, orientações e diálogos vividos no faxinal e internalizados por Rosa que essa maneira de conceber o ser humano, a comunidade e a sociedade foram se desenvolvendo. Aprendizagem e desenvolvimento fortemente influenciados pelas pessoas mais próximas, como o marido e a família dele, sempre citados pela entrevistada como referências na sua forma de pensar, agir e sentir.

Outro ponto relevante são os indícios de que o uso coletivo do território é mantido, essencialmente, por um profundo respeito e valorização à vida do ser humano. Valorização e respeito que passam pelo imperativo real e concreto de suprir as necessidades básicas das pessoas/famílias que vivem na comunidade ou de pessoas próximas que estão passando por dificuldades, como Mário. A forma de suprir as necessidades básicas, conhecida pelos camponeses faxinalenses, passa fundamentalmente pelo direito de acesso à terra, para morar e produzir. *“Ah sempre falavam que a gente precisa viver em união e que terreno deus deixou pro povo viver e não pra negócio. (...) Mas Deus deixou pra tudo. Deus não dividiu ninguém, esse é melhor ou esse é pior.”*

Aqui, fica evidente que a contraposição à lógica da privatização, mercantilização da terra e a manutenção deste bem em comum, está atrelado ao princípio de que todos, igualmente, devem ter acesso as condições básicas vida (moradia, alimentação, trabalho). Princípio, na maioria das vezes, relacionado à crença religiosa. Nela (crença religiosa) os camponeses

faxinalenses localizam os ideais de justiça e igualdade que dão sentido às ações e práticas efetivadas na comunidade, como explicado por Jonas e relatado por Rosa: *“Oh, o pai por modo de ajudar os outros tá na cadeia!”*. E ele *“não Deus sabe o que nós estamos fazendo. Não importa a justiça. Continuem na lida, continuem ajudando os outros, se organizando, não parem! Por favor, não parem!”*. Notamos que a religião é tanto referência e apoio para a justiça social, diferente da que tem sido experimentada pela família, quanto incentivo e motivo para manter a organização comunitária.

A vivência da prisão de Jonas nos dá indícios importantes sobre como as experiências são analisadas, orientadas e interpretadas no processo de atribuição de sentido. Inicialmente a condenação foi vivida como um golpe que produziu revolta e tristeza na família e na comunidade. Experiência que fez com que uma das filhas de Jonas e Rosa não quisesse mais participar dos espaços comunitários. Ela atrelou a prisão do pai à perseguição política devido a atuação na comunidade e na APF. Contudo, vemos o papel de mediação e orientação na construção de novos sentidos à situação exercida por Jones. Função desenvolvida a partir da relação e dos diálogos que podem contribuir na mediação e produção de outras interpretações sobre a situação experienciada. Ação que, além de consolar o sofrimento familiar, incentiva, fortalece a necessidade, vontade e desejo de seguir participando e se organizando na comunidade.

Retomando as vivências de Rosa, entendemos que as relações interpessoais e práticas solidárias efetivadas por ela e atreladas ao costume e à crença religiosa, produzem vivências agradáveis e positivas, essencialmente por estarem relacionadas a relações de ajuda, troca e compartilhamento. Fazer que produz sensação de realização e bem-estar, por serem alicerçadas em motivos, sentidos e necessidades relacionadas ao fundamental e genuinamente humano, como ela mesma relata: *“Eu me sinto bem. A gente tem prazer em ajudar.”*

A presença de sentimentos positivos relacionados à experiência de ajuda e colaboração nos dá indícios de como Rosa atribui sentido a essa vivência. Cabe apontar que os motivos expressos por Rosa se referem a descrições da situação concreta da vida de Mário, bem como às análises do contexto social e de suas próprias vivências a partir de relações diretas com a situação, sem a abstração e generalização dos conteúdos. Da mesma forma, Rosa avalia as críticas recebidas pelos irmãos, que possuem outra concepção pessoal de mundo. Concepção que tem como orientador o rechaço ao acúmulo de mercadorias, pois se contrapõe ao que é essencial para a vida humana, a produção do valor de uso, a solidariedade e o compartilhar. (...) *Meus irmãos falavam que nós somos uns “burros” que nós podia ter uma quatro mil (caminhonete). Mas se nós morrer nós não levamos quatro mil, não adianta.”*

Como síntese, ressaltamos que buscar evidenciar a formação da concepção pessoal de mundo de Rosa não é só um processo de desenvolvimento de estruturas, relações e sistemas internos. É, sobretudo, um sistema de relações interpessoais, práticas e comunicação, organizadas, orientadas, realizadas e interpretadas por um determinado grupo social, situado em uma determinada sociedade e momento histórico. É a partir deste contexto social e geração que o sujeito se situa, internaliza e assimila, de forma única e irrepetível, o que lhe é disponibilizado por meio das relações, atividade e comunicação. Evidenciamos que as inter-relações que mais influenciaram Rosa foram de pessoas que estavam próximas. Relações perpassadas por características de confiança e sentimentos positivos, como admiração e afeto. Consideramos que essas qualidades são determinantes para que as experiências vividas por Rosa produzissem sentidos positivos e desencadeassem aprendizagens tão transformadoras. Processo que mediou a formação de novos motivos, interesses, necessidades, desejos, sentimentos positivos na relação com o uso comum, que continuou sendo buscado e produzido por Rosa.

Esse processo fica ainda mais evidente no relato de Rosa sobre as primeiras experiências vividas na comunidade. Como já apontamos, a prática de dividir alimentos é um dos elementos que conforma o costume das famílias faxinalenses. A troca da carne, especialmente suína, iniciou-se também pela impossibilidade de armazenar este alimento, já que não existia refrigeração. Assim, desenvolveu-se o costume de que cada família que matava um animal (carneava), dividia com os vizinhos as partes. Ademais, os animais são abatidos em casa, sempre contando com a ajuda dos vizinhos. Dessa forma, as famílias obtinham carne fresca com frequência, já que essa é uma das bases da alimentação familiar. Esse costume não era conhecido por Rosa, por isso nos relatou o sentimento de estranhamento produzido nas suas primeiras experiências.

Rosa: O costume deles já era aquele ali e eu fui aprendendo, daí... carnear um porco... no começo ainda ficava pensando, porque era carnear e repartir, né? era difícil, porque era diferente. Carneava, um levava um pedaço, outro levava outro, a gente ficava pensando que era só um pouquinho. Daí a gente foi aprendendo que aquele era o costume. Levava esta semana e na outra semana voltava outro pedaço, a gente ficava com menos carne nesta semana, mas na outra semana vinha fresca outro pedaço. Então a gente já pegou aquele ritmo que era assim, ia e voltava, né? na semana você dava um quarto de porco para aquele vizinho ali, na outra semana outro estava gordo, no outro mês, ia carnear ele já trazia de volta, ia um pedaço pra outro lá e o outro trazia de volta, era assim, era compartilhado os pedaços das carnes e criava tudo junto mesmo. (...) Igual criava aquela porcada na frente da casa, mas ia ver tinha de quantos donos, né? não era só de um. Não chegava e dizia é só meu, não. Você vê aí, né? agora, essas criação, você pensa que é tudo meu, mas não é, é de

fulano, sicrano, sicrano... às vezes estão todos reunidos aqui e de tarde estão tudo lá pra casa de outro vizinho, né? (...)

**Pesquisadora: Como você se sentia?**

Rosa: No começo não era bom né? a gente não entendia, tinha outra cabeça. Mas depois eu achei muito importante, aquele tipo que fazia. As festas que faziam! Que lá onde eu morava eles faziam a festa, mas pra você ir lá naquela festa, você tinha que comprar, né? tinha uma festa da igreja lá, você ia lá e se quisesse comer uma carne que estava assada lá, você tinha que comprar. E lá fazia aquelas festas de São Sebastião, São João, Romaria, era várias! Você ia lá e não precisava você pagar, você ia lá e tinha as carnes tudo gratuitamente pro povo comer. Tudo tinha, ali tinha... (...) Os trabalhos que era feito junto. Então era bom, foi aprendendo e pegando o jeito da coisa. Hoje, pra mim, não tem coisa melhor.

**Pesquisadora: O que motiva a dividir as coisas?**

Rosa: Mas já é o costume do povo assim. E é a forma que mantinha o povo unido, já era desse jeito e a gente continua. Se bem que agora diferenciou muito com a vinda do (cita o nome da madeireira) e com esse pessoal de fora (faz referências as pessoas do MST). Eles se for uma criação já matam. Nada pode. Então hoje já ficou mais ruim para o pessoal. (Entrevista concedida em 27/01/2018).

Como podemos perceber, a experiência de troca dos alimentos e de criar os animais à solta e junto, foi aprendida por Rosa a partir da chegada na comunidade. Experiências que inicialmente produziram desconforto na entrevistada, pois, como ela afirma: “(...) *no começo ainda ficava pensando, porque era carnear e repartir, né? era difícil, porque era diferente (...)*”. Contudo, as experiências foram sendo apropriadas a partir da realização das práticas e das observações sobre essa outra forma de organizar as relações de produção e reprodução da vida familiar e comunitária. Estas dizem respeito tanto a troca da produção, como neste caso a carne, quanto o trabalho de cuidado dos animais, como explicado na entrevistada.

Mais uma vez, destacamos que a forma de aprendizagem destes costumes está baseada na observação e repetição das práticas realizadas pelos familiares. Essas experiências, aprendidas de forma direta e com uso de explicações orais, tem influências na forma que são assimiladas e explicadas pelos sujeitos. No caso analisado, as explicações estão atreladas à descrição de situações e eventos concretos. Isso não quer dizer que estes princípios não sejam essenciais na orientação da concepção pessoal de mundo, de ser humano e sociedade dos sujeitos. Compreendemos que eles orientam, contudo, não são compreendidos e explicados de forma abstrata, generalizada e conceitual. Limites que produzem a atribuição de sentidos e motivos à forma de organizar as relações e atividade a partir da repetição do costume aprendido com as gerações anteriores. “*Mas já é o costume do povo assim. E é a forma que mantinha o povo unido, já era desse jeito e a gente continua*”. Organização, por sua vez, que tem outros princípios, em que a produção com valor de uso e a troca direta é essencial na manutenção da

produção e reprodução da vida familiar e comunitária. Sendo este um dos princípios que orientam o costume faxinalense e as vivências destes sujeitos. Materializam-se nas relações sociais e práticas vividas de forma agradável e positiva, produzindo desejo, interesse, vontade e motivos para continuarem sendo realizadas e reproduzidas, como contada por Rosa. “(...) *foi aprendendo e pegando o jeito da coisa. Hoje, pra mim, não tem coisa melhor*”.

**Pesquisadora: A senhora usou o termo faxinalense, qual é o sentido de ser faxinalense?**

Ianá: Faxinalense é o que eu falei pra você, se criar no meio do criadouro, cuidar dos porco, ter tradição de cuidar da lavoura e viver em comunhão com os outros, é ser faxinalense! Porque os que não são do faxinal, já cada um quer fechar seus pedaço, né? se ele tem um terreno, é dele! Se ele tem uma área de 20 alqueires, é dele! Se ele tem uma área de 30 alqueires é dele! Só ele pode criar! E os faxinalenses já criam em comum! Ser faxinalense é tudo o que é coisa em comum! E saber cuidar da natureza, né? cuidar das árvore, não derrubar, não queimar, porque aqui é assim, né? (...).

**Pesquisadora: a que a senhora atrela essas diferenças entre quem mora no faxinal e quem é de fora?**

Ianá: Mas isso já vem do costume. A gente que se criou assim, aprendeu desse jeito. Tem consciência né?

**Pesquisadora: O que motiva manter o criadouro em comum?**

Ianá: Ah, mais... é o que eu te falei, é que todo mundo tem que ter fartura ... porque se todo mundo poder criar, você veja bem, todo mundo criando a pessoa vai ter mais alimento na mesa, né? mais meios de vida, né? porque o faxinalense já veio de antigamente. Eu falei, quando eu nasci já lutava com isso, aqui dizem que faz só cinco anos que nós lutamos com esse movimento, eu digo “Mas Seu [cita o nome de um morador], o senhor veja bem, quando eu nasci nós já lutava! A minha mãe já...”, nossos pais já eram, nossos avô já eram, nossos parentes já eram, né? já lutavam assim (...).

**Pesquisadora: Com quem a senhora aprendeu isso e o que as pessoas falavam sobre isso?**

Ianá: As pessoas sempre falavam que é importante, né? é importante que a pessoa trabalhe junto que daí como eu falei, né nenhum vai ter menos que o outro. Veja bem, se eles colherem lá dez cargueiro de milho, e estiverem trabalhando em dez, cada um vai receber a sua parte. É assim.

**Pesquisadora: E quem influenciou nessa forma de pensar, dona Ianá?**

Ianá: A minha mãe e meu pai sempre falavam nessas coisas, que a gente não pode pensar só na gente, a gente tem que pensar nos outros também, no direito dos outros, né? (...) (Entrevista concedida em 02/03/2018).

As explicações de Ianá apontam para o que temos evidenciado como princípios explicativos e orientadores dos costumes faxinalenses. Sentido que provém da significação e de como Ianá interpreta o significado sobre ser faxinalense. Essa interpretação decorrente dos seus motivos e dos sentidos dos quais saem os motivos para as ações e são a base do domínio cultural do comportamento. De acordo com Ianá o sentido de ser faxinalense, aprendido com os pais, está atrelado à “(...) *tradição de cuidar da lavoura e viver em comunhão com os*

*outros(...)E saber cuidar da natureza (...)*”. Destes sentidos, e em relação com eles, produzem-se os motivos para a organização das relações sociais e atividades no faxinal que estão relacionadas à necessidade de que “(...) *todo mundo tem que ter fartura*” (...). No decorrer da entrevista indaguei o significado de fartura e obtive a seguinte resposta: “*mas é fartura pra comer. Por que você veja, você usando assim você poder criar à vontade. Aqui nós combinamos uma quantidade por família, que é a quantia pra que a pessoa possa viver bem*”.

Notamos que o significado de fartura para Ianá está atrelado a ter a quantidade necessária para a família viver, sem relação com o acúmulo. Acúmulo que em certa medida é impedido pelos próprios acordos realizados pela comunidade, que limita a quantidade da criação por família, como descrito pela entrevistada, mas que não aparece como algo desejado ou que desperta interesse nos entrevistados. Pelo contrário, o acúmulo é apontado como causador da destruição da natureza e da produção da pobreza.

Outro sentido importante é o dado à forma de organizar as relações nas atividades desenvolvidas coletivamente, nomeados de mutirão. De acordo com Ianá, essas atividades também são uma forma de garantir a igualdade entre os moradores “(...) *é importante que a pessoa trabalhe junto que daí como eu falei, né nenhum vai ter menos que o outro. Veja bem, se eles colherem lá dez cargueiro de milho, e estiverem trabalhando em dez, cada um vai receber a sua parte.*” A concepção de que a organização das relações de trabalho seja de forma coletiva, como mediador de uma divisão mais justa e igualitária das tarefas e produtos, também está presente nos outros entrevistados. Neles, assim como em Ianá, estão presentes outros motivos como, por exemplo, a realização das atividades de forma mais rápida e prazerosa para manter a união entre os moradores.

Ianá relacionará a importância da união com a efetivação dos direitos iguais “*a união [se referindo a importância do mutirão] porque tudo que um faz o outro também faz, o que um recebe o outro também recebe, então tem os direitos são iguais, né?*”. Ao indagarmos o sentido dos direitos iguais, a entrevistada novamente remete as atividades realizadas na comunidade, a participação, divisão na realização do trabalho e da produção. Elementos que compõe a garantia de suprir as necessidades básicas das famílias de forma justa e igualitária.

**Pesquisadora: O que significa esses direitos iguais?**

Ianá: Direitos iguais é que todo mundo tenha, no que plantar, no que criar, né? os direitos iguais é que todos mande do mesmo tamanho, da mesma quantia que os outros mandam, né? [Segue relatando a divisão dos trabalhos na comunidade e exemplo das pessoas que participam e outras que não participam] (...). Se você trabalhar no mutirão em tudo quanto é coisa que tem, proteção de água, nas fonte de água tudo, você tem os mesmos direitos dos

outros! Se você ajudar a fazer cerca você tem direito... agora, se você não quer trabalhar no mutirão, daí você vai ficando de um lado, as pessoas vão te tirando, sai, né? frequentar as reunião. (...)

**Pesquisadora: Com quem a senhora aprendeu sobre os direitos iguais?**

Ianá: Dos direitos iguais a gente já tinha estudado que as coisas comum é pra todo mundo usar, né? mas depois com o pessoal que vinha aqui explicar, pessoal dos movimentos, o seu Pedro. Ele que colocou na nossa cabeça a importância de fazer assim, os acordos, os trabalho, no comum, se organizar. Que nós não fazia né? (Entrevista concedida em 02/03/2018).

A utilização do conceito de direitos iguais para explicar formas de organização do trabalho mais justa não foi utilizada pelos outros entrevistados diferença relacionada à formação de Ianá e o uso da leitura para se apropriar dos conceitos sistematizados historicamente. Como ela mesma apontará, o termo foi aprendido em leituras, contudo politizado e relacionado com as práticas na comunidade a partir das discussões realizadas em grupo para definir os acordos. Organização que passou pela influência e orientação de Pedro *“Ele que colocou na nossa cabeça a importância de fazer assim, os acordos, os trabalho, no comum, se organizar. Que nós não fazia né?”*. Este processo evidencia a influência das inter-relações no enriquecimento da atribuição de sentido pessoal ao significado dado para direitos sociais. Neste caso, também aponta para a importância da discussão do conceito a partir das necessidades e organização da vida real e concreta dos sujeitos, bem como para a formação de novos sentidos e motivos para o planejamento e orientação das ações, individuais e coletivos.

Neste sentido, a centralidade apontada por Ianá também está presente nas falas do demais entrevistados. Falas essas baseadas em motivos provenientes do sentido e da busca por igualdade de participação nos espaços coletivos da comunidade, ou seja, realização dos trabalhos e distribuição da produção (bens de uso). Atrelado a isso, está a concepção pessoal ser humano que busca a igualdade por meio da solidariedade: *“a gente não pode pensar só na gente, a gente tem que pensar nos outros também, no direito dos outros, né”*.

Ainda sobre as descrições e explicações dadas por Ianá, destacamos o reconhecimento feito por ela das diferenças entre o uso coletivo da terra e a apropriação privada. Como a mesma aponta: *“Porque os que não são do faxinal, já cada um quer fechar seus pedaço, né? se ele tem um terreno, é dele! Se ele tem uma área de 20 alqueires, é dele! Se ele tem uma área de 30 alqueires é dele! Só ele pode criar!”*. As explicações dadas remetem às experiências vividas, observações e aprendizagem por meio das orientações e ensinamentos repassados pelos pais. Ressaltamos, novamente, que essa explicação ajuda e dá força para que Ianá siga se organizando e mantendo seu modo de vida. Entretanto, não explica as diferenças essenciais na forma de

conceber o ser humano e a sociedade presente nas formas de organizar as relações sociais, a atividade e a comunicação na qual eles estão inseridos.

Tereza apresentará sentidos, motivos, necessidades e significados semelhantes aos dos demais entrevistados. Entretanto, com particularidades próprias e que relacionamos às influências do processo educativo experienciadas nos espaços organizados pelo MPA e mais recentemente da APF. Processos que mediarão a aprendizagem e desenvolvimento de outras formas de se relacionar com o território de uso comum. Relembramos que Tereza não aprendeu sobre o uso comum a partir dos costumes e tradições faxinalenses, mas a partir da organização das relações sociais, atividade e comunicação que experienciou no acampamento e nos espaços de formação política organizados pelo MPA, pelas vivências na APF e na comunidade.

Nesse sentido, destacamos que a análise feita pela entrevistada aponta os limites e contradições dos costumes faxinalenses. A entrevista deixa clara a necessidade de distribuição das áreas e dos bens de forma mais igualitária, motivada pela necessidade de que todos tenham as mesmas condições no acesso, produção e distribuições do que o território possui. O que, de acordo com Tereza, ainda não ocorre no faxinal.

Além disso, a entrevista relaciona os motivos para as mudanças na comunidade, o que a torna um exemplo para outros lugares. A entrevistada explica que, assim como eles aprendem com as experiências de outras comunidades, sua comunidade também pode incentivar outras pessoas e comunidades. Outro destaque é o sentido atrelado ao trabalho coletivo (mutirão) que para ela está relacionado ao compartilhar. Esses elementos, que são essenciais na organização das relações sociais e atividade, nos dão indícios de que Tereza desenvolveu um nível de abstração e generalização maior que Rosa e Ianá, explicados pela participação nos espaços de formação já citados. Também apontamos a relação do uso comum ao conceito de socialismo a ser um projeto de Deus como evidência da formação de novos desejos, interesses, necessidades, sentidos, motivos e significados.

**Pesquisadora: O que te motiva a querer transformar em comum, Tereza?**

Tereza: eu acho que é pra que, daí, todos tenham! Porque se... que nem, por enquanto, tem umas partes de área aí que não tem quase nada de pinhão e erva. Tem uns aqui na frente, pra cá. Até tem uma aqui no meio também, que tem só um pedacinho no meio de mato, que tem erva e pinhão, deu mais ali era pinho. Era pinho que deu e ficou, então pra eles não tem muito recurso dentro da área. E daí na hora que entrar no coletivo, daí todo mundo vai ter parte igual. Daí todo mundo vai ter como sobreviver em cima da área, tirando parte igual das coisas. Só que eu penso assim, que não é fácil de conseguir, mas eu penso assim, que seria bom se a gente conseguisse construir a comunidade faxinalense onde todo mundo tivesse... o que um tivesse, outro também. Se um tem uma casa boa, o outro também. Se um tem um carro bom, o outro

também, se um tem dez vacas, o outro também. Eu acho que teria que ser assim, todo mundo ter a mesma quantia de coisa dentro do território faxinalense, ninguém ter mais que o outro. Só que não é fácil, né? Porque o povo, a maioria é individualista. Daí sempre não entra nessa de... porque que nem o seu Pedro sempre fala, nos encontros que ele vai, nas palestras que ele faz, que o projeto do faxinalense é o projeto de Deus, é o projeto bíblico que tá em Coríntios, que os Apóstolos vendiam o que tinham e dividiam entre todos, entre eles ninguém passava necessidade. Então, a ideia do faxinal que eu queria, é que fosse assim... que todo mundo tivesse igualdade, ninguém tivesse mais que ninguém. Só que eu não sei se um dia a gente chega lá, não é fácil [riso contido].

**Pesquisadora: Ontem você comentou que você “era individualista”, “foi criado no individual” e com a experiência no acampamento e no movimento você mudou a forma de pensar. O que influenciou para você nessa mudança?**

Tereza: Mas é por causa que a gente pensa no socialismo, em um socialismo grande, na verdade. A gente acredita que o socialismo é uma coisa boa. Então, eu acho que seja isso, que a gente... porque é um projeto de Deus, porque Deus criou o mundo e deixou pra que o homem cuide e ele não deu título de terra pra ninguém, ele deixou pra que o homem tivesse onde plantar e sobreviver. E daí eu penso assim, que o coletivo é uma coisa importante porque todo mundo tem direito de ter um pedaço de terra, de viver em um lugar. E o projeto de Deus é esse! Que todos tenham e que ninguém passe necessidade. Então, o que me leva mais a pensar, a lutar por isso, é porque é um projeto de Deus.

**Pesquisadora: O que te motiva a lutar para que “todos tenham”?**

Tereza: É porque é um projeto de Deus mesmo, é um projeto bíblico... então, se a gente conseguisse fazer isso, de repente, uma comunidade que se organizasse assim, conseguisse ser dessa forma, de repente outras comunidades também visse que dava certo e fizesse igual. Porque depois de ter uma que funcione, daí surgem outras. Que nem no [cita o nome da comunidade da Ianá], nós pegamos já bastante coisa de lá, porque a comunidade deles eles entraram na área lá todo mundo junto, e daí lá eles tiram erva e partem em partes iguais, daí lá não tem proprietário dentro do faxinal deles. Lá o que tira de ervas é de todo mundo e o que tira de pinhão é de todo mundo, e o território também é de todo mundo. Então, nós pegamos bastante coisas deles lá, já... pra nós fazer pra nós aqui... (...)

**Pesquisadora: Qual é a importância do mutirão?**

Tereza: Acho que é ajudar o outro, se colocar a serviço do outro. Eu acho estar em mutirão é estar ajudando o outro. É uma coisa que é de todos, então é dever de todos também, pra não pesar pra uns... se for deixar por conta uns fazem bastante, outros fazem mais pouco e usa igual.

**Pesquisadora: Como você se sente participando dos mutirões?**

Tereza: É bom, eu gosto. É divertido e não precisa se esforçar demais no serviço, porque daí tem bastante gente. Um faz uma coisa, outro faz outra. Que nem quando um está cuidando do palanque, o outro já está fazendo o buraco, o outro já está esticando o arame e o outro já está esticando a tela e o outro já está grampeando. E se a gente for sozinho, tem que fazer o buraco, pegar o palanque, fincar, puxar o arame e depois puxar a tela, então é bem mais difícil, né? e assim, não. Assim um faz uma coisa, outro faz outra, quando vê tá longe! (Entrevista concedida em 15/06/2017).

A partir do exposto, apontamos que o uso comum está essencialmente relacionado à busca para que as pessoas/famílias tenham condições para viver a partir dos bens oferecidos pela natureza. Principal meio de produção utilizado pelos camponeses faxinalenses. A garantia destas condições passa, fundamentalmente, pela apropriação coletiva do território e pela realização dos trabalhos em conjunto. Entretanto, as comunidades apresentam significativas diferenças tanto na divisão dos recursos naturais quanto na organização dos trabalhos, como já apontado anteriormente. Como fundamental, apontamos a consciência e valorização da necessidade do que é básico para o ser humano viver, condição que deveria ser garantida pela comunidade/sociedade, contudo, como não existe essa garantia, busca-se a partir das relações solidárias estabelecidas no faxinal.

Além disso, também se compreende que quando se perde o uso comum, se produz pobreza e desigualdade. Sendo este mais um dos sentidos relacionados aos motivos fundamentais das ações e práticas individuais e coletivas para a manutenção do uso comum. As aprendizagens ligadas ao desenvolvimento destes sentidos e motivos estão relacionadas tanto à experiência do uso comum quanto às observações sobre a privatização das áreas efetivadas nas últimas décadas e a participação nas formações políticas. A forma de se relacionar com essa questão, garantir as condições básicas para si e para o outro (comunidade) e a produção da pobreza e da desigualdade pela propriedade privada, são enfrentadas com mais ou menos nexos e relações explicativas, a partir dos processos de formação e trabalhos desenvolvidos por cada sujeito. As descrições e explicações dadas por Rosa e Pedro evidenciam estas diferenças.

**Pesquisadora: Rosa, você estava contando sobre a natureza, a terra e a importância para a vida das pessoas. O que pra você é importante para viver bem?**

Rosa: Importante pra nós é ter a comida e a saúde. E pra nós é muito importante não ver uma pessoa ali passando fome, às vezes um não tem e nós arrumamos. Como nós fazemos, o que é nosso é do nosso vizinho também. Oh, nós temos um triturador para moer o milho, nós moemos e o nosso vizinho moer também, nós nunca cobramos um centavo de ninguém. Vem ali, moer o milho, vem um, vem outro e é assim. Que a gente vê que se vim tem que pagar não sei quanto, se vim outro mais não sei quanto, nós pagamos a luz e não fazemos preço para ninguém moer. É coisinha pouco, mas por isso que tem que vender as coisas para poder pagar a luz. Mas tem coisas que nós não ligamos (...). [segue dando exemplos de como efetiva as relações de ajuda].  
(...)

**Pesquisadora: A senhora comentou sobre as desigualdades entre as empresas que se tornam donas da terra e os moradores que ficam sem terra. Por que acontece isso, Rosa?**

Rosa: Mas as empresas já vem de fora, eles vieram para dominar mesmo o povo. Pra tirar o jeito do povo viver e depois ir trabalhar pra eles. Por que se as pessoas tiverem como viver não vão trabalhar de escravo para o outro. E

com o [cita o nome do dono da empresa] foi assim, se eles não fizessem assim, como eles iam ter empregado? Que se você tiver a tua terrinha você vai trabalhar nas tuas coisas, na tua lida. Agora se não tem se obriga a ir trabalhar de escravo. (...) [cita exemplo de pessoas]. Então é por isso, eles querem dominar e pra dominar eles precisam tirar a terra. E disso que o povo começa a perecer, perde as condições de vida... perde o lugar de viver, de produzir os animais, de plantar as coisas. (Entrevista concedida em 13/06/2017).

O central apresentado por Rosa remete às condições básicas e que reafirmam o que temos destacado como princípio orientador da concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses na forma de organizar as relações na comunidade. Concepção que não tem o sujeito individual como referência, mas é formada, imperativamente, pelas necessidades do outro. *“Importante pra nós é ter a comida e a saúde. E pra nós é muito importante não ver uma pessoa ali passando fome, as vezes um não tem e nós arrumamos. Como nós fazemos, o que é nosso é do nosso vizinho também (...).”* Esse princípio se materializa na forma que organiza as relações de uso dos instrumentos de trabalho e do território, como relatado pela entrevistada. Unido a esse princípio está a vivência da perda da terra que produz pobreza. Pois, com a perda deste bem comum, meio e instrumento de produção e trabalho, os camponeses são obrigados a se submeter a diferentes formas de exploração. *“Que se você tiver a tua terrinha você vai trabalhar nas tuas coisas, na tua lida. Agora se não tem se obriga a ir trabalhar de escravo.”*

**Pesquisadora: O que você considera importante para o “viver bem” que você se refere?**

Pedro: Eu falo para meus filhos e pra nós assim que ... eu nunca me preocupei assim ... (choro) ... porque muitas, muitas pessoas pensam ... é... em cada vez adquirir mais patrimônio, mais bens na sua vida e não se importam (pausa emocionado)... em construir mais igualdade, mas só em adquirir bens. Porque eu sempre pensei assim oh, o importante pra minha vida é ter três coisas que é básico e necessário e quem não tem que lutar para ter, né ... casa e comida e lugar para trabalhar, envolve a terra, casa comida e lugar para trabalhar, essas coisas são básicas e que eu tive que lutar para ter. Eu não comprei de ninguém, não comprei de ninguém e eu consegui na luta junto com outras pessoas. Isso que é importante, tem que buscar isso. Quem não tem, tem que buscar isso. Agora, eu ... só que eu fui aprendendo isso no caminho, na militância. Isso eu não aprendi em casa, assim, em casa a gente aprendeu que tinha que sobreviver. Em casa a gente tinha comida, comida a gente teve em abundância a vida inteira. Então, meu pai tinha casa, comida e aonde produzir e acho que é disso que eu tiro né? Lute para ter tua casa, lute para não faltar comida e o espaço para sobreviver. Isso pra mim é o mais importante. As outras coisas são consequências. Lutar por melhor educação, por melhor saúde, hoje ela está constante, tem que lutar por isso também. Mas dae é muito tempo, eu me prendi nisso também. Eu adquiri só o que foi o necessário para a minha família. Eu não fui atrás de coisa maior, assim, além do que isso. Muita gente não se contenta com o básico que tem e vai atrás do acúmulo, acumular bens, acumular coisas. A educação que eu tive nas pastorais que eu militei não é bem isso, o acúmulo não é bem visto aos olhos de deus. E a fé é muito forte

para nós, e eu aprendi nessa caminhada que a desigualdade, o acúmulo de bens gera muita desigualdade, e a desigualdade produz miséria, pobreza e por isso que eu digo que quando você pergunta o que é mais importante na vida é ter o necessário para viver bem, não pela metade, viver bem. Isso pra mim é o mais importante.

**Pesquisadora: Você citou algumas coisas que te influenciaram, você poderia destacar o que você considera mais importante nas influências que teve?**

Pedro: O que influenciou é o conhecimento, é a busca de um projeto alternativo, esse que está aí não serve. A gente buscou isso... como é que eu adquirir esse conhecimento, como é que eu defendo isso? Porque eu aprendi na nossa formação, nos nossos cursos, que esse projeto capitalista não serve! Ele serve para a desigualdade, não para a igualdade. E o socialismo, mesmo sem conhecer, mas na teoria, a gente sabendo que ele começa na igualdade, já é por aí o caminho. Eu não tive isso na minha infância, eu busquei na luta, busquei na... esse conhecimento, eu levei muito isso pra para as comunidades, todo mundo sabe. Todo mundo, onde eu andei falando, a gente leva isso.

(...)

**Pesquisadora: O que essas pessoas [destacadas como referência na forma de pensar] falavam?**

Pedro: Que não tem outro jeito, né? ou você faz mudança fazendo movimento, se organizando e indo pra luta, ou não muda. Assim que eles diziam “Oh, a gente vai mudar a gente mesmo fazendo a mudança, esperar de um governo, ou de um prefeito, não adianta, isso não vai acontecer”. A gente sabe que até hoje não adianta, nem com um esquerdista ganhando. O Lula ganhou, por exemplo, e mudou? Não mudou, né? mudou pouquíssimas coisas, né? pegou umas migalhas e repartiu melhor. Mas não fez a reforma agrária como nós queria, não fez e nem vai fazer, eu não acredito que se outro petista for para a presidência saia a reforma agrária como nós queremos, né? pode sair distribuição de terra, como tem aí... mas reforma agrária como precisa ser feito, começar pela limitação da propriedade privada, essa eu não acredito que saia pelo Estado. E eles diziam pra nós que as mudanças, se a gente quer a gente tem que provocar pra acontecer, senão não vai mudar. E nós mudamos! Mudou, porque daí, lá na minha comunidade, mais pra frente, nós conseguimos fazer um assentamento daqueles posseiro que eram pra ser despejados tudo, hoje são assentados, 88 famílias, com esse trabalho! Na mesma comunidade que eu comi o pão que o diabo amassou da jagunçada, hoje é assentamento. Resultado desse trabalho! Já tem 20 anos o assentamento, com 88 famílias (...) [segue relatando as mudanças efetivadas pela organização popular]. (Entrevista concedida em 24/01/2019).

As explicações apresentadas por Pedro são expressões dos pontos centrais que temos insistido no decorrer desta análise. Primeiro, a importância de uma aprendizagem que promove o desenvolvimento das funções psíquicas superiores e possibilitem o uso do sistema conceitual, abstrato e generalizador dos conceitos. Como podemos observar, Pedro utiliza capitalismo, desigualdade, acúmulo, socialismo, projeto alternativo, Estado, com mediações que possibilitam a ele explicar as contradições, desafios e limites da sociedade capitalista (desigualdade, pobreza, acúmulo), assim como, apontar formas de enfrentar as grandes questões presentes no drama da vida real e concreta. Desafio esse que, para Pedro, passa pelo essencial

- as condições básicas de vida -, contudo, que não ficam apenas nas necessidades de sobrevivência (casa, comida, trabalho, terra), apontando também para a educação, saúde, luta e organização popular por busca do conhecimento. O que podemos concluir como elementos imprescindíveis para o desenvolvimento humano e que também passaram a compor as necessidades básicas.

Nesse sentido, reiteramos a importância dos processos educativos que Pedro participou e os quais ele mesmo criou. Em suas palavras: *“Eu não tive isso na minha infância, eu busquei na luta, busquei na... esse conhecimento, eu levei muito isso pra para as comunidades”*. Sendo essa busca e produção própria dos processos de formação o objetivo final dos processos educativos de qualidade. Em outras palavras, formar no sujeito motivos e sentidos positivos que deseja reproduzir e criar novas experiências de aprendizagem. Aprendizagem que, como já destacamos nas categorias anteriores, estão relacionados à resolução dos problemas da vida real e concreta, individual e coletiva.

O segundo ponto que destacamos como essencial é a aprendizagem e o desenvolvimento mediados pelas experiências de Pedro nos movimentos que participou. Em especial, destacamos o conceito e sentidos atribuídos à luta, que perpassa toda a explicação do entrevistado. Luta que é significadora como o único meio de conseguir o necessário “para uma vida inteira”, assim como, o que dá sentido pessoal à própria vida. Sentido que, como apontado por Pedro, não foi aprendido nas relações familiares. *“(...) Isso eu não aprendi em casa, assim, em casa a gente aprendeu que tinha que sobreviver (...)”*. Isso por que, como já enfatizamos, o costume e a tradição faxinalense ainda não possibilitam essas mediações. No caso de Pedro foram acessadas a partir das práticas, formações e orientação oferecidas, além da trocadas com outras pessoas de fora. Aprendizagem, como destacada por Pedro, que relacionou o aprendido com o acumulado de vivências que teve na comunidade. Outro elemento importante é a relação fundamental e positiva com o significado e os sentidos dados à luta, tanto como fazer necessário para conseguir as coisas básicas da vida, quanto como algo que dá sentido à própria vida e a coloca a serviço dos demais. Ressaltamos que a importância do sentido dado à luta está relacionada às orientações e formação que explicavam sobre a sua importância e aos objetivos alcançados por meio dela. *“Eu não comprei de ninguém, não comprei de ninguém e eu consegui na luta junto com outras pessoas. (...)... só que eu fui aprendendo isso no caminho, na militância. (...) E nós mudamos! Mudou, porque daí, lá na minha comunidade, mais pra frente, nós conseguimos fazer um assentamento (...)”*, resultados que possibilitaram o fortalecimento das vivências atreladas à necessidade e importância da luta.

Outra diferença essencial atrelada ao desenvolvimento mediado dos sistemas e funções psíquicas superiores diz respeito aos sentimentos e organização do comportamento e ações frente às situações que possam demandar enfrentamento relacionadas ao território. Notamos, especialmente em Ianá uma insegurança, incerteza e medo frente às ameaças e possibilidades de despejo.

Ianá: A gente se sente inseguro porque, você veja, nós estamos aqui, nós somos unidos, trabalhamos junto, fazemos o que é pra fazer, mas estamos na expectativa de saber o que o governo lá vai mandar dizer pra nós, se ele mandar dizer pra nós que vai fazer despejo, nós temos que sair! Fazer o quê? (Entrevista concedida em 10/03/2019).

Antes de responder à questão “como você se sente nessa situação”, Ianá relatou que já tinha organizado as coisas para sair da comunidade, pois havia um mandato de despejo para as famílias. Uma ação de despejo havia ocorrido semanas antes em um assentamento, em terras que também havia sido “dominadas” pela empresa. Além dos sentimentos de incerteza e insegurança vivenciados por Ianá, relacionados a uma situação concreta e real, ela também relatou que já havia organizado a mudança para levar à outra casa que morava antes de vir para a ocupação. Forma de agir orientada pelas incertezas e medos produzidos pelo baixo nível de conhecimento e experiência relacionada à situação (relações das causas e nexos que a produziram) que influenciou na orientação de seu comportamento, de forma direta e individual. Logo, Ianá nos explica: *“porque a gente não sabia o que ia acontecer. Tem medo, né?”*.

Pedro, por sua vez, orientou a permanência das famílias na comunidade enquanto a ação de despejo não ocorria. Ela envolveria muitas famílias e comunidades que passaram a atuar juntas. Pedro articulou com as mídias locais, concedendo entrevistas de rádio para conscientizar a população sobre a injustiça que aconteceria. As famílias foram organizadas para fazer atos na cidade e houve o fechamento de parte da BR durante uma semana. Juntamente a isso, foram realizadas disputas jurídicas a partir do apoio e assessoria de profissionais.

Pedro: A gente sabia que a situação era muito difícil, você veja são mais de vinte anos nessas disputas com o jurídico. Agora é assim, se não envolver a população, a mídia, se a comunidade não resistir organizada, ae sim nós não temos nenhuma chance. E isso também nos ensino que nesse sistema nada é certo, nada tá garantido. Viver é tá em luta. (Entrevista concedida em 20/01/2019).

Por meio destes diferentes relatos evidenciamos as diferentes formas de se relacionar com a situação. Pedro, a partir das experiências vividas, as influências de pessoas e atividades realizadas possui uma percepção, análise e atuação com mais relações, nexos causas e informações. Ou, um domínio maior dos elementos essenciais da situação que lhe dão condições de se relacionar de forma mais consciente, planejada e ativa no enfrentamento da problemática. Aprendizagem e desenvolvimento que possibilitam o domínio e orientação da própria conduta e das ações em relação aos princípios que orientam sua concepção de mundo e que em última instância formam a personalidade.

## **6.7 Síntese e apontamentos**

A partir das descrições e análises buscamos compreender como os costumes e tradições faxinalenses, materializados nas inter-relações e na organização da atividade de produção e reprodução familiar e comunitária, medeiam o desenvolvimento do propriamente humano, formado pelos sistemas, nexos, conteúdos e estrutura que compõe as funções psicológicas superiores, a concepção pessoal de mundo, a consciência, o domínio cultural da conduta e, em última instância, a personalidade.

Como síntese, apontamos que os princípios ou regularidades presentes na concepção pessoal de mundo, apresentadas pelos camponeses faxinalenses, foram aprendidas e recriadas por meio da convivência familiar e comunitária com os movimentos populares. Este processo se faz visível nas transformações vividas por Tereza, Rosa e Pedro. De formas diferentes, estes sujeitos passaram a conviver com grupos que possuíam um acumulado de práticas e conteúdos diferentes das que eles tinham se relacionado anteriormente. A convivência com estes diferentes grupos (comunidades faxinalenses, MPA, Movimento dos posseiros, APF) influenciaram fortemente a maneira de pensar, agir e se relacionar com o contexto e consigo mesmo. Nesse sentido, os indícios explicativos presentes nessa pesquisa reafirmam a premissa de que todas as funções, sistemas e conteúdo que formam a personalidade são, inicialmente externos, sociais, culturais, estão materializados nas relações sociais, entre duas ou mais pessoas, e somente depois são internalizados, apropriados e assimilados ativamente pelo sujeito (VYGOTSKI, 1991; 1995; POLITZER, 1928; BLEGER; 1984;1988; MARTÍN-BARÓ; 1983; 1986; 1988; BEATÓN. 2005; 2017). Sendo esse, fundamentalmente, o processo que analisamos, já apontado como central no drama da vida real e concreta dos sujeitos investigados e que mediou as transformações por eles vividas.

Ademais, constatamos que os processos educativos realizados no faxinal pelos camponeses ocorrem, prioritariamente, baseados na observação e repetição das práticas, com pouco uso e orientação da linguagem verbal. Essa aprendizagem com características “direta”, e restrito uso de mediadores, signos e símbolos, influencia na internalização e assimilação dos conteúdos e, posteriormente, como é explicada pelos sujeitos. Nos casos analisados, as explicações dadas estiveram atreladas à descrição de situações, fatos e eventos presentes no contexto concreto vivido. Assim, evidenciamos que os princípios e regularidades, presentes na concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses, não são elaborados de forma abstrata, conceitual e generalizadora, dependendo, portanto, da experiência real e concreta para se manterem e serem repassados. Este é um dos limites que deve ser tomado como questão central a ser superada por estes sujeitos, pois torna seu modo de vida restrito ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas na comunidade e não como o compreendemos, com princípios que, se discutidos e avaliados criticamente, podem ser utilizados em propostas que se contrapõe ao modo de produção hegemônico, assim como, podem orientar projetos alternativos.

Como já discutimos, a importância do uso de mediadores (signos e símbolos) afeta o sistema psicológico e as interpretações e orientações das ações realizadas frente ao contexto vivido e em relação a si mesmo. Neste contexto, a linguagem é o elemento imprescindível na sistematização da percepção, em que as palavras são, elas próprias produto do desenvolvimento histórico e cultural. Sua internalização e assimilação se tornam instrumento para a formulação de abstrações e generalizações que facilitam a transição da reflexão sensorial não-mediada para o pensamento mediado e racional. Dessa forma, o pensamento categorial e a orientação abstrata reorganizam a atividade psíquica, a partir de novas relações que reestruturam o papel que a linguagem desempenha nos conteúdos, sistemas e estrutura das funções psicológicas (VYGOTSKI, 1996; LURIA, 1990). Por isso, indicamos tantas vezes a importância do pensamento abstrato, categorial e generalizador, pois ele permite que o sujeito analise a situação, contexto ou objetos a partir das suas próprias experiências e impressões e vá além, faça comparações, inferências utilizando outros conhecimentos, experiências e sistematizações, acumuladas histórica e culturalmente, e a partir disso faz sínteses para orientar suas ações, comportamentos, práticas, planejamentos. Dessa forma, reorganiza e reorienta o que chamamos de domínio cultural da conduta, que por sua vez, tem como característica, comportamentos e ações mais estáveis a partir de avaliações, reflexões e juízo crítico, mediado pelo complexo e dinâmico processo citado.

Este processo pode ser acompanhado a partir das análises sobre a trajetória de Pedro. Este vivenciou processos de formação e organização política e mudanças na atividade, mais intensas que os demais camponeses faxinalenses, o que possibilitou o desenvolvimento de nexos, sistemas, estrutura e conteúdo conceitual, especialmente, relacionados às questões trabalhadas nestes espaços. Transformações que podem ser confirmadas pelas mudanças nos significados, sentidos e motivos dados ao conceito e a (práxis) relacionados à luta e à necessidade. Estes tomaram dimensões, mais amplas, complexas, generalizadoras e estruturante de sua personalidade, pois passaram a orientar a organização pessoal de vida, tanto como ideias, interpretações, concepções, quanto nas práticas realizadas na vida pessoal e nos espaços coletivos. Nesse sentido, ressaltamos que as diferenças possibilitadas pelo uso de mediadores influenciam desde as vivências intrapsíquicas, tornando-as as emoções, afetos e cognição mais explícitos e conscientes, até a relação com as situações e contextos vivido. Unidade que afeta o planejamento das ações e comportamento diante da vida presente e futura, assim como, confere maior estabilidade e intencionalidade às ações e práticas frente as situações de conflitos, como analisamos em Pedro. De acordo com Vygotski (1984) “Sin la formación de conceptos no hay conocimiento de la necesidad y, por consiguiente, tampoco hay libertad. Únicamente en el concepto, y a través de él, adquiere el hombre una actitud libre frente al objeto y a sí mismo” (VYGOTSKI, 1984, p.200).

Essas transformações também foram analisadas a partir da história de Tereza, em que as inter-relações, mudança na organização da atividade, diálogos e a inserção em processos de formação política, mediados pelo MPA e vividos ativamente por ela, transformaram a relação estabelecida com o contexto social, com os outros e consigo mesma. Essas transformações podem ser evidenciadas pela diferente forma de se relacionar com o contexto presente e com o futuro, em que, antes de ir para o acampamento Tereza fez várias mudanças, de uma comunidade para outra, sem saber explicar seus motivos e objetivos. E, atualmente, aponta como perspectiva de futuro a permanência no faxinal, atrelado a um projeto coletivo (comunitário), sendo este parte de seu projeto pessoal de vida. As mudanças na perspectiva de Tereza passam por melhoras nas condições reais e concretas de vida, presentes na proposta do assentamento que se transformou em faxinal, mas também, dialeticamente, são mediadas, sustentadas e organizadas por uma nova concepção pessoal de mundo, que reorienta suas ações, comportamentos e práticas (domínio cultural da conduta) e as características que compõe sua personalidade. Dessa forma, as mudanças e transformações ocorridas na personalidade, ao longo da história de vida, reorganizou a relação com o presente-passado e convergiu na

dimensão de futuro (VYGOTSKI, 1991; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005; 2012; 2017; LEÓN; CALEJON, 2017).

A partir destas análises e indícios explicativos, apontamos para outras duas premissas centrais nessa discussão. A primeira foi identificar como as mudanças no contexto social e cultural influenciaram a aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos entrevistados. Acompanhamos, por meio dessa pesquisa, que a internalização e assimilação realizada pelos sujeitos não ocorre de forma direta, mecânica ou linear. Pelo contrário, as experiências vividas e atribuídas de sentido se relacionaram com os conteúdos psíquicos (cognitivo e afetivo) já formados em cada sujeito, tornando-os singulares. Assim, apesar de apontarmos as semelhanças entre os camponeses faxinalenses é inegável as diferentes formas com que cada pessoa se apropriou e transformou em singular os costumes e tradições faxinalenses e o acúmulo cultural que teve acesso, tornando-os únicos e irrepetíveis (VYGOTSKI, 1991; 1995; FARINAS, 2007; BEATÓN, 2005; 2017). (VYGOTSKI, 1988; 1991; 1995; 1987; 2007; BEATÓN. 2005; 2017).

Nesse sentido, reiteramos que o ponto de inflexão no desenvolvimentos das funções psicológicas superiores, no domínio cultural da conduta e na concepção pessoal de mundo não é ser socializado, haja vista que os camponeses faxinalenses já o eram antes de serem inseridos nos processos políticos, educativos e organizativos. As vivências nestes espaços se tornaram transformadoras por terem criado condições de acesso a outros conhecimentos, práticas e cultura sistematizada historicamente, como vimos, de diferentes formas em Pedro, Tereza, Rosa e Ianá. Assim, nos apoiamos no afirmado pela Psicologia Histórico-Cultural de que quando ocorre mudanças no conteúdo da cultura e nos processos educativos, o conteúdo e a forma das funções psíquicas superiores também podem mudar (LURIA, 1990; VYGOTSKI, 1988; 1991; 1995; 1987; 2007; BEATÓN. 2005; 2017; FARINAS, 2007).

Em relação aos princípios regularidades, como já apontado, identificados como centrais: suprir as necessidades básicas da família e das demais pessoas que vivem na comunidade respeitando às exigências da natureza no processo de domínio e apropriação de seus bens. Para isso, seguem os ciclos, limites e condicionantes que a natureza impõe, diversificam a produção e tiram dela (natureza) apenas o necessário para viver. Em essência, consideram e respeitam o complexo sistema formado pela natureza e pelo ser humano (coletivo) e têm as necessidades das famílias (comunidade) como centro das preocupações e forma de organizar as relações e atividade. Entendemos que estes princípios orientadores ou regularidades são fundamentais na formação e organização dos sistemas, nexos, relações, conteúdos e estrutura que formam a personalidade dos camponeses faxinalenses, pois orientam suas ações, práticas e projeto pessoal

de vida. Este, por sua vez, está atrelado à atividade desenvolvida no território e à perspectiva de futuro, também relacionada à preservação da natureza para si e para as próximas gerações.

Destacamos que devido a saudável, respeitosa e solidária relação estabelecida com as outras pessoas e com a natureza, estes princípios, quando materializados nas relações e atividade desenvolvida na comunidade, produzem vivências agradáveis e positivas que fortalecem o interesse e vontade de seguir mantendo o uso comum. Por outro lado as experiências de privatização e destruição da natureza provocam sentimentos e emoções desagradáveis, caracterizados por tristeza, desacordo, preocupação e impotência diante da situação (privatização da natureza e exploração das pessoas). Assim, ressaltamos que essa forma de organizar a atividade produtiva possibilita que os sentidos, necessidades e motivos voltados para sua realização coincidam com o seu objetivo, que é produzir os recursos e riquezas necessárias para viver (individual e comunitariamente). Elementos que contribuem para que as experiências relacionadas a atividade e a vida comunitária sejam vivenciadas de forma agradável e positiva, pois possuem sentido nela mesma. Processo que dialeticamente media a produção de vontade, interesse para que as vivências sigam sendo realizadas, e que em essência, são os conteúdos, nexos, sistemas e relações que formam e orientam a personalidade destes sujeitos.

Com isso, apontamos a importância de avançar nos processos educativos, políticos e organizativos que medeiam o desenvolvimento e o uso do sistema conceitual, abstrato e generalizador. Transformação que possibilitaria aos camponeses a discussão, avaliação e análise crítica dos princípios que orientam suas práticas, assim como permitiria a organização e planejamento da atividade produtiva por meio da inserção de outras práticas, manejo e tecnologias, contudo, sem abrir mão dos princípios que considerarem essenciais na organização das relações produtivas. Estas mudanças na apropriação e transformação da natureza poderiam beneficiar as famílias que vivem na comunidade, amenizar o esforço físico nos trabalhos realizados e criar condições para mais pessoas, especialmente os jovens, se beneficiar, envolver e se desenvolver por meio da atividade. Como exemplo de acumulados de conhecimento, práticas e tecnologias que poderiam contribuir na reorganização das comunidades faxinalenses citamos o trabalho associado, as formas de manejo relacionadas à agroecologia e/ou à agrofloresta, dentre outros.

Além disso, o salto de qualidade possibilitado pelo domínio de outros conhecimentos, tecnologias e culturas, poderiam contribuir para os camponeses faxinalenses lidar melhor com as situações impostas pela desigualdade produzida pelo sistema capitalista. Desta forma, poderiam se relacionar de maneira mais consciente e ativa no enfrentamento das situações

impostas pelo sistema capitalista, inclusive a partir da apropriação das lutas travadas por outros grupos e povos, desde o início da escravidão. Fazer esse que também poderia ser desdobrado na forma como a tradição e os costumes são ensinados pela família e comunidade, inserindo mais explicações, orientações e análises críticas que desafiem e instiguem o interesse, desejo, vontade de seguir produzindo e recriando este modo de vida, entretanto, como atividade elaborada e explicada abstratamente.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.  
(LÊNIN, 1902)

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a formação da personalidade em camponeses faxinalenses que fazem o uso comum do território. A partir disso, buscou na abordagem histórica e objetiva, os problemas pessoais e sociais existentes e que se baseiam na divisão entre explorados e exploradores, desde o surgimento da propriedade privada. Assim, tem sido definida e denunciada, já em Rousseau no século XVIII, como a fonte e a origem das desigualdades sociais, desde o trabalho concreto até a produção de conhecimentos. Este mal, base da corrupção objetiva e subjetiva, está materializado na forma de organizar as relações entre homens; entre eles (os homens) e as coisas e com a natureza. Organização da atividade e da comunicação que produz as distorções e alienações de consciência, dos princípios orientadores da concepção pessoal de mundo, do domínio cultural da conduta e, em última instância, da personalidade.

Com isso, não negamos que a dominação, opressão e exploração atuaram desde a escravidão e também estiveram presente nos povos e culturas da América Latina, como a asteca e maia. Contudo, cabe-nos neste momento histórico, denunciar que as promessas feitas para enobrecer o desenvolvimento do capitalismo não foram cumpridas. O desenvolvimento das forças produtivas não se transformou em liberdade para os trabalhadores. Pelo contrário, a cada nova mudança ou “melhoria” no modo de produzir, obtiveram como resultado mais exploração e sacrifícios dos homens e da natureza.

Não há dúvidas que vivemos tempos dramáticos. Experienciados e materializados na imensa desigualdade social, acirrada por mais uma de suas grandes crises. Incontrolável e insaciável, o capital tem consumido nossos recursos vitais, o que fatalmente nos conduz a tão discutida encruzilhada: ou sobrevive a raça humana, ou sobrevive o capitalismo. Será esta a nossa hora? Será esse o momento dos povos?

Infelizmente, mesmo ferido de morte, por sua própria ganância e corrupção, a contínua e progressiva destruição da base material da vida, não significa ou conduz ao aniquilamento espontâneo de si (capital). Ao contrário, o que temos acompanhado é a utilização de todas as suas forças e estratégias para incorporar mais acumulação e gerar maior concentração e

centralização das nossas riquezas. Contudo, apesar dos desejos da elite que domina o sistema capitalista, cerca de 1% da população mundial, o que se apresenta ???atualmente??? é a possibilidade de transformação para um novo modo de vida no qual as pessoas poderiam viver a utopia, referenciada na introdução deste trabalho. Com as novas tecnologias e máquinas desenvolvidas, para a produção em larga escala, poderíamos trabalhar em jornadas de duas, três horas diárias, tendo tempo livre para outros afazeres como lazer, conhecimento e cultura. Porém, certamente, isso jamais ocorrerá sob a égide desse sistema, que tem como motor o lucro para poucos às custas da exploração de todos os demais.

Assim, diríamos que a encruzilhada presente na sociedade contemporânea, parte do processo histórico de criação e recriação do homem na relação de transformação da natureza e de seu acumulado histórico. Nela estão presentes os avanços, as conquistas, mas também a destruição e a catástrofe inerente ao modo de compreender e organizar as relações desenvolvidas desde a escravidão. Assim, para conseguirmos uma virada transformadora, a favor do ser humano, será necessário conhecimento e consciência que sustentem uma coerente e comprometida práxis social. E, que para nós, deve assumir criticamente as particularidades das reivindicações e o melhor do acumulado histórico dos povos indígenas, negros, das mulheres e dos demais grupos e culturas que produziram e sistematizaram formas de organizar a produção e reprodução da vida que se contrapõe ao atual modelo. Individualizados esses grupos não poderão criar as condições necessárias para as mudanças, porém, na unidade que não é negação da diversidade, podem tornar possível a construção de projeto comum.

Para isso, é necessário conhecer e apreender criticamente como se forma e quais são os princípios que orientam estes outros modos de organizar as relações comunitárias e a apropriação da natureza. Foi esse o sentido assumido por essa pesquisa. Nela se buscou compreender como um destes grupos, que resiste e luta contra os malefícios da propriedade privada, se organizam, coletivamente, para suprir as necessidades da família e da comunidade. Como fazem para viver respeitando a natureza e contrapondo-se à essência que produz a ganância, o acúmulo e a desigualdade social. Com isso, não devotamos nenhum romantismo ou ignoramos as contradições intrínsecas nessas diferentes formas de organizar as relações sociais, pois apenas buscamos na singularidade dessas experiências, indícios que contribuam para repensarmos nossas lutas e a construção de processos educativos, desde a família e a comunidade. Experiências e acumulados que devem ser confrontados e analisados criticamente com outros conhecimentos e culturas, como já nos apontaram Marx, Engels, Luxemburgo e tantos outros.

No que se refere a esta pesquisa, buscamos na organização da vida real e concreta, nas relações que estabelecem com a atividade e nos sentidos a elas atribuídos, o cerne do processo de formação das características pessoais, tendo a vivência como categoria funcional de análise e unidade básica do desenvolvimento do psiquismo. Assim, identificamos na relação com o território de uso comum e na atribuição de sentidos às experiências nele vividas, os indícios explicativos sobre a constituição da personalidade dos camponeses faxinalenses. Nosso primeiro ponto de análise foi compreender as estratégias utilizadas pelo capital para se apropriar dos territórios de uso comum. No caso investigado, o poder empresarial, apoiado pelas instituições públicas, utilizou-se da grilagem e da violência para impor a apropriação e exploração privada da natureza e do trabalho. O avanço da propriedade privada sobre os territórios de uso comum, reconfigurou drasticamente a relação das famílias com a atividade produtiva até então desenvolvida. A partir disso, evidenciamos os limites e contradições presente nos costumes e tradição faxinalense, dentre eles, a ausência de acumulado de conhecimentos e práticas organizativas que mediassem o planejamento e orientação dos sujeitos para realizar o enfrentamento de forma consciente e coletiva contra a apropriação privada da terra.

Nesse sentido, demonstramos que foi somente a partir da inter-relação com pessoas ligadas a pastorais, movimentos populares e partido político que os camponeses faxinalenses passaram a produzir novas atribuições de sentido às experiências relacionadas à terra e a sua perda. Aos poucos, e influenciados por atividades políticas e educativas, os sujeitos foram desenvolvendo novas formas de se relacionar com o seu contexto e lugar social. Mudanças atreladas, fundamentalmente, à necessidade de realizar ações coletivas para defender seu território, logo, essa se tornou a única possibilidade de resistir às expulsões geradas pela privatização da terra. Este processo é um dos elementos centrais em nossa investigação, pois evidenciou como as inter-relações, as ações, os processos de formação políticas, unidos aos costumes de uso comum, produziram mudanças na concepção pessoal de mundo e na forma de agir diante das situações enfrentadas. Essa análise aponta para o caráter histórico, mediado, dinâmico e dialético entre o inter-pessoal e o intrapessoal, e que convergem nos processos relacionados à formação da personalidade.

Dos princípios ou regularidades fundamentais, evidenciados na concepção pessoal de mundo e que organizam e orientam a atividade desenvolvida no uso comum do território, destacamos: a produção de bens de uso, realizada a partir da necessidade de se adaptar às exigências da natureza e suprir as demandas básicas da família e das pessoas que vivem na comunidade. Fundamentalmente, se considera e respeita o complexo sistema formado pela

natureza e pelo ser humano (coletivo), assim como, tem as necessidades das pessoas/famílias como centro das preocupações no que diz respeito à forma de organizar as relações sociais e atividade produtiva no faxinal. Outro importante princípio orientador é de que todas as pessoas, igualmente, devem ter acesso às condições básicas de vida (moradia, alimentação, trabalho). Necessidades que são supridas a partir da garantia de acesso à terra, materializada no uso comum do território. Além disso, a manutenção do uso comum é utilizada como forma de evitar a inserção das pessoas nos processos de exploração (escravização) realizados pelas empresas (mercado de trabalho) e também está relacionada à forte preocupação com as futuras gerações.

Algumas considerações importantes podem ser feitas a partir do desenvolvimento desta pesquisa. Essencialmente, reafirmamos que a complexidade do desenvolvimento psíquico (cognição e afeto) tem sua gênese e desenvolvimento nas condições e organização do contexto social e cultural, que influenciam o sujeito no decorrer de toda sua história. Acompanhamos que a aprendizagem e desenvolvimento dos princípios orientadores da personalidade dos camponeses faxinalenses tem sua base nas relações interpessoais (família e comunidade), caracterizadas como próximas e de confiança. Relações que unidas à realização das práticas sociais (atividade), produzem vivências positivas e agradáveis nos sujeitos, mobilizando a vontade, o desejo e a busca por repeti-las e recriá-las. Apesar de não ser explicado verbalmente pelos participantes, esse fazer media a internalização dos objetivos, sentidos e motivos presentes na atividade e transforma-os em constitutivos do intrapessoal, como já discutido e analisado pelos pesquisadores da teoria histórico cultural (VYGOTSKI, 1991a; 1991b; BEATÓN, 2005; 2017; FARINAS, 2007).

Nesse sentido, as informações e indícios explicativos presentes nessa pesquisa, mostram que o desenvolvimento da concepção de mundo, os valores sociais, morais e éticos, fazem parte da apropriação ativa do sujeito, a partir do contexto e da cultura repassadas por meio das experiências interpessoais. Ou seja, a concepção pessoal de mundo, a moral e a ética não são apenas processos de desenvolvimento de estruturas internas no sujeito, mas acima de tudo, são um sistema de relações interpessoais que organizam as práticas (atividade) e a comunicação. No caso investigado, estão presentes nas relações familiares e comunitárias, baseados nos costumes e tradição que são valorizados e reconhecidos pelos camponeses faxinalenses. Além disso, devido à relação próxima e respeitosa com a natureza e com o ser humano, a atividade desenvolvida produz um estado vivencial positivo, relacionado à satisfação, alegria e realização pessoal.

Como desdobramento desta pesquisa, apontamos a urgente necessidade de realizar processos educativos que possibilitem a apropriação e o desenvolvimento de explicações

conceituais, elaborados e generalizáveis sobre os princípios que orientam este modo de vida e que atualmente são explicados pelos sujeitos, predominantemente, de forma concreta e situacional. Alcançar um nível em que as ações, comportamentos e práticas, aprendidas cotidianamente, em atividades explicadas por meio do pensamento verbal e conceitual, contribuirão para tornar mais estáveis e planejadas as necessidades, motivos, sentidos e princípios que orientam e garantem a manutenção deste modo de vida. Além disso, pode ampliar a análise e a atuação crítica destes sujeitos, realizadas apenas em sua vida cotidiana e comunitária, para o plano social, cultural e da história das sociedades. Bem como, possibilitará aprender com a experiência de outros grupos e povos sobre as lutas realizadas historicamente contra a propriedade privada e a exploração do trabalho e da natureza; acesso e internalização do acumulado histórico que podem se constituir em ferramentas para atuações mais conscientes e planejadas. Assim, da relação entre o saber tradicional e cotidiano e o saber elaborado historicamente, podem emergir novas e transformadoras interpretações acerca das relações, situações e contextos por eles experienciados.

Ademais, a importância da elaboração conceitual dos princípios orientadores deste modo de vida diz respeito à necessidade de aliar outros conhecimentos, tecnologias e práticas na produção e reprodução da vida comunitária. Assim, seria possível melhorar as condições de vida das famílias e, em especial, criar espaços para os jovens permanecerem na comunidade. Ressaltamos que a elaboração conceitual possibilitaria avaliar criticamente quais princípios seriam os orientadores de sua atividade. Desta forma, o desenvolvimento da mesma (atividade) não seria explicada como repetição dos costumes e tradições familiares, mas mantida, compreendida e avaliada em sua complexidade, possível apenas como concreto pensado. Como exemplo dos acumulados históricos e sociais que poderiam agregar no aperfeiçoamento e planejamento da produção faxinalense, podemos citar: o trabalho associado as formas de manejo relacionadas à agroecologia e/ou à agrofloresta, dentre outros.

Por fim, apontamos que o processo de reflexão construído e registrado neste estudo possuem diversos limites, bem como, apontam para novos estudos e caminhos. Os limites dizem respeito à necessidade de ampliar as entrevistas para os sujeitos que não estão inseridos na organização da APF. Assim, poderemos compreender as diferenças e semelhanças entre os camponeses faxinalenses que atuam, prioritariamente, orientados pelos costumes e tradições e aqueles que estão inseridos nos processos de formação política. Outro limite da pesquisa foi não utilizar a história de vida, em profundidade, para a análise dos dados. Fato que impossibilitou evidenciar e discutir alguns processos e conceitos relacionados à formação da

personalidade, tais como: os momentos de crise e a transformação dos processos psíquicos (cognitivo e afetivo), de um momento para outro, qualitativamente superior.

Como indagações e continuidade, consideramos de fundamental importância para o desenvolvimento desta temática avançar na análise sobre a importante função das tradições e costumes relacionados a outras formas de organizar a produção e reprodução da vida, buscando compreender suas potencialidades, limites e contradições. Com isso, também apontamos a necessidade de aproximação e análise crítica dos princípios orientadores do modo de vida faxinalense daqueles presentes em outras culturas e povos: tanto latino-americanos, quanto africanos, asiáticos, chineses, dentre outros. Estas análises e sistematizações críticas podem contribuir para o planejamento dos processos educativos, que devem ser intencionalmente organizados pela sociedade, para serem apropriados pelos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2015.

AYOUB, D. S. **Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná.** Tese (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, 2011.

ARIAS BEATÓN, G. (1999): Acerca del valor teórico y metodológico de la obra de L. S. Vygotski. *Revista Cubana de Psicología*. *Revista Cubana de Psicología*, Vol. 16 No. 3

\_\_\_\_\_ (1999b): “La dinámica de lo externo y lo interno en la relación de ayuda”, en *Psicología y Ciencia Social*, Vol. 3, No. 2, pp 3-10.

\_\_\_\_\_ (1999c). El papel de los «otros» y sus características en el proceso de potenciación del desarrollo humano. *Revista Cubana de Psicología*, Vol. 16, No. 3, Págs.194-199.

\_\_\_\_\_ (1999d): “La Orientación Psicológica. Un intento de elaboración teórica”, en: Colectivo de autores: *La creación y evaluación de servicios de Orientación y Atención Psicológica*. Centro de Orientación y Atención Psicológica a la Población “Alfonso Bernal del Riesgo”, Facultad de Psicología, Universidad de La Habana, Ciudad de La Habana.

\_\_\_\_\_ (2001) *Evaluación y Diagnóstico en la Educación y el Desarrollo*. Editor Independiente, Sao Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_ (2005) *La Persona en el Enfoque Histórico Cultural*, Editora Linear B, Sao Paulo, Brasil

\_\_\_\_\_ (2006) *Inteligencia e Educação*, Editorial Terceira Margem, Sao Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_ A. G. Un intento de sistematización de los planteamientos esenciales del enfoque histórico cultural en sus inicios. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11-48, dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. *In: BERNARDES, M. E. M.; BEATÓN, G. A. (Orgs.) Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano*. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_ la visión integral o de totalidad en el método dialéctico, su presencia en lo histórico cultural y sus proyecciones en la práctica educativa. *In: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, Luciana Aparecida Araújo Penitente, Stela Miller (organizadores). A Questão do método e a teoria histórico-cultural : bases teóricas e implicações pedagógicas /*. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2017.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependete latino-americano**. 4. ed. Ver. Florianópolis: Insular, 2019.

BARÓ, M. I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais.** Organização e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOZHOVICH, L.; BLAGONADIEZHINA, L. **Estudio de las motivaciones de la conducta de los niños y adolescentes.** Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 1992.

BOZHOVICH, L. **La personalidad y su formación en la edad infantil.** Ed. Pueblo y Educación, La Habana, 1976.

BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

\_\_\_\_\_. **Psicoanálisis y dialéctica materialista.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988.

DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação.** São Paulo: Paulinas, 1997

\_\_\_\_\_. **Política de la liberación II.** Arquitectónica, Madrid, Trotta, 2009

\_\_\_\_\_. **1492 O encobrimento do outro.** Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Europa, modernidad e eurocentrismo.** Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: . Acesso em: 5 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Europa, modernidade e eurocentrismo.** No livro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Buenos Aires/ Argentina, p. 55-70, setembro 2005.

ENGELS, Frederick. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1876. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2015.

FARIÑAS, L. G. **Psicología, Educación y Sociedad un Estudio Sobre El Desarrollo Humano.** V ' Editorial Félix Varela La Habana, 2007.

FARIÑAS, L.; CALEJON, C. L. Vivência, situação social de desenvolvimento e práxis. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano.** São Paulo, 2017.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** São Paulo: Global Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. Revolução ou Contrarrevolução? In: \_\_\_\_\_. **Brasil em Compasso de Espera.** Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p. 157-177.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984b.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GEVAERD FILHO, J. L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos. *In: Revista de Direito Agário e Meio Ambiente*. Curitiba: ITCF, n. 1, a. 1, 1986, p. 44-79.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HINKELAMMERT, F. La vida o el capital: el grito del sujeto vivo y corporal frente a la ley del mercado / Franz Hinkelammert ; editado por Estela Fernández Nadal ; prólogo de Estela Fernández Nadal. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO/ALAS, 2017.

IASI, M. L. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

JUNQUEIRA, C. A questão indígena. *In: D'INCAO, M. A. (Org.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987. p. 123.

LANDER, E.. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In: LANDER, Edgardo (Org.)*. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. Disponível em: . Acesso em: 18 ago. 2015.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. *In: VIGOTSKII, L. S., LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N.* Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1989.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento cognitivo: Desenvolvimento cognitivo seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1990

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1974.

LEINER, P. C. Marx, Engels e a antropologia: notas sobre uma relação subliminar. *In: dois pontos: Revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos*. Curitiba, São Carlos, volume 13, número 1, 2016, p. 73-87.

LÉVI-STRAUSS. **Jean-Jacques Rousseau fundador das ciências do homem**. Genebra: Univ. Operária, 1962.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LOUW, D. Ser por meio dos outros: o ubuntu como cuidado e partilha. *In: Ubuntu*. “Eu sou porque nós somos”. Revista do Instituto Humanos Unisinos (IHU) on-line. Revista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Número 352, ano X, ISSN 1881 8469, 2010. Acessado em: <https://issuu.com/ihu/docs/ihuonlineedicao353>

LÖWY, M. Marxismo e romantismo revolucionário. *In:\_\_\_*. **Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **A sociedade comunista primitiva e sua dissolução** – 1. Ed. São Paulo: Centelha Cultural/ISKRA, 2015.

\_\_\_\_\_. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MALOMALO, B. “Eu só existo porque nós existimos”: a ética Ubuntu. *In: Ubuntu*. “Eu sou porque nós somos”. Revista do Instituto Humanos Unisinos (IHU) on-line. Revista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Número 352, ano X, ISSN 1881 8469, 2010. Acessado em: <https://issuu.com/ihu/docs/ihuonlineedicao353>

MAREATEGUI, J. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. S. Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2010.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro*. Ruy Mauro Marini vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución**. Ciudad del México: Era, 1969.

Martín-Baró, I. (1973). Psicología del campesino salvadoreño. *Estudios Centroamericanos*, 28(297-8), 476-495.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec. 1980.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. 2007.

\_\_\_\_\_. Collected Works: Marx and Engels 1880-1883, 1993. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2013.

MARX, K. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. Trad. Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra. Raízes. v. 24, n.1/2, jan.-dez. 2005, 1881.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, vol. I. São Paulo: Abril Cultural. \_\_\_\_\_ 1986. Formações Econômicas Pré-Capitalistas (com Introdução de Eric Hobsbawm). São Paulo: Paz e Terra, 1985a.

MARX, K. **Grundrisse**. Trad. De Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos de 1857-1858. Esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

---

\_\_\_\_\_. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006a.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política, livro I, o processo de produção do capital, 24 ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006b.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo Alfa-Ômega, s/d. (Obras Escolhidas, v. I.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I. tomo II.

MONTEIRO, N. **Madeira de Lei**: Uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar. Curitiba: Edição do autor, 2008.

MOTTA, M. M. M. – Registro Torrens. *In*: MOTTA, M (Org) Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. **O direito a terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795 1824.** São Paulo, Alameda, 2009.

NETTO, P. J. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. **Revista Geonotas**, Maringá, v. 3, n. 3, p. 1-6, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino . A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. "Renda da Terra Pré-capitalista" in *Orientação* no 7, p:80/83, IGEOG-USP, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. "A Renda da Terra" in *Orientação* no 5, p:94/96, IGEOG-USP, São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. "Preço da Terra" in *Orientação* no 7, p:83/86, IGEOG-USP, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. "Renda da Terra Absoluta" in *Orientação* no 7, p:77/79, IGEOG-USP, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. "Renda da Terra de Monopólio" in *Orientação* no 7, p:79/80, IGEOG-USP, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, contexto, 2010a.

\_\_\_\_\_. "A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro". *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.), **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, 2010, p. 5-64.

\_\_\_\_\_. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

\_\_\_\_\_. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: **Revista Terra Livre**, n. 21, 2003, p.113-156.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVERA, A.U.; MARQUES, M.I.M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. Inclui bibliografia 1. Geografia Agrária 2. Questão Agrária 3. Renda da Terra 4. Reforma Agrária

\_\_\_\_\_. *O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80*. In: STÉDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil** – O debate dos anos 1990. São Paulo, expressão popular, 2013.

OLIVEIRA, F. *Hegemonia as avessas*. OLIVEIRA, F. BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era na servidão financeira**. Boitempo: São Paulo, 2010.

PACHECO, L. P. B. *Mariátegui e o ayllu andino: questões sobre o campesinato indígena*. In: V Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Revoluções nas Américas; passado, presente e futuro., 2013, Londrina. V Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Revoluções nas Américas; passado, presente e futuro., 2013. Piero C. Leirner. *Marx, Engels e a antropologia: notas sobre uma relação subliminar*.

PAULINO E.; ALMEIRA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. Expressão popular: São Paulo, 2010.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005. Disponível em: . Acesso em: 5 ago. 2015.

RAMOSE, M. B. *A ética do Ubuntu*. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (Ed.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002. p. 324-330. Tradução para uso didático por Éder Carvalho Wen. Disponível em: . Acesso em: 11 out. 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUEZ, G. J. L. **A Favor das Nações Indígenas: um Estudo dos Memoriais de Frei Bartolomé de Las Casas de 1516 e 1518 e da Brevíssima Relação da Destruição das Índias**. Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: **Os Pensadores**. 2. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2001. [ [Links](#) ]

SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. **Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp**, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005, p. 1- 21.

\_\_\_\_\_. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2ª edição, 2008.

SOUZA, J. O. C. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horiz. antropol.** vol.8, n. 18, 2002, p. 211-253.

SWANSON, S. Ubuntu: uma “alternativa ecopolítica” a globalização econômica neoliberal. In: Ubuntu. “Eu sou porque nós somos”. **Revista do Instituto Humanos Unisinos (IHU)**. Revista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Número 352, ano X, ISSN 1881 8469, 2010. Acessado em: <https://issuu.com/ihu/docs/ihuonlineedicao353>

POLITZER, G. **Crítica dos fundamentos da psicologia**: a psicologia e a psicanálise. Piracicaba. Editora UNIMEP. 1928/1998

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. São Paulo, 2008. 755. Tese de doutorado.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I** – a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TURINO, C. Prefácio á edição brasileira. In: ACOSTA A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2015.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VIGOTSKI, L. S. (1930) A transformação socialista do homem (ATSH). Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em: 24 junho 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: ícone, 2010.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1993. Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Teoría de las Emociones**: estudio histórico-psicológico. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

\_\_\_\_\_. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. La Habana, Cuba: Editorial Científico Técnica, 1987.

\_\_\_\_\_. **Imaginación y creación en la edad infantil**. 2. ed. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1999.

\_\_\_\_\_. **Psicología Pedagógica**: un curso breve. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. Interacción entre enseñanza y desarrollo. In: Selección de Lecturas de Psicología de las Edades I - Colectivo de Autores, Facultad de Psicología Universidad de La Habana. Editorial del Ministerio de Educación Superior, 1988.

\_\_\_\_\_. **Obras Completas. Fundamento de Defectología**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1995. Tomo III.

- \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1996. Tomo IV.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escogidas**. Madrid: Editorial Visor, 1991. Tomo I.
- \_\_\_\_\_. **Pensamiento y lenguaje**. La Habana: Edición Revolucionaria, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Psicología del Arte**. Barcelona, España: Breve Biblioteca de Reforma Barral Editores, 1972.
- VYGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **El instrumento y el signo en el desarrollo del niño**. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 2007.
- WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.